

Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar
desigualdades
raciais, de classe e
gênero e apoiar a
economia popular
nas periferias
brasileiras

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

No Brasil, cerca de 25 milhões de pessoas trabalham por “conta própria”. É um contingente expressivo e muito diversificado: a expressão denomina de profissionais liberais muito bem pagos mediante contratos de pessoa jurídica às múltiplas ocupações do mercado informal.

Apesar de representarem um quarto da força de trabalho, as condições de vida e ocupação dessas pessoas são muito menos estudadas que as de trabalhadores(as) com emprego formal ou agricultores(as), por exemplo. O trabalho por conta própria é em geral visto como transitório e até mesmo como indesejável.

Este livro apresenta um ponto de vista diferente sobre esse setor, ao trazer três contribuições para entender melhor a vida dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria e formular políticas públicas. Na primeira parte, analisa como as desigualdades de classe, gênero, raça e território se entrecruzam no conjunto dos conta própria, estudando dados do IBGE. Na segunda parte, observa variações na ideia de empreendedorismo que circula nos conta própria das periferias brasileiras, a partir de entrevistas com ativistas que apoiam pequenos negócios. Por fim, apresenta uma proposta de agenda de políticas para fortalecer o trabalho por conta própria na economia popular comunitária e, ao mesmo tempo, combater as discriminações.

Apoiar quem vive por conta própria nas periferias brasileiras é um desafio-chave para a distribuição de renda, a promoção da igualdade de gênero e raça e para o desenvolvimento econômico, social e sustentável.

João Carlos Nogueira, cientista social (UFSC), foi secretário executivo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e é coordenador geral da Rede Brasil Afroempreendedor (REAFRO) desde 2016.

Jacques Mick, jornalista e doutor em Sociologia Política (UFSC), é professor do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**VIVER POR
CONTA PRÓPRIA**

Produto final da Etapa 2 do projeto “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho ‘por conta própria’ no Brasil”

Versão final - 20 de novembro de 2022

Equipe do projeto “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho “por conta própria” no Brasil” (Etapas 1 e 2)

Coordenação:

Jacques Mick (Coordenação geral)
Universidade Federal de Santa Catarina
Laboratório de Sociologia do Trabalho

João Carlos Nogueira
Observatório da Rede Brasil Afroempreendedor (UFSC/Reafro)
Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro)

Professores do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC:

Jacques Mick
Thaís Lapa

Pesquisadores.as:

Arland de Bruchard Costa (Mestre em Sociologia Política)
Delza da Hora (Mestranda em Sociologia)
Diana Dias (Graduanda em Ciências Sociais)
Julia Zenni Lodetti (Graduada em Relações Internacionais)
Juliana de Jesus Grigoli (Doutora em Sociologia Política)
Lucas Maciel Ferreira (Doutorando em Sociologia)
Tomás Barcellos (Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília)

Assistentes de pesquisa:

Luísa Meurer Tavares (Mestre em Sociologia)
Thamires de Lazzari (Graduanda em Ciências Sociais)

Infografia:

Frank Maia (*in memoriam*)
Fran Louise

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar desigualdades raciais,
de classe e gênero e apoiar a economia
popular nas periferias brasileiras

Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Elen Coutinho, Naiara Raiol, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe,

Jorge Bittar, Valter Pomar, Virgílio Guimarães

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,

Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,

Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Revisão

Angélica Ramacciotti

Claudia Andreotti

Editoração eletrônica

Antonio Kehl

Foto de capa

Jeremy Bishop (Unsplash)

O livro *Viver por conta própria - Como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras* compõe a coleção Reconexão Periferias.

A coleção coordenada pelo Projeto Reconexão Periferias da FPA, lançará novos temas, brevemente, relacionados ao trabalho e violência.

Coordenador do Projeto

Paulo César Ramos

Consultora da área do trabalho

Léa Marques

Equipe

Isaías Dalle, Léa Marques, Matheus Toledo, Rose Silva, Ruan Bernardo,

Sofia Helena Monteiro de Toledo, Victoria Lustosa Braga, Vilma Bokany

V842

Viver por conta própria : como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras [livro eletrônico] / Jacques Mick e João Carlos Nogueira (orgs.) – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2023.

244p

ISBN 978-65-5626-107-2

1. Economia popular 2. Precarização do trabalho 3. Desigualdade social 4. Combate à pobreza I. Título II. Mick, Jacques (org.) III. Nogueira, João Carlos (org.)

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
Fone: (11) 5571 4299
www.fpabramo.org.br

Sumário

Apresentação	9
<i>Léa Marques e Artur Henrique dos Santos</i>	
Introdução.....	13
Parte 1. Da escravidão ao trabalho “livre”: As muitas formas do trabalho por conta própria	21
Introdução e metodologia	23
Capítulo 1. Caracterização geral dos efeitos das desigualdades estruturais no trabalho por conta própria	29
1.1 Perspectiva histórica do problema	29
1.2 Perfil sociodemográfico	32
1.3 Informalidade no trabalho por conta própria	36
Capítulo 2. Discriminações regionais, de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria	41
2.1 Desigualdades de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil	42
2.2 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Nordeste	48

2.3 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Norte.....	55
2.4 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Centro-Oeste.....	62
2.5 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Sul....	69
2.6 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Sudeste	76
Capítulo 3. Desigualdades de renda, raça e gênero no interior das principais ocupações e dos setores de atividades.....	85
3.1 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por mulheres negras.....	86
3.2 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por homens negros	90
3.3 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por homens brancos	95
3.4 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por mulheres brancas.....	99
3.5 Distribuição da renda nas atividades por conta própria mistas em termos de gênero e raça	101
Capítulo 4. Conclusões da parte 1	109
Parte 2. A circulação do “empreendedorismo” na periferia	117
Introdução e metodologia	119
Capítulo 5. “Você precisa ir pra Zona de Guerra”: a vida de quem tem negócios na periferia	133
5.1. A dor da empreendedora	134
Capítulo 6. Trabalhadores, negociantes, empreendedores: sobreviventes	153
Capítulo 7. Negócios do morro e negócios do asfalto	173
7.1 Recursos de menos, obstáculos de sobra	174
7.2 Dedicção, colaboração, solidariedade	185
7.3 Um balanço	192

Capítulo 8. As demandas de políticas públicas	195
Capítulo 9. Conclusões da parte 2	205
Parte 3. Uma agenda para apoiar as economias populares.....	211
Introdução e metodologia	213
Capítulo 10. Definindo o “trabalho sem patrão” nas “economias populares comunitárias”	217
10.1 Políticas de combate à pobreza e à discriminação: EUA, África do Sul, Chile e México	219
10.2 Estados Unidos e África do Sul.....	219
10.3 América Latina: Chile e México.....	222
10.4 Conclusões	224
Capítulo 11. Uma agenda de políticas de fortalecimento ao trabalho sem patrão e combate à discriminação para o Brasil.....	227
Capítulo 12. O contexto institucional e extrainstitucional das políticas de apoio ao trabalho sem patrão, combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero e raça	235
Considerações finais. Sinergias extraeconômicas do apoio ao trabalho sem patrão sobre as economias populares	239
Referências.....	241

Apresentação

É com enorme satisfação que apresentamos *Viver por Conta Própria – Como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras*. Essa publicação é produto do Projeto Reconexão Periferias, desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo e, além de registrar e comentar os resultados das pesquisas realizadas no último período, visa contribuir para propor novas saídas para uma antiga questão estrutural de nosso país: a situação da grande massa trabalhadora das periferias, especialmente mulheres e população negra, que segue tendo como possibilidade de sobrevivência econômica a inserção do mundo do trabalho apenas via trabalho informal, realizado por conta própria, sem acesso a direitos básicos e fundamentais.

O Projeto Reconexão Periferias, desde seu início, em 2017, se organiza em três áreas temáticas – Cultura, Trabalho e Violência – e busca dar visibilidade para as grandes questões vividas pelas periferias brasileiras e propor caminhos para superá-las, articulando produção própria de conteúdo via pesquisas, seminários e publicações, e contribuindo para a articulação local e para a troca de saberes entre os próprios movimentos e coletivos atuantes nos territórios. Reconhecer as formas de manifestação da informalidade nas periferias e propor recomendações para esse tema faz parte, portanto, das diretrizes fundacionais do Projeto.

Inscrevendo-nos como parte do campo democrático e popular, reafirmamos com esta publicação o entendimento, muitas vezes negado ou não tão evidente nos movimentos tradicionais da esquerda brasileira, de dois pilares norteadores de nossas reflexões: a) o trabalho informal por conta própria, como um fenômeno histórico e estrutural do desenvolvimento brasileiro, não pode ser encarado apenas como a condição natural de “não formalidade”, antagonico ao emprego formal, que é passível de construção de lutas reivindicatórias via organização sindical; e b) tampouco podem ser desconsideradas ou minimizadas as desigualdades determinantes de gênero e raça em sua constituição. A análise do trabalho por conta própria, portanto, precisa ser ancorada em uma reflexão sobre diversos fenômenos da realidade brasileira que caracterizam nossa economia e sociedade e sobre o próprio papel do Estado, e trazer, como propostas, a formulação de novas categorias de análise que considerem a dinâmica atual de inserções no mundo do trabalho. Para isso, é preciso ter dados que nos permitam ver essa complexa realidade e também ouvir o que trabalhadores e trabalhadoras informais por conta própria têm a dizer sobre suas condições e formas de organização. E foi esse o caminho que as pesquisas base dessa publicação percorreram.

Além dessa apresentação, o livro conta com uma introdução, três partes e considerações finais. Na primeira parte, há uma caracterização geral do trabalho por conta própria, aborda-se a perspectiva histórica do problema, o perfil socio-demográfico e apresenta-se os dados das desigualdades de classe, gênero e raça, estruturais no trabalho por conta própria, cruzadas com dados regionais e de renda.

Na Parte 2, o debate sobre o tema do “empreendedorismo” na periferia é o foco. Através de pesquisas qualitativas com ativistas de negócios das periferias, debate-se sobre a universalização do termo “empreendedorismo” e sobre sua aceitação disseminada para nomear experiências muito distintas umas das outras. As questões trazidas nessa fase da pesquisa apontam que não há saídas fáceis ou imediatas para essa problemática, mas o conhecimento e questionamento qualificado da questão já são muito significativos para a construção de caminhos alternativos. Nessa parte também são apresentadas demandas por políticas públicas para apoiar e transformar a vida de quem vive nessa situação.

A Parte 3 define o que seria uma agenda para apoiar as economias populares nas periferias e combater as desigualdades de classe, gênero e raça, trazendo

também experiências internacionais sobre o tema. Nas Considerações finais, emergem elementos que permitem ratificar o entendimento de que a adoção de políticas públicas voltadas ao trabalho por conta própria pode ter importantes consequências econômicas e extraeconômicas nos territórios em que se encontram as economias populares comunitárias.

Temos a certeza de que essa publicação contribuirá para que o tema do trabalho por conta própria possa ser melhor compreendido em toda a sua complexidade, bem como trará novos elementos para que a realidade concreta de necessidade de sobrevivência do dia a dia da população periférica possa ser transformada, buscando garantir condições mais dignas e justas de trabalho e de vida.

Boa leitura! Boas lutas!

Léa Marques

Consultora da área de Trabalho do Projeto Reconexão Periférias

Artur Henrique dos Santos

Diretor da Fundação Perseu Abramo responsável pelo Projeto Reconexão Periférias

Introdução

Bernardo e Benedita fabricam bolos em casa para vender e sustentar suas famílias, numa metrópole brasileira. Da manhã à noite, batem e assam até dez bolos por dia no mesmo fogão de onde saem café da manhã, almoço e jantar. Na mesma rotina, casa e trabalho se misturam como farinha e fermento; os filhos, brincando ou brigando, exigem mais que migalhas de atenção. Ao fim do dia, depois das entregas, a exaustão, uma cerveja e poucas horas de sono antes de recomeçar. Benedita e Bernardo se cruzam de vez em quando na mesma loja de embalagens em que se reabastecem de caixas plásticas retangulares. Mas nunca se falaram. Essas duas pessoas vivem em mundos sociais tão distintos que, embora tenham um trabalho bastante parecido, o resultado é completamente diferente: com seus bolos, Bernardo obtém metade da renda da família e preserva a vida de classe média, com duas crianças em escola particular, apartamento em condomínio, acesso a serviços médicos e segurança; com os mesmos bolos, Benedita enfrenta todo tipo de dificuldade para manter pagas as contas da pequena casa em que vive também com dois filhos, numa comunidade de periferia, sem acesso a serviços de qualidade em educação ou saúde, sitiada pela violência.

A diferença entre essas duas histórias não se explica pela qualidade na produção de bolos, nem pelo tempo de dedicação ao negócio: as duas pessoas

trabalham até se esgotarem e seriam ricas se elogios fossem dinheiro. Mas Bernardo é um homem branco e nasceu numa família de classe média; Benedita é uma mulher negra e nasceu pobre. As diferenças de origem social, gênero e raça são marcadores que apartam radicalmente dois tipos de trabalho, no fundo, muito parecidos: mas um é “inovador” e a outra “vive de bico”.

Benedita conheceu as receitas com sua mãe, que as aprendeu da avó, que as herdara da bisavó, nascida na última geração a se libertar da escravidão. Fazer bolos para obter renda extra havia sido atividade intermitente nessa linhagem de mulheres habituadas a vender sua força de trabalho para serviços domésticos, mas foi Benedita quem decidiu transformar aquilo num negócio permanente. Foi pouco depois de perder o marido, assassinado pelo tráfico ou pela polícia, num conflito na comunidade. Amarildo era pedreiro e o segundo filho tinha poucos meses. Com ensino médio completo, Benedita não via vantagem em procurar emprego: as ocupações que vislumbraava eram informais ou mal pagas ou muito distantes ou exigiam jornadas longas demais – ou tudo isso junto. Melhor fazer bolos e vender: “dá para ter renda, ficar em casa e cuidar das crianças enquanto isso”, pensou.

Bernardo tomou uma decisão parecida, por outros motivos. Filho de professora e de contador, com curso superior em História, ele e a esposa ganhavam a vida promovendo festas – mas o negócio faliu com a pandemia de COVID-19. Subitamente privado de renda, ele lembrou que faziam sucesso os bolos que criava para as festas de aniversário das crianças e resolveu apostar no negócio. “Dá para ter renda, ficar em casa e cuidar das crianças enquanto isso”. A esposa obteve emprego fixo, de modo que sobrava tempo para dar atenção aos filhos e ajudar na divulgação da empresa. O casal havia construído por décadas relações com pessoas de classes média e alta, antigos clientes do mundo das festas. Como tinham tais conexões e dominavam a linguagem das redes sociais, não levou três meses para chegarem a cem clientes dispostos a pagar regularmente 80 reais por um bolo da “Be Cakes”.

Com Benedita, foi muito mais difícil. Sozinha com as crianças, tudo dependia dela. Sua rede de relações sociais era de pessoas como ela – pobres. Benedita pediu a uma amiga que fizesse uma marquilha para propagar o negócio no Whatsapp (o nome, “Vitória Bolos”, combinava uma palavra de estímulo e esperança e uma homenagem à memória da afilhada, que também

havia morrido anos antes). Mas era difícil conseguir clientes por ali: ninguém tinha dinheiro. Benedita teve de mudar de estratégia. Foi para a estação do metrô, onde encontrava das 17h às 20h clientes que pagavam 4 reais por uma fatia de bolo – a maior parte, pessoas negras como ela. No fim da jornada, não conseguia nem vender tantos bolos, nem obter tanta renda quanto Bernardo.

Benedita e Bernardo podem perfeitamente ser chamados de empreendedores, embora para nenhum deles o rótulo faça muito sentido. Benedita nunca pensou que um negócio desse tipo poderia ser chamado de empresa. Tudo o que ela fazia era tratado como algo menor, inferior, informal, uma maneira de “se virar”, como se a atividade não merecesse atenção como fonte de renda ou como se ela não fosse capaz de levar um negócio adiante. Bernardo vê, na forma empresa, as vantagens associadas à possibilidade de crédito, assessoria ou valorização de marca. Mas prefere definir o que faz como um tipo de arte.

* * *

A história por trás da diferença entre Benedita e Bernardo remonta à escravidão e, em especial, ao ciclo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Retomando o balanço de Pochmann (2006) a respeito do legado colonial sobre o mercado de trabalho, combinaram-se para conformar os distintos destinos dos negócios com bolos:

- a) a herança da experiência escravista, que associou trabalho a desvalorização humana;
- b) o longo fechamento do mercado de trabalho assalariado à população negra, que perdurou até a segunda metade do século XX; e
- c) o privilégio do acesso à escola e a outros recursos básicos para a elite branca.

Por essas razões (e outras, que se desdobram dessas), no Brasil, quem decide abrir um negócio numa comunidade de periferia enfrenta uma longa fila de obstáculos sequer imaginados por quem vive no asfalto. São mundos apartados, embora vizinhos.

A prolongada crise econômica, agravada pelos desdobramentos sociopolíticos do golpe contra Dilma Rousseff em 2016, levou à deterioração profunda

das condições de trabalho no Brasil. Dados do IBGE antes da pandemia de COVID-19 indicavam que a informalidade havia alcançado o volume recorde de 41,4% da população ocupada; além disso, a desigualdade de renda se intensificava, com concentração inédita no 1% mais rico (cujos rendimentos suplantam em 33 vezes os da metade mais pobre do país). Reverteram-se, assim, em poucos anos, dois dos resultados mais marcantes da economia brasileira ao longo do ciclo recente de crescimento do país, em governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – de 2004-2016: a expansão do emprego formal combinada a ganhos reais na renda dos mais pobres.

O aumento da informalidade devolveu o tema à atenção do debate conjuntural e aos estudos sistemáticos dos especialistas, nas abordagens da economia tanto como naquelas da sociologia ou da antropologia. Um ponto central da discussão trata da configuração atual da “economia dual”, cindida entre um setor “moderno” e um “atrasado”, ambos conectados (OLIVEIRA, 2003). Quando o setor “moderno” não gera empregos formais suficientes, o excedente de força de trabalho migra para ou se mantém no setor “atrasado”, e permanece disponível como exército de reserva (FURTADO, 2000).

A qualificação do trabalhador continua a mesma de antes, mas, como a economia não é capaz de gerar empregos adequados à capacidade produtiva de quem perdeu emprego, as pessoas se viram fazendo o que podem, e isso aparece como redução da produtividade média da economia (BARBOSA, 2019).

As imperfeições do conceito de informalidade foram amplamente examinadas nos últimos anos, o que nos permite ter agora uma percepção mais abrangente sobre o tema. A explicação da “economia dual” aborda os aspectos macro do problema, mas esbarra em obstáculos no nível micro. Um deles é o fato de que segmentos inteiros da população permanecem por toda a vida no mercado informal, o que indica a existência de explicações extraeconômicas para a desigualdade. Outra dificuldade advém da diversidade de atividades que cabem no rótulo informalidade, que reúne emprego sem carteira e trabalho por conta própria, ambos com enorme variedade interna. Por fim, está claro que vários graus distanciam a informalidade plena da formalização plena; a semiformalidade (NOGUEIRA, 2016) reforça a interligação entre os diversos tipos de atividades econômicas e nos lembra da disseminação vertical da cul-

tura da informalidade. Por isso, muitos estudos apontam a relevância de olhar o fenômeno por dentro, para compreender melhor sua estrutura, com vistas à formulação de políticas públicas mais eficazes para o segmento informal da economia (CARDOSO, 2016; NERI; FONTES, 2010; MARQUES *et al.*, 2018).

Desde 2014, temos trabalhado numa agenda de pesquisa que objetiva interpretar a configuração, os projetos e as redes em que se insere a parcela pobre e urbana dos 24,3 milhões de trabalhadores por conta própria no Brasil. Ao longo deste século, esse grupo social, antes compreendido como marginal ou “atrasado”, passou a ser significado sob o rótulo de “empreendedores”, no bojo de leituras que sugeriram o surgimento de uma nova classe média no país (NERI, 2011) ou que observaram a diversificação da composição das micro e pequenas empresas (BEDÊ, 2015; SEBRAE, 2019). A circulação desse conceito é um sinal de triunfo do neoliberalismo como razão de mundo, capaz de universalizar categorias, agentes e lógicas, a despeito das particularidades que diferenciam os contextos. Mais que isso: é violência simbólica, quando equipara em horizonte, condição e destino os mundos distintos do “empreendedor” branco, rico, do asfalto e da “empreendedora” negra, pobre, do morro. Alguns consideram que o ciclo recente de crescimento econômico aumentou a circulação de renda nas favelas, favorecendo o desenvolvimento de um empreendedorismo, digamos, autêntico (distinto daquele movido pela necessidade). Esse tipo de distinção desloca para o morro um conjunto de conceitos que, criados para o asfalto e imperfeitos mesmo para ele, são ainda mais inadequados para a periferia. As contradições e ambivalências nos discursos voltados aos negócios liderados por pobres são rica fonte de material para formular conceitos mais precisos em relação às condições adversas do trabalho por conta própria.

Neste estudo, investigamos a circulação de conceitos de empreendedorismo em economias populares no Brasil. O empreendedorismo designa o modo de subjetivação próprio à razão de mundo neoliberal, marcado por formas de conduta em que o agente procede “como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 328). Tal ideia de empreendedorismo distancia-se do conceito original, formulado por Schumpeter no início do século XX, e se alarga para incluir uma profusão de formas de trabalho individual distintas do assalariamento. A multiplicação de

“empresas de si mesmo” transforma a relação do trabalhador com seu empregador e demanda “uma ‘integração da vida pessoal e profissional’, uma gestão familiar do portfólio de atividades, uma mudança da relação com o tempo, que não é mais determinada pelo contrato salarial, mas por projetos que são levados a cabo com diversos empregadores” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 335-6).

A descrição dos autores franceses corresponde à “generalização de características, permanentemente invisibilizadas nas estruturantes, da vida de trabalhadores e trabalhadoras da periferia” (ABÍLIO, 2019). O alargamento do sentido de “empreendedorismo” favorece o uso ideológico da expressão para ocultar várias formas de exploração do trabalho – informal, precário etc. –, ao tempo em que se transferem, para o trabalhador, os riscos da atividade que executa e a responsabilização individual pela própria sobrevivência, o “autogerenciamento subordinado” (ABÍLIO, 2019). Como dizem Tommasi e Corrochano (2020), ao estudarem o conceito entre os jovens, “o empreendedorismo pode ser considerado outra forma de precarização”¹. Por economias populares, designamos o entrelaçamento, nas comunidades pobres, de unidades e processos de produção e circulação de mercadorias e serviços de racionalidade orientada para o trabalho, não para o capital, sobre os quais operam princípios de reciprocidade, domesticidade, redistribuição². Também usamos a expressão “economias populares” para nomear as reconfigurações recentes das atividades produtivas dos mais pobres, em resposta à expansão do neoliberalismo (GAGO, 2018a; 2018b). São as “economias barrocas” e, nelas, a “razão neoliberal” é “apropriada, arruinada, transformada e relançada por aqueles que deveriam ser apenas suas vítimas” (GAGO, 2018b). A autora argentina reconhece que a lógica do neoliberalismo foi pluralizada e aponta a relevância de reconhecer as tentativas populares de resistir e reformulá-la – tentativas que também rece-

¹ “O empreendedor deve assumir a responsabilidade pelo sucesso de seu produto ou serviço, ‘correr atrás’ de todas as tarefas que decorrem do abastecimento, da produção, da venda, da comunicação, dos investimentos; deve conviver com as incertezas do mercado e precisa não sucumbir em tempos de recessão, doença ou percalços da vida. Assumir riscos, sem uma rede de suporte adequada, não poder saber com quanto dinheiro é possível contar, viver na incerteza e na precariedade” (Tommasi; Corrochano, 2020).

² Definição elaborada a partir de Diniz (2019), baseada em premissas de Coraggio, 2003 e Polanyi, 2011; para discussões sobre o conceito, ver Kraychete Sobrinho, 2018 e Maldovan Bonelli, 2018.

beram respostas do neoliberalismo³. Para Verónica Gago, a economia popular combina cooperação e exploração em misturas que envolvem laços de confiança, trabalho de imigrantes, redes de mercado, oficinas familiares e tarefas reprodutivas remuneradas, vinculadas a rendimentos provenientes de atividades ilegais e “subterrâneas”. Ela recusa classificar pejorativamente os agentes econômicos envolvidos nesses processos – seja como “excluídos”, “marginais” ou “população excedente”, por exemplo.

* * *

- a) A despeito das conexões teóricas explicitadas nesta introdução, este livro não tem a ambição de se apresentar como um texto científico típico. Ele conecta o trabalho de 20 anos de pesquisa descontínua dos autores sobre o tema⁴ com os resultados das duas etapas do projeto de pesquisa realizado entre 2019 e 2022 em cooperação entre a Fundação Perseu Abramo (FPA), a Rede Brasil Afroempreendedor (REAFRO) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As partes do livro revisam e articulam conteúdos apresentados em três dos relatórios do projeto: “Nas dobras da precariedade: Desigualdades regionais, de gênero, raça e classe no trabalho “por conta própria” no Brasil – um olhar para a PNAD Contínua”, concluído em 5 de abril de 2021, é a base para a Parte 1;
- b) “Emancipação, autoestima e confiança na comunidade: Iniciativas e demandas de políticas para fortalecer as pequenas empresas e o trabalho por conta própria nas periferias”, concluído em novembro de 2021, é a base para a Parte 2; e
- c) “Uma agenda para fortalecer e transformar o trabalho por conta própria: Políticas públicas para fomentar o trabalho sem patrão na economia popular comunitária”, concluído em julho de 2022, é a base para a Parte 3.

³ “Ao adotar essa perspectiva, procuro desafiar leituras totalizantes do neoliberalismo, bem como aquelas análises que o entendem exclusivamente em termos da derrota definitiva das subjetividades subalternas” (Gago, 2018b).

⁴ A economia popular foi objeto da tese de doutorado de Mick concluída em 2003, assim como de trabalhos de consultoria e de pesquisas para a Rede Brasil Afroempreendedor (REAFRO) realizados por Nogueira e Mick entre 2013 e 2016.

Cada parte teve desenho metodológico específico, que será apresentado nos textos introdutórios, e conclusões específicas, igualmente incluídas em cada seção. Um breve capítulo com considerações finais encerra o livro.

Queremos, com isso, propor um conjunto de ideias sobre o trabalho por conta própria, com o duplo objetivo de estimular mais investigações a respeito do tema e enfatizar a relevância de políticas públicas capazes de, ao mesmo tempo, combater as desigualdades estruturais e promover desenvolvimento econômico e distribuição de renda no Brasil.

Parte 1

Da escravidão ao trabalho
“livre”: As muitas formas do
trabalho por conta própria

Introdução e metodologia

Os capítulos a seguir apresentam um conjunto de dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE, com o objetivo de observar as desigualdades regionais, de raça, classe e gênero entre os trabalhadores por conta própria. Os dados foram objeto de descrição e interpretação pelo grupo de pesquisadores envolvidos no projeto “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho “por conta própria” no Brasil”, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina, no âmbito do Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro). O projeto é financiado pela Fundação Perseu Abramo, cujos pesquisadores também colaboram no desenvolvimento do estudo.

A análise do material estatístico correspondeu à primeira etapa do projeto de pesquisa que procura compreender, em perspectiva interseccional, a morfologia socioeconômica dos 24,3 milhões de trabalhadores por conta própria no Brasil. A investigação procurou compreender melhor o trabalho dessas pessoas levando em conta diferenças regionais, de gênero, classe e raça; diferenças e semelhanças entre formais (MEI e microempresas) e informais; e demandas por políticas de fortalecimento à economia popular. Na segunda parte do livro, trataremos da segunda etapa do estudo, que iden-

tificou efeitos contraditórios da presença da razão neoliberal entre os conta própria e mapeou instituições que contribuíram para a incorporação desses valores. Ao longo das duas etapas, observamos também práticas cooperativas e colaborativas, opostas à razão neoliberal e às discriminações de gênero e raça, e identificamos formas de associação e ação política adotadas por esses agentes.

O desenho dessa etapa da pesquisa foi influenciado por uma perspectiva interseccional fundamentada nos trabalhos de Carlos Hasenbalg e seus/suas parceiros/as, assim como nos conceitos de consubstancialidade e coexistência das relações sociais de Kergoat e em trabalhos que, embora não adotem tal terminologia, mobilizam análises que coadunam gênero, classe e raça, como as de Gonzalez, Nascimento e Guimarães¹. Dos primeiros, advém a inspiração de observar por um ângulo novo o material quantitativo vasto e disponível – no caso, a PNAD-C. Muito citados no mapeamento sistemático de características sociais e do mercado de trabalho, os dados colhidos pelo IBGE compõem bases úteis para inúmeros outros estudos; aqui, queremos observar como variados tipos de desigualdade se combinam para configurar o complexo contingente dos trabalhadores por conta própria, usualmente agregado (e interpretado) como um grupo social homogêneo. Neste último aspecto, convém destacar a relevância do enfoque analítico consubstancial ou interseccional², conforme desenvolvido por Kergoat e Gonzalez, que privilegia o enovelamento destas dimensões como heurísticamente necessário para a compreensão (e desnaturalização) das posições e

¹ Hasenbalg, 1979; Hasenbalg; Silva; Lima, 1999; Hasenbalg e Silva, 1988; 1992; Gonzalez, 1988, 2019 [1980]; Gonzalez e Hasenbalg, 1982; Guimarães, 2002; Kergoat, 1989; 2010; Nascimento, 2019 [1976]. Com o objetivo de favorecer a leitura do texto, distanciando-o um pouco de sua dimensão acadêmica, sempre que possível as referências serão agrupadas em notas de rodapé.

² Há diferenças entre as conceituações interseccionalidade e consubstancialidade, que não serão aprofundadas neste texto. A preocupação central do conceito de consubstancialidade é privilegiar o enfoque analítico que imbrica as dimensões de classe, gênero e raça das relações sociais, compreendidas como relações de poder que se co-produzem e se recobrem parcialmente, sendo, portanto, base material estrutural das divisões de trabalho (social, sexual, racial). Ao longo do texto, utiliza-se “perspectiva interseccional” (ou similares) como forma simplificada de nomear um campo de reflexões mais amplo e cujas dissonâncias escapam ao propósito deste momento da pesquisa. Sobre o assunto, ver Hirata (2014) e Galerand e Kergoat (2018).

condições de trabalho da classe, atravessada pelas estruturações de sexo e raça. A divisão sexual do trabalho, conceituação desenvolvida por Kergoat e Hirata, é chave analítica para se refletir em maior profundidade, a partir dos dados levantados, sobre sua imbricação com as divisões racial e social do trabalho – cujas características particulares, no Brasil, advêm de processos de longa duração decorrentes da formação social do país, marcada pelo escravismo colonialista.³ Deste modo, como ficará claro, ainda que a precariedade seja a marca comum aos conta própria, a divisão do trabalho nesse segmento é marcada por clivagens cruzadas de raça, gênero, posição social e território (daí a opção por analisar o entrelaçamento entre dominações). Os dados, reorganizados com a finalidade de observar a distribuição das desigualdades, reiteram a persistência de racismo, patriarcalismo, preconceito regional e/ou de classe, como dobras que agravam o trabalho já maculado pela precariedade.

Isso reforça não apenas a relevância de políticas de apoio para que os conta própria possam se distanciar da precariedade (hoje inexistentes), mas indica que tais políticas, para serem eficazes, devem também auxiliar os/as trabalhadores/as no combate às discriminações que, no Brasil, praticamente cravam o destino de multidões, estreitando o seu horizonte de possibilidades. Que os conta própria tenham sido misturados ao conceito de “empreendedores”, que tenham eles próprios se embebido de “autoempresarialidade” – a ponto de criarem ilusões de que, cada um por si, podem chegar a um futuro diferente da repetição da posição social que ocupam hoje – tudo isso é efeito perverso do alargamento do neoliberalismo como razão de mundo no século XXI, também, nas periferias brasileiras⁴. Na pesquisa, foram utilizados os microdados da PNAD-C do terceiro trimestre de 2019, ponderados de acordo com a orientação do próprio IBGE, através do *software* R e do pacote elaborado por Douglas Braga. Os primeiros passos da pesquisa foram os seguintes:

³ Outras dimensões estruturais da desigualdade, como as regionais e as etárias, têm sido destacadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em uma série de relatórios recentes (2016, 2017 e 2018). No limite deste estudo, não foi possível contemplar a observação de desigualdades por faixa etária, o que permanece como um desafio para etapas posteriores da investigação.

⁴ Para a presença da razão neoliberal na economia popular, ver Gago (2018).

- 1) Seleção dos brasileiros que possuem, como ocupação principal (variável V4012), um trabalho por conta própria – Cabe ressaltar que: a) há trabalhadores que são empregados em suas ocupações principais, mas trabalham por conta própria para complementar sua renda; para evitar possíveis distorções nos dados, optou-se por retirar esses casos da amostra; b) o trabalho doméstico tem variável específica na PNAD-C e não faz parte deste estudo;
- 2) Retirada dos domicílios rurais (V1022) – Como o objetivo do projeto é investigar o trabalho por conta própria nas periferias urbanas, foram retirados da amostra todos os entrevistados que moravam em áreas rurais. Isso, contudo, não elimina da amostra todo o trabalho geralmente associado ao campo, como poderá ser observado nos gráficos a seguir.

A partir desse recorte inicial, foram elaboradas as tabelas que compõem o primeiro capítulo e traçam um perfil geral do conjunto dos trabalhadores por conta própria no Brasil. Elas são compostas por diferentes combinações das seguintes variáveis:

- 1) Sexo (V2007);
- 2) Raça/cor (V2010);
- 3) Faixa de renda (V403312) – foram agregados em cinco faixas de renda os dados disponibilizados em relação ao rendimento do entrevistado: até 500 reais; de 501 a 1.000 reais; de 1.001 a 2.000 reais; de 2.001 a 4.000 reais; e acima de 4.001 reais;
- 4) Região (UF) – foram agregados em regiões os dados disponibilizados em relação ao estado de residência de cada entrevistado;
- 5) Taxa de formalização (V4019) – equivale ao percentual de trabalhadores por conta própria que possuem CNPJ;
- 6) Setor de atividade (V4010);
- 7) Nível de instrução (VD3004);
- 8) Faixa etária (V2009) – foram agregados em faixas os dados referentes à idade do entrevistado;
- 9) Tempo no trabalho atual (V4040);
- 10) Quantidade de trabalhos que possui (V4009);

- 11) Local em que realiza suas atividades (V4020);
- 12) Horas trabalhadas na semana no trabalho principal (V4039).

O segundo capítulo é composto por 36 gráficos de dispersão, cada um correspondendo a uma combinação diferente entre 6 territórios (Brasil e suas 5 regiões) e 6 faixas de renda (as cinco descritas acima e uma sexta incluindo todas). Cada gráfico possui 20 pontos, que correspondem às ocupações (V4041) mais comuns entre os trabalhadores por conta própria em determinado território e em determinada faixa de renda.

O eixo Y do gráfico varia de 0 a 1 e representa a participação masculina. Ou seja, quanto mais próximo de 0 uma ocupação se encontra no gráfico, menor a participação masculina e quanto mais próximo de 1, maior a participação. O eixo X representa a participação de negros (considerados aqui como a soma de pretos e pardos). Ou seja, quanto mais próximo de 0 está o ponto que representa determinada ocupação, menor a participação de negros nela e quanto mais próximo de 1, maior a participação. Para a elaboração desse eixo, retirou-se da amostra os trabalhadores amarelos (0,75% do total) e indígenas (0,47% do total), de forma a refletir apenas negros e brancos.

Em resumo: cada gráfico representa uma região e uma faixa de renda determinada e possui 20 pontos correspondentes às principais ocupações. Esses pontos aparecem nos gráficos de acordo com a participação por sexo (eixo Y) e raça/cor (eixo X) de trabalhadores em determinada ocupação, território e faixa de renda. O ponto em que os eixos se encontram corresponde ao perfil médio do trabalhador por conta própria no Brasil, excluídos amarelos e indígenas: 62,62% masculino e 55,05% negro. As linhas dão ideia da média dos conta própria, portanto, quanto mais perto o ponto da linha, mais próximo do perfil médio.

O terceiro capítulo também é formado por gráficos de dispersão, com a mesma estrutura de eixos. A diferença é que, nesta parte, os gráficos representam as 20 principais ocupações de trabalhadores por conta própria no Brasil e os 9 principais setores de atividade. Cada gráfico possui 5 pontos, que representam as distintas faixas de renda e possibilitam verificar, portanto, a composição de raça/cor e gênero dos trabalhadores por faixa de renda dessas ocupações e setores de atividade. Cada ponto nestes gráficos é maior ou menor de acordo com a participação de trabalhadores na faixa de renda a que corres-

ponde. Isso permite visualizar tanto a distribuição das faixas de renda nos eixos de gênero e raça/cor, quanto a intensidade da concentração em cada faixa.

O capítulo final explora pontos de conexão entre a bibliografia especializada no tema e os modos de ver os dados da PNAD-C sobre os conta própria expostos nos capítulos anteriores.

Capítulo 1

Caracterização geral dos efeitos das desigualdades estruturais no trabalho por conta própria

1.1 Perspectiva histórica do problema

O trabalho por conta própria, quase sempre informal, é uma constante na vida do povo brasileiro desde o fim do século XVIII. A sobrevivência das pessoas livres e pobres nas vilas escravagistas brasileiras, lá chegadas pelo êxodo rural ou vindas de Portugal, envolvia estratégias variadas para obter rendimento monetário. Carlos Lessa classificou essas astúcias econômicas em estratos distintos de integração precária à produção:

- a) um grupo dedicado à logística da cidade (carregadores manuais ou em carroças, entregadores);
- b) um grupo de prestadores de serviços pessoais (barbeiros, cabeleireiras, manicures);
- c) um grupo de artesãos produtores ou reparadores de manufaturas (confeiteiros, padeiros, afiadores, sapateiros, costureiras, latoeiros);
- d) um grupo de comerciantes (o ambulante, o camelô);
- e) a população de rua (pedintes e, mais adiante, recicladores, catadores, guardadores de carro)¹. Ao longo do século XIX, os serviços domésticos

¹ “O pobre urbano é um mestre no remendo e na reciclagem” (Lessa, 2003, p. 15).

gradualmente passaram a compor esse segmento. No movimento consumado pela abolição, mais e mais ex-escravos libertos incorporaram-se ao contingente da economia informal – condição que caracterizou também o emprego doméstico, desde sempre majoritariamente feminino. O trabalho escravo “conviveu, já a partir do século XVIII, com diferentes regimes não escravistas de trabalho. Isso quer dizer que a transição para o trabalho livre (ou não escravo) foi muito lenta, tendo apenas um marco convencional em 1850, ano da proibição do tráfico negroiro” (CARDOSO, 2019, p. 46). Ou seja: “na cidade escravagista, a desvalorização do trabalho moveu-se em paralelo com a diversificação e a diferenciação das habilidades do escravo doméstico” (LESSA, 2003, p. 12).

Os diferentes regimes de escravidão adotados em distintos pontos do território refletiram-se tanto nas variadas vocações econômicas implantadas nas províncias ou regiões brasileiras, como nas peculiaridades das atividades informais a elas associadas:

A identificação de diferentes regimes de escravidão mostrou que o Brasil colônia não era um território dominado exclusivamente por *plantations* monocultoras, nem a estrutura social tão simples como se supôs até pelo menos os inícios dos anos 1970. Escravos e donos de terras eram sem dúvida as classes centrais, mas elas conviviam com uma infinidade de outros grupos, também importantes para a sustentabilidade da ordem escravista: artesãos e artífices nos ofícios urbanos, comerciantes, tropeiros, criadores de animais, pequenos produtores de víveres para o mercado interno, mercadores de escravos, financistas, milicianos, construtores, feitores, pequenos proprietários rurais produzindo para si mesmos. (CARDOSO, 2019, p. 45)

Mais para o fim do século XIX, aumentou o número de pessoas pobres e livres, alforriadas e escravas de ganho. Depois da abolição, “a figura do contrato de trabalho e a forma assalariada pura ficaram circunscritas a poucas projeções da modernidade industrial: correios e telégrafos, ferrovias etc.” (LESSA, 2003, p. 12). Com renda baixa, as pessoas pobres e livres, principalmente negras, ajustaram-se a limitados padrões de consumo de bens e serviços de primeira necessidade. Desenvolveram relações sociais compensatórias, de solidariedade e apoio mútuo, envolvendo compartilhamento de recursos sempre escassos (inclusive, de força de trabalho) para atividades produtivas.

Com a revolução industrial, “a cidade brasileira atravessou intensas transformações econômicas, sempre reproduzindo a difícil inserção do pobre na produção, no consumo e na cidadania. Ao mesmo tempo, ela foi a ‘universidade’ que ensinou a esse mesmo pobre a sobrevivência nas brechas da sociedade e a prospectar estas transformações, adaptando-se a elas” (LESSA, 2003, p. 13)². A cada mudança na estrutura produtiva corresponde um conjunto de transformações nas formas de inserção dos trabalhadores informais – uma redivisão do trabalho que conserva as desigualdades estruturais de gênero, raça, classe e região. Para Cardoso, a sociabilidade capitalista emergente no fim do século XIX,

[...] em suma, teve de se haver com uma ordem profundamente antiliberal em suas práticas e visões de mundo, e com uma ética da degradação do trabalho que vedou, por muitos anos, o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos. E isso decorreu, segundo o argumento aqui defendido, da lenta transição da escravidão no país, que a fez conviver, por muitas décadas, com formas não escravistas de exploração do trabalho, para as quais os padrões de medida disponíveis à violência estatal ou privada, à organização do trabalho e suas hierarquias de classe, à remuneração do trabalho, à convivência social entre desiguais e à sociabilidade de um modo geral eram, todos, constituídos pela escravidão. (2019, p. 49)

Como resultado dessa trajetória histórica, o trabalho por conta própria no Brasil de 2020 reflete o longo ciclo de exclusão sistemática de pobres, negros e, em especial, mulheres negras, de oportunidades no mercado formal de

² Lessa exemplifica com a inserção do automóvel a habilidade de adaptação dos pobres às novas realidades produzidas pela revolução industrial: “O veículo com motor a explosão dissolveu a logística urbana, amplo espaço de subsistência da pobreza, aposentando cocheiros, ‘burros sem rabo’ e carregadores manuais. Em contrapartida, criou desde o taxista, o caminhoneiro e seu ajudante, o guardador e o lavador de carros, até o flanelinha e o pedinte de cruzamento. Após a industrialização, criou também o operário metalúrgico de vanguarda. O automóvel passou a ser reciclado e a ter sua vida útil prolongada. Esta sobrevivência fez nascer vários personagens: o lanterneiro, o pintor e o mecânico, mestres do carro de segunda mão, e sua corte de oficiais e aprendizes. No fim da linha, além do próspero e semi-ilícito ferro-velho, existem curiosíssimos modos de aproveitamento do veículo, como a sandália feita com sola de pneu usado e a carcaça de Kombi como oficina fixa na rua” (Lessa, 2003, p. 13-14).

trabalho. Longe de ser um *locus* potencial para o empreendedorismo, o *contapropismo*³ é uma categoria elástica, que agrupa atividades muito diferentes em termos de natureza, complexidade e características nas relações com os territórios em que se inserem, como veremos na próxima seção.

1.2 Perfil sociodemográfico

O trabalho por conta própria, marcadamente informal, é o coração deste outro das economias capitalistas que tem sido denominado com diferentes combinações de qualificativos, como “popular”, “comunitária”, “solidária”, “marginal”, “periférica”, “social”, entre várias expressões, utilizadas usualmente no plural como forma de enfatizar sua diversidade⁴. “Essa economia não empresarial, que já foi tratada na literatura como ‘setor tradicional’, ‘setor informal’, ‘economia informal’, entre outros termos, ganha outro lugar quando se evidencia sua racionalidade interna, orientada ao trabalho e à reprodução ampliada” (DINIZ, 2019). Para Sibelle Diniz (2019), [...] a economia brasileira, como outras economias latino-americanas, pode ser considerada uma “economia mista sob a dominância capitalista” (CORAGGIO, 2013). Isso implica dizer que outras lógicas ou princípios de comportamento econômico, além do mercado, caracterizam nossos processos econômicos. Para além da economia empresarial orientada para o lucro, contamos aqui com uma expressiva economia do setor público, que abrange as redes de produção e consumo em torno do Estado. E, ainda, com uma considerável economia popular, formada por unidades produtivas com uma racionalidade orientada para o trabalho, e não para o capital (CORAGGIO, 2003). A despeito da organização dessa sociedade em torno de uma ordem cultural capitalista (SAHLINS, 2003), o conjunto das nossas relações econômicas passa notavelmente pelos princípios da reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição (POLANYI, 2011).

³ Sugerimos essa forma para traduzir à língua portuguesa a expressão *cuentapropismo*, usada na língua espanhola, tão pertinente à realidade brasileira como à latino-americana (ver a respeito Gago, 2018).

⁴ Por exemplo, “o termo ‘economia popular e solidária’ (EPS) é utilizado [...] para abranger um conjunto heterogêneo de práticas econômicas realizadas pelos trabalhadores a partir de sua própria força de trabalho, com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social, muitas vezes em bases solidárias” (Diniz, 2019).

Diniz considera que três fenômenos favorecem “o fortalecimento da economia popular e solidária, ou sua elevação de um conjunto de pequenas práticas descoordenadas a um sistema mais articulado e orgânico”, relevante “por seu potencial de organização do trabalho em bases mais sustentáveis, inclusivas e emancipadoras”. Esses fatores são:

- a) maior articulação entre cadeias produtivas globais e economias populares;
- b) politização derivada da extensão da urbanização a todo o território; e
- c) expansão das críticas às economias de mercado.

Para o fortalecimento do setor, contudo, “faz-se necessária melhor compreensão não apenas dos mecanismos internos da economia popular e solidária, mas sobretudo das suas relações, complementaridades e subordinações à economia do setor público e à economia empresarial capitalista, em suas nuances regionais” (DINIZ, 2019). Os dados que apresentamos a seguir, extraídos da PNAD-C, são uma contribuição nesse sentido.

No Brasil, os trabalhadores por conta própria formam um grupo social majoritariamente masculino (63%, contra 37% de mulheres), em boa medida porque o emprego doméstico, ao ocupar outra parcela da população mais pobre, é quase inteiramente feminino. Os negros são maioria entre os conta própria, 54% (10% de pretos e o restante de pardos), dez pontos percentuais a mais que os brancos. Outras identidades de cor-raça somam pouco mais de 1%.

Mais da metade dos conta própria tem mais de 40 anos (45% entre 40 e 60 e 12,5% acima de 60). Eles são pouco numerosos até os 18 anos (apenas 1%) e minoritários na faixa mais jovem (18% entre 18 e 30 anos). Entre 30 e 40 anos concentram-se 24% desses trabalhadores. Realizado por adultos, o trabalho por conta própria tende a ser a única fonte de renda da pessoa (caso de 97%), e costuma ser de longa duração: 74% exercem a mesma atividade há dois anos ou mais. Oito por cento estão nesse trabalho entre um e dois anos e 18%, há menos de um ano. Ao longo do curso da vida, esses trabalhadores podem transitar de um tipo de ocupação a outra, mas certa estabilidade na atividade atual, num contexto de dificuldades econômicas notáveis, indica que a informalidade é mais que uma linha de fuga. Verónica Gago sugere observar o trabalho informal como “uma possibilidade de vida – e não apenas de sobrevivência e violência – para uma grande parte da po-

pulação, trazendo modos claramente inovadores de lutar contra a escassez, a violência, as instituições e o consumo” (GAGO, 2018, p. 43). A angulação positiva do olhar para a informalidade se opõe à interpretação unidimensional, que a lê apenas em termos de desproletarização e fonte potencial de crime e violência.

Quanto ao volume de horas trabalhadas por semana, os conta própria no Brasil se dividem em três grupos mais ou menos homogêneos. Trinta e quatro por cento trabalham até 30 horas (sendo 20% até 20 horas). Outros 35% trabalham mais do que 40 horas semanais (sendo 11% mais de 50 horas e 14% entre 44 e 50 horas). No grupo intermediário, 30% trabalham entre 30 e 40 horas semanais. A variedade de temporalidades é coerente com o fato de que a maior parte do trabalho por conta própria é feito em casa, na rua ou não conta com estabelecimento para funcionar (64%). Somente um terço (33%) dispõe de lojas, escritórios ou galpões⁵. Quase metade dos conta própria tem renda baixa, inferior a 1.000 reais por mês (48%). Apenas 7% têm renda superior a 4.001 reais. Nos estratos intermediários, 30% têm renda entre 1.001 e 2.000 reais; e 15% entre 2.001 e 4.000 reais, as faixas formando uma pirâmide. Como veremos mais adiante, as mulheres negras se concentram nas faixas de renda mais baixa, enquanto os homens brancos ocupam os quadrantes de renda mais alta.

As desigualdades se cruzam umas com as outras. O acesso à escolaridade, por exemplo, é maior no grupo branco do que no grupo negro. Entre os conta própria, 15,7% têm ensino superior completo e 4,8% têm superior incompleto. Os segmentos com ensino médio completo ou não (38,8%) e ensino fundamental completo ou não (38,1%) têm basicamente a mesma dimensão. Apenas 2,5% têm menos de 1 ano de estudo ou nenhuma instrução.

Com o caráter subsidiário de seu trabalho em relação ao restante das atividades econômicas, os conta própria se distribuem no território nacional em paralelo à distribuição da população e do Produto Interno Bruto (Tabela 1): quase metade do grupo está na região Sudeste, quase um quarto no Nordeste e o restante, nas demais regiões. O perfil das atividades, contudo, é bastante diferente de região a região: no Sul, concentram-se os conta própria formais e

⁵ A parcela restante, de 4%, trabalha em espaços tipicamente rurais, como sítios ou granjas, ainda que em espaços urbanos.

com renda mais alta, enquanto o oposto ocorre no Nordeste. Como veremos no capítulo 2, as vocações econômicas de cada território se refletem nas ocupações mais frequentes do trabalho por conta própria.

Tabela 1 - Distribuição por região dos conta própria, da população (Brasil urbano, 2019) e do PIB (2017)

Região	% dos conta própria	% da população	% do PIB
Sudeste	41,62%	42,17%	52,87%
Nordeste	25,85%	27,16%	14,48%
Sul	14,67%	14,28%	17,04%
Norte	10,11%	8,65%	5,59%
Centro-Oeste	7,74%	7,72%	10,02%

Fontes: IBGE (PNAD-C 3Trim2019 e Sistema de Contas Nacionais).

O trabalho por conta própria agrupa uma miríade de atividades dos quatro principais setores (agricultura, indústria, comércio e serviços) (Tabela 2). Como no conjunto da economia, o bloco mais numeroso é o de prestadores de serviço (46% do total). Entre as atividades industriais, com 27% dos conta própria, 16% são trabalhadores da construção civil. Comerciantes correspondem a 23% do segmento. Embora este estudo tenha selecionado para análise apenas os dados de trabalhadores urbanos, 5% dos respondentes da PNAD-C estavam vinculados a atividades agrícolas – agricultura, pecuária, pesca ou aquicultura.

Tabela 2 - Distribuição dos conta própria por setor de atividade (Brasil urbano, 2019)

Setor	Participação
Agricultura (Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura 4,69%)	4,69%
Indústria (Indústria geral 10,43%) (Construção 16,22%)	26,65%

Setor	Participação
Serviços (Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas 10,13%) (Transporte, armazenagem e correio 9,80%) (Alojamento e alimentação 8,63%) (Educação, saúde humana e serviços sociais 3,95%) (Outros Serviços 13,14%)	45,65%
Comércio (Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas 22,92%)	22,95%

Fonte: IBGE (PNADC).

* Há ainda 0,03% de atividades mal definidas.

As atividades são marcadas por divisão sexual e racial do trabalho. Os homens são quase a totalidade dos trabalhadores da construção (99%), transporte, armazenagem e correio (95%) e no setor agrícola (85%), além de majoritários em atividades de informação, comunicação e financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (65%). As mulheres são maioria nos serviços sociais, de saúde e educação (70%), de alojamento e alimentação (56%) e na indústria geral (56%). Há equilíbrio nas atividades comerciais, com ligeira maioria de homens (53%).

As diferenças de cor/raça fazem dos serviços sociais, de educação e saúde majoritariamente brancos (67%), assim como nas atividades de informação, comunicação e financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (64%). Negros são 65% dos trabalhadores por conta própria na construção civil, 61% nos serviços de alojamento e alimentação, 57% no comércio.

Combinadas, as características de gênero e raça conformam a criação de uma pirâmide de desigualdade que tem, em seus polos: no topo, homens brancos; e, na base, mulheres negras.

1.3 Informalidade no trabalho por conta própria

A maior parte dos trabalhadores por conta própria atua na economia informal – 77%, contra 23% que têm CNPJ, quase todos estes como Microempreendedor Individual (MEI). As taxas de formalização são maiores que a média no Sul (36%) e no Sudeste (26%), enquanto a informalidade é significativamente

maior no Norte (90%) e no Nordeste (87%); no Centro-Oeste, os números são próximos da média (78% de informais).

Não há diferença significativa no acesso à formalização entre homens e mulheres, mas sim no que tange à cor/raça: 30% dos brancos têm negócios conta própria formais (o que se combina com a distribuição territorial da formalização), enquanto as taxas de informalidade chegam a 86% entre os pretos e 83% entre os pardos.

Os níveis de formalidade têm correlação direta com a escolaridade (Tabela 3) e a faixa de renda dos trabalhadores. O caráter informal marca 95% das atividades dos conta própria sem instrução ou com menos de um ano de estudo; já entre aqueles com superior completo, a formalização chega a 43%. Atividades que asseguram renda maior que 4.001 reais são predominantemente formais (59%), enquanto aquelas de renda inferior a 500 reais são quase inteiramente informais (95%), bem como entre 501 e 1.000 reais (87%). Nas faixas intermediárias, prevalece a informalidade, com 74% das atividades de quem ganha entre 1.001 e 2.000 reais e 58% na faixa restante (entre 2.001 e 4.000 reais).

Tabela 3 - Taxa de formalização de conta própria por escolaridade (Brasil urbano, 2019)

Nível de Instrução	Formal	Informal
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5,32%	94,67%
Fundamental incompleto ou equivalente	12,14%	87,86%
Fundamental completo ou equivalente	17,31%	82,68%
Médio incompleto ou equivalente	15,12%	84,87%
Médio completo ou equivalente	24,89%	75,11%
Superior incompleto ou equivalente	33,23%	66,76%
Superior completo	43,16%	56,84%

Por fim, também os tipos de atividade apresentam diferentes níveis de formalização (tabela 4). Serviços por conta própria são significativamente mais formais, como nas áreas de informação, comunicação e financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (41%) e educação, saúde e serviços sociais (34%). De outro lado, quase todas as atividades agrícolas (91%), de construção (90%) e de transporte, armazenagem e correio (87%) são informais.

Tabela 4 - Taxa de formalização dos conta própria por setor de atividade (Brasil urbano, 2019)

Setor de Atividade	Formal	Informal
Alojamento e alimentação	22,45%	77,54%
Atividades mal definidas	0,00%	100,00%
Indústria geral	18,65%	81,34%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	29,49%	70,50%
Construção	10,27%	89,72%
Outros Serviços	23,41%	76,58%
Transporte, armazenagem e correio	13,13%	86,86%
Educação, saúde humana e serviços sociais	34,27%	65,72%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8,67%	91,33%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	41,31%	58,69%

A informalidade e o “contapropismo” têm sido interpretados principalmente como parte do circuito inferior da economia, conectado ao circuito superior (em relação proposta por MILTON SANTOS, 2008). Entre os circuitos superior e inferior, reside “um conjunto de atividades pelas quais o capital hegemônico não se interessa a priori, ligadas ao chamado circuito superior marginal, que ganha espaço e se fortalece” (DINIZ, 2019)⁶. Para Diniz (2019), a economia popular se identifica com o circuito inferior “quando se trata da produção voltada aos mercados locais e pouco articulada externamente”; se conecta com o circuito superior marginal “quando se trata dos serviços produtivos”; e “torna-se cada vez mais imbricada ao circuito superior, compartilhando com esses recursos nos territórios, integrando-se às redes organizacionais e técnicas, acompanhando a intensificação e a diversificação dos fluxos e do consumo, a expansão da publicidade e das redes de informação”. Num contexto marcado por precarização, o circuito superior preserva número cada vez

⁶ “Trata-se dos serviços produtivos e da produção de insumos intimamente ligados à técnica e organização do circuito superior (transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, assessoria, propaganda, produção de certos insumos). São atividades concentradas nas metrópoles e nas cidades médias onde o circuito superior avança” (Diniz, 2019). Parte dessas ocupações também compõe o trabalho por conta própria.

mais restrito de trabalho assalariado protegido pela legislação, remetendo ao circuito inferior (e à economia popular) atribuições atendidas por dinâmicas e vínculos precários. “Parte da economia popular parece ocupar as ‘pontas’ dos processos de terceirização das cadeias produtivas globais, subordinando a produção individual e domiciliar aos processos decisórios do circuito superior” (DINIZ, 2019). A autora exemplifica:

Este é o caso da construção civil guiada pelos grandes grupos construtores, de capital nacional e estrangeiro, dos trabalhadores agrícolas atuantes na produção em larga escala e das operadoras de máquinas de costura que constroem, em seu domicílio de residência, peças de grandes marcas internacionais. É o caso também das ocupações que se vinculam, de certo modo, ao circuito superior marginal, como aquelas ligadas aos transportes, serviços mecânicos e distributivos, entre outras.

Diniz (2019), assim, aponta duas práticas da economia popular: “uma vinculada mais diretamente às cadeias produtivas globais, caracterizada por relações de trabalho precarizadas, postos de trabalho não raro ocupados por grupos mais vulneráveis, como as mulheres e os menos escolarizados, onde a produção é subordinada às grandes empresas internacionais” e outra “ligada ao abastecimento de demandas locais, mas cada vez mais vinculada aos circuitos superiores, seja pelo maior uso das tecnologias, pelo acesso ampliado ao crédito, pelo maior acesso à informação possibilitado pelas redes sociais etc.”. No balanço da produção de pequeno porte, voltada aos mercados locais, a autora elenca: “setores de serviços pessoais (embelezamento, cuidados de idosos e crianças), confecções ligadas a pequenos consertos, agricultura familiar e urbana, serviços mecânicos e transportes em menor escala, reciclagem etc.” (DINIZ, 2019).⁷

⁷ Ambas as conexões (com o circuito inferior ou com o superior) podem ser percebidas nos grandes setores de atividade: “por exemplo, [n]o de confecções, podem-se identificar relações articuladas diretamente ao grande capital, como no caso das costureiras que atuam por conta própria na produção de peças para grandes marcas internacionais, e relações voltadas aos mercados imediatos, como a produção de vestuário em pequena escala, comercializada em feiras ou no comércio local, e os pequenos consertos” (Diniz, 2019).

Capítulo 2

Discriminações regionais, de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria

Neste capítulo, vamos observar como as desigualdades regionais, de raça, gênero e classe incidem sobre o trabalho por conta própria no Brasil. Para tanto, os dados da PNAD-C relativos à renda dos conta própria urbanos nas 20 atividades mais frequentes em cada faixa de renda foram distribuídos em gráficos com quadrantes de raça e gênero. Posteriormente, para fins de comparação e de observação das desigualdades relacionadas ao território, os dados foram analisados em seis diferentes níveis geográficos, o primeiro relativo ao Brasil e os demais, a cada uma das regiões.

As atividades são identificadas nos gráficos por pontos e números que correspondem a seus respectivos códigos na PNAD-C. A descrição dos dados será mais concentrada nas distribuições que claramente demarcam desigualdades regionais, de classe, raça ou gênero (ou combinações entre esses vetores).

Como a concentração de conta própria por faixa de renda varia muito de região a região, isso afeta a consistência dos dados nos segmentos de menor participação de trabalhadores.

Tabela 5 - Distribuição dos conta própria por faixa de renda (Brasil urbano e Regiões brasileiras - 2019)

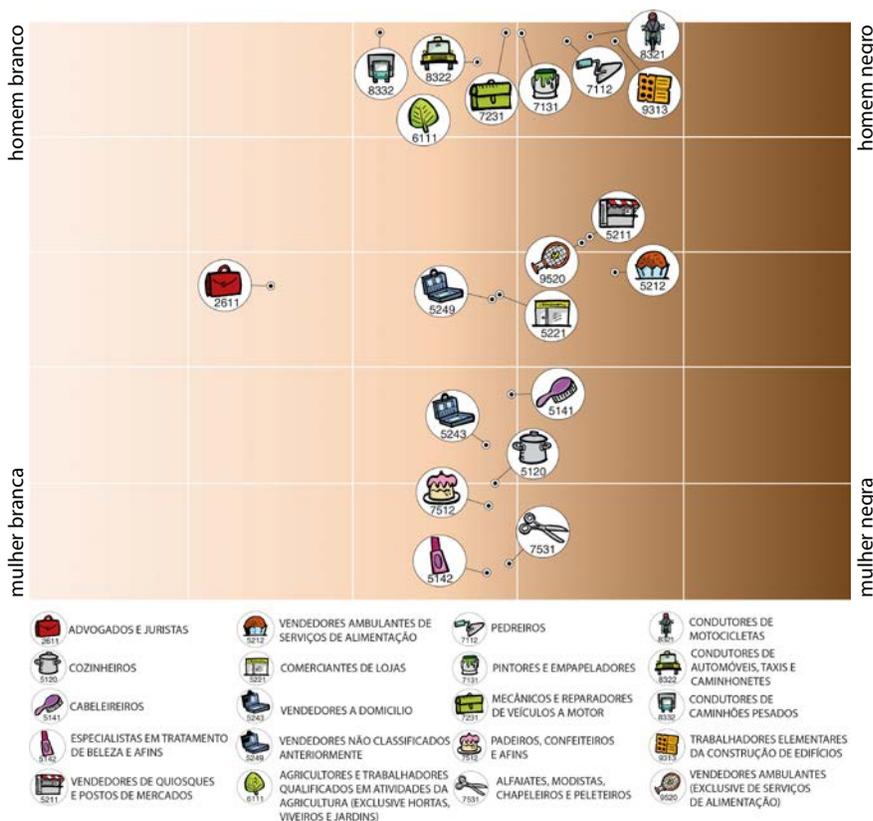
Faixa de renda	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Até R\$ 500	21,49%	38,52%	32,13%	15,69%	11,46%	14,78%
R\$ 501 a R\$ 1.000	26,50%	31,04%	34,58%	26,12%	20,42%	24,55%
R\$ 1.001 a R\$ 2.000	30,21%	20,40%	22,60%	32,40%	36,20%	34,50%
R\$ 2.001 a R\$ 4.000	14,92%	7,11%	8,01%	18,40%	22,20%	17,40%
Acima de R\$ 4.000	6,87%	2,90%	2,68%	7,42%	9,64%	8,77%
Participação no total dos conta própria	100%	25,85%	10,11%	7,74%	14,67%	41,6%

2.1 Desigualdades de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil

Desigualdades estruturais de gênero e raça incidem diretamente sobre a divisão social do trabalho por conta própria no Brasil. As diferenças aparecem na distribuição geral das atividades mais frequentes, mas seus efeitos são mais nítidos quando se observam os dados por faixa de renda: aí se constata como negros e mulheres são discriminados em relação a brancos e homens, combinação especialmente perversa para mulheres negras.

O gráfico 1 apresenta as 20 atividades por conta própria mais comuns por sexo e raça/cor, no conjunto das faixas de renda do trabalho por conta própria no Brasil. A dispersão predominantemente vertical dos dados sugere segregação por gênero maior do que por raça. As maiores desigualdades interseccionais estão em condutores de caminhões pesados (8332) ocupada por homens brancos e vendedores ambulantes de serviços de alimentação (5212) como a mais feminina e negra das profissões por conta própria. Enquanto advogados e juristas (2611) é a profissão mais corrente para mulheres brancas, essa posição fica com trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) como a mais negra e masculina. Há equilíbrio relativo da participação na perspectiva racial entre homens brancos e negros como condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (8322), ao passo que há equilíbrio quanto ao gênero entre mulheres e homens negros como vendedores ambulantes (9520) e vendedores de quiosques e postos de mercados (5211).

Gráfico 1 - Quadrantes de atividades por conta própria por sexo e raça/cor: Todas as faixas de renda (Brasil urbano, 2019)

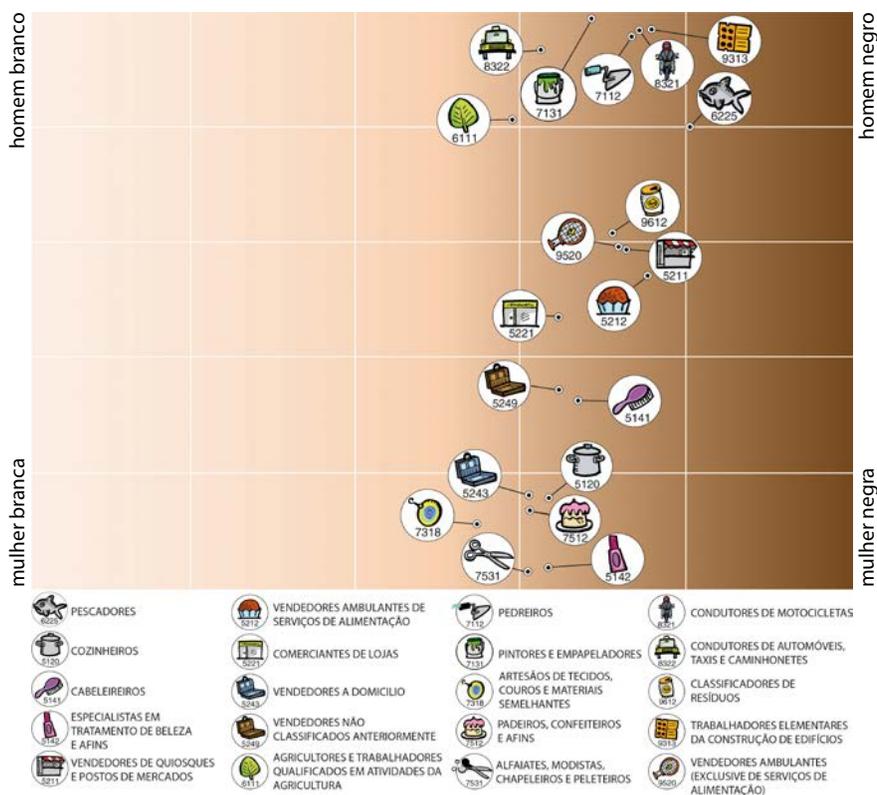


Com os dados desagregados por faixas de renda, é mais claro compreender a interseccionalidade das desigualdades – noutras palavras, visualizar como diferenças de classe, raça e gênero se combinam e se reforçam. Os conta própria foram divididos em uma faixa de renda baixa (até 500 reais mensais), uma de renda alta (acima de 4 mil reais) e três intermediárias (entre 500 e 1.000 reais; entre 1.001 e 2.000 mil reais; e entre 2.001 e 4.000 reais). Em cada faixa, raça e gênero seguem estruturando a divisão do trabalho. Os cinco gráficos serão exibidos agrupados nas próximas páginas para facilitar a visualização comparativa.

O gráfico 2 apresenta as atividades por conta própria para renda até 500 reais. Nessa faixa de renda, quase todas as profissões pertencem majoritariamente à população negra. A exceção é costureiros, bordadeiros e afins (7533). As desigual-

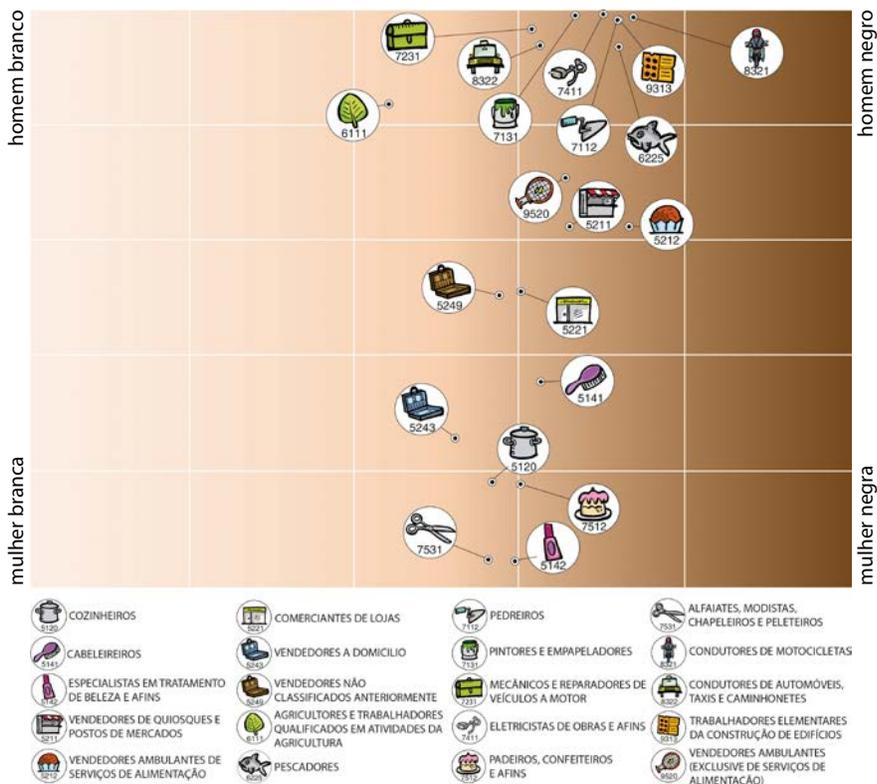
dades interseccionais aparecem nos trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) como a mais masculina e negra, enquanto cabeleireiros (5141) como a mais feminina e negra. Há equilíbrio relativo da participação na perspectiva racial entre mulheres brancas e negras em Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes (7318) e participação equilibrada quanto ao gênero ocorre entre homens e mulheres negras como classificadores de resíduos (9612).

Gráfico 2 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: renda até 500 reais (Brasil urbano, 2019)



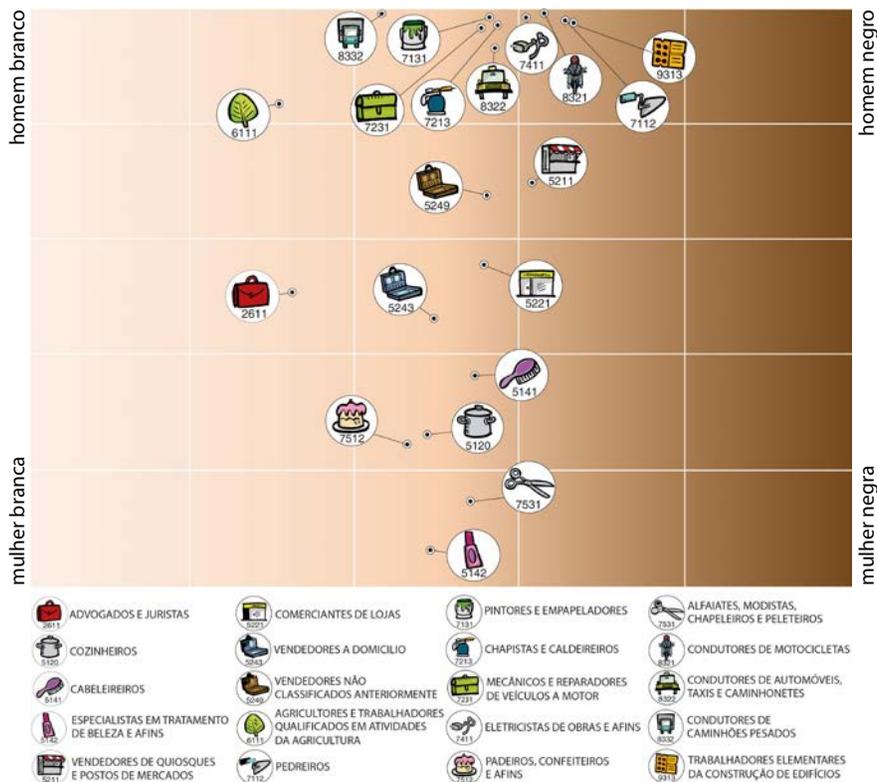
No gráfico 3, que apresenta a faixa de renda de 501 a 1.000 reais, observa-se a manutenção de profissões mais negras do que a média de trabalhadores por conta própria. Nesse caso, as exceções são vendedores a domicílio (5243) entre as profissões mais femininas e agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] entre as mais masculinas.

Gráfico 3 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 501 e 1000 reais (Brasil urbano, 2019)



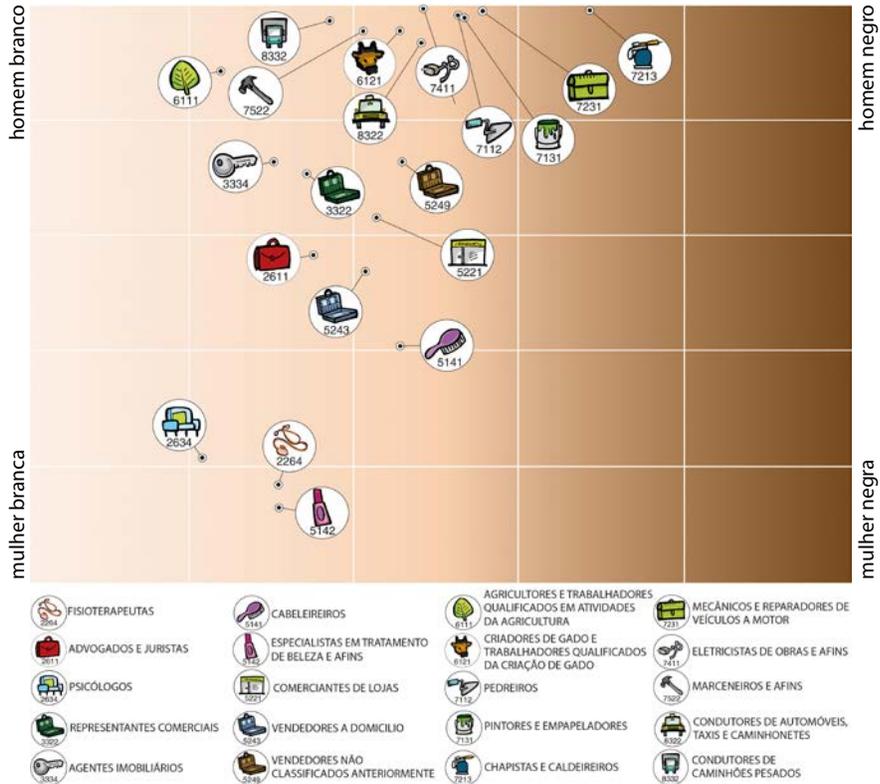
O gráfico 4 apresenta as atividades por conta própria com faixa de renda entre 1.001 e 2.000 reais. Aqui, a desigualdade predomina pelo eixo racial, com exceção de agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)) para homens brancos e artesãs de tecidos couros e materiais semelhantes (7318) para mulheres brancas. Pela análise interseccional, a atividade simultaneamente mais masculina e negra é a de trabalhador elementar da construção de edifícios (9313) e as mais femininas e negras são cabeleireiros (5141) e vendedores não classificados anteriormente (5249). Participações equilibradas quanto ao gênero ocorrem entre homens e mulheres negras como vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação (9520)) e vendedores de quiosque e postos de mercado (5211).

Gráfico 4 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 1.001 e 2.000 reais (Brasil urbano, 2019)



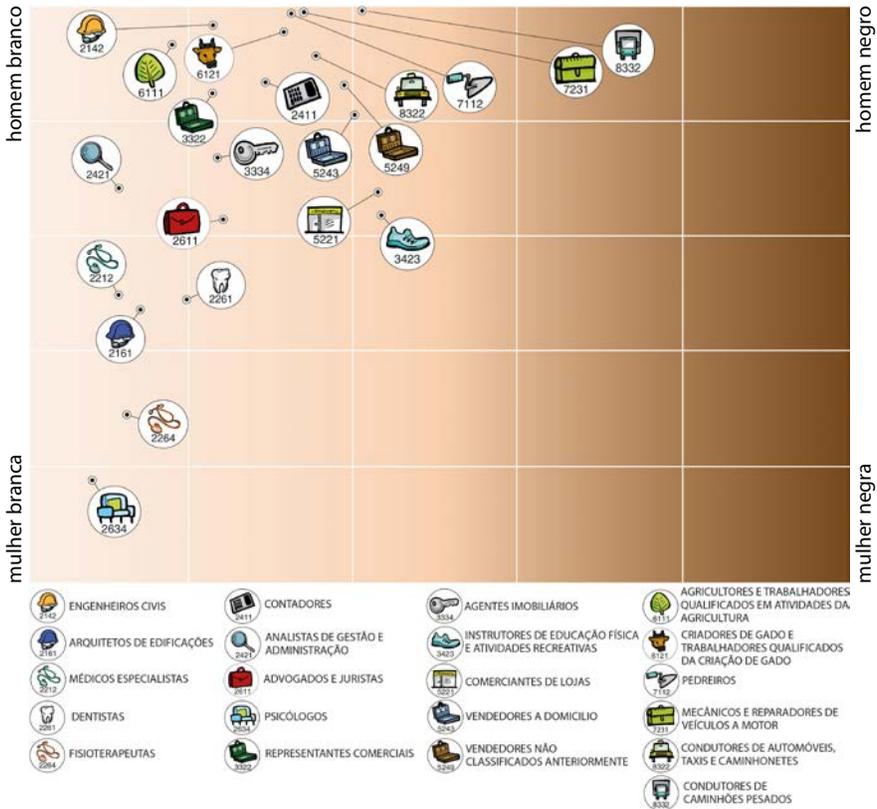
O gráfico 5 revela que, nas atividades por conta própria de renda entre 2.001 e 4.000 reais em todo o Brasil, os brancos predominam na maioria das ocupações, com foco em agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)) para homens brancos e psicólogos (2634) para mulheres brancas. Equilíbrio na participação quanto ao gênero ocorre na ocupação comerciante de loja (5221) para homens e mulheres brancos. Os homens negros figuram nessa faixa como mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) e chapistas e caldeireiros (7213).

Gráfico 5 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 2.001 e 4.000 reais (Brasil urbano, 2019)



Por fim, o gráfico 6 descreve os quadrantes dos conta própria de faixa de renda superior a 4 mil reais. O eixo racial separa as atividades por completo, colocando-as totalmente ao lado dos brancos. A mais masculina e branca das atividades é a de agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] e a mais feminina e branca é a de psicólogos (2634). Ocorre participação equilibrada quanto ao gênero entre advogados e juristas (2611).

Gráfico 6 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda superior a 4.000 reais (Brasil urbano, 2019)



Pode-se, desse modo, perceber que, à medida que a renda cresce, o trabalho por conta própria se torna um mundo mais branco e mais masculino. Esse movimento será confirmado e refinado a seguir, com a análise das dobras que as desigualdades regionais impõem sobre as interseccionalidades examinadas até aqui.

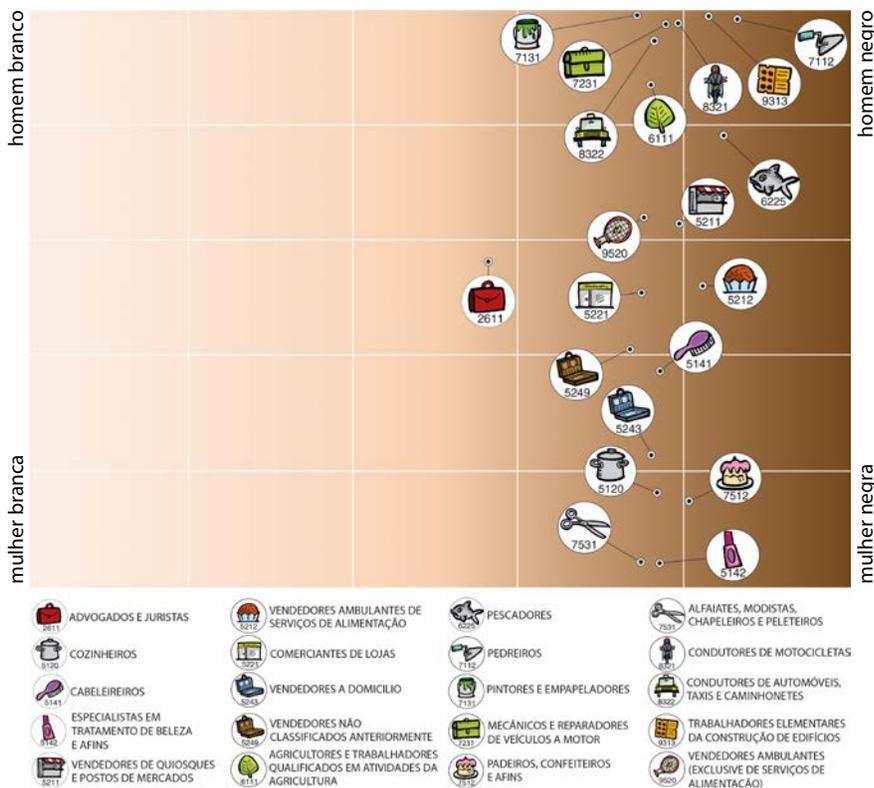
2.2 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Nordeste

A região Nordeste, com forte concentração de população negra, tem maior homogeneidade na distribuição dos conta própria por renda nos eixos de

raça e gênero: como os brancos são poucos, a desigualdade mais marcada é a de gênero.

Considerando as atividades por conta própria em todas as faixas de renda (gráfico 7), o Nordeste apresenta maior segregação por raça, tendo os homens negros seu expoente em pedreiros (7112) e as mulheres negras como especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Há participação equilibrada quanto ao gênero para homens e mulheres negras em vendedores de quiosques e postos de mercado (5211).

Gráfico 7 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Todas as faixas de renda. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)



Os gráficos por faixa de renda indicam que, quanto maior a renda, maior a presença de brancos – mas isso só se percebe nos rendimentos acima de 2 mil reais. As atividades por conta própria de renda até 1.000 reais e entre 1.000 e 2.000 reais para a Região Nordeste (gráficos 8, 9 e 10) demonstram predominância da população negra, tendo nos homens negros os pedreiros (7112) como profissão expoente enquanto as mulheres negras estão como especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) com renda até 500 reais. Entre 501 e 1.000 reais, as profissões mais comuns são trabalhadores elementares de construção de edifícios (9313) entre homens negros e especialista em tratamento de beleza e afins (5142) entre negras. Na faixa de 1.000 a 2.000 reais, há equilíbrio na participação quanto ao gênero em vendedores ambulantes [exclusive de serviços de alimentação (9520)] e vendedores de quiosques e postos de mercados (5211).

O cenário muda nas duas faixas superiores de renda. As atividades por conta própria de renda entre 2.001 e 4.000 reais para a região Nordeste (gráfico 11) possuem ainda preponderância da população negra (16 em 20 atividades), destacando-se os pedreiros (7112) como a mais negra e masculina das atividades e as contadoras (2411) como a mais feminina e negra. Mas aparecem ocupações entre os quadrantes brancos: agentes imobiliários (3334) surgem como a mais masculina e branca nessa faixa de renda e especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) como a mais feminina e branca.

Na faixa de renda mais alta, as atividades por conta própria da região Nordeste (gráfico 12) possuem segregação racial e de gênero quase simétricas. A profissão mais masculina e branca é a de instrutores de educação física e atividades recreativas (3423), enquanto a mais masculina e negra é a de condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (8322). Entre as mulheres brancas, a ocupação predominante é de psicólogas (2634) e para as mulheres negras, organizadoras de conferências e eventos (3332). A despeito da presença de brancos nesta faixa, é bastante numeroso o conjunto de ocupações de renda mais alta ao alcance da população negra (o que não ocorre em outras regiões). Nelas, também despontam atividades quase inteiramente praticadas por negros, o que é bastante incomum, sobretudo nas faixas de renda mais alta.

Gráfico 8 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda até 500 reais. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

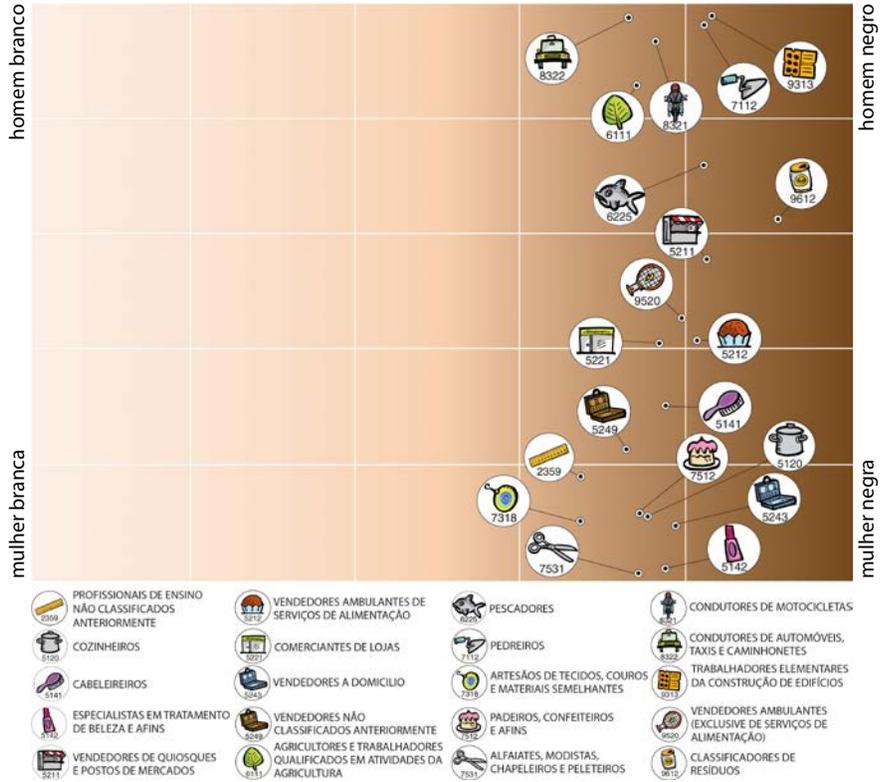


Gráfico 9 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 501 reais e 1.000 reais. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

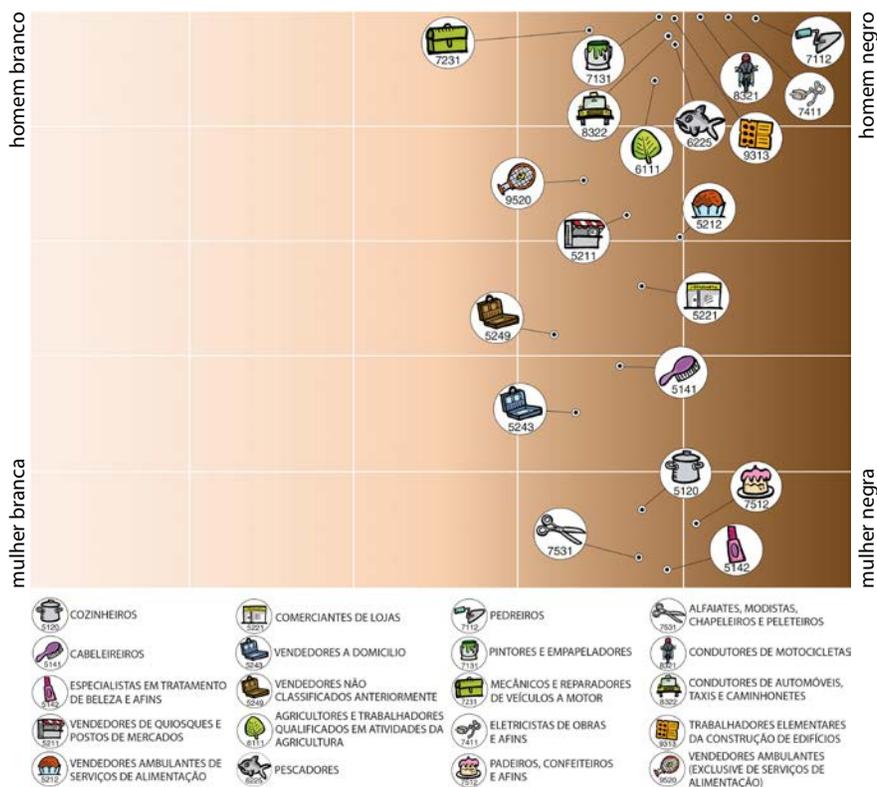


Gráfico 10 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 1.001 reais e 2.000 reais. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

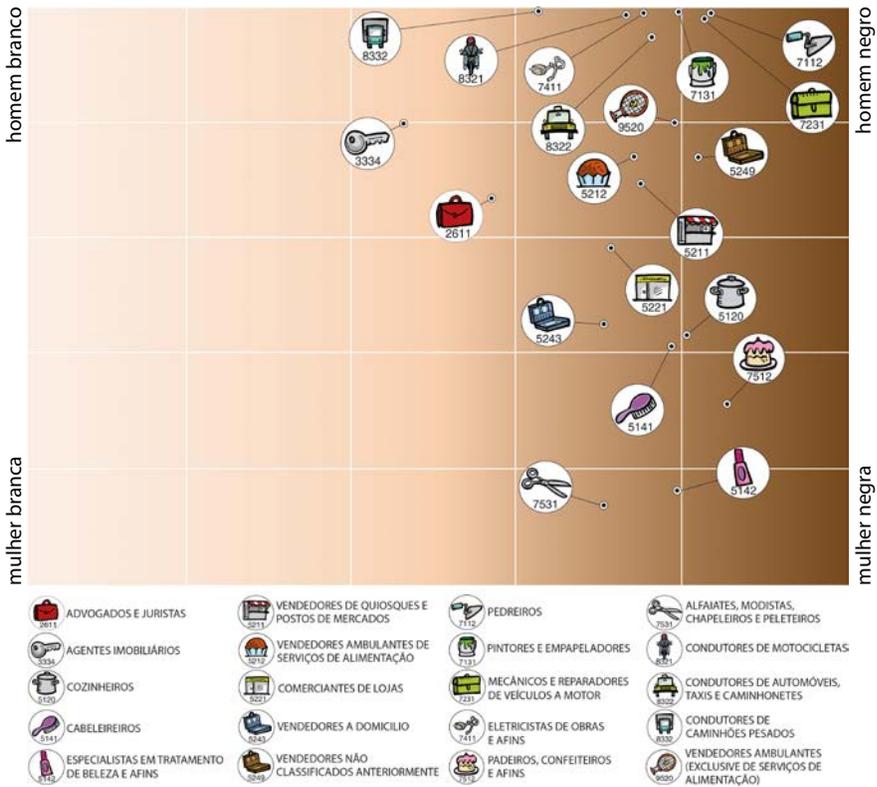


Gráfico 11 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 2.001 reais e 4.000 reais. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

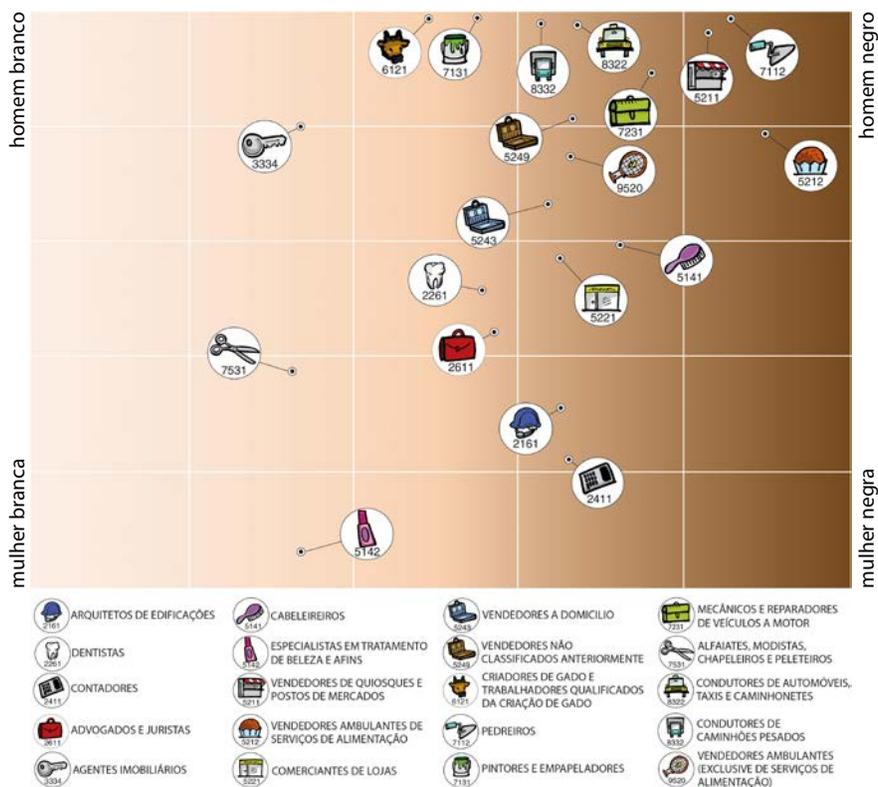
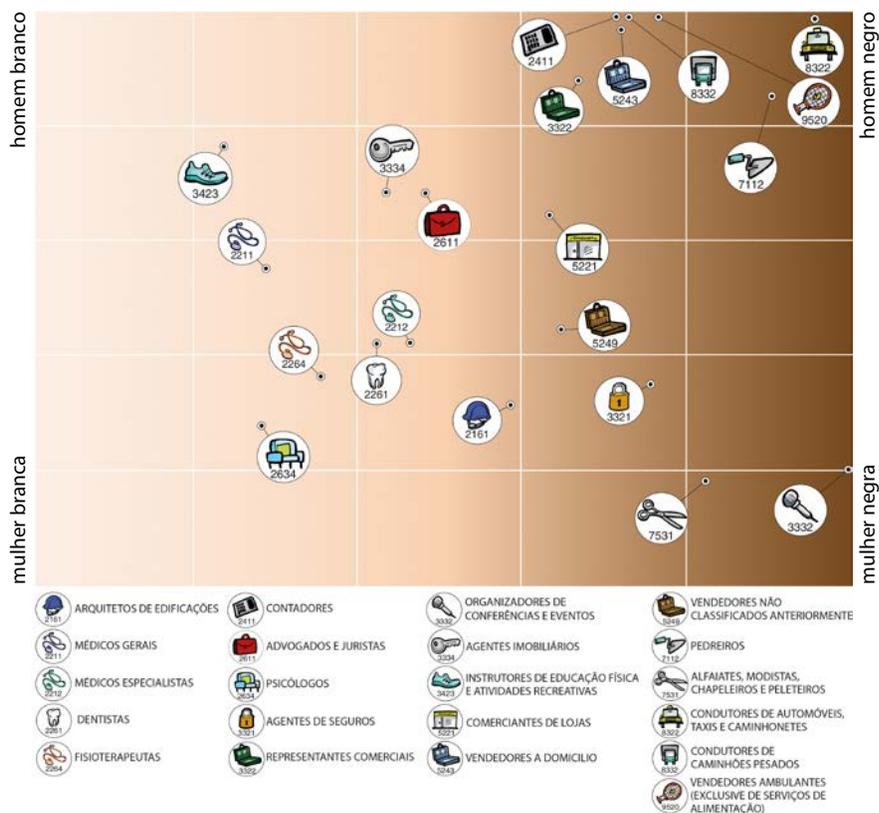


Gráfico 12 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda superior a 4.000 reais. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

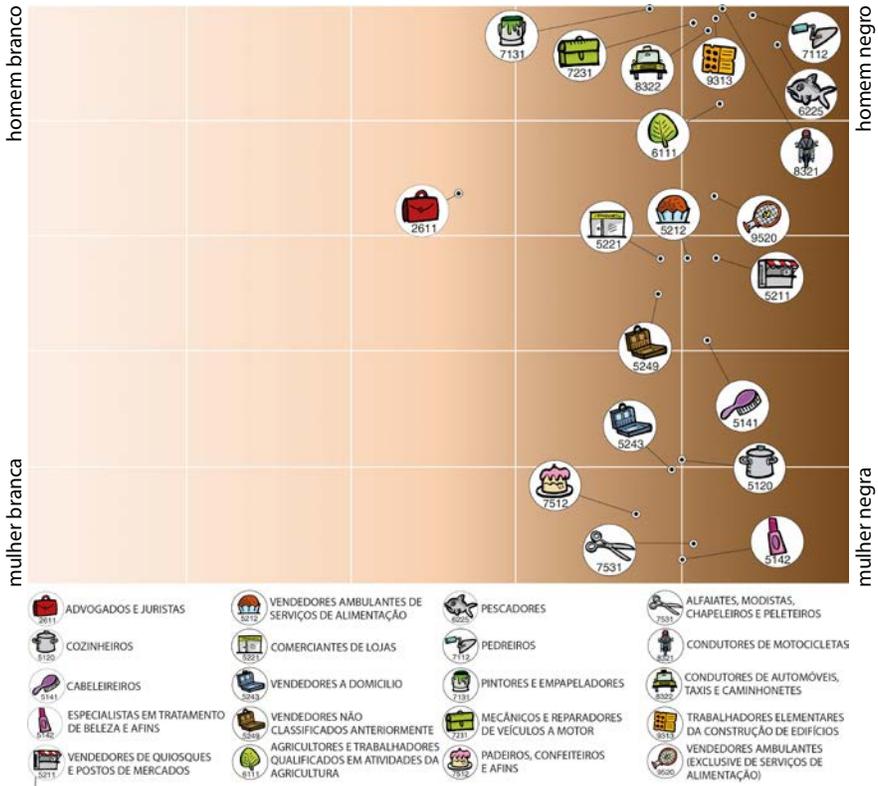


2.3 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Norte

A análise dos quadrantes de atividades por conta própria para todas as faixas de renda da Região Norte (gráfico 13) aponta predominância da população negra (19 em 20 atividades), sendo nove majoritariamente de homens negros, como pedreiros (7112) e pescadores (6225), e dez de mulheres negras, como especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) e alfaiates, modistas, cha-

peleiros e peleteiros (7531). Advogados e juristas (2611), únicas profissões no polo branco, são o grupo menos numeroso entre essas atividades.

Gráfico 13 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Todas as faixas de renda. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)



Os gráficos por renda esboçam um cenário parecido com o do Nordeste nas duas faixas inferiores, mas bem diferente nas duas superiores, indicando com maior nitidez a presença nelas de discriminação de gênero. O comportamento dos dados revela absoluta segregação racial sobre as atividades por conta própria de renda até 2.000 reais para a região Norte (gráficos 14, 15 e 16). Nas três faixas, para homens negros, destacam-se atividades como as de pedreiro (7112) e a de pescadores (6225) e para as mulheres negras, as de alfaiates, modistas, chapeleiros e peteleiros (7531) e especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Há também maioria absolutamente masculina em mecânicos e reparadores de veículos a motor, condutores de motocicleta (99%) e pintores e empapeladores (99%). A população negra desponta ainda como agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins (90%)) e mecânicos e reparadores de veículos a motor (87%).

Já na faixa superior de renda, surgem atividades predominantemente brancas, tanto para homens quanto para mulheres. As atividades por conta própria de renda entre 2.001 e 4.000 reais para a região Norte (gráfico 17) possuem predominância dos homens negros (13 em 20 atividades). A ocupação mais dominada por negros é mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231). Há menos atividades desenvolvidas totalmente pela população negra nessa faixa de renda, como cabeleireiros (5141) e especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Homens brancos aparecem no gráfico como agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)).

As atividades de renda superior a 4.000 reais para a região Norte (gráfico 18), embora pouco numerosas, apresentam fortes disparidades interseccionais, surgindo pela primeira vez ocupações de homens e mulheres brancos. Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)) e contadores (2411) são as mais brancas e masculinas e condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (8322) é a mais negra e masculina nesse segmento. Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) é a mais feminina e branca, enquanto gesseiros (7123) é a mais feminina e negra. Há participação equilibrada em perspectiva racial para os homens brancos e negros em representantes comerciais (3322).

Gráfico 14 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda até 500 reais. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

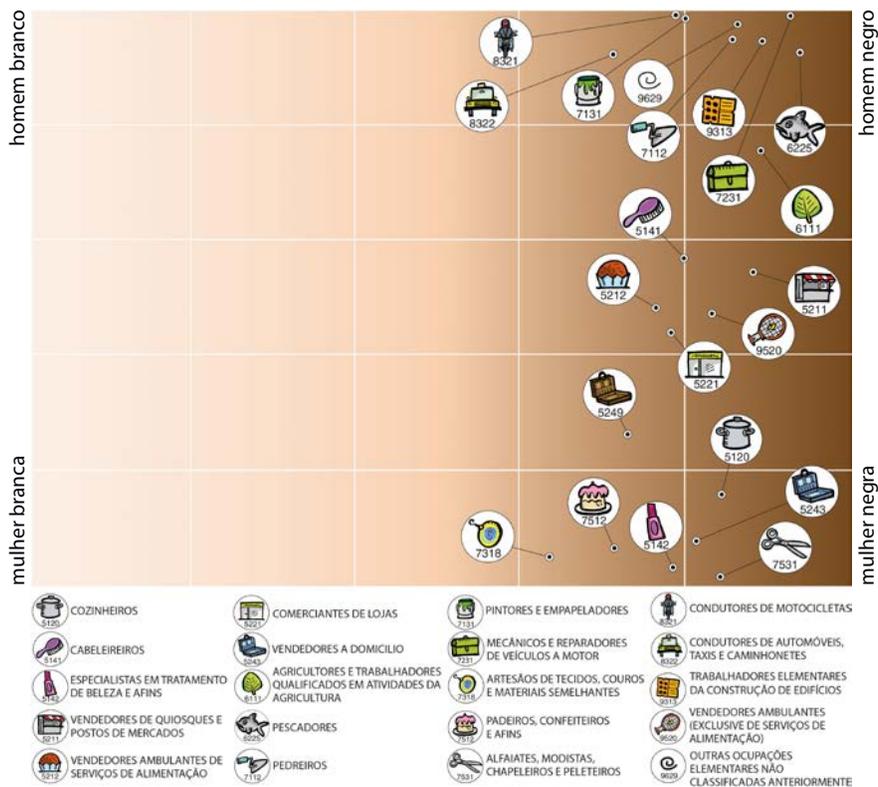


Gráfico 15 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 501 e 1.000 reais. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

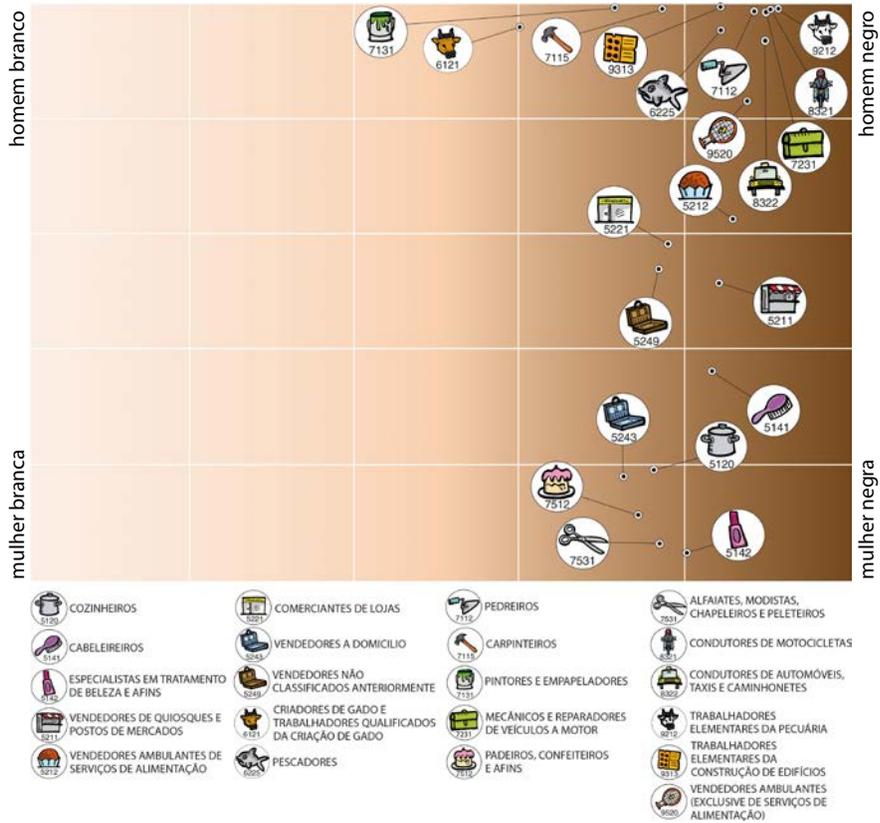


Gráfico 16 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 1.001 e 2.000 reais. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

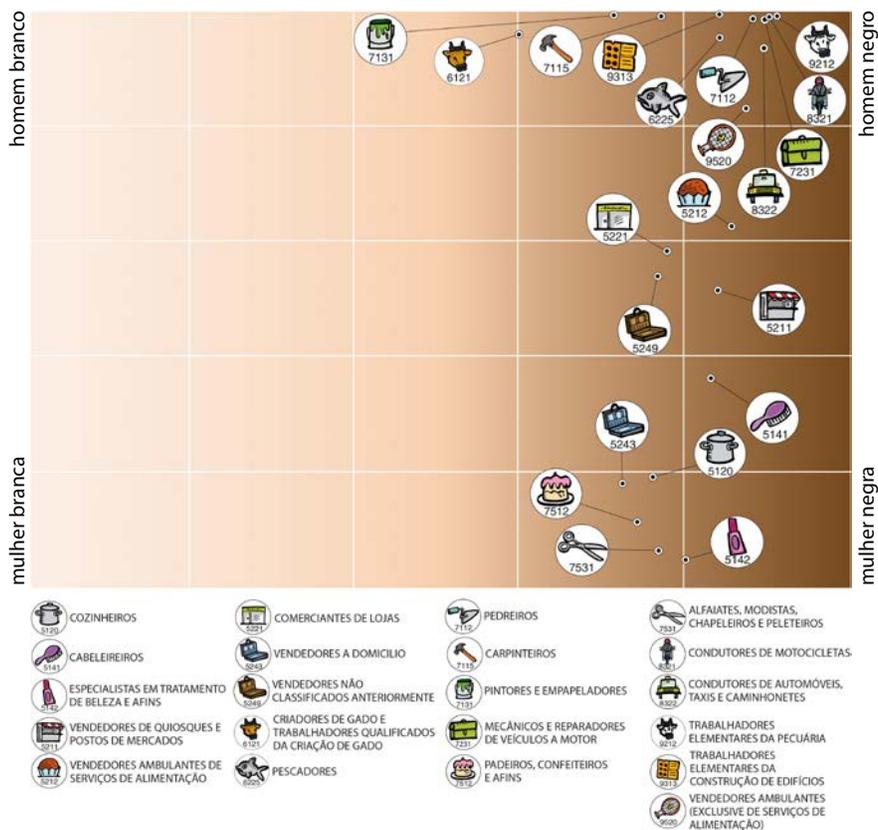


Gráfico 17 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 2.001 e 4.000 reais. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

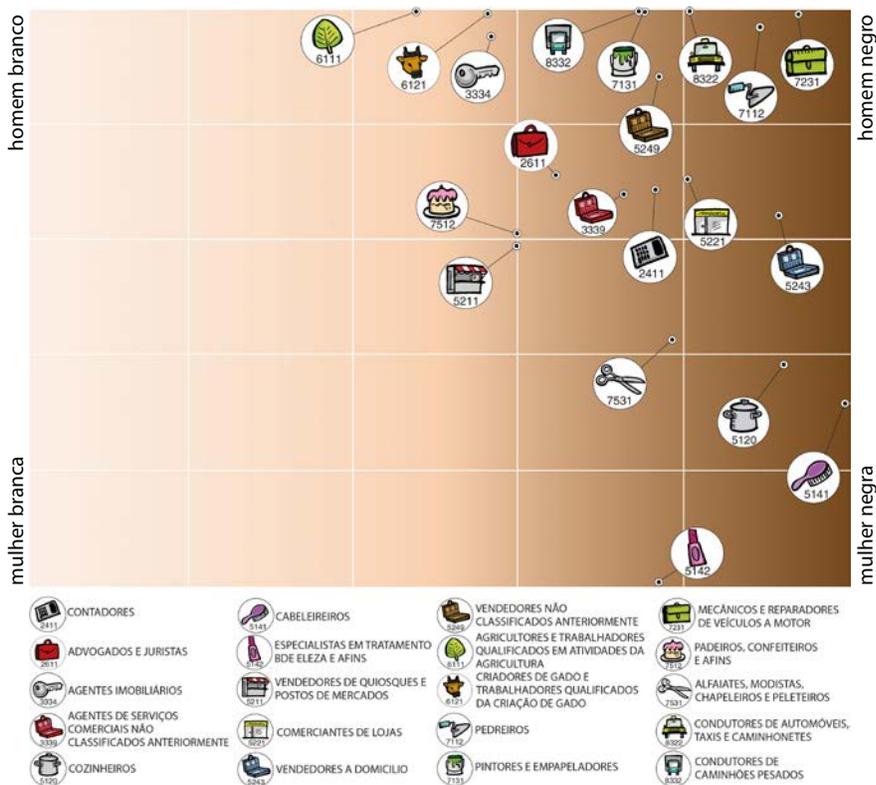
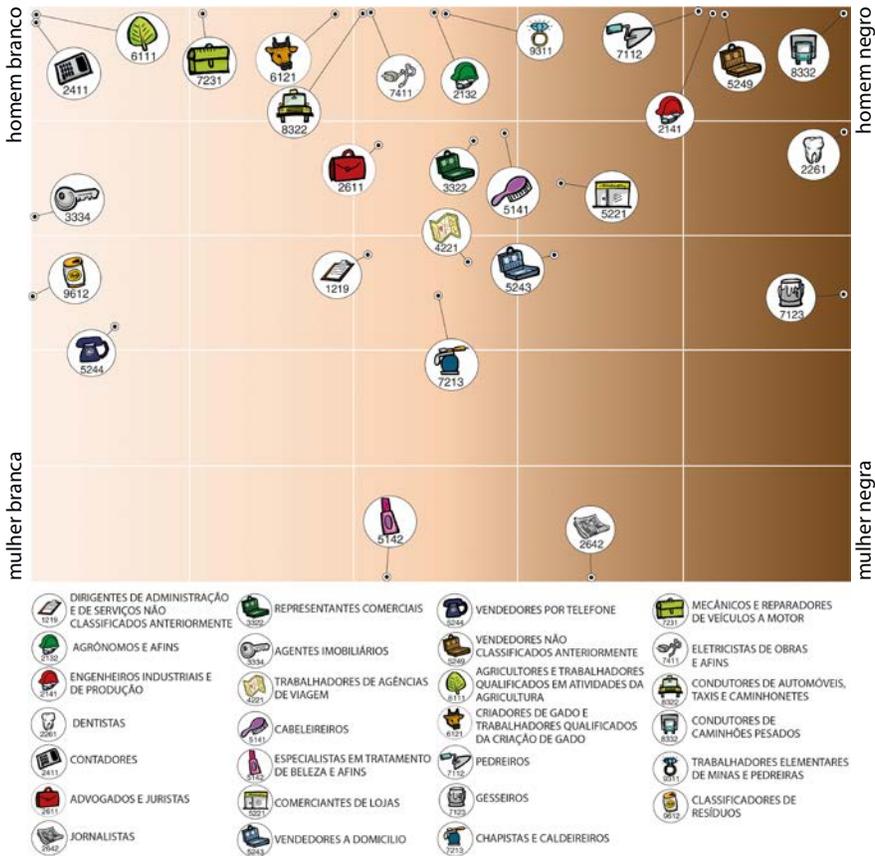


Gráfico 18 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda superior a 4.000 reais. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

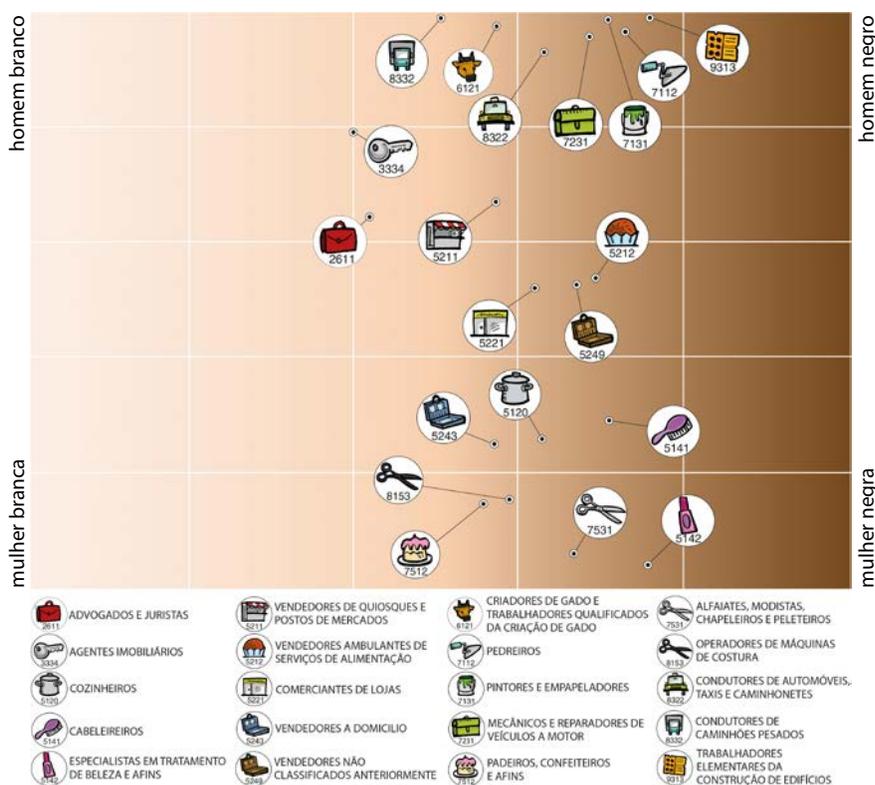


2.4 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Centro-Oeste

Quando olhamos para o conjunto do trabalho por conta própria na região Centro-Oeste (gráfico 19), prevalecem as atividades que apresentam recorte racial para negros (7 em 20) e mulheres negras (10 em 20). Aqui, os trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) são a mais masculina e

negra das profissões, enquanto especialistas de beleza e afins (5142) são a mais negra e feminina. Agentes imobiliários (3334) e advogados e juristas (2611) aparecem nos quadrantes de brancos, ambas predominantemente masculinas. Como veremos, a distribuição por faixa de renda é muito diferente dessa, sobretudo nos dois segmentos de remuneração mais elevada.

Gráfico 19 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Todas as faixas de renda. Região Centro-Oeste (Brasil urbano, 2019)



Os quadrantes de atividades por conta própria na Região Centro-Oeste considerando a renda até 1.000 reais (gráficos 20 e 21) demonstram recorte racial para os negros (17 em 20 no gráfico 20, e 19 no gráfico 21) e para as mulheres negras (12 em 20 no gráfico 20, e 12 no gráfico 21). Em ambos

os gráficos, destacam-se trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) e pedreiros (7112) como ocupações masculinas e negras. Especialistas em tratamento de beleza (5142) são a mais feminina e negra das atividades. Na faixa de renda até 500 reais destacam-se criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado (6121) como atividade majoritariamente negra, enquanto na faixa de 501 a 1.000 reais a ocupação mais negra é a de pintores e empapeladores (7131).

As atividades por conta própria de renda entre 1.001 e 2.000 reais (gráfico 22) também concentram-se entre os negros (19 em 20), e mais nas mulheres negras (11 em 20). A profissão simultaneamente mais masculina e negra é a de trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) e a mais feminina e negra ainda é a de especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Há quase equilíbrio de gênero entre homens e mulheres negras em vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação (9520)).

Nas duas faixas superiores de renda, aumenta significativamente a presença de brancos, sobretudo homens, à medida que cai a presença de negros, especialmente mulheres. A análise do gráfico 23 indica a mudança no comportamento dos dados. Quando consideradas as atividades por conta própria de faixa de renda entre 2.001 e 4.000 reais para o Centro-Oeste (gráfico 21), revela-se que o gênero sobrepuja a raça para a segregação. Há predominância nas atividades ocupadas por homens negros (11 em 20), cujo expoente é mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231), seguidas pelos homens brancos (5 em 20) presentes em mecânicos e reparadores de máquinas agrícolas e industriais (7233). As mulheres negras (3 em 20) aparecem como operadoras de máquina de costura (8153) e as brancas apenas como Vendedoras a domicílio (5243).

Para renda superior a 4.000 reais, os quadrantes de atividades por conta própria da Região Centro-Oeste (gráfico 24) denotam maior segregação por gênero do que por raça, tendo predominância dos homens brancos (13 em 20) como Engenheiros civis (2142). Os homens negros (4 em 20) atuam, por exemplo, como cabeleireiros (5141) enquanto as mulheres brancas (3 em 20) se destacam entre os arquitetos de edificações (2161). Há participação equilibrada quanto ao gênero em especialistas em tratamento de beleza e afins (5142).

Gráfico 20 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda até 500 reais. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

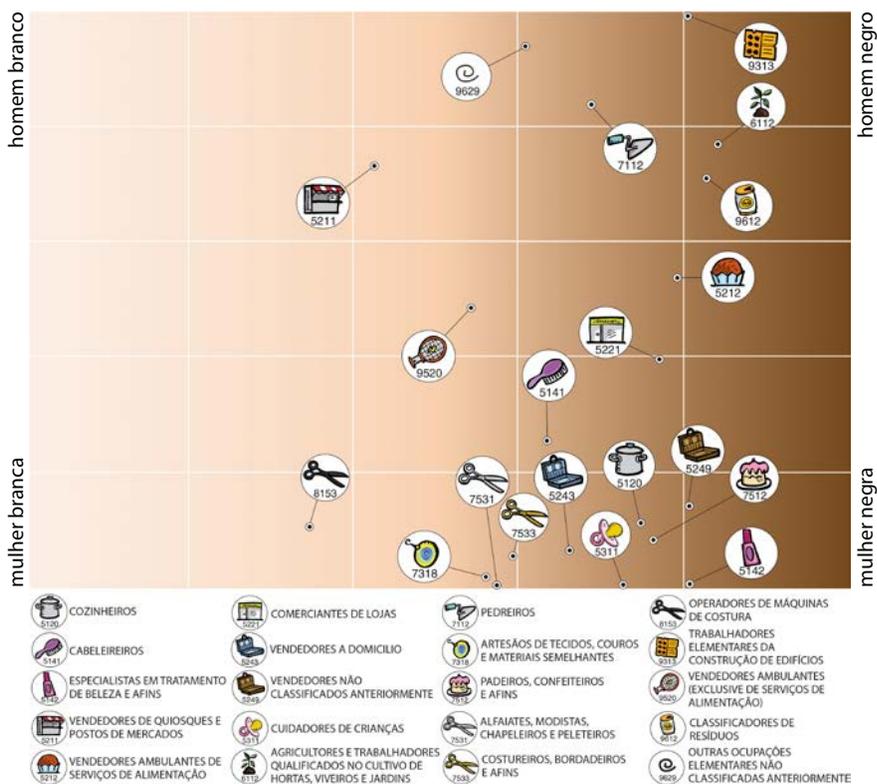


Gráfico 21 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 501 e 1.000 reais. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

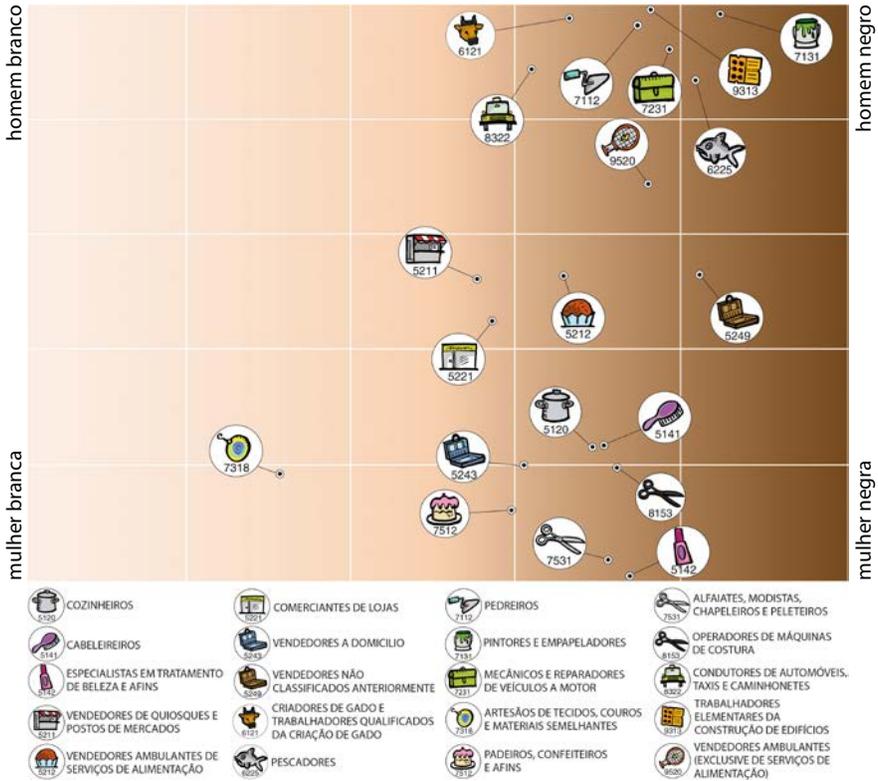


Gráfico 22 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 1.001 e 2.000 reais. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

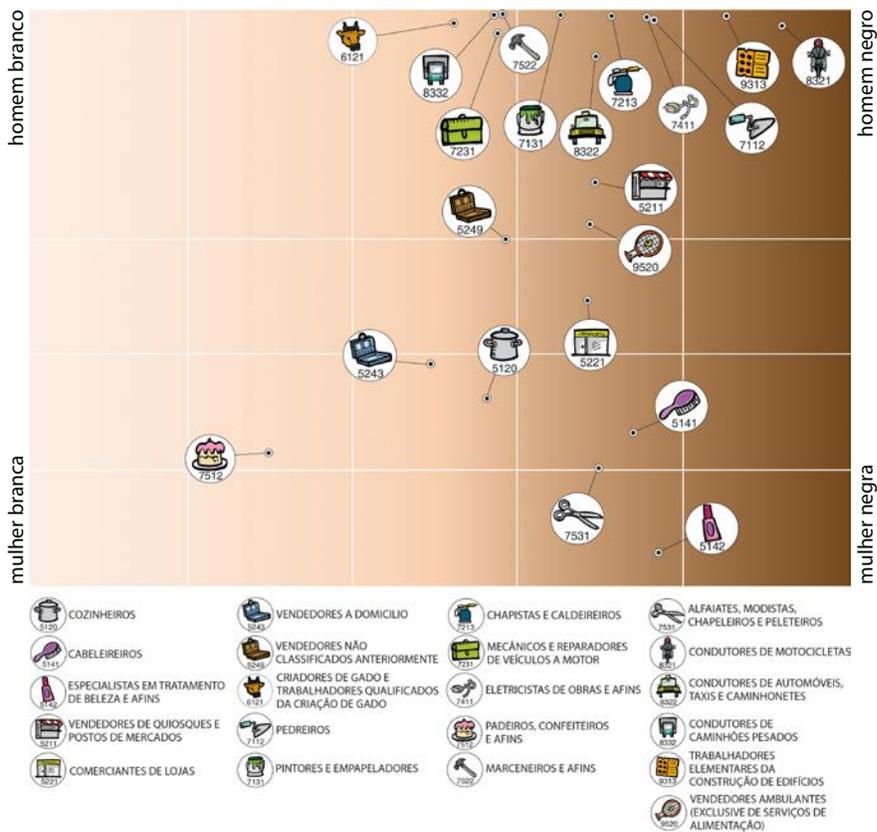


Gráfico 23 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 2.001 e 4.000 reais. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

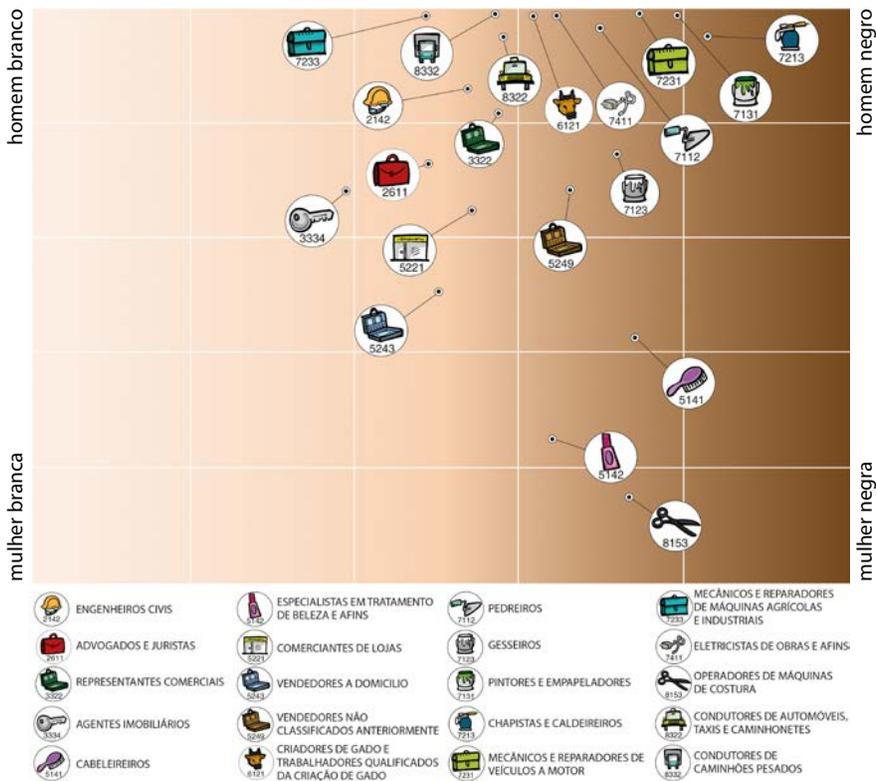


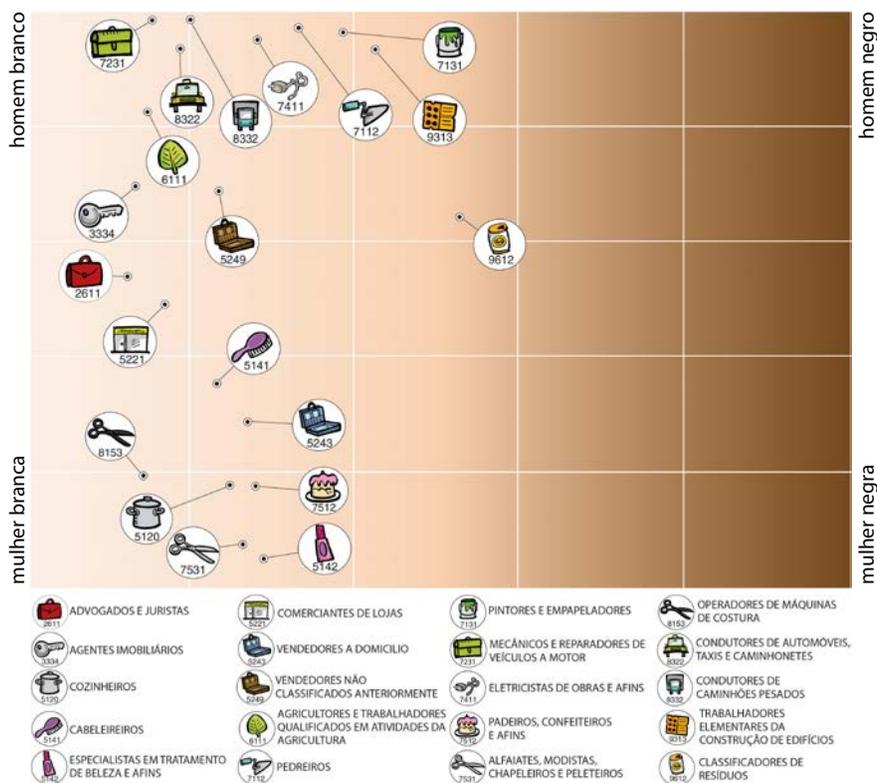
Gráfico 24 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda superior a 4.000 reais. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)



2.5 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Sul

A região sul apresenta a menor taxa de população negra do país. Ao analisar os quadrantes de atividades dos conta própria por sexo e raça/cor (gráfico 25), ela se torna o inverso do Brasil quando se consideram todas as faixas de renda. A atividade mais masculina e branca é a de mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) e a mais feminina e branca é a de operadoras de máquinas de costura (8153). Há maior equilíbrio na participação quanto ao gênero-raça em classificadores de resíduos (9612).

Gráfico 25 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Todas as faixas de renda. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)



A presença reduzida de população negra se reflete no conjunto das faixas de renda; ainda assim, repete-se o padrão de concentração de atividades no polo mais masculino e mais branco, à medida que a renda é mais elevada. No sul, o impacto dessa diferença é mais relevante, porque é mais significativo o percentual de respondentes com renda maior.

Na faixa de renda até 500 reais (gráfico 26), apenas duas ocupações são mais negras do que a média nacional, ambas majoritariamente masculinas: vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação (9520)) e trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313). Nesse quadro, as mulheres brancas possuem o maior número de ocupações (14 de 20). Verifica-se participação equilibrada quanto ao gênero-raça entre classificadores de resíduos (9612).

No gráfico 27, que representa a faixa de renda entre 500 e 1.000 reais, destaca-se a categoria de automóveis, táxis e caminhonetes (8322) como a mais masculina e branca ao passo que operadoras de máquinas de costura (8153) é a mais feminina e branca. Classificadores de resíduos (9612) compõe a única das 20 principais categorias cuja composição é mais negra do que a média nacional dos trabalhadores por conta própria.

As atividades por conta própria na faixa de renda entre 1.001 e 2.000 reais na região sul (gráfico 28) predominam como brancas e femininas; dentre estas, operadoras de máquinas de (8153) e alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros (7531). A mais masculina e branca é a de condutores de caminhões pesados (8332). Há participação equilibrada quanto ao gênero/raça entre classificadores de resíduos (9612).

A presença de negros se reduz ainda mais nos quadrantes de atividades por conta própria da faixa de renda entre 2.001 e 4.000 reais na região sul (gráfico 29). Majoritariamente masculina e branca, a atividade de mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) é seu expoente, enquanto as mulheres brancas se destacam entre especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Nesse cenário, não há qualquer equilíbrio na participação quanto à raça, estando os agentes imobiliários (3334) mais próximos de uma paridade de homens e mulheres. Entre a população negra, destacam-se as atividades de pintores e empapeladores (45%), cabeleireiros (28%) e marceneiros e afins (25%).

Por fim, a distribuição de atividades na faixa de renda superior a 4.000 reais para a região sul (gráfico 30) é, no geral, branca e masculina, com mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) como a mais masculina e branca das ocupações e psicólogas (2634) como a mais feminina e branca. Há equilíbrio na participação quanto ao gênero entre comerciantes de loja (5221) e advogados e juristas (2611). Os negros estão mais concentrados entre os vendedores a domicílio (25%), Condutores de caminhões pesados (21%) e profissionais de vendas técnicas e médicas (exclusive tic (20%)).

Gráfico 26 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda até 500 reais. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

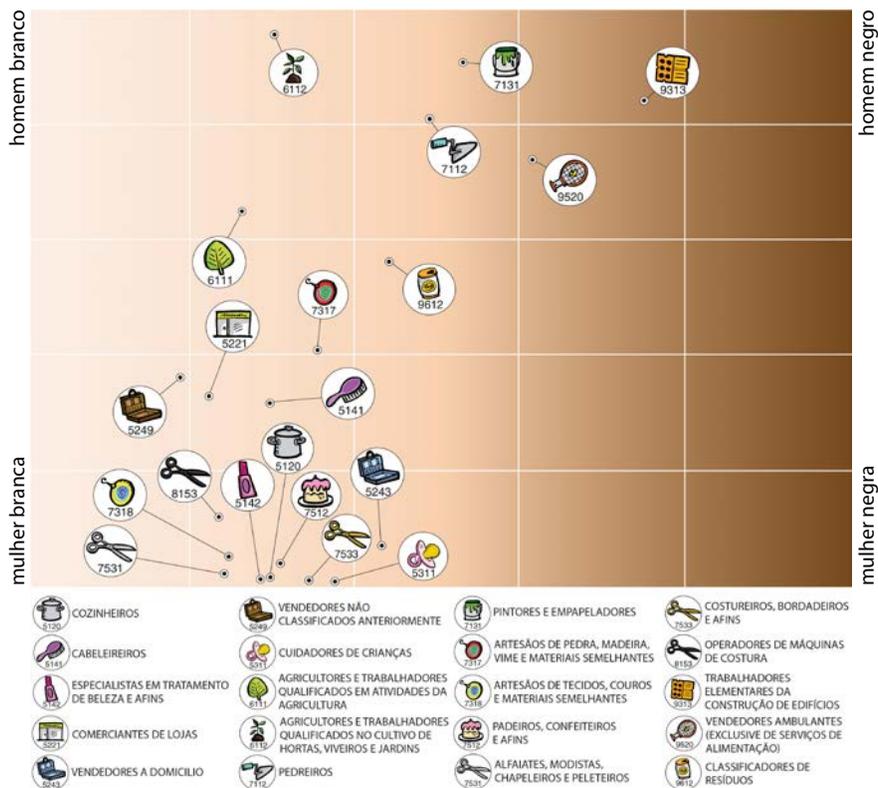


Gráfico 27 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 501 e 1.000 reais. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

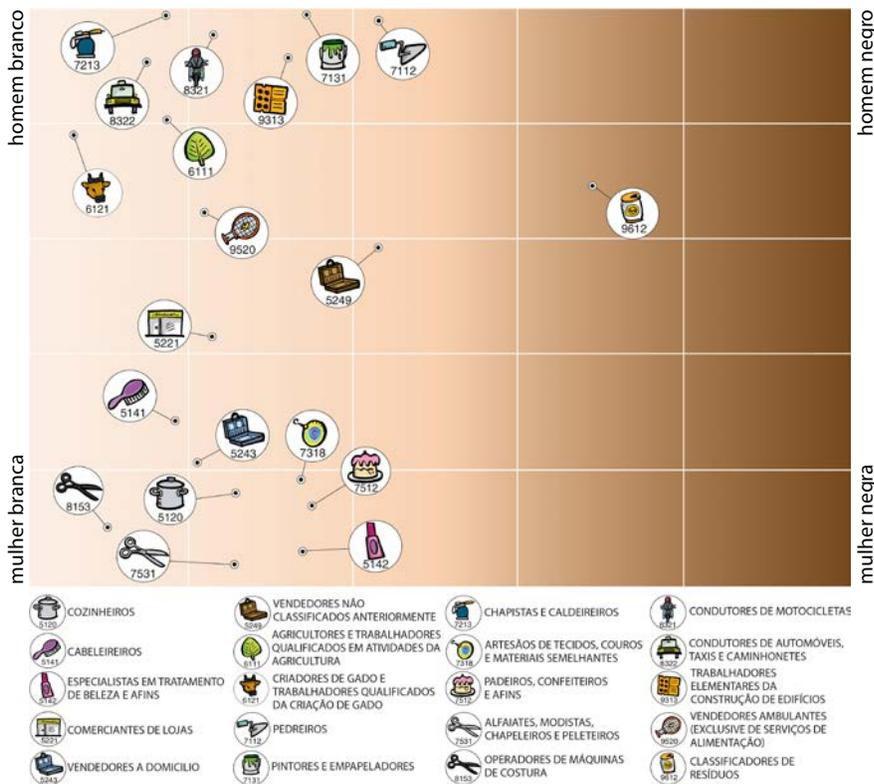


Gráfico 28 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 1.001 e 2.000 reais. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

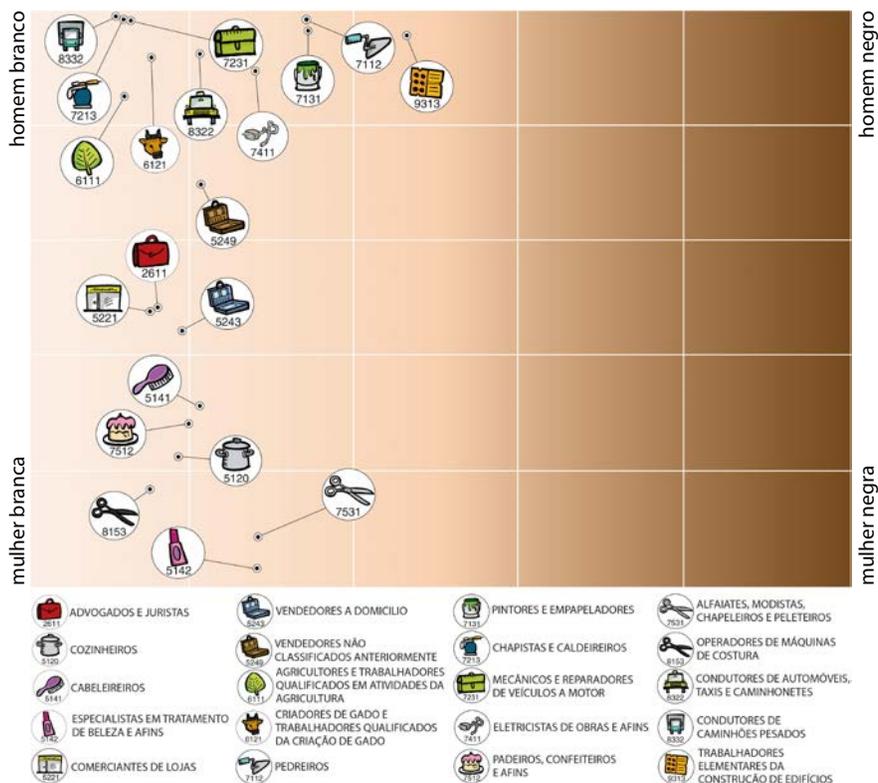


Gráfico 29 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 2.001 e 4.000 reais. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

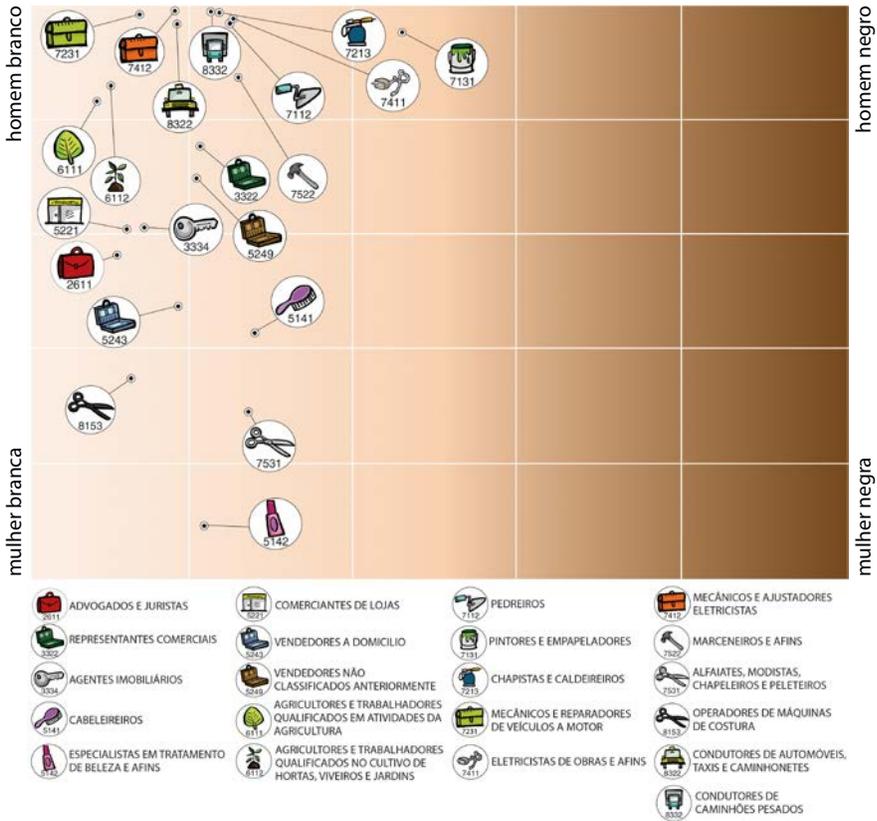
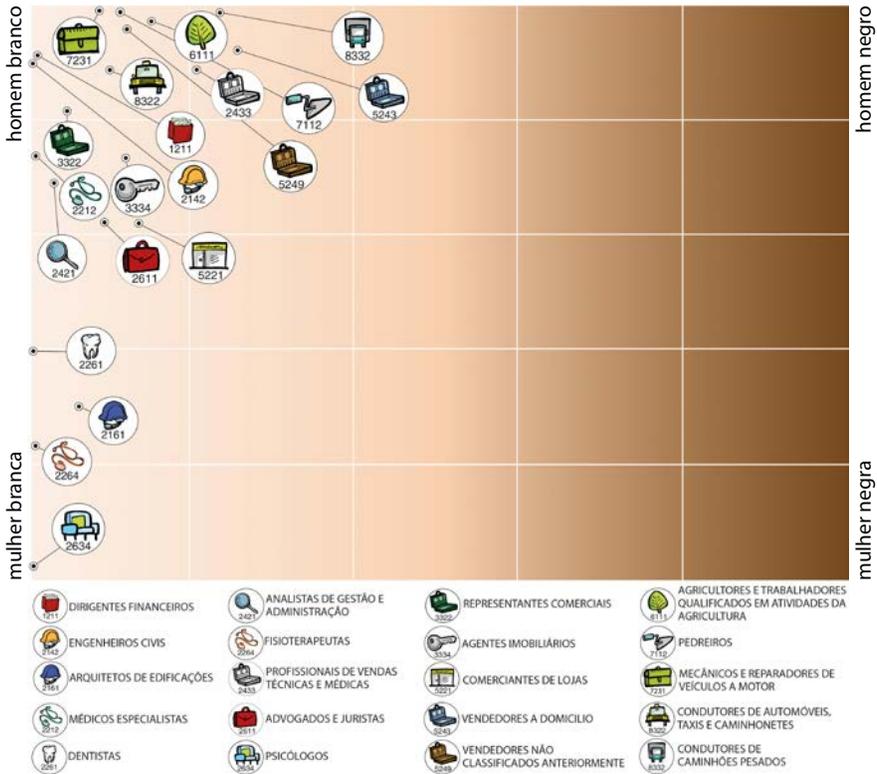


Gráfico 30 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda superior a 4.000 reais. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)



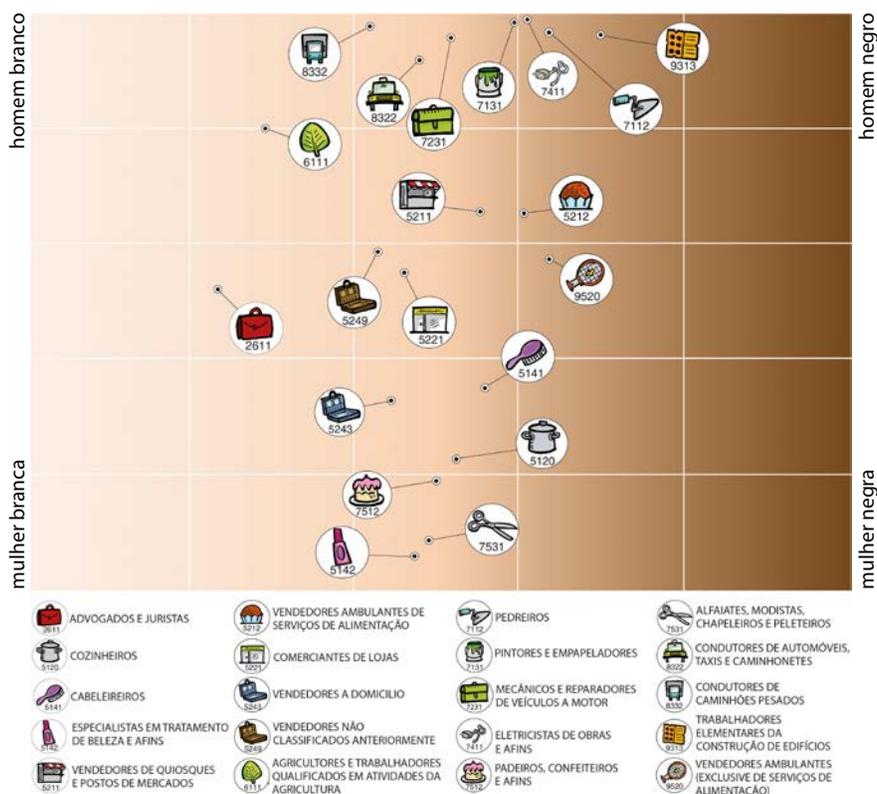
2.6 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Sudeste

A região Sudeste concentra a maior parte do trabalho por conta própria no Brasil. É também uma região, além de bastante populosa, muito miscigenada, o que se reflete em parte dos dados que analisaremos nesta seção. No desenho geral das faixas de renda, contudo, constata-se mais uma vez a concentração gradativa de brancos, especialmente homens, nas atividades com maiores rendimentos.

Ao se considerar todas as faixas de renda para as atividades por conta própria na região Sudeste (gráfico 31) percebe-se predominância das mulheres brancas (8 em 20 atividades), seguidas por homens negros (6/20), homens brancos (4/20) e mulheres negras (2/20). A profissão mais masculina e branca é a de agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] e especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) é a mais feminina e branca. Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) é a ocupação mais negra e masculina enquanto vendedores ambulantes [exclusive de serviços de alimentos (9520)] é a mais negra e feminina. Há quase equilíbrio na participação quanto ao gênero e à raça em vendedores de quiosques e postos de mercado (5211). Homens são quase a totalidade dos eletricitistas de obras e afins (99%), pintores e empapeladores (99%) e condutores de caminhões pesados (98%), enquanto a maior percentagem de pessoas negras está entre os trabalhadores elementares das construções de edifícios (69%), pedreiros (63%) e vendedores ambulantes [exclusive de serviço de alimentação (63%)].

Os quadrantes de atividades por conta própria com renda até 500 reais para a região sudeste (gráfico 32) se apresentam de forma mais concentrada em mulheres brancas (10 em 20), ainda que a desigualdade de gênero seja mais incidente do que a racial. Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)) é a atividade mais masculina e branca e costureiros, bordadeiros e afins (7533) a mais feminina e branca. Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) é a mais masculina e negra, enquanto vendedores ambulantes (exclusive serviços de alimentação (9520)) é a mais feminina e negra. Há participação equilibrada no que se refere à raça para as mulheres em padeiros, confeitheiros e afins (7512) e especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) e quase um equilíbrio de gênero e raça em vendedores ambulantes de serviços de alimentação (5212).

Gráfico 31 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Todas as faixas de renda. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)



A faixa de renda entre 501 e 1.000 reais (gráfico 33) é marcadamente mais masculina do que o gráfico 32, com 11 das 20 profissões sendo exercidas principalmente por homens (em relação a somente 5 do gráfico 32). Apenas nas ocupações cabeleiros (5141) e padeiros, confeitadores e afins (7512) predominam mulheres negras. Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes (7318) é a profissão mais feminina e branca. Entre os homens, repetem-se trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) como profissão majoritariamente negra e agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] entre os brancos.

Para os quadrantes de atividades com renda entre 1.001 e 2.000 reais (gráfico 34), a região sudeste apresenta predominância das mulheres brancas (9/20), sendo advogados e juristas (2611) a profissão mais característica desse segmento. Entre os homens negros (5/20), a atividade principal é trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313); homens brancos (4/20) como agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)]; e mulheres negras (2/20) como cabelereiros (5141). Nessa faixa, a desigualdade racial é maior do que a de gênero. Há equilíbrio de gênero entre os brancos para vendedores de quiosques e postos de mercado (5211).

A região sudeste apresenta, para a faixa de renda entre 2.001 e 4.000 reais, disparidade racial maior do que de gênero para as atividades por conta própria (gráfico 35). Entre os brancos, pela primeira vez os homens (9 em 20) ocupam mais posições do que as mulheres (7/20). Eles estão concentrados em agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] e elas, sobretudo, como psicólogas (2634) e especialistas em tratamento de beleza (5142). Os homens negros (4/20) marcam presença principalmente como chapistas e caldeiros (7213).

Por fim, os quadrantes de atividades por conta própria com renda superior a 4.000 reais (gráfico 36) apresentam todas as atividades dominadas pelos brancos. Pelo recorte interseccional, as profissões mais destacadas tornam-se contadores (2411) e representantes comerciais (3322) para os homens e psicólogos (2634) para as mulheres. Há maioria masculina entre os condutores de caminhões pesados, pedreiros e vendedores não classificados anteriormente (95%). A população negra se apresenta minoritária nessa categoria como instrutores de atividades físicas e atividades recreativas (48%), condutores de caminhões pesados (36%) e vendedores não classificados anteriormente (36%).

Gráfico 32 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda até 500 reais. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)

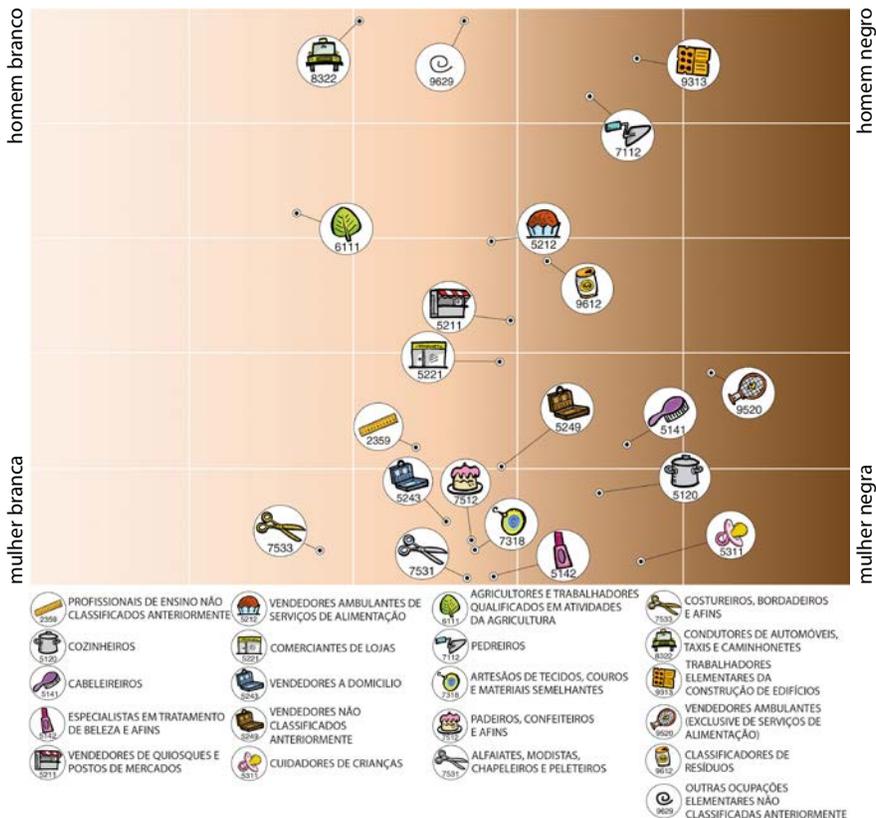


Gráfico 33 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 501 e 1.000 reais. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)

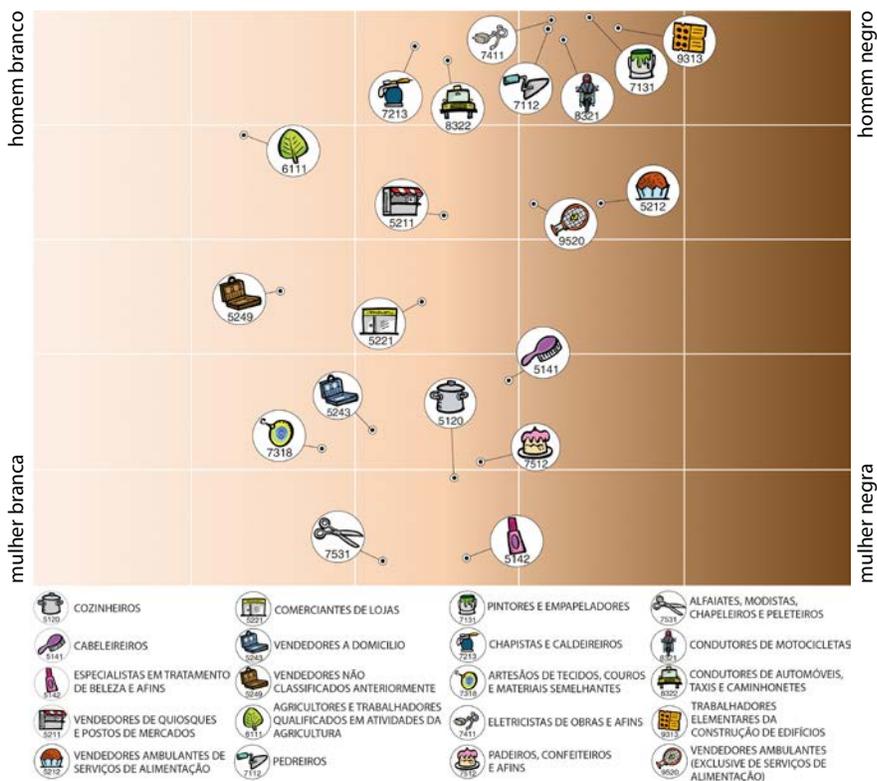


Gráfico 34 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 1.001 e 2.000 reais. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)



Gráfico 35 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda entre 2.001 e 4.000 reais. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)

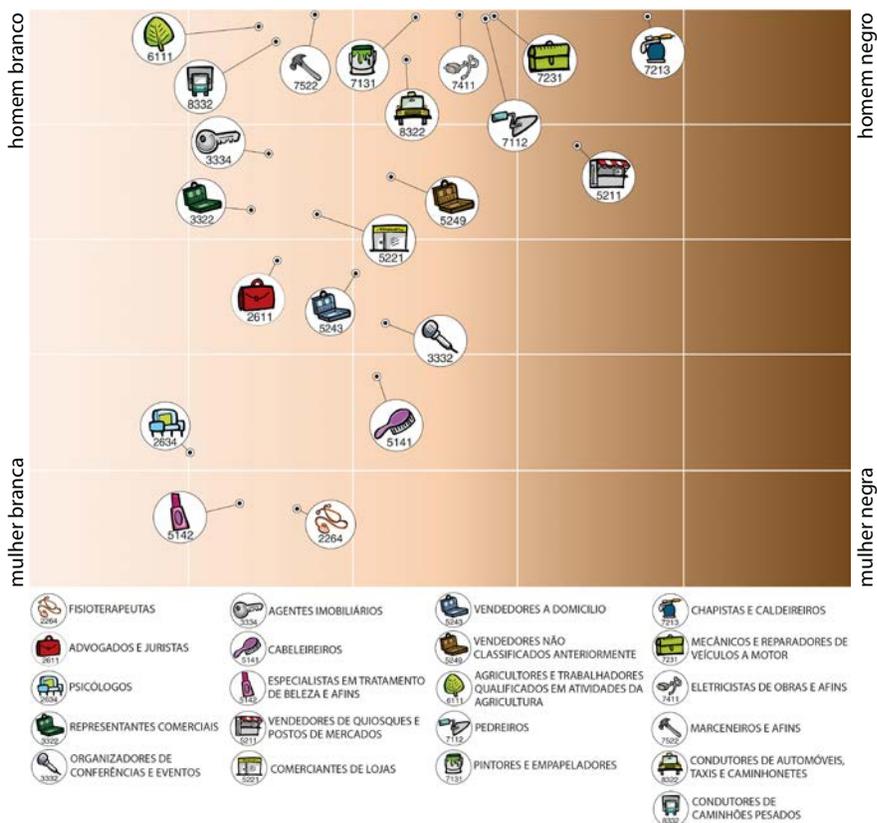
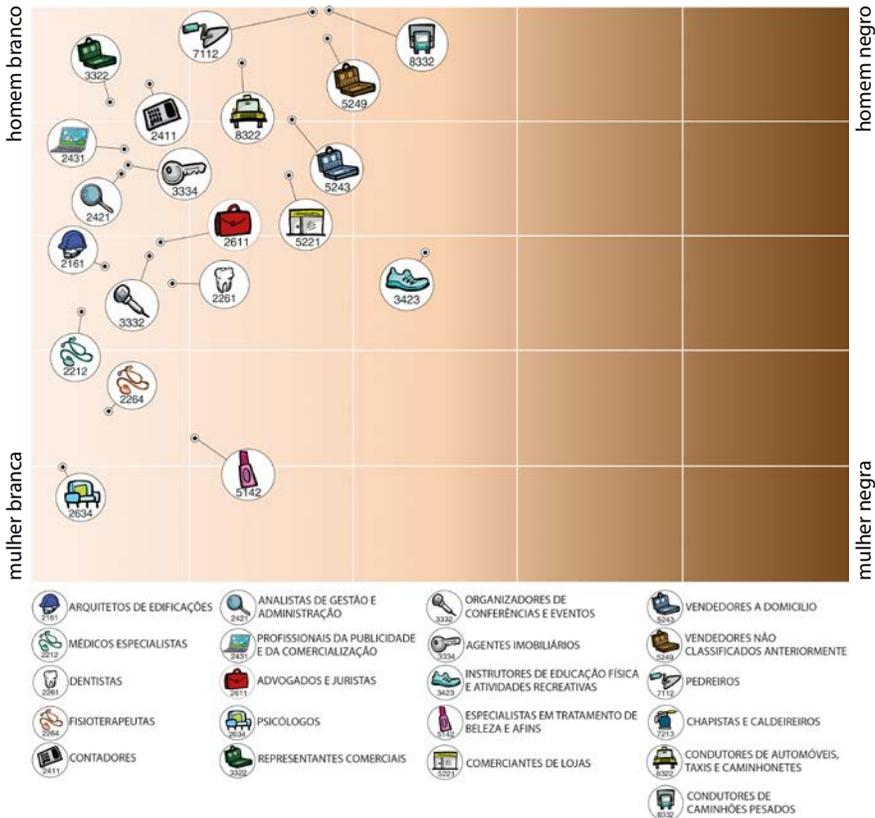


Gráfico 36 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça/cor: Renda superior a 4.000 reais. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)



À guisa de síntese, as diferenças regionais no perfil do trabalho por conta própria apontadas neste capítulo refletem as distintas dinâmicas de transição do trabalho escravo ao trabalho livre nas várias províncias brasileiras oitocentistas. Como observa Adalberto Cardoso,

a transição para o trabalho livre não foi coextensiva com a construção de um mercado de força de trabalho tipicamente capitalista, ou assalariado. Ao longo dos séculos, os escravos e/ou seus descendentes se libertaram da escravidão, ajudando a compor a população não diretamente envolvida com a economia escravista, que se avolumou com o tempo por meio da miscigenação (CARDOSO, 2019, p. 48).

Capítulo 3

Desigualdades de renda, raça e gênero no interior das principais ocupações e dos setores de atividades

Nesta seção, vamos observar os marcadores de raça, gênero e renda nas 20 principais atividades e nos nove principais grupos de atividade do trabalho por conta própria¹. Em cada grupo ou atividade, os respondentes da PNAD-C foram distribuídos conforme a renda, em gráficos com quadrantes de gênero e raça. Em seu conjunto, os gráficos permitem observar como, em quase todos os casos, a renda mais baixa se localiza no polo em que se concentram os negros, tanto nas ocupações marcadamente masculinas, como nas

¹ As 20 principais ocupações entre trabalhadores por conta própria são: comerciantes de lojas - pedreiros - vendedores a domicílio - condutores de automóveis, táxis e caminhonetes - cabeleireiros - especialistas em tratamento de beleza e afins - trabalhadores elementares da construção de edifícios - alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros - vendedores não classificados anteriormente - vendedores de quiosques e postos de mercados - agricultores e trabalhadores qualificados em atividades de agricultura - advogados e juristas - pintores e empapeladores - vendedores ambulantes de serviços de alimentação - padeiros, confeiteiros e afins - cozinheiros - mecânicos e reparadores de veículos a motor - condutores de motocicletas - vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação) - condutores de caminhões pesados. Os 10 setores de atividade são: alojamento e alimentação - indústria geral - comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas - construção - outros serviços - transporte, armazenagem e correio - educação, saúde humana e serviços sociais - agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura - informação, comunicação e atividades financeiras - atividades mal definidas. Pouco representativo, o setor de atividades mal definidas foi excluído da descrição dos dados.

femininas e mistas. Divisão sexual e divisão racial do trabalho indicam a longa duração da sociedade colonial, uma herança ainda nítida na economia brasileira contemporânea, dependente e pós-industrial. Para a exposição dos dados, as atividades e os grupos foram reagregados em cinco blocos, correspondentes às ocupações dominadas por mulheres negras, homens negros, homens brancos, mulheres brancas e àquelas mistas quanto ao gênero.

3.1 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por mulheres negras

As ocupações majoritariamente desenvolvidas por mulheres negras no trabalho por conta própria se referem aos cuidados do corpo e à produção de roupas e alimentos, atividades que remontam à divisão do trabalho constituída durante a erosão do regime escravocrata². Entre as cabeleireiras e as especialistas em tratamentos de beleza e afins (gráficos 37 e 38), a renda está concentrada nos polos mais baixos (até 1.000 reais) e é tanto maior quanto mais branco o grupo de trabalhadores. As trabalhadoras da beleza são quase todas mulheres, mas, no grupo de cabeleireiros, há homens brancos – e justamente nesse grupo se concentra o segmento com renda maior do que 4.000 reais.

² O trabalho doméstico e o de limpeza não são contemplados na categoria conta própria: o primeiro compõe uma categoria específica na PNAD-C e em outros levantamentos do IBGE; o segundo, quando não doméstico, é majoritariamente assalariado, com baixa renda, por empresas de intermediação de força de trabalho.

Gráfico 37 - Especialistas em tratamento de beleza e afins por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

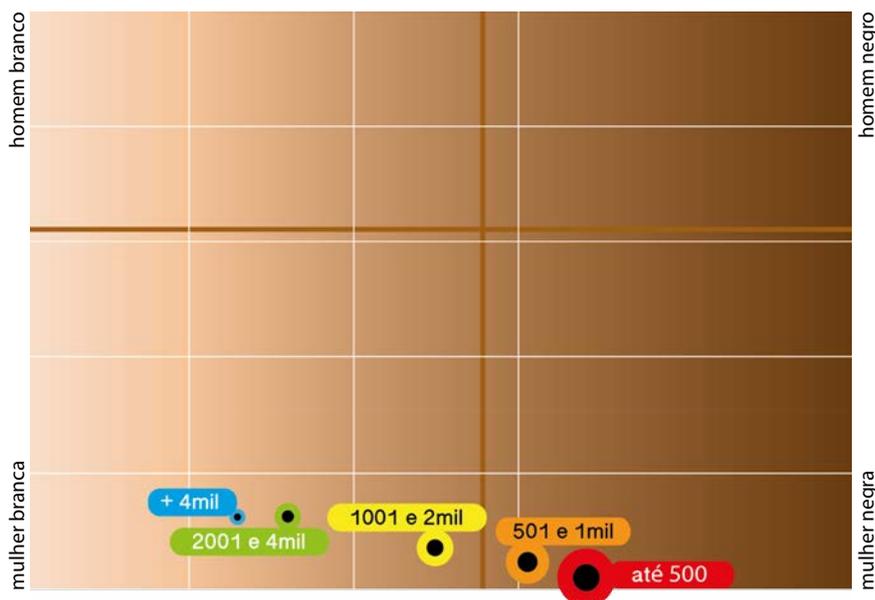
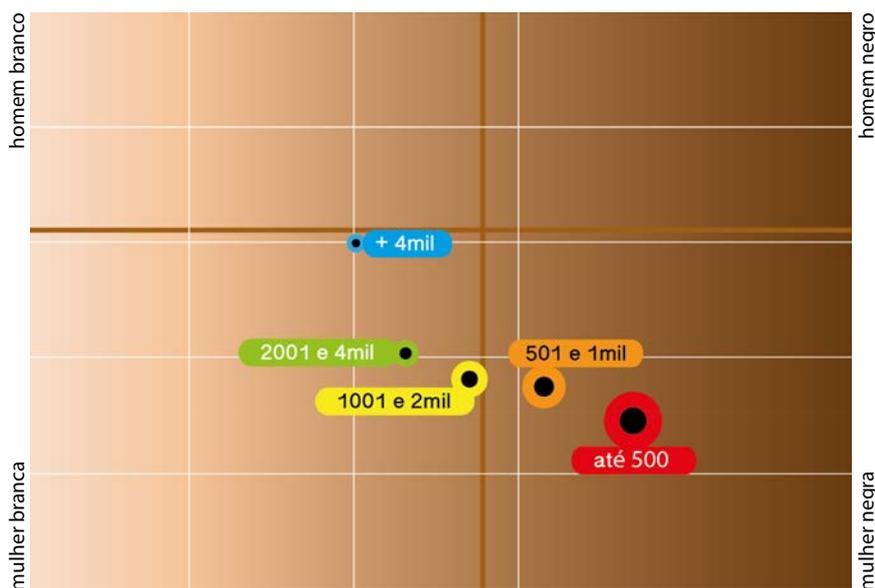
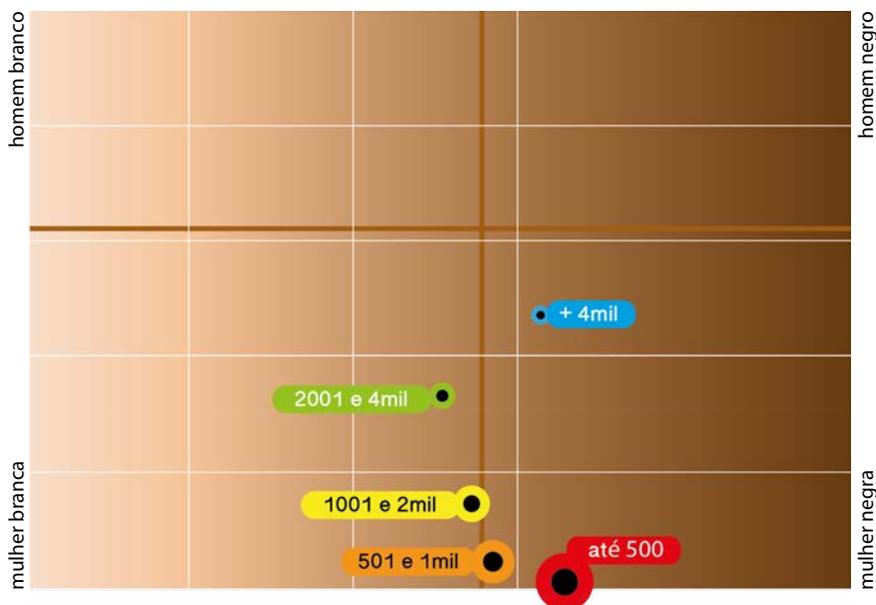


Gráfico 38 - Cabeleireiros por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Com o grupo de trabalhadores envolvidos na produção de vestimentas – alfaiates, modistas, chapeleiros, peleteiros (gráfico 39) – ocorre distribuição de renda diferente. Esse é um segmento predominantemente pardo, em que as variações de renda têm distribuição vertical, ou seja, na mesma faixa de raça/cor. Ainda assim, o contingente de renda mais alta (acima de 4.000 reais) é o que tem maior participação de homens, enquanto o grupo mais feminino é também o de renda mais baixa (até 500 reais).

Gráfico 39 - Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Nas atividades de alimentação, que reúnem cozinheiras, padeiras, confeiteiras e afins (gráficos 40 e 41), repete-se o padrão de concentração de renda baixa em mulheres pardas e distribuição das faixas superiores em grupos cada vez mais brancos, mas sempre femininos. Há, contudo, uma diferença importante no topo da renda: se, entre as cozinheiras, o bloco das que recebem mais de 4.000 reais é de mulheres pardas, nas demais atividades aparece um raro segmento de renda alta mais próximo do polo formado pelos 20% mais negros.

Gráfico 40 - Padeiros, confeiteiros e afins por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

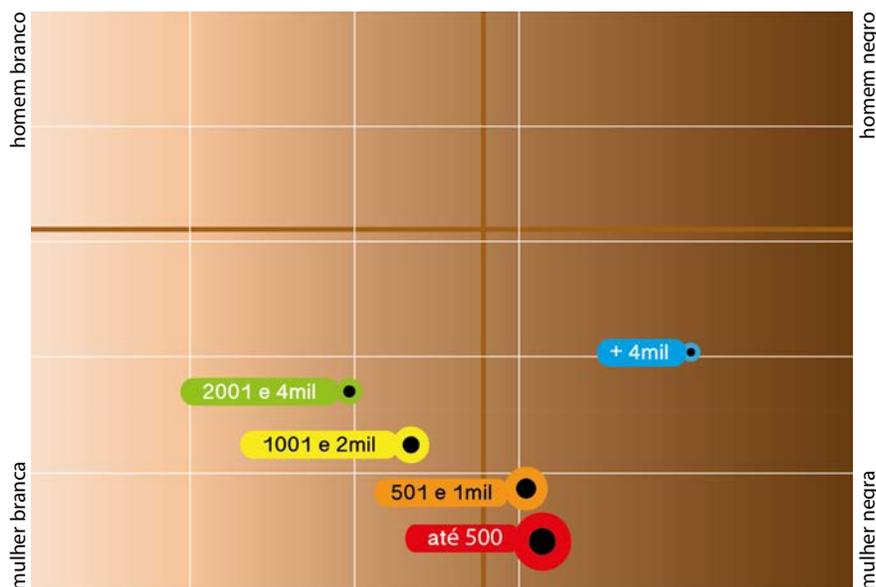


Gráfico 41 - Cozinheiros por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



3.2 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por homens negros

As ocupações por conta própria com predomínio de homens negros se agregam em três grandes grupos: pedreiros e outras atividades ligadas à construção civil; motoristas de carros, táxis, caminhonetes ou motocicletas e trabalhadores de transporte; e manutenção de veículos. Todas as ocupações são quase integralmente masculinas.

As atividades ligadas à construção (pedreiros, pintores e empapeladores, trabalhadores elementares na construção de edifícios e todo o setor da construção, gráficos 42, 43, 44 e 45) têm o mesmo padrão de distribuição de renda: quanto mais branco o trabalhador, maior a chance de ter renda acima de 4.000 reais; quanto mais negro, maior a presença de renda abaixo de 500 reais. Em todos os casos, as remunerações inferiores a 2.000 reais são amplamente predominantes.

Gráfico 42 - Pedreiros por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

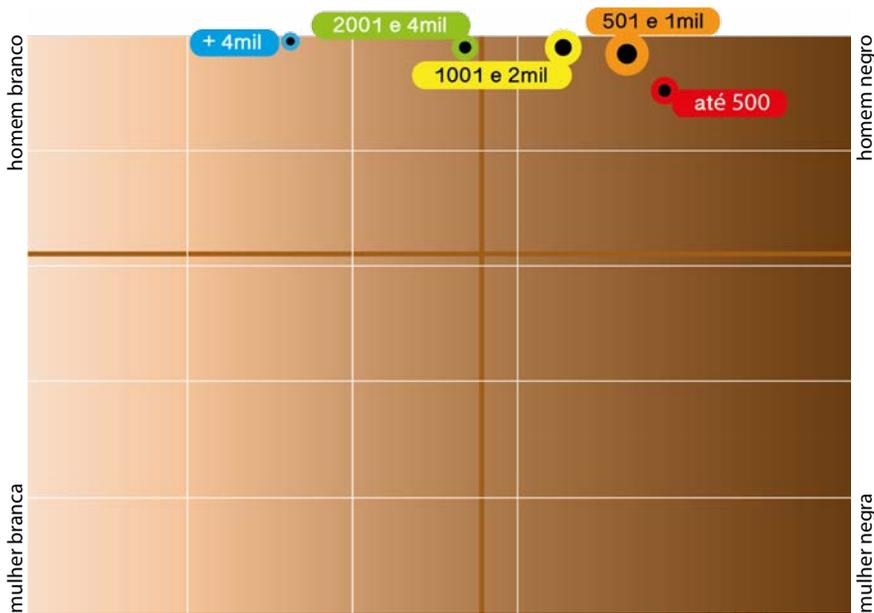


Gráfico 43 - Trabalhadores elementares da construção de edifícios por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

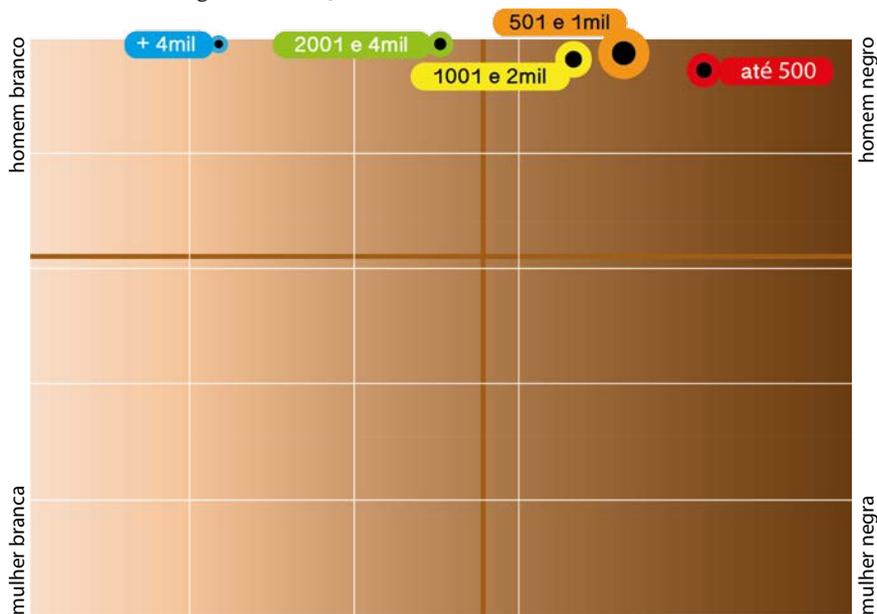


Gráfico 44 - Setor construção por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

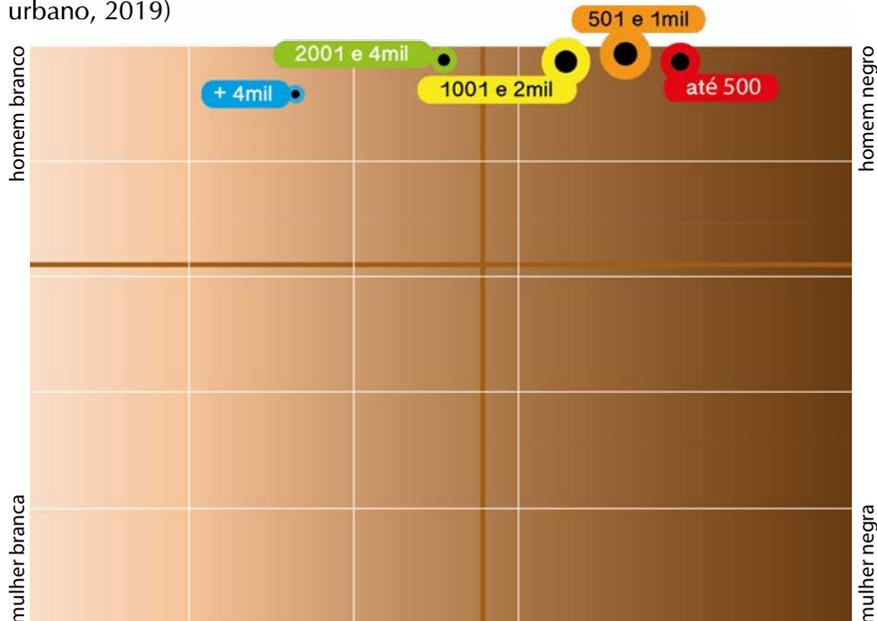
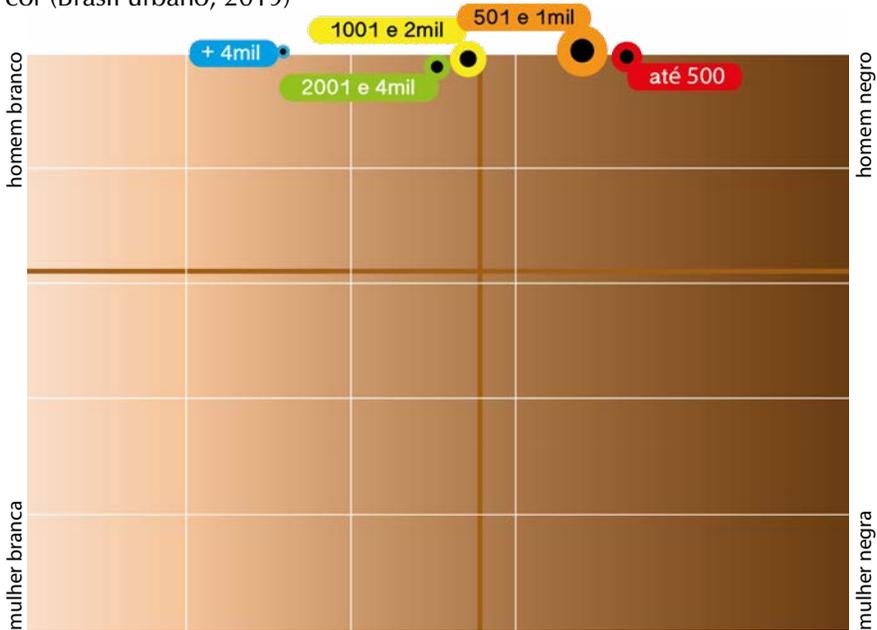


Gráfico 45 - Pintores e empapeladores por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



O desenho da distribuição de renda é um pouco diferente nas atividades relacionadas à logística – motoristas de carro, táxi, caminhonete, motocicletas e no setor de transporte, armazenagem e correio (gráficos 46, 47 e 48). Entre motoboys e mototaxistas, prevalecem as faixas de renda inferiores a 1.000 reais concentradas no grupo negro, e uma pequena parcela dos trabalhadores, formada por brancos, ganha mais de 4.000 reais. Nos outros dois segmentos, contudo, a faixa de renda predominante está entre 1.000 e 2.000 reais e a distância entre os que ganham mais e os que ganham menos é menos larga (em termos de raça/cor). Prevalece, nessas atividades, o grupo pardo.

Gráfico 46 - Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

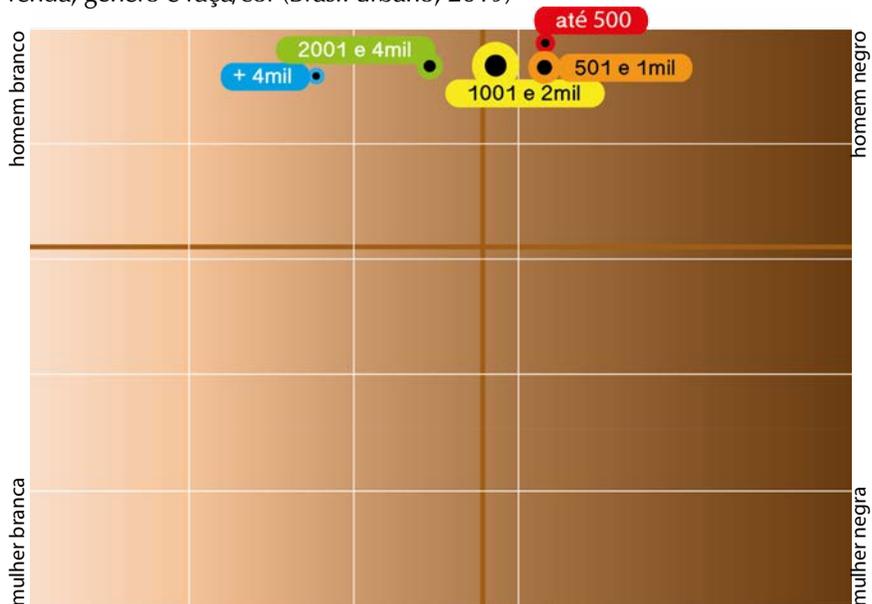


Gráfico 47 - Condutores de motocicletas por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

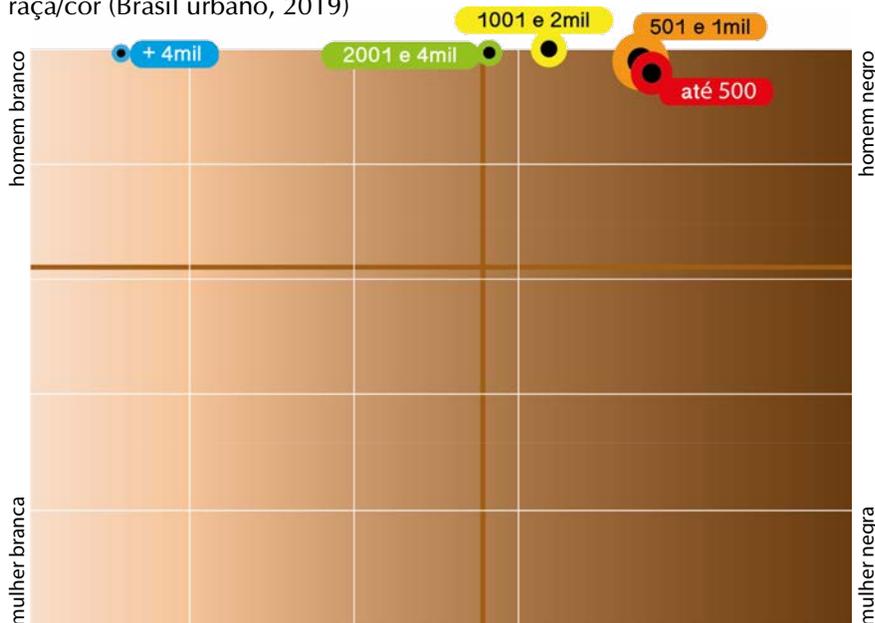
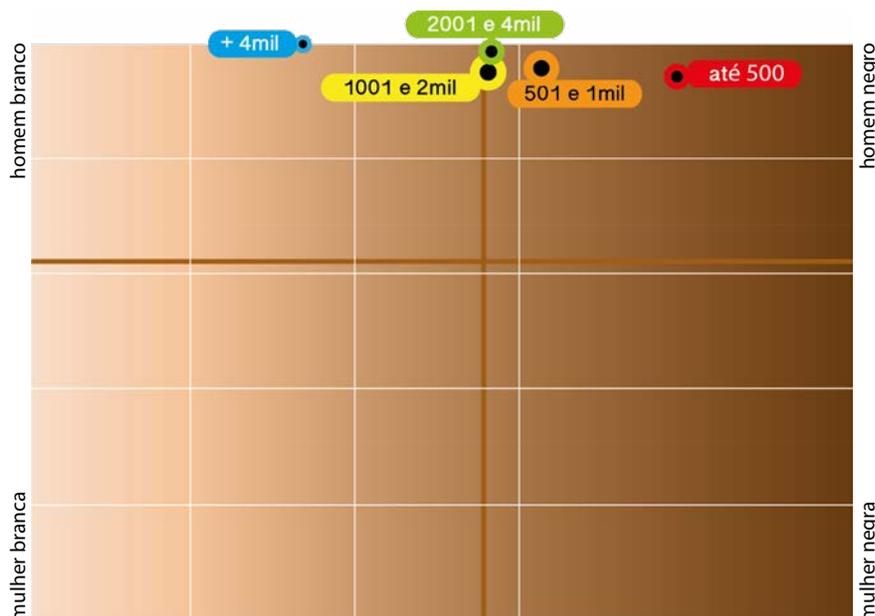


Gráfico 48 - Setor transporte, armazenagem e correio por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Em situação semelhante à maioria dos casos do segmento de logística, os mecânicos e reparadores de veículos (gráfico 49) também têm importante faixa de renda entre 1.000 e 2.000 reais. Nesse grupo, contudo, os trabalhadores com renda maior que 4.000 reais estão mais distanciados das demais faixas, mais próximos do grupo branco.

Gráfico 49 - Mecânicos e reparadores de veículos a motor por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



3.3 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por homens brancos

Em termos de acesso à renda, as quatro ocupações por conta própria dominadas por homens brancos são muito diferentes daquelas mais frequentes entre os negros. Essas atividades formam três blocos distintos em que encontram os caminhoneiros, os trabalhadores agrícolas e os de serviço (profissionais de informação e comunicação, finanças, imóveis, administração e outros).

O bloco dos caminhoneiros (gráfico 50) é uma das poucas ocupações em que a faixa de renda predominante é aquela entre 2.000 e 4.000 reais. Além de quase toda masculina, essa ocupação é bastante concentrada em brancos. Apesar disso, é no grupo dos pardos que se encontram aqueles trabalhadores de renda mais baixa.

Gráfico 50 - Condutores de caminhões pesados por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



O grupo de atividades agrícolas, dominadas por homens brancos, é formado por agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exceto hortas, viveiros e jardins), e pelo setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (gráficos 51 e 52). Nos dois conjuntos de atividades se observa praticamente o mesmo desenho linear da distribuição de renda: há mais trabalhadores no grupo de renda mais baixa, até 500 reais, formado por pardos; as faixas de renda superiores se deslocam continuamente na direção do polo ocupado pelos mais brancos, onde se encontra a minoria de casos com renda superior a 4.000 reais mensais.

Gráfico 51 - Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins) por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

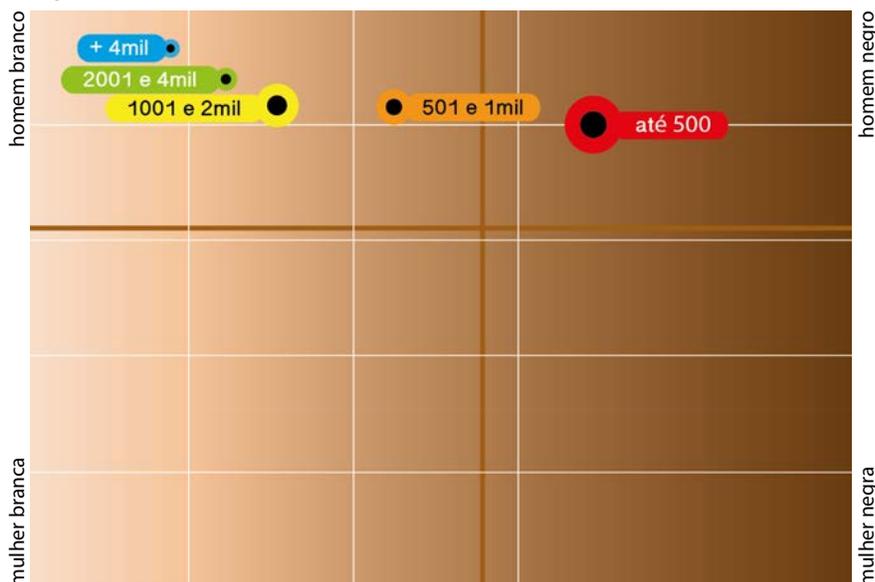
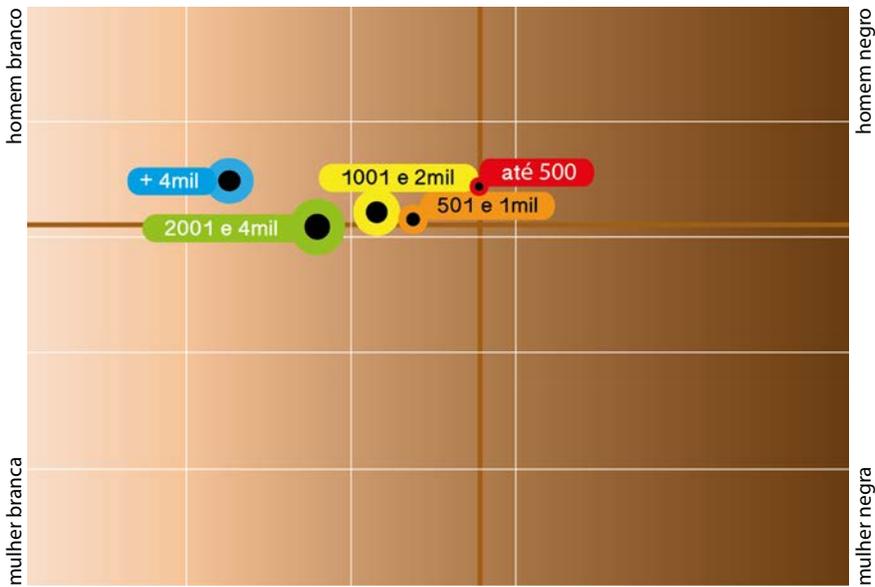


Gráfico 52 - Setor agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Por fim, o segmento que agrupa várias atividades de serviço também guarda duas diferenças importantes em relação aos demais casos estudados neste capítulo. No setor de informação, comunicação e atividades financeiras e nas atividades imobiliárias, profissionais e administrativas (gráfico 53), há mais mulheres trabalhando do que nas outras três categorias aqui analisadas, a faixa de renda predominante sendo aquela entre 2.000 e 4.000 reais. Essa faixa está mais próxima dos marcadores de participação feminina na atividade. Apesar disso, e já sem surpresas, a faixa de renda mais alta é mais masculina e branca, enquanto a renda mais baixa concentra homens pardos.

Gráfico 53 - Setor informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

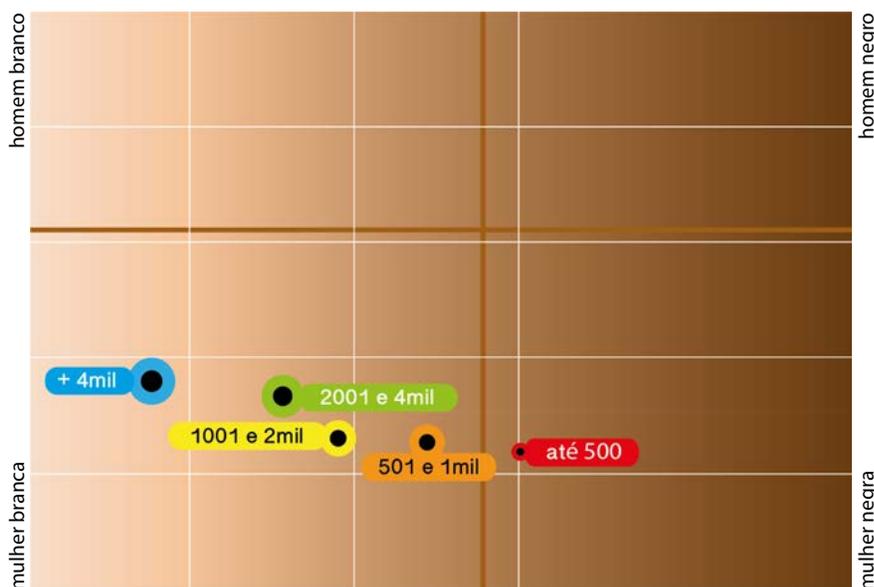


3.4 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por mulheres brancas

Mulheres brancas são o grupo menos representado no trabalho por conta própria, mas elas prevalecem em três conjuntos de atividades, todas no setor de serviços e algumas delas caracterizadas pelo acesso à formação superior.

O trabalho no setor de educação, saúde humana e serviços sociais é todo feminino e predominantemente malpago (gráfico 54). Contudo, o segmento com renda mais baixa é concentrado entre as mulheres pardas, enquanto as demais faixas de renda se distribuem em direção ao polo mais branco. Uma singularidade dessas atividades está no fato de que o segmento de renda acima de 4.000 reais é mais numeroso do que na maior parte das categorias analisadas neste capítulo.

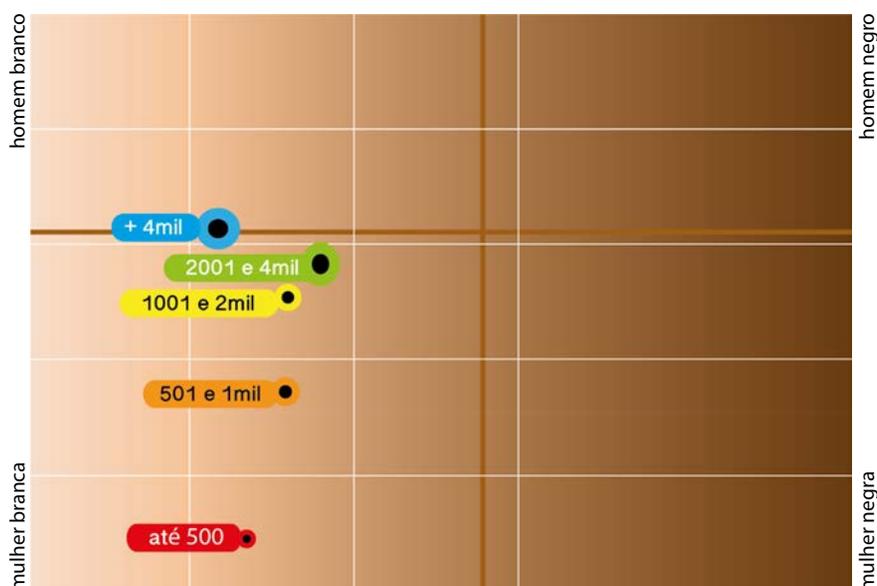
Gráfico 54 - Setor educação, saúde humana e serviços sociais por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Situação mais incomum no trabalho por conta própria observa-se entre advogados e juristas (gráfico 55). Embora este grupo tenha importante participação feminina e renda majoritariamente concentrada nas faixas mais altas,

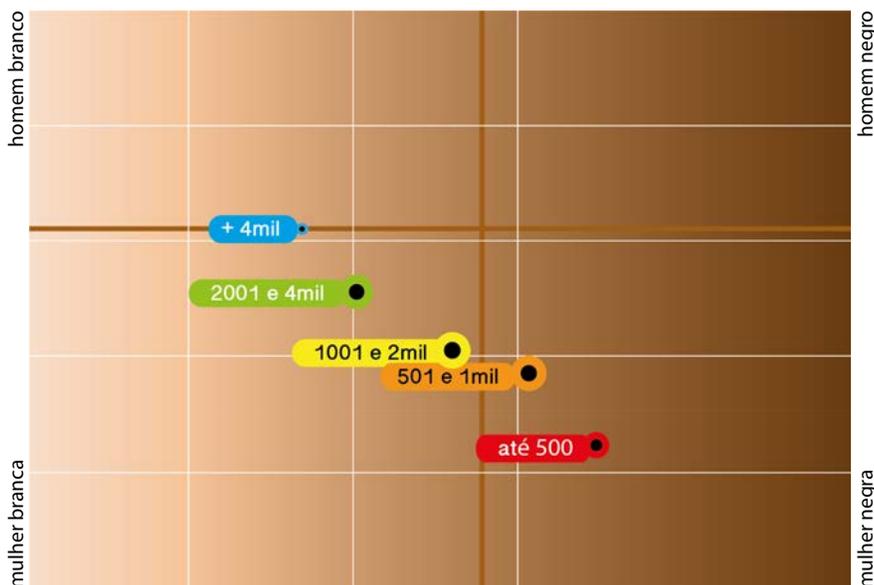
aqui o que se destaca é a desigualdade de gênero: são mais masculinos os dois segmentos com renda superior a 2.000 reais, enquanto é claramente mais feminino o contingente com renda inferior a 500 reais (ainda que pequeno). A notar que essa atividade se encontra inteiramente nos quadrantes brancos, o que indica pequena participação de pardos.

Gráfico 55 - Advogados e juristas por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



A discriminação de gênero e raça se reitera no trabalho por conta própria no setor de outros serviços, grupo também fortemente feminino (gráfico 56). Nele, a faixa de renda mais alta é concentrada em homens brancos, enquanto a renda mais baixa, bastante majoritária, está com mulheres pardas.

Gráfico 56 - Setor outros serviços por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



3.5 Distribuição da renda nas atividades por conta própria mistas em termos de gênero e raça

As atividades comerciais são as mais mistas em termos de gênero e raça, mas isso também se verifica no trabalho por conta própria nos setores de alojamento e alimentação e indústria em geral. Em todos os casos, a diversidade de composição tem relação com o fato de que as categorias são elásticas e dão conta de atividades muito variadas; certamente há divisão sexual e racial do trabalho dentro de cada um desses três segmentos.

O comércio responde por várias categorias do trabalho por conta própria, aqui agrupadas pela semelhança nos padrões de acesso à renda. Um primeiro conjunto corresponde aos grupos de trabalhadores em que a renda mais baixa é mais expressiva e concentrada em mulheres negras, enquanto a renda mais alta, minoritária, se encontra com homens brancos. É o caso de vendedores a domicílio, comerciantes de lojas, assim como no setor de comércio e reparação de veículos e outros tipos de vendedores (gráficos 57, 58 59 e 60). Entre

vendedores a domicílio, a distância de gênero entre os polos de renda é notável e as mulheres brancas respondem pelos estratos intermediários de renda. Os comerciantes de lojas são um grupo menos heterogêneo, mas mesmo assim os marcadores de raça e gênero reiteram a distribuição desigual da renda, em desfavor de negros e mulheres. Por fim, no setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, assim como no grupo de outros vendedores, formam-se dois blocos bem distantes em termos de acesso à renda; neles, mulheres pardas se concentram nas duas faixas de renda mais baixas e, nas outras três faixas, prevalecem homens.

Gráfico 57 - Vendedores a domicílio por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

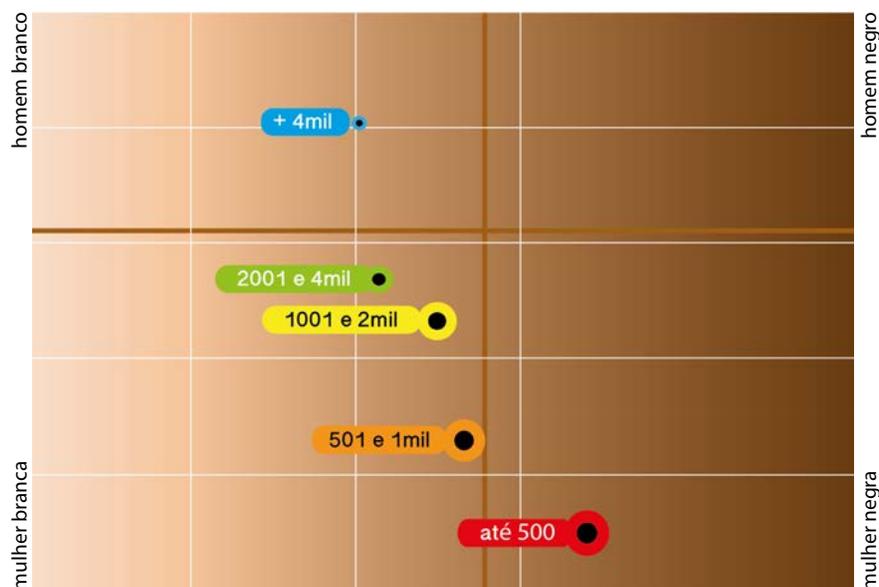


Gráfico 58 - Comerciantes de lojas por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

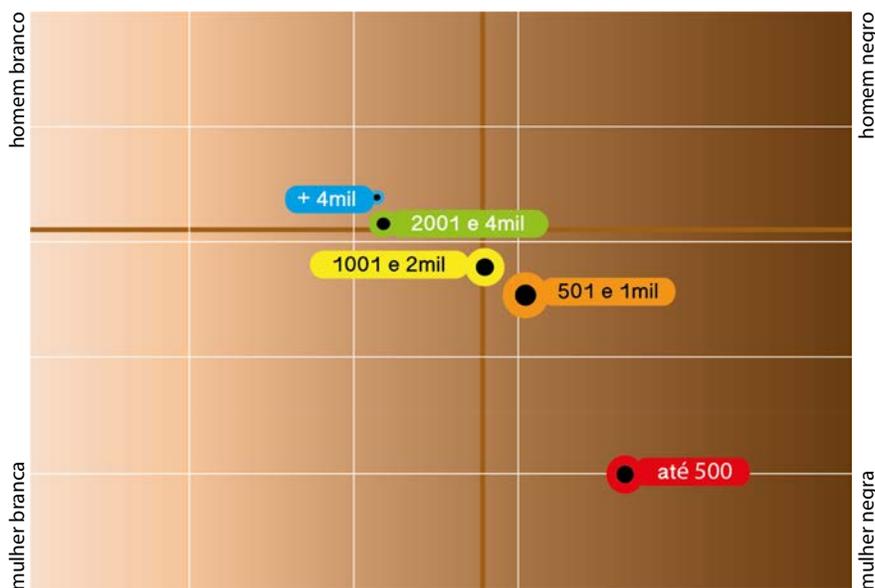


Gráfico 59 - Setor comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

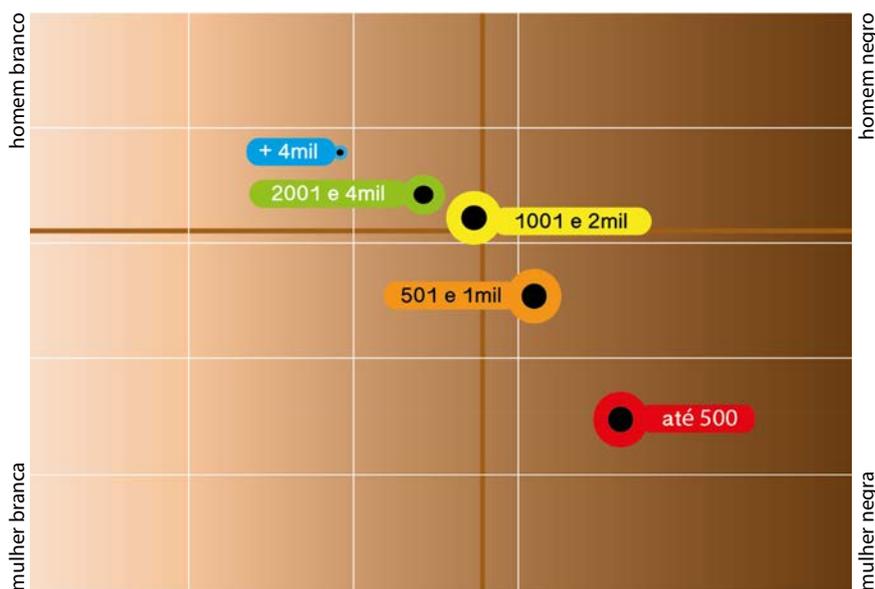
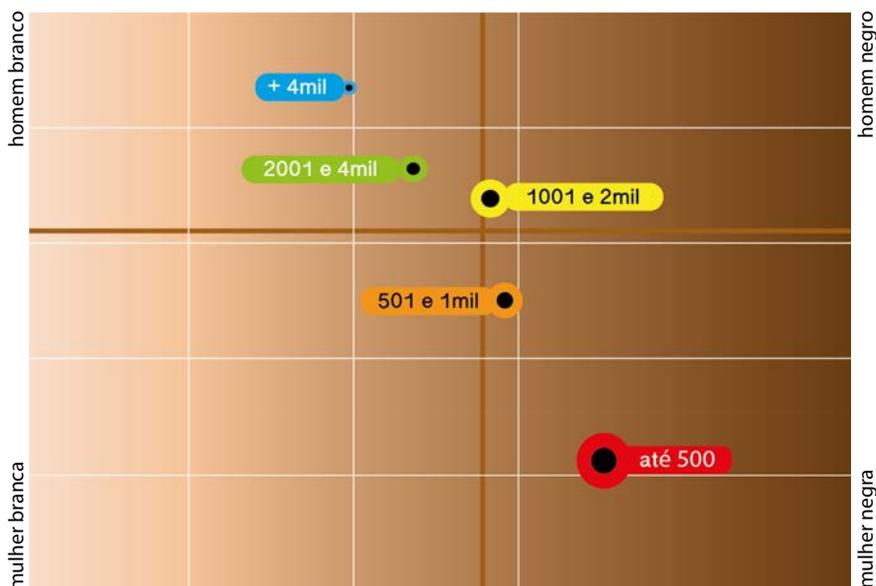


Gráfico 60 - Vendedores não classificados anteriormente por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Os vendedores de quiosques e os ambulantes têm distribuições singulares de acesso à renda por raça e gênero (gráficos 61, 62 e 63). Os vendedores de quiosques e postos de mercado são majoritariamente negros. A faixa de menor renda concentra maior número de mulheres, o que é quase um padrão no mundo dos conta própria, mas há uma especificidade nessa atividade: o segmento de renda mais alta é negro, o que quase nunca ocorre. Entre os vendedores ambulantes de alimentação, os quatro quadrantes se organizam numa hierarquia de raça/gênero em relação às faixas de renda: nos segmentos mais pobres, mulheres negras; na faixa de 1.000 a 2.000 reais, homens negros; na faixa entre 2.000 e 4.000, mulheres brancas; e acima disso, homens brancos. Por fim, entre os ambulantes que não trabalham com alimentação, a distribuição do acesso à renda é original: nessas atividades, mulheres brancas têm renda mais alta, enquanto os homens negros dividem os três estratos de renda inferior.

Gráfico 61 - Vendedores de quiosques e postos de mercados por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

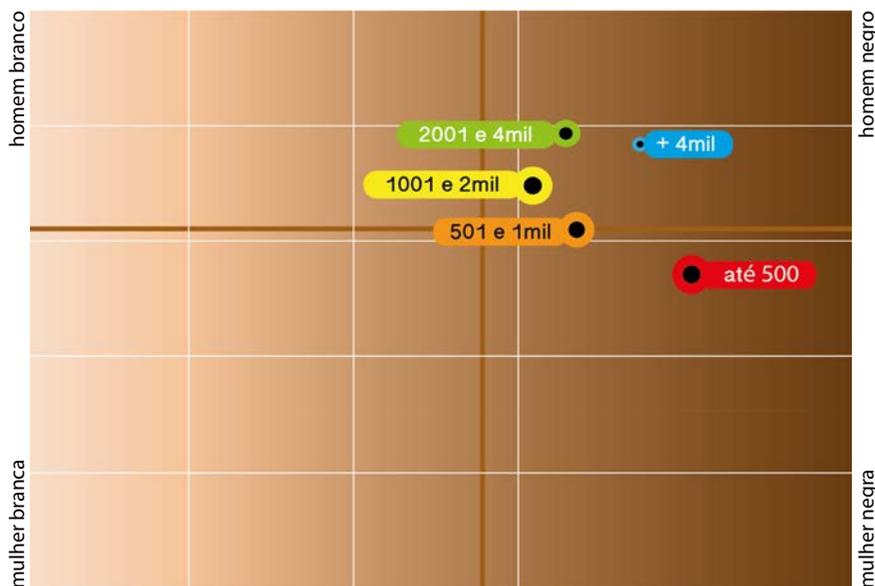
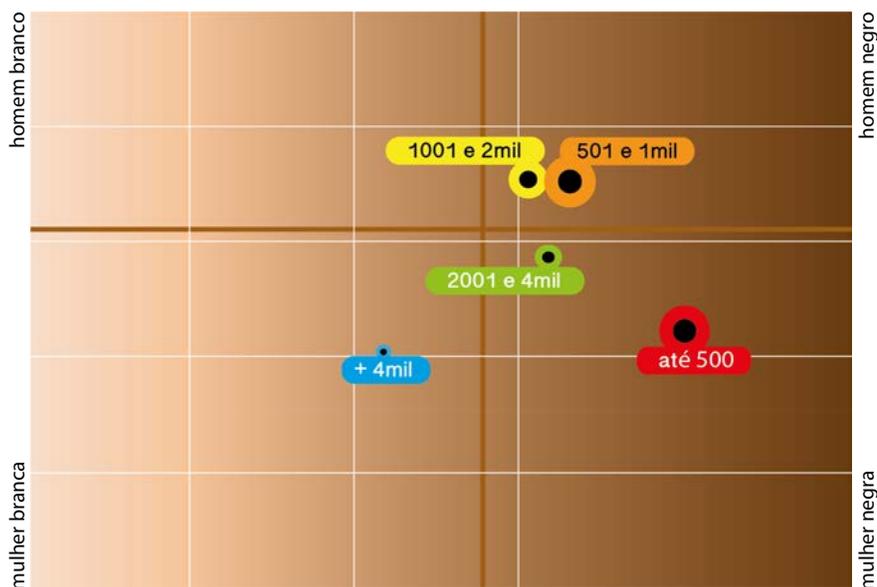


Gráfico 62 - Vendedores ambulantes de serviços de alimentação por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Gráfico 63 - Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação) por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Nas duas últimas categorias (gráficos 64 e 65), repetem-se as distribuições mais comuns no comércio. Entre os conta própria dos setores de alojamento e alimentação e na indústria, as faixas de renda mais expressivas são aquelas até 500 e entre 501 e 1.000 reais, sendo ocupadas majoritariamente por mulheres pardas. Em alojamento e alimentação, as faixas intermediárias são concentradas em mulheres, mas a faixa superior é de homens brancos. Na indústria, todas as faixas acima de 1.000 são concentradas por homens brancos.

Gráfico 64 - Setor alojamento e alimentação por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)

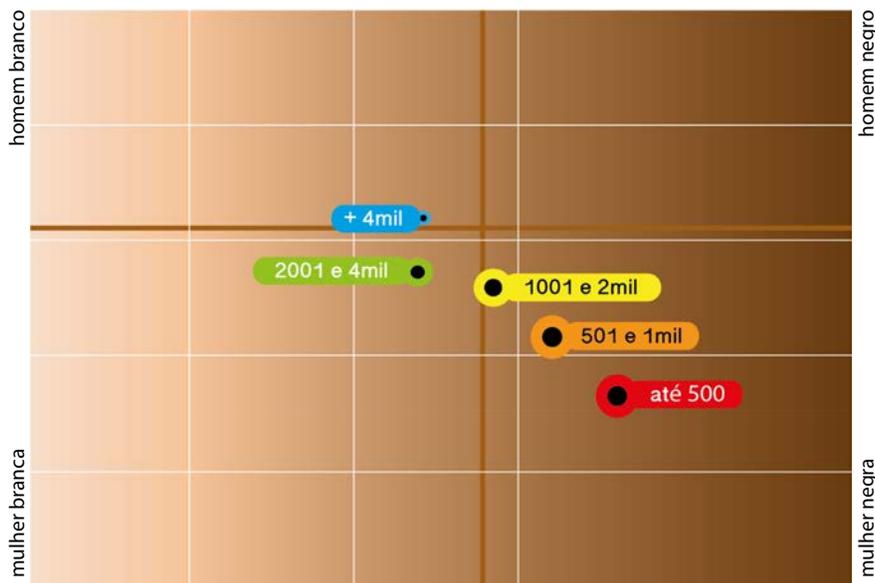
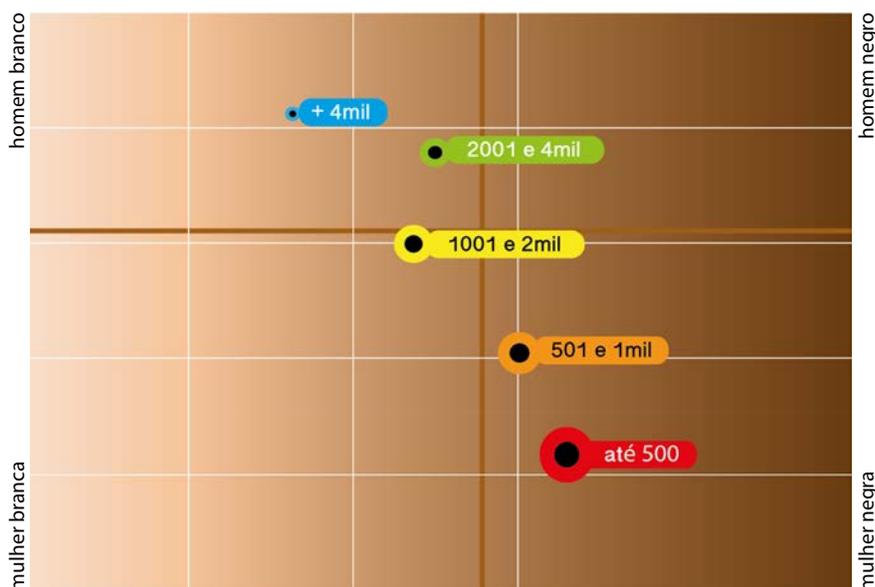


Gráfico 65 - Setor indústria geral por faixas de renda, gênero e raça/cor (Brasil urbano, 2019)



Capítulo 4

Conclusões da parte 1

Nesta parte do livro, demonstramos como desigualdades estruturais incidem sobre o trabalho por conta própria no Brasil, importante indicador das características da informalidade no país. Nos dados da PNAD-C, observamos que:

- a) desigualdades de raça, gênero, regionais e de classe demarcam o perfil socio-demográfico dos conta própria: a renda, o grau de formalização e o nível de escolaridade são mais altos entre brancos (especialmente homens) da região Sul; quanto menor a renda e a escolaridade e quanto mais informal, maior a prevalência de negros (especialmente mulheres) da região Nordeste;
- b) tais desigualdades incidem sobre a distribuição de renda no trabalho por conta própria: no Brasil e em cada uma de suas regiões, negros e em particular mulheres negras são mais presentes nas faixas de renda mais baixas, enquanto brancos, e sobretudo homens, prevalecem nas faixas mais altas;
- c) as diferenças regionais consagram variações nas desigualdades: com menos negros em sua composição social, no Sul a renda dos conta própria está mais concentrada em homens brancos; no Norte e no Centro-Oeste, a discriminação de gênero é mais marcante que a de raça nas faixas de renda mais altas; o Nordeste, de maior população preta e parda, é a única região

com significativa presença de negros e negras nas faixas de renda mais alta, mas ainda assim é nessas faixas que brancos têm representatividade nessa região (não nas de renda mais baixa);

- d) as atividades e os setores por conta própria são fortemente marcados por divisão sexual de trabalho: entre as ocupações mais frequentes, 11 são predominantemente masculinas, 8 são femininas e 9 são mistas; em quase todos os casos, a renda se distribui de modo desigual, em favor dos grupos brancos.

Tais constatações favorecem refinamentos conceituais e interpretativos sobre a economia popular e apontam desafios para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do país. Algumas teses daí derivadas serão elaboradas nos capítulos posteriores.

Os dados aqui apresentados dão substância empírica às hipóteses propostas por Adalberto Cardoso sobre a permanência de traços estruturais do passado escravista na construção da sociabilidade capitalista no Brasil. Em seu livro sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, este autor observa que a implantação do capitalismo no país se sobrepôs à longa duração de um ordenamento social “muito rígido em suas práticas e em seu imaginário”, marcado por quatro características cuja duração se estenderia no tempo:

- a) a desqualificação do negro e dos brasileiros como trabalhadores aptos ao novo modo de produção;
- b) a degradação do trabalho manual, visto como condenação ou como indigno, próprio apenas para seres degradados;
- c) o encastelamento da elite econômica em posições de poder, temerosa das maiorias, vistas como inimigas potenciais e tratadas com violência quando emergiam na cena pública; e
- d) a permanência “de uma estrutura de dominação que rebaixava a mínimos vitais as expectativas de recompensa dos mais pobres, num ambiente em que a pobreza generalizada era o parâmetro de toda recompensa” (CARDOSO, 2019, p. 68).

As discriminações cruzadas por raça/cor, gênero, território e classe reportam-se à longa duração do ordenamento social colonial e são reiteradas mesmo nas transformações dinâmicas do mercado de trabalho. Estudo recente sobre o

impacto da reforma trabalhista de 2017 sobre o sindicalismo no Brasil constatou que “há uma dinâmica de gênero articulada ao processo de deterioração do mercado de trabalho. A divisão sexual do trabalho se expressa tanto nas características dos postos que estão sendo criados quanto na forma de inserção de ambos os sexos” (GALVÃO; KREIN; TEIXEIRA, 2019, p. 256). E detalhou:

Diante da crise, as mulheres são forçadas a ingressar em trabalhos mais flexíveis como forma de compatibilizar as responsabilidades domésticas e familiares que lhes são atribuídas. A ausência de políticas, decorrente da redução do orçamento público, impõe às mulheres, *especialmente as negras*, a opção de se inserir em trabalhos precários, informais, realizados, na maioria das vezes, no âmbito dos domicílios (GALVÃO; KREIN; TEIXEIRA, 2019, p. 256, grifo nosso).

A análise em perspectiva interseccional permite observar não apenas que o conjunto de trabalhadores por conta própria não conforma um todo homogêneo, visto que está atravessado por segregações que colocam em posição subordinada as populações negra e feminina no mercado de trabalho, mas que esta heterogeneidade se demonstra particularmente complexa. Entre negros(as), as mulheres estão em posição de desvantagem salarial, assim como, entre o grupo social mulheres, são também elas as que encontram-se na base desprivilegiada da pirâmide dos rendimentos. O que demonstra que os enfoques excludentes (ou de classe, ou de gênero, ou de raça) são insuficientes para a adequada caracterização deste segmento de trabalhadores(as).

Em termos conceituais, esses achados estimulam a observação das economias populares como um fenômeno plural, em que práticas individualistas conflitam com ações solidárias; discriminação racial e de gênero contrasta com ações antirracistas e feministas; formalidade e informalidade se misturam em variadas combinações; atividades ou ocupações se desenvolvem de modo diferente em pontos distintos do território, frequentemente em relação com a história e a cultura de cada região. Não à toa, Verônica Gago nomeia essas experiências como “economias barrocas”, o adjetivo reforçando a ausência de uniformidade, a multiplicidade de práticas e agentes, mas também a longa duração do fenômeno e sua inserção, às vezes como enclave, no espaço urbano.

Economias barrocas “misturam lógicas e racionalidades geralmente vistas como incompatíveis pelas teorias econômicas e políticas”; trata-se de um con-

junto de “modos entrelaçados de fazer, pensar, perceber, lutar, trabalhar, que supõem a sobreposição de termos não reconciliados e em permanente recriação” (GAGO, 2018, p. 29). O uso específico de “barroco” para caracterizar a economia popular por Verónica Gago “refere-se à composição estratégica de elementos microempresariais, com fórmulas de progresso popular, com capacidade de negociação e disputa de recursos estatais e eficazes na sobreposição de vínculos de parentesco e de lealdade ligados ao território, assim como formatos contratuais não tradicionais” (GAGO, 2018, p. 29).

Verónica Gago propõe um novo olhar para a informalidade. Primeiro, sugere abandonar a tradição de definição negativa do informal, que tem por referência a distinção legal/ilegal. Uma abordagem positiva reforçaria seu caráter de inovação e, portanto, “sua dimensão de práxis que busca novas formas. O informal nesse sentido não se refere àquilo que não tem forma, mas à dinâmica que inventa e promove novas formas – produtivas, comerciais, relacionais etc. – colocando o eixo no momento processual de produção de novas dinâmicas sociais” (GAGO, 2018, p. 29-30). Segundo, a autora sugere analisar

[...] o informal como fonte de incomensurabilidade, isto é, como dinâmica que põe em crise a mediação objetiva do valor criado por essas economias. O informal se refere, assim, ao transbordamento, por intensidade e sobreposição, de elementos heterogêneos que intervêm na criação de valor, obrigado a inventar também novas fórmulas de convenção do valor e a produzir mecanismos de reconhecimento e inscrição institucional (GAGO, 2018, p. 30).

Tal enquadramento favorece a observação da pragmática vitalista dessas iniciativas, ou seja, “sua capacidade de construir, conquistar, liberar e também defender o espaço, ou seja, uma produção de espaço que implica e envolve uma temporalidade” e “um conjunto de modos de fazer que se compõe pragmaticamente para se afirmar e perseverar” (GAGO, 2018, p. 30).¹ Assim,

¹ “A situação contemporânea é caracterizada pela emergência de novas formas de atividades dependentes que mesclam de um modo inédito uma liberação das normativas de dependência fordista com novas formas de servidão aos vaivéns do mercado (Virno, 2003a). Nesse ponto, a multiplicação da realidade do trabalho é replicada na multiplicação de planos, escalas e dimensões que tornam heterogêneo o espaço global cortado por distintos movimentos migratórios que alteram a divisão internacional do trabalho (Mezzadra & Neilson, 2013). Assim, o atual impulso capitalista logra competitividade e dinamismo para articular-se de

constitui um erro identificar genericamente os trabalhadores por conta própria com a categoria de “empreendedores”, como fizeram analistas do SEBRAE, formuladores de políticas públicas e alguns intelectuais ao longo dos anos 2000. A análise interseccional dos dados disponíveis reforça a percepção de que esse segmento da economia popular opera como um circuito inferior integrado de maneira dependente ao circuito superior da economia (DINIZ, 2016; 2019). É certo que parcela pequena e mais estruturada dessas atividades e ocupações justificaria sua identificação com o “empreendedorismo” – ainda assim, seria indispensável compreender como as desigualdades regionais, de raça, gênero e classe constituem obstáculos que distinguem os conta própria (“empreendedores de si”) uns dos outros e do restante do mundo do “empreendedorismo”. A mulher branca de classe média casada e sem filhos que abre seu negócio como profissional liberal (uma psicóloga ou uma personal trainer, por exemplo) dispõe de capital social, cultural e financeiro que favorecem a consolidação do empreendimento; faz sentido compará-la ou incluí-la na mesma categoria analítica que a mulher negra pobre que vende na calçada fatias de bolo com café para sustentar os filhos que cria sozinha?

O conceito de trabalhador por conta própria tem, portanto, relação bastante problemática com o de empreendedor. Enquanto o IBGE contabiliza conta própria por parâmetros econométricos (Registro de CNPJ, capacidade de produção, empregados remunerados etc.), a noção de Microempreendedor Individual (MEI) está relacionada com o impacto previdenciário e com a integração da atividade à economia formal. Essa dualidade está longe de encerrar o assunto. Ao longo das últimas décadas, pesquisadores examinaram interfaces entre empreendedorismo e economia solidária. Em trabalho sobre um modelo alternativo ao microempreendedorismo, problematiza-se se a lógica do indivíduo isolado, egoísta e calculista do liberalismo clássico seria a única lógica disponível para se pensar o mundo dos microempreendedores:

Assim, reconhecer a existência de padrões de empreendedorismo que não compartilham os atributos do modelo típico não implica a análise em separado dessas

modo flexível com práticas, redes e atributos que historicamente caracterizaram os fluxos de trabalho não remunerado. Isso permite pensar os mercados de trabalho como um conjunto “pluriarticulado”, em que convivem formas mistas e híbridas, sempre em “contraponto” com um ideal homogêneo de assalariamento” (Gago, 2018, p. 42-43).

realidades. Convém, preferencialmente, tratá-las como processos interligados suscetíveis de conduzir a variantes ou a outros modelos, o ponto de interesse consistindo em examinar as razões desses afastamentos e aproximações, bem como seus efeitos sobre as iniciativas de pequeno porte (CORREIA; GAIGER, 2010, p. 209).

Resgatando as argumentações anteriores, investigamos as possibilidades do “empreendedorismo de quebrada” abarcar tanto as características formais do MEI² quanto as potencialidades da Economia Solidária³, devido a sua já demonstrada imbricação entre setor formal e informal, não linearidade e carga política (ainda não explorada em abundância pela bibliografia especializada). O olhar sobre práticas cooperativas e colaborativas advindo dos discursos dos ativistas do “empreendedorismo de quebrada” é uma aposta nas astúcias decoloniais que os agentes são capazes de produzir para se virarem nos arranjos produtivos já existentes diante das políticas públicas convencionais – identificar as lacunas, os “atores invisíveis”, os “valores de inovação social” dá margem a um horizonte teórico que deseja ultrapassar os binômios que impedem os estudos sobre a informalidade de prosseguir seu caminho crítico: da constatação da exclusão à análise de alternativas concretas. Sibelle Diniz observou que a elevação da economia popular, “de componente precário das redes globais a componente fundamental de uma economia plural, não se dará sem transformações profundas nos mecanismos de regulação que regem as relações cotidianas e as orientações das políticas públicas” (DINIZ, 2019). Para a autora, a agenda de transformações passa:

- a) por um reconhecimento da economia popular como parte relevante de nossos processos sociais e econômicos;

² Arruda (2017) realizou revisão sistemática da bibliografia sobre trabalho informal no Brasil e o programa Microempreendedor individual. No entanto, a autora se ateu aos artigos, deixando dissertações e teses de fora da amostra. Silva (2017b) analisa a implementação do MEI no litoral do Paraná e argumenta que é a forma pela qual o Estado tenta minimizar os efeitos da exclusão social, de forma ilusória, contudo. Enquanto o estudo de Vasconcelos (2018) fala da insuficiência da política do microempreendedor individual, salientando a ausência de políticas específicas para as mulheres e os jovens – os atores mais vulneráveis, por terem as menores chances de contribuírem para a previdência e ter inscrição no CNPJ.

³ Sobre a origem, ramificações e problemas concretos da Economia Solidária, cf Arcoverde, Souza e Fragoso (2006); Paulino (2008); Laville (2009); Calbino e Paulo (2013) e Santos, Maciel e Sato (2014).

- b) por uma discussão das possibilidades efetivas de melhorias das suas condições produtivas, e que se pautem em formas endógenas de produção de conhecimento e de solução das necessidades;
- c) pelo reconhecimento e fortalecimento das redes e das relações com a economia empresarial e com a economia do setor público, em bases não exploratórias (DINIZ, 2019).

É esse o sentido da segunda parte deste livro, que pretende suprir parte das lacunas deixadas por técnicas quantitativas como a utilizada nesta parte inicial. Ler os dados da PNAD-C em perspectiva interseccional nos permitiu chegar às conclusões resumidas acima, mas em todo estudo quantitativo grandezas escondem a diversidade. A realização de entrevistas em profundidade com ativistas do “empreendedorismo de periferia”, nos ajudou a avançar em quatro desafios:

- a) compreender a informalidade em sua diversidade; ver em seu caráter múltiplo e contraditório não um obstáculo ao desenvolvimento, mas uma potência; não um alinhamento acrítico à razão neoliberal, mas um conjunto de éticas e práticas astuciosas que com ela conflitam (em linha com os estudos de Verónica Gago e Rosana Pinheiro-Machado);
- b) observar no contapropismo estratégias de vida com foco em autoemprego (em serviços ou logística, por exemplo), em produção ou em comércio, nas diferentes escalas que conectam essas três formas básicas aos circuitos superior e inferior da economia e nas diferentes intersecções possíveis entre essas formas;
- c) identificar os pontos de conflito entre as lógicas que orientam a vida “por conta própria” (a despeito do nome, assentadas em experiências comunitárias e familiares fundamentais para assegurar a longevidade desse tipo de trabalho) e a razão neoliberal;
- d) formular políticas para o setor (em linha com a argumentação de Diniz, por exemplo) fora da angulação convencional, que comprime o trabalho por conta própria nos binômios formal/informal, superior/inferior e, em função disso, só fixa o trabalho assalariado protegido por contrato como horizonte de alternativa aos contapropistas. Embora os contratos de trabalho assalariado sejam vantajosos para grande número de trabalhadores,

não o são em outros casos, para os quais soluções mais pertinentes à vida dos conta própria seriam mais adequadas.

No que se refere às políticas públicas, algo já é possível vislumbrar a partir da revisão bibliográfica aqui considerada, somada ao estudo quantitativo. O desafio óbvio é suprimir as desigualdades de acesso às oportunidades de educação formal, que prejudicam negros e negras há séculos. Além disso, a interseccionalidade das dinâmicas de desigualdade cria desafios importantes. Não basta formular ações voltadas ao desenvolvimento econômico do segmento mais precário da força de trabalho (os conta própria informais) sem considerar a integração dessas ações a políticas de combate às desigualdades de gênero, raça e região (cf. CEPAL, 2016; 2017; 2018). Brancos e negros, homens e mulheres, do Sul-Sudeste ou do Norte-Nordeste enfrentam obstáculos diferentes, associados a sua condição de raça, gênero e à pertença a um território. Políticas de desenvolvimento focadas no apoio à economia popular (em suas conexões com os circuitos superior e inferior da economia) serão mais efetivas se se voltarem às mulheres negras e se estiverem combinadas a ações de apoio à organização coletiva para combate às discriminações racial e de gênero.

Parte 2
A circulação do
“empreendedorismo”
na periferia

Introdução e metodologia

Empreendedorismo da quebrada, da favela, da periferia, da mulher negra. Às vezes, em lugar de “empreendedorismo”, “viração”, “sobrevivência”, “correria”. “Negócios de impacto social”. Expressões assim têm sido utilizadas há ao menos dez anos por uma rede (desarticulada) de organizações formais ou informais dedicadas à missão de apoiar as atividades produtivas dos brasileiros mais pobres. Essa rede se expandiu em todas as metrópoles e lida com uma série de fenômenos que se cruzam no capitalismo brasileiro da primeira para a segunda década do século XXI. De um lado, há fatores ideológicos – a expansão do neoliberalismo como razão do mundo, a ampliação do alcance de igrejas pentecostais baseadas na “teologia da prosperidade”, a tessitura de redes sociais na internet, o aumento da oferta de vagas em universidades que reproduzem valores neoliberais – como vetores importantes para a consolidação de uma agenda de extrema direita. De outro lado, houve a ascensão social de 40 milhões de pobres (seguida de medidas que devolveram alguns milhões à linha da miséria), a extensão de linhas de crédito ao consumo popular e também à produção, e os efeitos de longo prazo de políticas que ampliaram o acesso de negros e pobres à educação superior e a oportunidades de trabalho beneficiadas por políticas de cotas. Fenômenos assim operam de modo contraditório e conflituoso sobre as parcelas sociais mais pobres e sobre os “batalhadores

brasileiros”, grupo de cerca de 100 milhões de pessoas com renda suficiente para não se encontrar na pobreza, mas distante de uma configuração social que permita sua caracterização como “classe média” (SOUZA, 2010).

O ciclo recente de desenvolvimento com distribuição moderada de renda no Brasil (2004-2014) favoreceu a que gestores de políticas públicas, especialistas, lideranças comunitárias e outros militantes políticos prestassem maior atenção às atividades econômicas nas periferias. Antes vistas como reservatórios de pobreza, favelas passaram a ser observadas como espaços de circulação do dinheiro e, nessa condição, como oportunidades para negócios de todos os tamanhos. Empresas de grande porte traçaram estratégias para levar suas atividades para dentro das comunidades, enquanto pequenos empreendimentos, alguns nelas instalados há décadas, viam crescer suas receitas e clientela. Muito mais raramente, negócios inovadores criados na periferia conquistaram faturamento e clientes em territórios de classe média ou alta.

Com a retração da atividade econômica a partir de 2015, dramaticamente agravada pelas reformas de cunho neoliberal depois de 2017 e pela pandemia de coronavírus em 2020, reverteu-se a dinâmica de crescimento econômico e se produziu novo movimento de concentração de renda. Contudo, efeitos sociopolíticos e culturais do período anterior não deixaram de existir: a agenda de desenvolvimento econômico nas periferias permaneceu um ponto relevante para a gestão de políticas públicas e para o discurso dos agentes políticos. Nesse contexto, emerge a presença de indivíduos e organizações que atuam para promover e apoiar as atividades econômicas na periferia. Esse tipo de ativismo emergiu para a esfera pública sobretudo na última década, em todas as regiões metropolitanas brasileiras e em outras cidades de maior porte, para responder a uma necessidade nunca antes reconhecida (e, depois, jamais plenamente atendida): a de apoiar pequenos empreendimentos e o trabalho autônomo ou por conta própria em comunidades periféricas.

As organizações de apoio ao fortalecimento das atividades produtivas na periferia ocuparam um lugar mantido ausente pelo Estado ou por entidades privadas dedicadas às micro e pequenas empresas (sobretudo o SEBRAE, a maior delas). Tentativas de associar o Bolsa Família a estratégias de promoção permanente de emprego e renda, como aquelas baseadas na oferta de micro-

crédito, não foram bem-sucedidas até o momento. Não há políticas públicas de estímulo, capacitação e fomento ao trabalho dito “por conta própria”, categoria que nomeia a maior parte dessas atividades nas pesquisas do IBGE. Tampouco tais atividades são tratadas como *start-ups* pela rede privada de apoio ao empreendedorismo. Mais próximos de um “emprecariado” do que do empresariado, tais agentes da periferia têm enorme resiliência e plasticidade e conduzem suas iniciativas produtivas em espaços marcados por valores contraditórios: de um lado, a força colonizadora da razão neoliberal dobrando a carga das discriminações estruturais; de outro, os laços solidários e de ajuda mútua necessários tanto à continuidade dos pequenos negócios de periferia, quanto ao combate ao racismo, ao patriarcalismo e à injustiça social.

As pesquisas têm sido bastante críticas às implicações (sociais, políticas, econômicas, culturais, conceituais) de incorporar os conta própria à categoria de “empreendedores”. Mas o fenômeno tem recebido atenção da cobertura jornalística, sempre fascinada por histórias de interesse humano, que operem como motivadoras do público. As organizações de apoio às atividades produtivas na periferia estão na mídia, interessada na pseudonovidade dos “negócios da quebrada”¹. Apesar do encantamento acríptico que configura algumas delas, as reportagens permitem mapear argumentos frequentes dos ativistas da vida econômica na periferia. Nelas, o “empreendedorismo” dos pobres parece ser caracterizado por: *Resiliência*

Atividades produtivas na periferia resistem às dificuldades intrínsecas à existência em comunidades de baixa renda, submetidas a todo tipo de risco e privadas de apoio estatal ou privado. Adaptam-se às flutuações da economia mobilizando os diferentes recursos sociais de que dispõem – conexões com fornecedores, clientes e prestadores de serviço (LESSA, 2003). “São mais safos, crescem na crise”, afirmou em 2015 Renato Meirelles, do instituto Data Popular, ao comentar pesquisa que naquele ano estimou em um terço o número de moradores de favela interessados em abrir negócio próprio².

¹ É pseudonovidade porque elas sempre estiveram lá, ganhando configurações próprias a cada momento histórico, a cada condição do desenvolvimento econômico brasileiro.

² Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/economia/os-negocios-da-quebrada-entrevista-com-renato-meirelles>.

Solidariedade, reciprocidade, confiança

Vulneráveis, operando em ambiente caracterizado por múltiplos riscos, viradores costumam associar-se. Prevalece a cooperação, em vez da concorrência. Oferecem trabalho uns aos outros, conforme a necessidade de cada atividade; o trabalho pode ser remunerado ou compensado por retribuição em trabalho. “A necessidade cria laços fortes entre as pessoas, que sabem com quem podem contar, é um ambiente seguro. O empreendedor prefere ser mais rico entre os pobres do que mais pobre entre os ricos”, afirmou, em 2015, Renato Meirelles. “A favela funciona dentro da lógica da reciprocidade, um ajuda o outro, uma mão lava a outra, na base da confiança”. Para Rudá Ricci, “as comunidades são marcadas pela solidariedade automática, que é afetiva, porque todos sofrem as mesmas agruras e são discriminados. [...] As comunidades dos morros e as favelas são muito coesas”³.

Sensibilidade às necessidades comunitárias

Os negócios são criados em sintonia com necessidades comunitárias. Quando companhias de logística se recusam a subir o morro por medo de violência, surge uma empresa local com esse fim. Se supermercados estão distantes, abre-se um mercado com suprimentos indispensáveis. Se espaços de entretenimento são caros ou longínquos, inaugura-se um bar com uma mesa de sinuca gasta, mas ainda útil. A comunidade reage positivamente a tais iniciativas, em função do histórico de segregação que sofreu. “Os consumidores das classes menos favorecidas foram muito humilhados pelos grandes centros de consumo. E eles começaram a procurar alternativas. Eles gastam cada vez mais nos seus bairros”, afirma Rudá Ricci. “Numa comunidade ou favela, a fidelização é mais fácil porque já existe identidade, empatia entre as pessoas. Na medida em que a cidade “lá embaixo” detesta o morro, as pessoas se identificam pelo contrário. O negro, por conta desta questão de racismo, mesmo sem conhecer outro negro, se sente parte de uma comunidade, acaba se identificando pela negação”.

Compartilhamento de recursos

Na ausência de crédito ou de apoio financeiro familiar para o desenvolvimento de negócios (disponíveis para agentes de classe média), organizações que atuam

³ Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/economia/os-negocios-da-quebrada-entrevista-com-ruda-ricci>.

na periferia dividem espaços e outros recursos para apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas. “Existe uma parceria entre empreendedores dentro da favela. Podemos dizer que há uma rede de apoio para quem quer empreender. Pode ser a igreja que disponibiliza um espaço para servir de lojinha ou alguém que empresta alguma ferramenta. Essa cooperação facilita o trabalho e reduz gastos. Isso também ajuda a manter esses jovens empreendendo”, observa Marcus Vinícius Faustini⁴.

Criatividade e inovação

Sem recursos e sem capital escolar, viradores respondem à adversidade com o que têm à disposição: capital social e capital cultural. “Uma característica marcante dos empreendedores de comunidades é que são extremamente criativos e muito ambiciosos. Apesar de não terem escolaridade muito boa, não conseguiram ficar presos em um trabalho típico. Querem mais, e fazem acontecer. E que mais impulsiona essa habilidade de negócios é conhecer todo mundo na comunidade, de formar uma espécie de “rede social” dentro dela”, afirma Julia Dias, da Endeavor⁵. “Eles criam um relacionamento forte onde vivem, e isso gera uma expertise que ninguém que tem, se vem de fora querendo implantar projetos empreendedores. Por isso, é uma mistura de tudo: oportunidade, necessidade e senso de negócios nato”. E ainda: “Há muita diferença entre empreendedores que entram na comunidade querendo entender o problema deles para melhorá-los, e os que fazem isso lá dentro”. “Esses indivíduos nasceram executando, então o planejamento é menor e a prototipagem é constante”, afirma Taciana Abreu, da Incubadora Yunnus de Negócios Sociais⁶.

Plasticidade e flexibilidade

Viradores mudam de atividade em função de mudanças nos mercados em que atuam. Ora vendem algo e precisam logo vender outra coisa; ora saem do comércio e passam a oferecer serviços. Tal versatilidade não é um problema, mas um mérito reconhecido pelos pares na comunidade. O que distingue o virador do

⁴ Disponível em: <https://www.dcomercio.com.br/categoria/economia/os-negocios-da-quebrada-entrevista-com-marcus-vinicius-faustini>.

⁵ Disponível em: <https://especiais.dcomercio.com.br/comunidades/personagem.htm>.

⁶ Disponível em: <https://especiais.dcomercio.com.br/comunidades/personagem.htm>.

empresário do asfalto é “a ginga, uma espécie de intimidade que o empreendedor que está fora das comunidades não tem”, afirma Rudá Ricci. “Tem forte empatia com o cliente dele, ele conhece o cara que compra, a família do cara. Conhece as dificuldades das famílias que são clientes dele, frequentam as mesmas festas e isso cria um laço forte.”

Num balanço, na fala de Celso Athayde:

“Essa é uma vocação natural do morador de favelas: se virar diante das dificuldades. Só que esse “se virar” passou a ter outro nome: “empreender”. E desse jeito melhorou a vida das pessoas, pois é feito de maneira consciente e mais sólida. [...] É a exigência pelo protagonismo: o homem do asfalto, milionário, para de enxergar o favelado como cobrador ou mão de obra barata, mas como a outra ponta de uma relação sustentável.⁷ Nesta pesquisa, vamos interpretar essas particularidades por um ângulo específico. Estudos recentes têm apontado com mais força a conexão, na história do capitalismo brasileiro e latino-americano, entre a duração permanente da informalidade e as discriminações estruturais, como as de raça e gênero, regionais ou etárias (CEPAL, 2016, 2017, 2018). No Brasil, o nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada contínua da população negra em atividades de subsistência e mal remuneradas (THEODORO, 2008). Este processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o ‘setor informal’ (THEODORO, 2005). A expansão da consciência sobre desigualdades estruturais desdobra-se também na observação da conexão entre as discriminações de classe e gênero, o que reforça a relevância de estudos de novo tipo: É preciso desenvolver novas perspectivas mais interseccionais [entre classe, raça e gênero] para tratar da informalidade de trabalhadores e trabalhadoras periféricos (ABÍLIO, 2019).

Ampla pesquisa com empreendedores negros de todo o país, concluída em 2016 pela Rede Brasil Afroempreendedor (REAFRO), constatou que o racismo é obstáculo estrutural ao desenvolvimento de iniciativas para geração de renda pela população negra, e afeta duplamente as mulheres negras (IAB/CEABRA/SEBRAE, 2016). Por outro lado, a observação de centenas de pequenos empre-

⁷ Disponível em: <https://www.dcomercio.com.br/categoria/economia/os-negocios-da-quebrada-entrevista-com-celso-athayde>.

endimentos liderados por negras e negros indicou a presença de laços de solidariedade fundamentais à sobrevivência dos negócios, embora de existência improvável em arranjos tipicamente capitalistas. Assumir que as discriminações de classe, raça e gênero se entrelaçam nas causas do trabalho informal colabora, sobretudo, para a renovação das ideias a respeito das políticas públicas voltadas à informalidade (NOGUEIRA, 2014). Como aponta Cardoso (2016), têm prevalecido ações com vistas a dotar de CNPJ os empreendimentos informais, o que é insatisfatório.

A vasta produção científica sobre economia solidária reforça a percepção de que, na longa duração da economia informal, a população negra (ali majoritária) e também os brancos pobres desenvolveram astúcias produtivas que, se não são explicitamente anticapitalistas, opõem-se a valores-chave do sistema em sua razão neoliberal. Nesses arranjos produtivos da periferia, a solidariedade se contrapõe ao individualismo; o compartilhamento, à propriedade individual; o apoio mútuo, aos efeitos de atos discriminatórios movidos pelo Estado, por fornecedores, pelo sistema bancário ou por outros agentes do mercado.

Na primeira parte do livro, a análise dos microdados da PNAD Contínua levou à produção de indicadores que permitem observar com maior nitidez a intersecção de desigualdades de gênero, classe, raça e regionais entre os conta própria. Para além da denúncia de desigualdades inaceitáveis, observar os dados sobre os conta própria do modo como fizemos até este momento permite perceber o quanto políticas públicas desatentas às discriminações de raça e gênero contribuem para a reprodução (ou perpetuação) dessas distribuições (como apontaram, em outro contexto, HASENBALG; SILVA, 1988). A análise da divisão étnico-sexual do trabalho por conta própria indica que homens e mulheres, brancos(as) e negros(as) não enfrentam os mesmos tipos de obstáculo no desenvolvimento de suas atividades produtivas: ser dono do próprio negócio é bem mais difícil se você é negro(a), e ainda mais se é uma mulher negra, como Benedita.

Nesta segunda parte, vamos apresentar observações obtidas a partir de entrevistas em profundidade com ativistas dedicados a apoiar atividades produtivas na periferia. O ponto de partida para a escolha de entrevistados foi o mapeamento da rede não articulada de organizações criadas com esse tipo de finalidade. A partir de notícias na mídia e de indicações fornecidas pelas

próprias organizações (técnica conhecida como “bola de neve”), identificamos dezenas de organizações desse tipo em todas as regiões do país⁸. Constatamos institucionalidade muito variada:

- a) associações civis, vinculadas ou não a movimentos sociais, algumas com atuação local, focada em uma comunidade, outras de alcance nacional (como a Central Única das Favelas ou a Rede Brasil Afroempreendedor); algumas dedicadas exclusivamente à capacitação de pequenos negócios nas periferias, outras de atuação mais abrangente, mas com um braço ou ramo especializado em apoio a empreendimentos;
- b) organizações, fundações ou programas de responsabilidade social vinculados a grandes empresas privadas;
- c) organizações privadas especializadas no apoio a empreendedores;
- d) unidades do setor público, como secretarias municipais ou estaduais com programas voltados ao apoio às atividades produtivas na periferia.

Lideranças jovens são os principais propulsores dessas iniciativas; elas dominam a linguagem das redes sociais e a partir disso obtêm visibilidade pública e em mídias tradicionais. Animados pelo interesse em promover o desenvolvimento da economia nas periferias e o “espírito empreendedor”, em geral recorrem ao conceito de “empreendedorismo” com seu sentido comum, em coerência com a razão de mundo neoliberal. Mas as condições peculiares e adversas das atividades econômicas nas periferias indicam, para muitos entrevistados, a importância de demarcar diferenças entre empreender no asfalto e na comunidade. Parte do desafio da pesquisa é, portanto, conceitual, ao observar variações e contradições no uso, para análise dos negócios no “circuito inferior” da economia, de um léxico consolidado para negócios no “circuito superior”.

Foram realizadas 31 entrevistas, envolvendo ao todo 33 pessoas (uma das entrevistas contou com três participantes ao mesmo tempo), sendo 20 mulheres e 13 homens. As fontes entrevistadas atuavam em 23 diferentes organiza-

⁸ O quadro de organizações de apoio às atividades produtivas da periferia mapeadas nesta pesquisa não será publicado por duas razões: primeiro porque é um balanço ainda incompleto e imperfeito; segundo, para não favorecer a identificação das fontes entrevistadas no trabalho de campo, conforme compromisso de sigilo de identidade firmado em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ções, em todas as regiões brasileiras (quadro 1). Para compreender o escopo da ação daquelas de alcance nacional, foi necessário mais de uma entrevista com pessoas diferentes numa mesma organização. O trabalho de campo alcançou 12 distintas unidades da federação.

Quadro 1 - Perfis dos(as) ativistas de “empreendedorismo” popular entrevistados(as)

Número	Estado	Sexo	Data
1	AM	M	29/07
2	AP	F	21/05
3	AP	F	04/08
4	BA	F	20/07
5	CE	F	31/07
6	DF	F	30/07
7	DF	F	31/07
8	DF	F	05/08
9	MG	F	03/08
10	PI	F	13/08
11	RJ	M	11/07
12	RJ	F	09/07
13	RJ	F	16/07
14	RJ	F	20/07
15	RJ	F	30/06
16	RJ	F	24/07
17	RR	M	03/08
18	RS	M	24/06
19	RS	M	13/07
20	SC	F	26/07
21	SC	F	20/05
22	SC	M	18/05
23	SP	M	13/07
24	SP	M	30/07
25	SP	M	07/08

Número	Estado	Sexo	Data
26	SP	M	13/08
27	SP	F	21/05
28	SP	M	31/07
29	SP	F	18/07
30	SP	F	22/07
31	SP e outros	F	03/07

As entrevistas foram realizadas entre 18 de maio e 13 de agosto de 2020, sempre por meio eletrônico, em função da pandemia de COVID-19. Foram utilizados vários aplicativos para as interações, como Whatsapp, Zoom, Jitsi, Google Meet e Skype. Entre as dificuldades da pesquisa de campo realizada no contexto da pandemia, destacamos:

- a) a ausência de interações presenciais impediu a observação detalhada do contexto de atuação da fonte, assim como dificultou a observação de elementos não verbais (gestos e outras manifestações do corpo) nas entrevistas;
- b) problemas de conexão ou tecnologia em algum dos lados da interlocução afetaram o desenrolar de vários diálogos: ao menos uma vez, a pessoa entrevistada estava em deslocamento, utilizando telefone celular, o que levou a seguidas interrupções;
- c) os efeitos psicológicos da pandemia afetaram a estabilidade emocional e a capacidade de concentração tanto de pesquisadores(as) quanto das pessoas entrevistadas.

As entrevistas foram gravadas em arquivos de áudio e/ou vídeo e transcritas em seguida para arquivos de texto. Todas as transcrições receberam revisão técnica pelos(as) entrevistadores(as), momento em que foram marcadas as sequências discursivas mais relevantes a respeito de cada um dos tópicos da entrevista. Os diálogos duraram entre 50min e 2h30min. As transcrições somam 359 páginas de texto. Cada entrevista foi lida por pelo menos três pessoas da equipe de pesquisa.⁹ As questões das entrevistas e sua conexão com as

⁹ Os originais do relatório de pesquisa foram enviados a todas as pessoas entrevistadas. As opiniões e sugestões recebidas foram incorporadas à versão final. Também foram fundamentais as críticas e observações apresentadas por comentadores de versões iniciais ou parcelas do

perguntas de pesquisa formam o quadro 2. O instrumento foi concebido para colher elementos qualitativos, com vistas a alcançar o objetivo geral da pesquisa “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho por conta própria”, que foi de estudar, em perspectiva interseccional, a morfologia socioeconômica dos 24,3 milhões de trabalhadores desse segmento no Brasil¹⁰.

Quadro 2 - Tópicos de investigação e respectivas questões para entrevistas com ativistas de “empreendedorismo” popular / de periferia / de favela

Tópicos de investigação	Perguntas-base para roteiro de pesquisa
Que características diferenciam o empreendedorismo popular do empreendedorismo em geral?	O que a experiência com negócios da periferia te ensinou sobre as características desses negócios? Quais as diferenças de ter negócio na periferia e ter um negócio como os outros? Você identifica alguma vantagem própria dos negócios na periferia? Como você classifica (ou chama) os donos de negócio da periferia?
Quais as principais necessidades de políticas de apoio aos negócios na periferia?	De acordo com a sua experiência, quais as principais dificuldades dos donos de negócio da periferia? E quais são os principais desafios? O Estado ou os governos dão algum tipo de apoio aos negócios da periferia? As igrejas dão algum apoio aos negócios de periferia?
Que singularidades a interseccionalidade produz no trabalho por conta própria dos mais pobres?	Você vê diferenças entre negros e brancos, ou entre homens e mulheres, no dia a dia dos negócios na periferia? Há atividades que sejam feitas mais por homens/por mulheres, mais por quem é negro/ou branco? Você vê alguma razão para isso? Os negócios de periferia obtêm suas receitas na periferia mesmo ou disputam clientes entre as classes médias ou os mais ricos? Você já apoiou negócios de periferia em outras regiões do país? Notou diferenças entre eles relacionadas ao fato de estarem em regiões distintas?

texto em seminários promovidos pelo projeto “Reconexão periferias”, da Fundação Perseu Abramo, no congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e no encontro nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).

¹⁰ Os objetivos específicos iniciais do estudo eram: a) elaborar uma tipologia de donos de negócio e trabalhadores por conta própria, levando em conta diferenças de gênero, classe, raça e regionais; b) observar diferenças e semelhanças entre formais (MEI e microempresas) e informais no grupo dos conta própria, assim como entre estes e os empregados (com ou sem carteira); c) identificar demandas por políticas públicas (ou privadas) de fortalecimento

Tópicos de investigação	Perguntas-base para roteiro de pesquisa
Que motivações e redes alimentam o trabalho dos ativistas e os negócios na periferia?	Quando e como você começou o trabalho de estimular negócios na periferia? Você recebeu formação especializada para fazer esse trabalho? Esse trabalho é uma fonte de renda para você ou é voluntário? ¹¹ Tem apoio de instituições públicas e privadas? Pode destacar as principais?
Como os trabalhadores por conta própria e donos de negócios interpretam o que fazem? Que expressões usam para isso? Em que medida o léxico neoliberal domina ou é profanado por essas expressões?	Você poderia falar um pouco sobre o que os donos de negócio na periferia que você apoia pensam acerca do que fazem? Há motivação política ou crítica no trabalho desses donos de negócio?
Como os negócios populares cooperam entre si? Como mobilizam cadeias informais de colaboração com outras pessoas das comunidades?	Há algum tipo de rede de apoio nos negócios de periferia? Há ajuda mútua ou prevalece concorrência? Os negócios cooperam uns com os outros ou não, é cada um por si?

As 31 entrevistas representam uma amostra rica da rede de ativistas de economia popular: compreendem homens e mulheres de diferentes etnias, vinculados a organizações de escopo muito variado: se alguns concebem o que fazem como um tipo de militância, para outros é trabalho profissional e, para um número menor, é engajamento voluntário. As contradições próprias ao uso do léxico do “empreendedorismo” para referir-se a atividades econômicas nas periferias refletem-se em diferentes atitudes em relação ao conceito, um gradiente entre posições entusiasticamente favoráveis e posições acidamente críticas. A distribuição das pessoas entrevistadas em todas as regiões também contribuiu para um panorama vibrante do modo como o tema se expandiu pelo país, adaptando-se às particularidades regionais e às comunidades perifé-

à economia popular. Ao longo da pesquisa, foi possível também encontrar respostas a outros objetivos previstos para etapas posteriores do estudo, como: a) mapear a presença da razão neoliberal entre os trabalhadores por conta própria e as instituições e organizações que contribuíram para a incorporação desses valores; b) observar práticas cooperativas e colaborativas, também promotoras de igualdade de gênero e raça, opostas à razão neoliberal.

¹¹ As questões ligadas ao perfil das pessoas entrevistadas foram utilizadas neste texto introdutório

ricas. Por fim, na maior parte dos depoimentos, misturam-se as experiências de ativismo com as de criar e desenvolver o próprio negócio: a maioria dos entrevistados teve ou tem empresa antes ou em paralelo a apoiar as atividades econômicas de outras pessoas.

Nesta parte do livro, as sequências discursivas extraídas das entrevistas são organizadas e analisadas em quatro capítulos descritivos, seguidos de uma conclusão em que se propõe um balanço das etapas desta pesquisa (a revisão bibliográfica, a análise de dados da PNAD-C descrita na primeira parte do livro e as entrevistas em profundidade com ativistas).

O capítulo 5 reflete sobre a vida de quem tem negócios na periferia. As perguntas-chave neste momento são: que características contextuais e sociais demarcam a economia popular e que singularidades a interseccionalidade produz no trabalho por conta própria e nos negócios dos mais pobres?

O capítulo 6 discute o conceito de empreendedorismo em sua relação com a economia popular. Como os trabalhadores por conta própria e os donos de negócios nas periferias interpretam o que fazem, na perspectiva dos ativistas entrevistados? Que expressões os ativistas usam para isso? Em que medida o léxico neoliberal domina ou é profanado por essas expressões?

O capítulo 7 compara as diferenças entre negócios do morro e negócios do asfalto e procura identificar as potências dos primeiros nos termos de uma economia popular comunitária. Como os negócios populares cooperam entre si? Como mobilizam cadeias informais de colaboração com outras pessoas das comunidades?

O capítulo 8 aponta as demandas de políticas públicas apontadas pelas pessoas entrevistadas. Nas conclusões, fazemos um balanço das duas etapas iniciais da pesquisa.

Capítulo 5

“Você precisa ir pra Zona de Guerra”: a vida de quem tem negócios na periferia

Os negócios estão por toda parte nas periferias brasileiras. Às vezes, têm placa na porta e são reconhecidos facilmente. A maioria, não: são oficinas misturadas na casa, de onde saem bolos, pães, doces, artesanato, roupas – um sem-fim de produtos que acharão clientes na comunidade ou fora dali. Ou então são serviços, prestados na rua ou onde for preciso. Alguns têm empregados, outros não; a minoria tem CNPJ, os demais não. Os donos desses negócios são pobres, negros e, em grande número, mulheres (brancas ou negras) que criam sozinhas seus filhos.

Formam um contingente difícil de identificar com precisão no universo de 4,3 milhões de empregadores e 24,4 milhões de trabalhadores por conta própria, sendo 10 milhões de microempreendedores individuais. Embora extensa, essa vibrante economia popular, antiquíssima, é pouco valorizada. No século XIX, por todo o país, brancos pobres, alforriados ou escravos de ganho tinham negócios para obter renda (e comprar liberdade, literal ou metafóricamente). São bisnetos e tataranetos de brasileiros que, excluídos sistematicamente do assalariamento, tiveram de se virar, mobilizando os escassos recursos de que dispunham: nas condições mais adversas, cultivaram, colheram, produziram, venderam mercadorias ou prestaram serviços, sob a invisibilidade social que esconde pobres e negros (e, especialmente, as mulheres negras).

O olhar dos 33 ativistas entrevistados nesta pesquisa, que se dedicam a apoiar negócios na periferia, nos ajuda a entender o que os distingue dos do asfalto. Nas próximas seções, apresentamos sequências discursivas recolhidas das entrevistas que permitem refletir sobre as características dos negócios e de seus donos e donas – alguns nem reconhecem o que fazem como empresa e outros se sentem confortáveis para se descrever como empreendedores(as)¹. Vamos observar, sobretudo, os efeitos cruzados das desigualdades de raça, gênero, classe e região sobre o desenvolvimento dessas atividades e os sentidos dos resultados que produzem nas comunidades pobres, sob a forma de renda e trabalho autônomo, mas também de fortalecimento de identidades e vínculos comunitários.

Como veremos, a economia popular compensa com engenho, rede e afeto a falta de capital, de educação formal, de crédito e de políticas de capacitação e fortalecimento. Se, sem apoio, milhões de brasileiros conseguem se afastar da miséria graças a esses negócios, que país se poderá construir quando as iniciativas produtivas de pobres, negros e mulheres (especialmente as negras) receberem uma fatia da atenção monopolizada pelos negócios do asfalto?

5.1. A dor da empreendedora

A distinção entre negócios iniciados por “oportunidade” ou por “necessidade”, comum no discurso do asfalto sobre a criação de empresas, não faz sentido algum nas periferias, onde todo negócio é criado, mantido ou extinto sob os imperativos da necessidade. Sem dispor de capital familiar ou crédito, os negócios são iniciados sem reservas financeiras ou com recursos obtidos em alguma circunstância excepcional – as remunerações de rescisão de contratos de trabalho, a venda de um bem, alguma poupança obtida em empregos ou atividades anteriores.

Não há herança, colchão financeiro, reservas próprias ou de parentes a recorrer caso algo dê errado. Os donos e donas têm pouca escolaridade, vivem em moradias vulneráveis, com acesso precário a recursos básicos (tampouco a internet de qualidade), cercados por todo tipo de insegurança. Isso faz com

¹ O debate sobre a pertinência do conceito de empreendedorismo para o mundo dos negócios nas periferias é o tema do capítulo 6.

que os negócios vivam sempre sob a pressão de dar certo, e nas condições mais adversas. São, no dizer de uma entrevistada, experiências que vêm da dor:

Entrevista 3, AP, F²: *Empreendedor real, não é esse empreendedorismo onde diz assim: “Não deu certo pra ele. Mas o pai dele tem grana e vai investir R\$5.000. Ah, mas o marido dela é cheio da grana, ele vai investir pra ela, entendeu? Ela não precisa se preocupar”. Não, não é assim que funciona pra quem é pobre. Às vezes você vê muita gente falando empreendedorismo. Ai você vai ver essas mulheres, a cara dessas mulheres e não é a cara da [anonimizado], que está aqui morrendo de calor porque não tem um ar condicionado na casa dela, ela no ventilador, mas o marido está sem o ventilador, eu estou com o ventilador sozinho. Então assim: é uma realidade muito diferente o empreendedorismo que você vê a grande mídia divulgar. Eu participei de um evento no SEBRAE e estavam lá as mulheres que eram empreendedoras. A única mulher pobre que estava lá era eu. E aí eu palestrei nesse dia e eu falei: a realidade de vocês é de empresários e vocês usam a palavra empreender porque está na moda. Vocês têm mania de se apropriar do que está na moda pra ser bem visto pela sociedade, pra ser politicamente correto. Às vezes o empreendedorismo que a gente conhece é o empreendedorismo que vem da dor. EM-PRE-EN-DE-DOR-ISMO [...] Então: é isso que é empreendedorismo. O empreendedorismo da mulher negra, ele vem da dor dela.*

Entrevista 5, CE, F: *No ano passado nós tivemos uma baixa muito grande, [...] por falta de recurso mesmo e porque fica numa área de risco, uma área que falta tudo, falta pavimentação, falta tratamento de água e esgoto, é muita carência que tem na região, o nível de violência bem alta. As meninas enfrentam situações muito adversas. Então não é fácil para elas o trabalho. E para elas esse trabalho significa muito, além do prazer, da autoestima melhorar, do pouco dinheiro que elas conseguem, mas é um tempo que ela sai de casa para fazer um trabalho delas, elas conseguem sair das atividades de casa, se dedicar totalmente a uma coisa que é delas mesmo, que é um bordado que elas estão produzindo, tão criando, pra elas é muito importante [...] Essa convivência do bordado é uma terapia[...] E mais que elas contam as histórias delas, então elas se apoiam umas nas outras, elas buscam esse apoio, qualquer coisa que há elas buscam por, não é uma fuga, mas é um apoio mesmo, até de desabafo das situações que estão*

² As entrevistas serão identificadas pelo número, pelo estado (ou estados) de atuação e pelo gênero da pessoa entrevistada.

vivendo. [...] Todas elas, independente até de cor, todas elas, por serem, não todas, mas por serem de baixa renda sofrem discriminações, alienamentos, ficam distantes de tudo. Você vê, não tem acesso à informação, não tem um bom telefone, não tem internet, geralmente cuidam de filhos, cuidam de vizinhos, dos filhos dos que vão trabalhar, às vezes o trabalho da família não é suficiente para manter, elas ajudam com esses pequenos trabalhos.

Entrevista 8, DF, F: *O que eu tenho percebido é que todos os grupos eles buscam identidade. Expressando o núcleo duro, estilos de vida, dores de vida [...]. A cada material, que seja fibra, que seja madeira, que seja um doce, que seja uma costura. Ou tem uma história da família, ou seja, as pessoas não importa que família, que dor, que tudo. Eu acho que traz a história, a memória. A palavra hoje, a ancestralidade. Mesmo aquela mulher negra que não foi de quilombo, mas o avô sei lá em que geração que tá, mas é urbana e tá na favela do RJ, mas, sabe? A resistência de subir e descer o morro, até bala que passa subindo... entende? Até isso se expressa em seu negócio. [...] Tornar a dor como me realizar e eu ponho pra fora e eu exorcizo. Eu vou exorcizar como? Com aquilo que eu preciso. Que é a economia, que é o dinheiro, que é o que vai me fazer viver, então os produtos carregam uma história. Até a porrada do marido, sabe? Carrega. E isso é economia.*

A partilha de experiências trágicas ou dolorosas reflete a “dororidade” de que fala Vilma Piedade (2018): há dores que apenas mulheres negras reconhecem.

Observemos por um momento a divisão social e sexual do trabalho nos negócios da periferia. Como vimos nos dados sobre o trabalho por conta própria no Brasil, a maior parte das atividades ou grupos de ocupação tem recorte de gênero. Isso é também reconhecido pelos ativistas entrevistados, que apontam situações de cooperação – quando homens se juntam a trabalhos liderados por mulheres em momentos que demandam aumento de produção e prometem renda, por exemplo. Os ativistas também observam a sobrecarga das mulheres que conduzem seus negócios em paralelo com responsabilidades com os filhos e a casa que não são partilhadas igualmente com o cônjuge – quando há cônjuge.

Entrevista 5, CE, F: *Nós não temos nenhuma pessoa, um aluno que se interessa, que seja homem, porque eles já estão empregados, ou desempregados mas não querem ir, ou*

fazendo pequenos negócios, pequenos serviços, mas não querem esse tipo de produção. Mesmo porque é um trabalho doméstico e trabalho doméstico se atribui que ele tem que ser mais feito pela mulher e não pelo homem. Os maridos delas, quem tem marido, quem tem companheiros, eles estão trabalhando. Tem até um mesmo da área de construção civil, trabalha no comércio, trabalha muito em pequenos negócios mesmo, em pequenas vendas, em bares, bodega, botequim e que elas ainda ajudam lá, elas fazem seu trabalho, cuida da casa e ainda ajuda.

Entrevista 8, DF, F: *eu te confesso: que tecelã, elas urdem e não vejo homem. Eu vejo mais homem e mulher um pouco na cerâmica. E homem, vou te dizer: não conheço, fora da cooperativa, essa coisa estruturada, não é como mulher que se junta um grupo de mulher pra fazer merenda escolar, pra fazer o uniformes [...]. Talvez a única coisa que eu veja homem organizado um pouco é no lixo. Na reciclagem*

Entrevista 10, PI, F: *Culturalmente, o trabalho manual ele envolve 95% das mulheres, por mulheres, ele é basicamente, mas isso a gente tá indo atrás, só envolvendo o homem nos trabalhos no segmento de escultura em madeira e na cerâmica, no restante dos empreendimentos, na sua maioria são lideradas por mulheres. Acho que até pela própria cultura. Nós temos uma cultura muito machista e jamais, pelo menos aqui no Nordeste, um homem que venha a bordar. Isso mexe muito com a questão da masculinidade, porque é um trabalho que sempre foi desenvolvido por mulheres. [...] Em alguns momentos os homens param seu trabalho normal nas lavouras para ajudar as mulheres na sua produção artesanal, porque o que as mulheres recebem pelo produto artesanal é bem superior do que o resultado que ele vai ter dos produtos oriundos de uma pequena roça já plantada.*

Modelos do masculino numa sociedade patriarcal acabam por prejudicar o engajamento de homens em atividades lideradas por mulheres. As histórias a seguir indicam como, em certas comunidades, a divisão sexual do trabalho é desafiada por negócios de mulheres.

Entrevista 15, RJ, F: *quem faz bolo é o [anonimizado] com a esposa dele, mas realmente ele não queria se envolver na produção do bolo. Só que aí ela tem um trabalho fixo e como é que eu tive que trabalhar com ele e falar: “olha você precisa fazer, por que você não se envolve na produção do bolo?” As da cozinha é mulher, o do brownie é homem e, pelo que eu me lembro, ele só trabalha com homens lá dentro, eu não me*

lembro dele ter contratado nenhuma mulher para ser confeitadeira, pra produzir brownie. São todos homens.

Entrevista 17, RR, M: *O marido não vai querer vender o bolo, para ele é uma situação ainda mais humilhante. Sim, a gente observa, por exemplo que as mulheres ainda, hegemonicamente, digamos assim estão mais no artesanato, que aqui tem muito essa questão artesanato, as próprias mulheres indígenas, elas que fazem os artesanatos. Hegemonicamente são as mulheres, você vê um outro homem que produz, enfim artesanato indígena. Em relação à questão da construção civil, eu praticamente não conheço nenhuma mulher, tem uma que eu trabalhei com ela, ela fez um curso, na época no SENAC.*

Entrevista 18, RS, M: *Eu acho que tem movimentos que buscam mudar isso. Tipo mulheres eletricitistas ou mulher na construção. Tem um negócio social em Porto Alegre que chama de Diosa, que fomenta a mão de obra feminina na construção civil, na hidráulica, a elétrica; tem outra que chama Mulheres na construção. Então eu vejo que ainda é segmentado, porém tem justamente forças querendo mudar esse cenário, essa situação. Falta fomento, fomento no sentido amplo da palavra, não é só dinheiro, porque os movimentos estão aí fazendo uma pressão importante, justamente para sair para esses lugares estereotipados. Que eles existem, com certeza existem.*

Um entrevistado observou a persistência de atitudes discriminatórias contra gays, mesmo em negócios de periferia. Não apenas a violência doméstica é um problema, mas as opressões contra gêneros não hegemônicos são parte do cotidiano, configurando entraves de acesso ao mercado de trabalho:

Entrevista 22, SC, M: *Sim. Há atividades que são específicas dentro das periferias. O hiphop em particular são feitos por jovens negros, brancos são muito poucos. Esse é um mercado quase que natural da comunidade negra periférica. Vejo também que alguma parte de trabalhos, principalmente trabalhos domésticos, trabalhos de cozinha, braçais de uma forma, acabam atingindo mulheres. Nesse caso específico, eu não vejo tanta diferença na periferia, como nós vemos num shopping o mercado formal que tem dificuldade de contratar gordos, negros, gays ou indígenas. O mercado formal é muito mais preconceituoso e seletivo do ponto de vista étnico e de gênero do que as relações na periferia. Mas uma coisa me chamou bastante atenção: os gays, quer homens ou mulheres, têm muita dificuldade de se inserir no mercado cotidiano – farmácia, bar,*

restaurante, vendas, lojinhas – que ficam nas áreas periféricas e também nas áreas de baixa renda, que são as favelas. Os gays têm muita dificuldade de estarem dentro desses espaços de trabalho. São basicamente alijados desse processo.

O empreendedorismo para as mulheres negras é resgate da identidade, da história, da ancestralidade, dos afetos e da busca por autonomia econômica. É também espaço de partilhar a dor e buscar superação. O ativismo na periferia enxerga a exclusão estrutural: ausência de saneamento básico, violência e, sobre as mulheres, a dupla-tripla jornada. Às vezes, as violências de gênero se sobrepõem às de raça, pois a pobreza homogeniza a opressão. Por isso, oficinas se transformam em sessões de terapia em grupo, permitindo o alívio de tensões e a produção de narrativas sobre a vida dessas mulheres.

Entrevista 20, SC, F: Entre negros e brancos, uma das principais diferenças que eu vejo é de se juntarem, formarem os seus grupos ou fazerem as suas conexões. Existe uma diferença muito grande nesse sentido. Porque hoje eles trabalham muito... até a questão da troca, da conexão: com os negros, a gente ainda não conseguiu montar uma CDL, uma [anonimizado, com o sentido de associação], que seus associados acabam comercializando, fazendo seus negócios entre eles e fazem essa conexão. [...] As mulheres estão mais naqueles trabalhos muito voltados para a área de saúde e beleza: cabelo e unha, micropigmentação e cílios. Também a área de alimentação é bem dividida, tem bastantes homens, porém as mulheres têm a questão de marmita e confeitaria, bolos em geral. [...] Nessa questão do afroempreendedorismo, tem muito a questão da moda afro, a economia criativa, muitas bijuterias com temas ligados à africanidade, isso está muito no empreendedorismo feminino, tem muitas empreendedoras apostando nesse nicho, em produtos com temas africanos para as mulheres negras.

A condição da mulher negra (assim como sua relação com as mulheres brancas e pobres) é observada em sua singularidade pelas pessoas entrevistadas. A possibilidade de evitar o trabalho doméstico em domicílios alheios é um estímulo para o empreendedorismo das mulheres. Adotar seu trabalho à identidade de “empreendedora” favorece uma visibilidade social que aumenta o *status* e autoestima da pessoa envolvida.

Entrevista 6, DF, F: Uma das características bem marcantes dentro do afroempreendedorismo é que ele é basicamente feito por mulheres, a grande maioria.

Entrevista 4, BA, F: *Por ser a periferia o único lugar que, não por ser romântico, mas porque é uma realidade, é onde o matriarcado funciona porque os pais vão embora. Então esse poder de multiplicação, o que fazer e o que não fazer, mesmo não tendo instrução pra isso e vai na intuição pra fazer as coisas funcionarem, sempre tá na mão das mulheres, porque é ou vai ou racha, literalmente, não tem esse papo. E essa masculinidade, por tudo que é construído socialmente, vai querer gastar, principalmente no ciclo de amizade masculino. Assim, gente, é visível como impacta tudo o que a gente vive, literalmente, nessa compreensão de negócios. Então assim, o matriarcado faz com que as coisas funcionem mais. Então se tiver mais impulso, mais instrução e possibilidade, as coisas vão funcionar com escala. Que a diferença é essa: a gente já faz tudo funcionar, entendeu? Eu acredito que a inovação é fazer funcionar. [...] Se a gente tivesse as ferramentas e essas instruções básicas, iria ultrapassar Paraisópolis e iria chegar no Grajaú, entende? Porque é esse o lugar.*

Entrevista 16, RJ, F: *Não brancas que parecem brancas não vão sofrer racismo que uma negra vai sofrer, ou o negro, mas ela também não tem dinheiro. Que é não branca porque é originária de pai negro ou indígena que tá na capital, né. A diferença é que, como são pobres, elas estão na mesma situação, com a diferença: a não branca [que parece branca] parece que autoestima é melhor, ela acredita mais nela. Agora, muito dessas mulheres, elas estão, elas vivem em situação de violência doméstica, violência institucional, do Estado. Então tem esses atravessamentos também, que vai atuar além da pobreza, na baixa estima muito grande. Mas nessa baixa estima começa também na escola: que sua mãe faz? A minha mãe não faz nada, é dona de casa. E o seu pai? É pedreiro.*

Entrevista 9, BH, F: *Sim, a maioria das iniciativas são de mulheres, [...] mulheres pretas. A maioria dos homens que a gente conhece, alguns dão suporte às suas companheiras, mas não estão na linha de frente desses empreendimentos. Eu acho que muitas vezes essas iniciativas surgem de mulheres, justamente, que tiveram um abandono por parte desses homens. São a maioria mães, mulheres, pretas.*

Agora observemos os efeitos de cor/raça sobre a condução de negócios na periferia. Ali, os donos são principalmente negras e negros, e isso faz toda a diferença. Na percepção de várias das pessoas entrevistadas, raça estrutura as relações dos agentes com a sociedade, antecede outros tipos de identidade

(como a de “empreendedor(a)”, por exemplo) e tem implicações fundamentais em termos de impacto e alcance dos negócios nas periferias.

Entrevista 4, BA, F: *Quando o dinheiro vem pra mão de preto e periférico é distribuição de renda, e quando vai pra mão da branquitude do asfalto [...] é concentração de renda. Essa é a premissa básica.*

Entrevista 11, RJ, M: *As pessoas, especialmente quando se fala de mulheres negras, ela já sabe exatamente quem elas são e como é que o mundo as afeta, porque elas vivem isso o dia inteiro. E a relação de trabalho sempre foi essa, quando há relação de trabalho né? [...] Tem uma pessoa que foi aluna nossa: quando o tema é política ela fala, eu sou preta num governo de esquerda ou no governo de direita, assim, antes de tudo eu sou uma mulher negra. E na relação comercial é a mesma coisa: ela é a mulher negra e o homem é o homem negro antes mesmo de se pensar enquanto explorador do capital [...]. A gente vai ter homens negros e mulheres negras sendo patrão igual branco é patrão, e tá tudo bem. [...] Esperar do homem negro que ele seja esse referencial em todas as áreas da vida é, também, desumanizar ele, achar que ele tem que ser, de fato, uma pessoa perfeita. Quando a gente sabe que o mundo do mercado de trabalho não é assim pra ninguém. [...] As pessoas se veem como pessoas negras antes de qualquer outra coisa, antes de ser patrão, antes de ser funcionário. [...] a expectativa maior de todos é manter-se com negócios, aumentar o faturamento e (como era uma turma também, eles desenvolviam coisas juntos) era que essa comunidade também enriquecesse junto, que pudesse trocar serviços e dinheiro um com o outro. Então nunca era o empreendedor solto, sozinho. Uma turma, ela ia junta, depois da formatura ela ia junta, como um organismo coletivo de trabalho, colaborativo. Então as pessoas tinham muita fé de que iriam continuar faturando e trocando produtos e serviços e dinheiro entre si, sendo retroalimentada. Muita gente de feira, muita gente constituiu feira, loja colaborativa, com esse processo. Você nunca formava a pessoa para ela viver sozinha, formava ela para viver com outros empreendedores. Então era uma expectativa reduzida, assim: ninguém ia ficar rico, mas a gente ia conseguir sobreviver.*

A percepção da historicidade dos fazeres e sua inserção cultural é relevante para o discurso sobre empreender que povoa as periferias. De um lado, o contexto conecta o período pré e pós-abolição à situação de abandono e descaso do

poder público com a população negra, refletida na política ativa de substituição da força de trabalho pela imigração. Empresas lideradas por pessoas negras surgiram como resposta a conjuntos de obstáculos históricos, mas também refletem o domínio do processo de trabalho enraizado em saberes populares.

Entrevista 29, SP, F: *A população negra ela empreende há muitos anos, desde que teve o processo de Abolição. O empreendedorismo negro no Brasil foi um fator de mobilidade social para a população negra e, com tantos anos, os empreendedores negros empreendendo por necessidade, eles foram descobrindo métodos próprios para poder sobreviver e alavancar seus negócios. Então por si só é um dos principais aprendizados, reconhecer que a população negra é empreendedora e que há saberes nessa forma de fazer. Como pode a população negra, sem ter mecanismos, ter conseguido fazer coisas, sobreviver e criar negócios? Um grande exemplo é a Zica, do Beleza Natural, que começou misturando fórmulas, produtos na casa dela para o cabelo, e hoje é uma grande referência: ela tem salões em Nova York, em vários países. As pessoas começam pelo que elas têm em mãos e aquilo elas sabem fazer. Não necessariamente elas frequentaram escolas de negócios, nada disso. Isso não faz parte da cultura empreendedora dos empreendedores negros, entendeu? Essa é a grande diferença.*

Entrevista 20, SC, F: *Eu percebo muito na diferença entre negros e brancos a diferença de se lançarem em grupo, de ter planejamento. Os brancos conseguem trabalhar melhor essa questão de como seu negócio vai estar daqui a um mês, conseguem trabalhar melhor a questão de ter fluxo de caixa e trabalhar melhor a divulgação do seu negócio. Os negros por serem da periferia têm todas as dificuldades inerentes do dia a dia: acesso à água, à luz e outras questões.*

No ciclo de crescimento econômico com distribuição moderada de renda no Brasil (2004-2014), mais recursos passaram a estar disponíveis nas periferias e surgiu a percepção de que negócios voltados às populações mais pobres seriam viáveis e, mais que isso, desejáveis, por fazerem circular a renda na própria comunidade. Esse raciocínio, contudo, tem limites, porque a maior parcela da renda não está ali, mas no asfalto (para onde se direcionam, coerentemente, alguns dos negócios de periferia). A sociedade de produtores-consumidores conecta periferia e asfalto, entre demandas e entregas de um e

de outro lado, e muda-se a visão de que a periferia apenas oferta trabalho e vai consumir no asfalto. Os ativistas fazem um balanço dessas diferentes estratégias de obtenção de receitas.

Entrevista 5, CE, F: *Não, só [vende] dentro da comunidade. Só tem uma que ela, porque ela é uma pessoa que já teve uma empresa e aí ela teve uma doença nas articulações, ela é nova, mas mora lá perto e hoje em dia ela faz um trabalho que ela consegue viver, vender por encomendas na internet, ela divulga no Instagram, ela tem uma página e as outras não têm.*

Entrevista 8, DF, M: *Eu vou tirar pelo universo do carnaval que eu conheço, de ade-
reços: é sempre pra fora.*

Entrevista 9, BH, F: *Tem grupos e trabalhadoras informais/empreendedoras que comercializam seus produtos nas comunidades periféricas e outros que comercializam para fora do país, como o artesanato no Vale do Jequitinhonha. [...] Acho que um grande aprendizado que a gente teve no projeto, enquanto grupo, que esses grupos a gente promove encontros enfim, a gente tá aprendendo junto, é que a periferia fortalece a periferia. A grana, ela circula dentro da periferia. [...] Acho que esse é um grande aprendizado, e eu acho que a pandemia explicou isso, de que o consumo é interno, fortalecimento em rede, então a gente conseguiu uma grana para comprar cesta básica, a gente vai comprar no mercado do seu João e não no Carrefour. Deixa eu pensar: sobre as mulheres, especificamente, uma coisa que aprendi, que aprendi escutando, foi sobre como o afeto e a construção em rede nunca está desvinculado do trabalho.*

Entrevista 10, PI, F: *Eles vendem muito pouco dentro dos seus entornos onde vivem, normalmente nós precisamos montar exposições, feiras, nos shoppings da cidade da zona leste, que é uma zona onde o poder aquisitivo é maior, e trazer esses negócios para essa... Tentar trazer, porque, infelizmente, as suas comunidades não absorvem o que eles produzem, então eles precisam realmente estar nesses espaços, onde é frequentado por um nível mais elevado financeiramente, para estar comercializando seus produtos.*

Entrevista 14, RJ, F: *Hoje em dia eles são livres, eles vão para vários bairros fazer atendimento. Não só dentro da própria comunidade onde eles moram, porque a minha*

escola, como ela é uma escola empreendedora, e hoje ainda tem técnico em administração, eu consegui trazer o curso esse ano, pena que [com] a pandemia acabou.

Entrevista 15, RJ, F: *Não, todos eles começaram lá dentro e eu, inclusive, incentivo porque eu vejo muito potencial. Ninguém tem um produto classe A que precisa sair ali de dentro ou tem um preço que não seja compatível. Então até você trabalhar o pertencimento deles de que o poder deles de compra, não só deles, mas deles como comunidade, eu falo sim que eles têm que explorar e vender e obter um mercado ali dentro, e sim, eles vão vender para fora do mesmo jeito, mas assim, o produto deles não é só para fora e nem é só para dentro, eles são produtos de ponta.*

Entrevista 17, RR, M: *No dia a dia é dentro da própria comunidade. Como ela me falou, o que a gente vende mais aqui são os fardamentos, e aí nem todas as escolas também fecham com elas.*

Entrevista 24, SP, M: *Essa é uma pergunta difícil porque tem negócios que estão voltados para todos os públicos, mas o que de uma forma dá para observar é que eu acredito assim, aí é empírico: de que ela gira mais nas comunidades.*

Entrevista 26, SP, M: *Vendem nas comunidades e para o público externo. Mas, existem os intermediários, que lucram e exploram a mão de obra das trabalhadoras informais periféricas. Artesanato é vendido em Feiras que ocorrem em vários pontos da Cidade, com apoio da Prefeitura e ONGs.*

Entrevista 31, SP e outros, F: *As duas coisas, eu tenho tanto empreendedoras, por mais que morem na zona leste moram em bairros um pouco mais “nobres” da Zona Leste e vendem para o bairro, como eu tenho mulheres de periferia que vendem para o bairro, e tenho mulheres que mora em favela mesmo mas é só fora do bairro, só pessoas de classe mais alta e elas entregam sabe, é bem variado mesmo. [...] Porque, como elas estão muito no começo, elas também tendem a não recusar muito cliente, muita entrega, elas dão um jeito, mesmo que seja longe, para poder ir se autoafirmando e entendendo quem é o mercado delas, como que elas ganham mais, com o que que faz mais sentido.*

Políticas de combate ao racismo, ascensão do feminismo, distribuição de renda, políticas de ação afirmativa: todos esses fenômenos combinados levaram a mudanças na expectativa de uma parcela dos brasileiros mais pobres.

Para esse grupo, afirmar a identidade étnica e fortalecer as relações com a comunidade em que vive são parte de um processo emancipatório³. Ter um negócio próprio é a estratégia adotada pelos agentes para chegar a um futuro com mais autonomia. Empreendedorismo é associado a vida digna, mesmo nas versões mais liberais e menos coletivistas; é um caminho para sair de notórias privações.

Entrevista 3, AP, F: *Porque uma das coisa que eu aprendi é que: quando eu sei quem eu sou, quando eu sei que eu posso escolher e posso desenhar o meu caminho, eu mudo minha a estratégia, eu não aceito qualquer coisa. A gente faz um processo aqui com as mulheres nada menos do que isso, de empoderamento, de resgate: eu sou uma mulher negra, eu sou preta, eu sou gorda, eu sou mãe e pai, eu moro na periferia e eu falo isso sem problema nenhum. Então isso é legal porque tua auto-afirmação te permite dizer: “não, eu não quero trabalhar em casa de família. Eu vou batalhar porque eu quero fazer a faculdade de Direito, eu quero ir pra Medicina, eu quero ir pra Engenharia”.*

Entrevista 4, BA, F: *[...] o empreendedorismo periférico surge do ativismo, surge de movimentos sociais. A raiz é outra, a raiz não é Vila Olímpia, essa coisas, e aí surgiu, surge de um outro lugar, desse lugar de querer mudar algumas coisas e aí, por acaso, eu entendi que eu sou empreendedora, esse termo existe, aí começou a empreender com um pouco mais de intenção, só que confunde na hora que a gente fala de dinheiro, porque o empreendedor periférico quer mudar o mundo. Isso é a realidade, as pessoas já nascem*

³ Entrevista 31, SP e outros, F: “o que eu percebo é que acontece muito ao longo do processo dos dois anos, elas se sentirem muito mais autoconfiantes para se assumirem negras no final. [...] A gente tem os dois extremos, a gente tem empreendedoras que são brancas pobres e empreendedoras que já se assumem como negras quando começam o processo, óbvio que existem diferenças, mas eu acho que de certa forma essas duas categorias já chegam um pouco mais prontas sobre o entendimento de quem elas são. E a gente tem a maior parte que são essas no entremio, que se chamam de pardas e tal, geralmente chegam muito mais quietas, muito mais tímidas, com muito mais medo de se colocar do que as outras, algumas negras também tá, algumas negras que não se percebem tanto, você percebe que ela tem muito medo de errar então ela não arrisca dar uma resposta na oficina, por exemplo. E a gente percebe muito o florescer delas ao longo dos dois anos assim, de no final elas, inclusive umas que eu diria que são brancas, mas no final elas assumiram o cabelo, assumiram muito mais a identidade, ter menos medo de dizer: eu sou isso, essa é quem eu sou. Acho que talvez seja essa uma das maiores diferenças assim que eu sinto de cara com elas”.

com essa ânsia de mudar o mundo, eu criei pra mudar o mundo e quando a gente fala de dinheiro é sempre uma crise: mas a gente vai ganhar dinheiro com isso?

Entrevista 6, DF, F: *Agora o que eu percebo é que de uns 5 anos para cá, houve um crescimento gigantesco em relação a pequenos empreendimentos, tanto de meninos, de meninas, como você falou da questão de gênero bem amplificadas né, meninas trans, meninos trans. E isso em virtude do que? De uma busca de um espaço de renda em primeiro lugar, de sobrevivência, de um lugar de fala, de expressividades desses jovens. Como eu sou da área cultural e da área de moda, de vestuário, de artesanato, então o meu olhar é mais nesse meio cultural e de moda. Então esses jovens precisam uma questão de sobrevivência, de recursos, de dinheiro, de expressividade porque o mercado de trabalho formal não abre espaço para eles, não abre espaço para eles com uma categoria enorme de preconceitos: preconceito pelo CEP, pelo local da moradia que geralmente ele não quer um menino da periferia trabalhando naquele escritório.*

Entrevista 12, RJ, F: *[...] até um determinado momento, o cara era muito sozinho e ficava na dele, ele não entendia que se ele se juntar a outro do mesmo ramo eles têm possibilidade de melhorar o negócio de todos, eles não entendiam, tão começando a entender isso agora. [...] Então às vezes o marqueteiro lá, o pessoal de marketing, eles não entendem que nós temos formas diferentes, por exemplo, você usa cores diferentes, você gosta de usar cores fortes, você gosta de fazer coisas alegres, porque a comunidade negra, o valor civilizatório, a solidariedade, a espontaneidade, essa coisa do corpo que fala, da alegria, da dança, do canto, isso é uma coisa muito nossa, que se misturou aqui e que fez essa grandeza do Brasil.*

Para ser coerente com a expectativa de emancipação que os impulsiona e com o contexto de privações em que se inserem, os negócios não se expandem sob a lógica da exploração de uns humanos pelos outros. Uma parcela dos negócios é de autoemprego e se fortalece na conexão com outros empreendimentos na comunidade. Outra parcela é de pequenos negócios que se expandem (e se retraem, quando preciso) mobilizando o trabalho de pessoas da família ou da comunidade. O afeto ocupa lugar fundamental nas relações, como indicam os depoimentos a seguir:

Entrevista 11, RJ, M: *Só que o maior ativo, de verdade, [...] é essa rede de afeto, que às vezes nem é construída por nós mesmos, às vezes você construir a rede de afeto*

*é saber que você não tem que estar ali, entende? Sair, deixa que as mulher conversa, você não tem nada a ver com isso, vai embora. A rede de afeto, porque a pessoa de periferia que está fazendo seu negócio, ela é muito solitária, especialmente de periferia, porque ela não tem tempo e ela tem que fazer tudo, como a gente tava falando. Ela tem que fazer bolo, mas ela também tem que saber mexer no Instagram, ela tem que saber fazer tal coisa. Então assim, a nossa ideia é que a pessoa entre sabendo fazer bolo e saia conseguindo tocar o seu negócio. Só que o maior ativo, no final das contas, é a rede que fica.*⁴

Entrevista 9, BH, F: *Então muitos dos trabalhos prestados, das cooperativas, das organizações, elas fazem né, de geração de renda, tem a ver com os vínculos afetivos estabelecidos ali. Então nunca é só um lugar de trabalho, é um lugar de partilha, de onde eu posso deixar o meu filho, de com quem eu posso contar a minha história, de onde eu posso pedir socorro, então afeto e trabalho nunca estão desvinculados, e isso foi muito legal de assistir. Quando as mulheres periféricas se organizam por elas mesmas. Tem uma cooperativa de mulheres agricultoras, inclusive do Vale, que elas sempre falam isso com a gente: “olha eu só trabalho aqui e só me organizei aqui nesse negócio de feminismo, que vieram me falar, que me deram esse curso, porque eu pude contar para elas que meu marido me bate e elas me ajudaram”. Então assim, é muito concreto, é uma vivência muito diferente que traz um lugar de casa, de aldeia quase. E passa eu acho pela maternidade também, muito dessa vontade de fazer afeto. Então assim, muitas das meninas da periferia, que engravidam lá com seus 14 e 15 anos, dentro da formação formal, ela fica prejudicada. Então você tem um lugar, uma escola que eu posso levar o meu filho, ou um trabalho que essa criança pode estar.*

⁴ O mesmo entrevistado dá um exemplo de como favorecer, pedagogicamente, as interações entre grupos de mulheres mobilizadas pelo ativismo de negócios: “Então assim, o papel nosso enquanto educador (eu não me vejo nesse lugar por definição, mas) para além de dar um conteúdo é permitir que esse ambiente aconteça, e ele, novamente, acontece sozinho muitas vezes. Ele acontece, inclusive, especialmente se você não tiver lá [...]. Se tem uma turma com 30 mulher e você tá ali falando é uma coisa, agora tem 30 mulher e uma falando é outra coisa. Então saber esse lugar de não falar e de não estar, de ceder espaços, inclusive se for o seu espaço, é uma das coisas nossas fundamentais, porque ela permite que o ambiente de afeto e o ambiente da relação ele aconteça. Se você perguntar se eu prefiro uma aula inteira de gestão financeira pessoal ou uma aula inteira das mulheres se conhecendo, eu vou falar que eu prefiro a aula inteira das mulheres se conhecendo, porque gestão financeira aprende depois comigo.”

Afeto e trabalho são indissociáveis nessas experiências de cooperação que contribuem para o enfrentamento à violência doméstica. Antirracismo e feminismo respondem a violências que permanecem em segundo plano quando o foco da ação política se restringe à desigualdade social. Além disso, em decorrência da gravidez juvenil, esses espaços compartilhados ou comuns de trabalho acolhem a função de mãe trabalhadora, levando suas filhas(os), o que não ocorre nos espaços formais (como a escola e locais de trabalho). O abandono ao qual as mulheres negras estão sujeitas as faz estar à frente desses projetos, somado a uma preocupação com o território e a comunidade.

Entrevista 9, BH, F: Acho que o afeto é uma questão, então eu comprei uma máscara da Dona Maria, eu sei quem é a Dona Maria, eu sei que essa máscara faz sentido para família dela e que teve uma transformação naquele território, essa coisa toda que a gente vinha falando agora. Acho que tem uma coisa de um saber tradicional que vem também da valorização desses saberes.

Entrevista 6, DF, F: Eu não me sinto só. Dentro desse momento isso é muito forte também que é importante ter nessa pesquisa, que o povo periférico é um povo muito caloroso, muito amigo, é uma grande família, então a gente se protege, a gente se cuida, a gente divide o que a gente tem. Isso faz parte da nossa prática sabe? Dividir o que a gente tem – e eu aprendo muito. Que foi esse aprendizado que eu tive por ser uma pessoa de família negra, mas morando no centro, estudando em colégio público e depois em particular, aulas de inglês, era sempre a única, né? Então quando eu me vi mais amadurecida e morando nesses lugares e com a marca [anonimizado] eu aprendi muito. Aprender a dividir, a dar um sorriso, a dar carinho, a dividir material: ah você tem uma linha aí, você tem um alfinete aí? Tenho sim, toma. Coisas que do outro lado não tem. Você escuta muito mais não com a população que tem capacidade de dividir e, [com] os que não têm, você escuta sim.

Nesse processo, pobres e negros (especialmente mulheres negras) firmam suas identidades para enfrentar racismo e outras formas de preconceito. É o que uma entrevistada chama de “zona de guerra”:

Entrevista 3, AP, F: Então assim, as mulheres que acompanham a [anonimizado, com o sentido de empresa] são mulheres que moram na periferia, são mulheres gordas que sofrem o preconceito de serem gordas, são as mulheres pobres, são mulheres que muitas

vezes a maioria é pai e mãe como eu sou, tiveram que assumir os filhos. [...] Então a gente sabe que a cor que a gente tem, o cabelo que a gente tem não permite que a gente fique nessa posição de zona de conforto. Você precisa ir pra zona de guerra. Você precisa ir pro confronto. Precisa ir pro afrontamento porque tem mulheres que necessitam dessa atuação, dessa tua atividade. Se tu não existir, vai ter muitas mulheres desistindo. E, quando uma levanta, se posiciona e se reafirma, vai refletindo nas outras.

Entrevista 3, AP, F: *É muito bacana quando tu vê que é possível ter autonomia mesmo com todas as dificuldades. E que a dificuldade não é um motivo para você não crescer. Ela é um obstáculo para você vencer. Então, por exemplo, eu sempre digo que a minha história é muito bacana porque ela tem muita superação. Muitas vezes de chorar porque não tinha condições para ter determinadas coisas; ter ideia mas não ter como fazer. [...] Então é muito gratificante quando a gente vê pequenos negócios dando certo. É muito bacana porque você vive numa sociedade machista que não acredita na mulher como dona do próprio negócio, como se nós não tivéssemos a capacidade de fazer o negócio decolar. Como se eu não pudesse, enquanto negra, ter esse negócio, como se eu tivesse que acompanhar o que o sistema tem sem poder romper com essa linha que existe – que não pode isso e não pode aquilo outro. Quando você pega a estatística do quantitativo de pessoas que têm negócio próprio. É altíssimo, e a maioria são mulheres e são mulheres negras. Tá sendo uma porta pra gente ter um negócio próprio pra ter autonomia financeira, pra ter autonomia intelectual, porque isso também influencia na forma de conhecer, na forma de saber. Então eu vejo esperança e na verdade tanto que eu continuo batalhando pro meu negócio crescer.*

As dinâmicas de cooperação próprias desses negócios experimentam lógicas econômicas diferentes daquelas concorrenciais, individualistas e predatórias, encontradas e legitimadas no capitalismo do asfalto. Essas dinâmicas:

- a) valorizam os vínculos sociais (daí os relatos sobre afeto);
- b) atendem a demandas identitárias (como mulheres, como pessoas de baixa renda, como pessoas negras);
- c) geram oportunidades de trabalho para outras pessoas pobres e negras;
- d) partilham os resultados da atividade levando em conta a necessidade do trabalhador, não sua exploração.

Isso permite trocas de função entre os agentes que cooperam: ora são patrões, no negócio que lideram, ora são empregados, quando colaboram com outros negócios da rede. (“Patrão”, “empregados” ou “colaboradores”, expressões comuns para nomear posições no processo de trabalho em negócios do asfalto, mal aparecem nas entrevistas desta pesquisa: à falta de um léxico próprio para nomear as funções pouco diferenciadas em sua divisão de trabalho, os negócios de periferia recorrem a expressões afetivas, como “ajudante”). A figura do trabalhador que também é dono e a percepção de que todos advêm de uma história semelhante e terão um destino partilhado redesenham as relações econômicas, deslocando-as dos códigos que configuram o capitalismo.

Entrevista 11, RJ, M: *Tentando não usar o termo usurpado, o termo pejorativo da colaboração, que todo mundo é o colaborador, que o funcionário é um colaborador, mas a gente precisa entender que as pessoas já estão acostumados a fazer negócio em rede, desde muito jovem. Porque você não tem tudo, você tem uma coisa, um amigo tem outra e troca, as trocas não comerciais, eles tão acostumados com elas desde sempre. É óbvio que, a partir do momento que você vira um empregador, no termo formal de contratar serviço e mão de obra, contratar tempo de vida de outra pessoa, a ideia capitalista perpassa por isso, não tem como fugir. É um negócio, é isso. Só que, percebo eu, que há outro filtro, novamente, eu acho que o filtro racial passa por isso, também. Ele não tá contratando uma funcionária, a mulher preta está contratando outra mulher preta, entende? Óbvio que há exploração do capital, mas eu sou essa pessoa que eu estou contratando, assim, há de se ter essa leitura.*

Os ativistas usam o vocabulário que o capitalismo lhes entrega para definir os negócios de periferia porque é o único disponível. Mas, na economia das comunidades pobres, nada é igual ao capitalismo, embora tudo esteja misturado com ele. Veremos mais adiante o quanto essa superposição não produz hibridizade ou homogeneidade – a economia popular é mesclada, *ch'ixi*, como veremos mais adiante. Quando uma mulher negra contrata outra, num contexto de partilha de recursos escassos, não é “óbvio que há exploração do capital”: não há acumulação, nem capital (KRAYCHETE SOBRINHO, 2018).

O conjunto de depoimentos reunidos neste capítulo indica que, nas periferias brasileiras, o ciclo recente de transformações econômicas e sociais gerou novo horizonte de expectativas de futuro, ligado ao fortalecimento e à opera-

ção em rede de pequenos empreendimentos⁵. Os negócios permitem respostas a um conjunto de dificuldades agravadas pelas condições de vida nas comunidades pobres: obter renda; conciliar trabalho e cuidados com casa e filhos; operar de modo flexível, podendo expandir ou retraindo a capacidade de trabalho em função de variações de mercado ou vulnerabilidades; escapar de relações de trabalho exploratórias, racistas ou sexistas; eventualmente, estudar.

Há muitas utopias para a liberdade – e a história da escravidão no Brasil é plena de quilombos e revoltas coletivas, mas também de fugas e astúcias individuais para a conquista de alforria. Na longa transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, brasileiros e brasileiras pobres alimentaram o tipo de negócio ainda hoje presente nas periferias: diversificado, fragmentado, vulnerável. Um dono de negócio na periferia atualiza a história de seus ancestrais e acredita que, com trabalho partilhado com sua comunidade, poderá alcançar a emancipação. O legado da escravidão se vislumbra no contexto de relações de trabalho violentas, no discurso que estigmatiza negras e negros para excluí-los de oportunidades, no infinito repertório que caracteriza o racismo; mas o legado da escravidão também está no seu oposto, na convicção de que é possível vencer a opressão e alcançar a liberdade pelo trabalho. Nas periferias brasileiras, as ideias de liberdade e igualdade amparadas em relações de cooperação fraterna são mais que um sonho: são um trabalho diário, que se ressent da precariedade quase imutável do contexto em que se dá e da invisibilidade a que foi, por longo tempo, condenado.

⁵ Esse *insight* se inspira nas diferenças entre as expectativas dos donos de negócio nas periferias brasileiras e aquelas encontradas por Pierre Bourdieu (1976) entre agricultores da sociedade cabila, na Argélia. Se no estudo de 1958, que lhe permitiu elaborar seu conceito de *habitus*, Bourdieu encontrou uma sociedade com expectativas de futuro restritas, derivadas da experiência tradicional, no Brasil do século XXI as expectativas dos donos de negócios nas periferias (a maioria deles, descendente de escravos) não são em absoluto limitadas. Mudanças culturais e sociais favoreceram a reconfiguração do *habitus* desses agentes.

Capítulo 6

Trabalhadores, negociantes, empreendedores: sobreviventes

“Empreender é se virar”.

“O homem e a mulher preta de favela empreende desde que nasceu, só que chama isso de sobrevivência”.

O neoliberalismo universalizou o empreendedorismo. Em sua formulação clássica, empreendedor era o empresário criativo, inovador, cuja iniciativa gerava transformação disruptiva no capitalismo. Uma minoria, portanto. Nas últimas décadas, contudo, o conceito foi transformado e seu uso, alargado a ponto de alcançar potencialmente todo tipo de negócio. Empreendedorismo passou a designar um conjunto de disposições morais associadas a certos processos de trabalho; no exercício dessa combinação entre moral e trabalho residiria o caminho para obter renda e distinguir-se das outras pessoas. Não importa o tipo de negócio, a mentalidade empreendedora conduziria a práticas que se aplicariam a qualquer atividade humana: ao camelô e ao programador de TI, à artesã e à dona da rede de lojas.

Essa transformação do “empreendedorismo” de conceito preciso usado por teóricos do capitalismo em mantra de amplo alcance social produziu inúmeros efeitos no Brasil do século XXI. Com alguma redistribuição de renda combinada a programas assistenciais eficientes, o volume de recursos circulando nas regiões mais pobres aumentou, o que chamou para as economias populares a atenção de empresas, governantes, ativistas, formuladores de política pública, pesquisadores e outros interessados no tema. Algumas corporações implantaram unidades nas periferias ou estenderam a elas o alcance de seus serviços.

Em paralelo, cresceu a percepção de que o dinheiro dos pobres produziria mais resultados na própria periferia se circulasse ali, entre negócios da própria comunidade. Disseminou-se também a convicção de que negócios do morro poderiam se fortalecer caso conseguissem encontrar consumidores no asfalto. E desenvolveram-se, por fim, mercados em que se valoriza a identidade étnica ou de gênero entre quem produz (ou oferece serviço) e quem consome ou compra. Em cada um desses movimentos, discursos sobre o empreendedorismo operaram como combustível ou lubrificante.

Como resultado, “empreendedorismo” designa negócios na periferia por toda parte: nos livros e nas narrativas midiáticas, no trabalho dos ativistas e organizações de apoio à economia popular, no discurso dos políticos e na agenda dos governantes. Nas identidades dos donos desses negócios, contudo, se percebem as ambivalências e contradições do conceito. De um lado, alguns sequer identificam o que fazem como empresas; outros se consideram trabalhadores; alguns se reconhecem como precarizados. De outro, há aqueles que encontraram no empreendedorismo uma forma de nomear suas ações para geração de renda, inserção no mundo do trabalho, inclusão econômica e social a partir dos seus saberes, das suas origens e dos seus contextos.

Neste capítulo, vamos explorar contradições, potencialidades e limites no uso do conceito de empreendedorismo (ou suas variantes) no discurso de ativistas que se dedicam a fortalecer negócios na periferia. Muitos deles não naturalizam o uso do conceito para a economia popular, mas tampouco dispõem de um léxico alternativo.

A onipresença do empreendedorismo nos discursos sobre a economia leva agentes sociais a tentar profanar os sentidos da palavra sagrados para o neoliberalismo, entortando-a para ajustar-se a agendas que podem ser críticas ou antissistêmicas. Usualmente isso se dá por meio de qualificações, e assim surgem expressões como “empreendedorismo social”, “periférico”, “de favela”, “de comunidade”, entre outras que reforçam vínculos territoriais; ou “empreendedorismo feminino”, “materno”, “LGBT”, “negro”, “afroempreendedorismo”, para valorizar outros tipos de vínculo. Essas categorias todas refletem uma astúcia comum, o esforço de ressignificação de um termo *hype* para determinados fins – alguns econômicos, outros políticos, refletindo diferentes interesses e estratégias dos agentes que se envolvem com os negócios das periferias.

Na bibliografia especializada, muitos pesquisadores recusam o uso do conceito para interpretar as atividades produtivas dos mais pobres; outros, contudo, valorizam a disputa de sentidos. Alguns autores na América Latina têm formulado novos conceitos para interpretar as economias populares, recusando tanto o palavreado ideológico como categorias clássicas da economia ou da sociologia, usualmente utilizadas para discutir o tema. A ressonância dessas propostas no Brasil ainda é pequena.

Neste capítulo, vamos explorar o tema em três momentos. Inicialmente, vamos contrastar as abordagens positivas do conceito de empreendedorismo com as abordagens críticas nas entrevistas dos ativistas. (Relembremos que alguns ativistas falam também como donos de negócio.) Em seguida, vamos notar como essas posições divergentes se diluem em um emaranhado conceitual complexo quando combinadas, pelos ativistas, a agendas de desenvolvimento que pretendem potencializar vínculos entre os agentes (territoriais, étnicos, geracionais ou de gênero, por exemplo). No momento final do texto, propomos um balanço de limites e potencialidades do conceito de empreendedorismo aplicado ao trabalho por conta própria e aos pequenos negócios, em diálogo com a bibliografia sobre o tema.

Começemos pelas abordagens positivas. Muitas das organizações às quais estão vinculadas as pessoas entrevistadas visam explicitamente propagar a mentalidade empreendedora na periferia como um caminho para redução de desigualdades por dentro do mercado. Nesses casos, a distinção entre negócios criados por necessidade ou por oportunidade (ou vocação) opera como uma linha que separa e organiza diferentes potenciais: no primeiro grupo, reconhecem que é preciso primeiro desenvolver a ideia de que o negócio é uma empresa e pode crescer; no segundo, a disposição empresarial já está presente desde o início, não raro associada a aprendizagens na universidade ou em algum tipo de militância.

Entrevista 27, SP, F: *Empreendedores ou empresários. É assim que eu chamo. [...] Porque aqueles que começam a fazer alguma coisa, seja coxinha, seja um lanche, bolo, por necessidade, eles têm até um impacto quando você fala que ele tá empreendendo, que essa pessoa que ela tá empreendendo. Que o que ela tá fazendo é um negócio, que esse*

negócio pode ser escalável. [...] Quem faz por necessidade normalmente é porque perdeu o emprego, aí tava com dificuldade de arrumar um emprego e resolveu fazer bolo, resolveu costurar, a mãe já fazia coxinha e resolveu vender as coxinhas que a mãe fazia, vai fazer ovo de Páscoa, vai empreender por necessidade. Pessoal fala “eu vendo no almoço para pagar a janta”. E existe os de vocação, por exemplo, até algum tempo atrás, creio que uns dois anos atrás, os empreendedores de vocação estavam aumentando em relação aos de necessidade, por conta do acesso à faculdade, às políticas públicas que teve de incentivo ao acesso à faculdade, aí na faculdade você tem aula de empreendedorismo, tem acesso a um monte de informação e todo universitário sai pensando em fazer alguma coisa. Então você tava tendo um aumento no número de empreendedores por vocação [...]. Com essa crise eu acho que isso vai parar por um tempo, e agora vai ter, de novo, um boom de empreendimentos por necessidade.

Entrevista 29, SP, F: *[Identificamos] três perfis: o empreendedor por necessidade, empreendedor negro por necessidade, que empreende qualquer coisa para sobreviver; o empreendedor por vocação que é aquele mais classe média, que buscou uma oportunidade no mercado para empreender; e o empreendedor engajado, que é aquele que é ativista e vai produzir especificamente para a população negra. [...] Inclusive, um dos nossos desafios é transformar o de vocação por de engajamento, um empreendedor engajado. Porque a gente acredita que o processo de transformação, ele vai se dar pelo processo de equidade na economia. Então, se você tem mais empreendedores negros empreendendo para atender a demanda de consumo de mais de 50% da população, isso quer dizer que a renda vai aumentar entre a população negra.*

A ideia de que negócios liderados por pessoas negras devem atender sobretudo à demanda de consumo da população negra é uma simplificação que tem algo de ilógico no contexto da geração de equidade pelo mercado, uma vez que essa parcela da sociedade dispõe de bem menos da metade da renda nacional, concentrada em uma minoria branca. Para promover equidade, produtos e serviços da população negra precisariam encontrar consumidores ou clientes nas parcelas mais ricas da sociedade.

Esse tipo de desajuste reflete, também, certa desconexão entre as adversidades do trabalho por conta própria e dos negócios na periferia e os conceitos utilizados pelas perspectivas otimistas em relação ao empreendedorismo.

Como significante vazio¹, empreendedorismo serve a uma disputa ideológica desigual, que opõe ativistas progressistas a agentes de disseminação de concepções neoliberais:

Entrevista 24, SP, M: *Essas pessoas acham que elas estão se virando. Então qual é o esforço que nós temos feito, também? É que essas pessoas se identifiquem como empreendedores, como afroempreendedores.*

As pessoas entrevistadas descrevem a maior parte das atividades produtivas nas periferias como de pequeno porte, raramente escalável, mas valorizam o potencial para retenção de renda na comunidade e geração de algum posto de trabalho, o que beneficiaria sobretudo pessoas negras (em especial, jovens e/ou mulheres).

Entrevista 16, RJ, F: *[...] vamos pensar em pequenos negócios, pequenos arranjos econômicos pode ser o nome. Eu acho que é arranjo econômico, uns falam de empreendimento, empreendedora, a empreendedora do ano. [...] Faz sentido para levantar autoestima, porque aparece no rádio e na TV, dá entrevista. Eu tenho uma senhora que ganhou um prêmio chamado Dandara, ela é do morro do Alemão, ela fez faculdade de RH. Qual é o trabalho dela hoje no Morro do Alemão? Na Nova Brasília? É aprender a colocar currículo nas empresas, currículo do povo da favela e ajudar a tirar documentos. Ela ganhou um prêmio como uma empreendedora. [...] o que é dito para ela é que ela é uma empresária. Vai dizer para ela que não é!*

Entrevista 31, SP e outros, F: *A gente oficialmente chama de empreendedoras, mas sempre que a gente vai se referir a elas para as pessoas tentarem entender o que que é a gente chama de nanoempreendedoras, porque elas estão ainda menores do que aquelas micro que o SEBRAE atende, por exemplo.*

Entrevista 24, SP, M: *Eles pensam e valorizam como uma ferramenta de sobrevivência, eles pensam na sua sobrevivência e têm a ambição no sentido de melhorar seus negócios, de ampliar, de fazer trocas. O que eu observo um pouco é isso, eles têm ambição de crescimento.*

¹ Usamos a expressão seguindo Laclau (1994, p. 38), para quem um significante vazio desse tipo surge “precisamente com a possibilidade teórica de algo que aponta, de dentro do processo de significação, para seus próprios limites”.

Entrevista 25, SP, M: *O que a gente está fazendo agora é uma campanha para artesanato. Então, duas comunidades quilombolas porque essa nossa ação nesse último mês, foi voltada para o afroempreendedorismo, pra comunidades quilombolas etc., que são demandas que estão aí. Ou a gente que inventou?*

Nas abordagens a seguir, as pessoas entrevistadas reconhecem que muitos donos de negócios na periferia não se identificam como empreendedores, mas que essa classificação, no entendimento dos ativistas, pode ser motivadora para o fortalecimento das iniciativas ou sua articulação em redes vinculadas a alguma agenda política e/ou social (como igualdade de gênero ou raça, promoção da economia solidária ou valorização de comunidade).

Entrevista 10, PI, F: *A nomenclatura usada e como nós classificamos aqui é que são mulheres empreendedoras, dentro desse viés do empreendedorismo social, que é o viés da economia solidária.*

Entrevista 20, SC, F: *A gente chama de empreendedores. Inclusive, muitos – na busca de ter uma certa formalização, eles se cadastram no MEI (que é o Microempreendedor Individual). Então, a gente fala muito na questão de empreendedores, então, isso falta muito neles, eles não se sentem empreendedores, eles acham que estão fazendo um negócio de sobrevivência. Então, até esse reconhecimento de empreendedor, de empresário, que possuem um negócio que gera renda, existe essa dificuldade de se apropriarem dessa denominação de empreendedor. Porque eles entendem que é um bico, porque, isso por muito tempo que a gente fala muito, quando uma coisa é feita dentro da periferia por falta de formalização é considerado bico, mas quando é feita no asfalto ou nos grandes centros tecnológicos é considerado inovação, então, muita coisa que acontece hoje na área que dizem que é inovação, dentro da periferia já aconteceu há muito tempo, só que por falta dessa apropriação, dessas denominações que são de mercado (inovação e empreendedorismo), por falta de se apropriar disso, os empreendedores acabam sendo chamados de vendedores ilegais ou que têm comércio ilegais ou que estão na informalidade. Mas nós denominamos empreendedores mesmo.*

Entrevistas 21, SC, F: *Para mim empreendedor é uma tipificação, entende? Eu sempre conversei, uma pessoa pode ser um empresário e não ser um empreendedor, o que que é um empreendedor? Claro que a gente vê, tem uns que, principalmente um campo mais*

progressista, que veem o quê? Ah eu sou empreendedor, tem uma carga neoliberal. Só que assim, o que que eu bato na tecla, nós precisamos ressignificar os conceitos. [...] Essa periferia também tá se entendendo como empreendedora, ela não é uma viradora, nunca vai pegar esse termo, porque isso soa pejorativo, e querendo ou não, as pessoas, mesmo sendo ilusória, elas estão procurando uma melhor qualidade de vida e o que, como eu trabalho com essa questão da linguagem, a linguagem, ela organiza nossos pensamentos, entende? [...] O que significa, de fato, o empreendedor? É a pessoa que traz soluções para o seu meio. Então pode ser uma pessoa que está à frente, que tá sempre pensando isso. Uma pessoa que é CLT, ela também pode ser uma empreendedora, mas ela é uma intraempreendedora. O empresário, não necessariamente ele é um empreendedor, porque empreendedor ele vai trazer essa solução, mas só que às vezes a gente tem um empresário que ele é só empresário, como nós temos alguns empreendedores que eles são só empreendedores e não são empresários. Esses três se conversam, mas não é a mesma coisa. O autônomo, né? Gerencio meu tempo, eu posso me definir como empreendedor ou não.

Entrevista 27, SP, F: Aprendi que os empresários dessa área também dificilmente se veem como empresários. [...] Estão fazendo algo para sustentar, para pagar suas contas, aí você fala: “você tem uma empresa”, “uma empresa?”, “sim, você tem uma empresa”. Você sabe fazer boneca, você leva, você faz feira, você aceita encomenda, você é uma empresa. Tem isso também, muitos não se vêem como empreendedores.

Agora, as abordagens críticas. Encontramos entrevistados que deixaram de utilizar a expressão empreendedorismo ao longo de sua experiência como

² A entrevistada constrói um paralelo entre seu tema e a atuação de Nelson Mandela: “Na África do Sul, esses africanos, eles também se entendiam como africanos, mas em certos territórios eles se entendiam como negros, e o próprio Nelson Mandela, por estratégia de mobilização, os chamava de negros. Não é porque ele achava, mas é porque ele entendia, estrategicamente, que aquele grupo se reconhecer por negro. Então assim, o que a gente precisa entender dentro desse campo progressista é o quê?”

³ A entrevistada desenvolve o argumento: “É interessante quando às vezes assim, não tem nome ainda, ok, mas quando tu vai colocar tu também tem que pensar para que haja essa organização mental, e ninguém vai ser organizado mentalmente, já essa pessoa que tá em vulnerabilidade, como viradora, porque ela fica duas vezes vulnerável, não vai pegar isso. ‘Ah, mas só que o empreendedor’... Ok, tu não quer ser, mas aquele grupo se entende como empreendedor e tu precisa falar isso aqui, porque senão vão ficar com essa retórica envelhecida, sabe? O que acontecia antes, ‘Ah mas antes, mas antes’. A cultura não é estática, nós tamo sempre nesse movimento.”

ativistas ao perceberem que ela carrega forte cunho ideológico e é utilizada como guarda-chuva para designar realidades incomparáveis, como negócios de morro e negócios de asfalto.

Entrevista 11, RJ, M: *Mas a gente logo no primeiro momento decidi disputar esse termo, a gente decidiu fazer com que esse termo também fosse nosso. Então lá atrás faz sentido. Quando deixou de fazer sentido? Quando o empreendedorismo, a expressão, passou a ser utilizada, sobretudo depois do Uber Eats, como expressão aplicada a trabalhadores de conta própria que são, na verdade, funcionários explorados numa nova relação de trabalho. Quando você começa a chamar de empreendedor o sujeito que tem um aplicativo, ou que entra no aplicativo e começa a trabalhar exaustivamente para enriquecer outrem, esse sujeito não é o empreendedor, esse sujeito é um escravo de um alguém. Então é nesse momento, 2017 para 2018, que a palavra empreendedor, para mim, passou a ser criticada [...] Pra pessoa não se entender como um empreendedor ela tem que ter feito um trabalho de se entender exatamente quem ela é e não se deixar roubar pela narrativa de exploração. [...] já tem que ter caído esse véu da ingenuidade sobre o que o dinheiro é, e o que o capital é, enfim, o que que é o mercado de trabalho. [...] Antes de se entender empreendedor, ou não, a pessoa se entende como homem e uma mulher negra e neste lugar, a palavra empreendedorismo não diz nada, entende? No lugar racial você ser empreendedor não diz absolutamente nada sobre você. [...] O preto, o homem e a mulher preta de favela, empreende desde que nasceu, só que chama isso de sobrevivência [...] Então, chamar uma mulher negra de empreendedora não diz nada, absolutamente nada, sobre ela. E ela não se vê, quando não se vê, quando ela já conseguiu fazer essas leituras, ela não se vê nesse lugar do explorador do capital, ela sabe exatamente, quando falam que ela é uma empreendedora erradamente, ela sabe: “eu sou uma pessoa explorada pelo sistema, mais uma pessoa explorada pelo sistema”.*

Fortes identidades de gênero, raça, classe ou território põem em questão o uso da expressão empreendedorismo, vista como um subterfúgio para dissimular relações de trabalho precário ou negócios de subsistência.

Entrevista 28, SP, M: *Eu não me coloco como um ativista ou alguém que apoia pequenos negócios, eu me coloco como alguém que se preocupa com a minha comunidade. Então eu diria para você, o meu discurso seria racial. Então estou preocupado emaju-*

dar a comunidade negra, aí que vem que a realidade da comunidade negra é a de que somos majoritariamente consumidores. Então se a gente for pegar percentualmente o que você tem de empresários brancos e empresários negros, você tem muito mais empresários brancos do que negros. Aí você podia me perguntar o seguinte: não, mas você tá equivocado porque SEBRAE disse que o número de empreendedores negros é superior ao de empresários brancos. Bom, se você começar a falar para mim que a moça que vende latinha na esquina é empresária, se você me disser que o rapaz que tá vendendo pano de chão no sinal é empresário, se o garoto que tá entregando quentinha de bicicleta é empresário, aí a gente vai entrar nisso daí. Porque sinceramente para mim MEI não é empresário, para mim alguém que tá entregando comida pro iFood, o nome daquilo ali para mim é subemprego. Nem é subemprego, é trabalho precarizado. Então a gente tem, hoje em dia, uma gourmetização do empreendedorismo simplesmente para enganar o povo de que, na verdade, aquele cara ali é um trabalhador que na verdade ele é mal pago, mal remunerado e foi retirado o direito dele. Então, é só olhar para aquela estatística que ela é uma empreendedora, pergunta para ela se ela tem um plano de negócio, pergunta para ela se ela tá tendo lucro, se ela sabe o custo. Não sabe nada disso. Aquela mulher não é empresária, aquela mulher não é empreendedora, aquela ali é uma vítima das circunstâncias.

Entrevista 30, SP, F: [...] eu sou uma trabalhadora, eu sou uma proletária e tipo, então eu preciso vender minha força de trabalho, eu preciso vender meus produtos e tento negociar com capital. É uma negociação que tá colocada dentro de relações de trabalho, porque esse universo do empreendedorismo, assim gente, MEI não é empreendedor, o MEI ele é um trabalhador precarizado. Uma pessoa que fatura 80.000 reais por ano não é empreendedor, é um trabalhador precarizado. [...] Eu acredito que é fundamental a gente conseguir separar o que é empreendedorismo de sobrevivência do que é empreendedorismo de inovação. [...] Porque eu acho que existe uma parte substancial do empreendedorismo negro e periférico que está relacionada à sobrevivência, não tem nenhum tipo de inovação processual, tecnológica. É realmente a necessidade que a pessoa tem de se manter vivo em um contexto em que ela não consegue se inserir nas relações de trabalho.⁴ Então, por isso

⁴ “Você tem outro lado, que são as pessoas que estão desenvolvendo tecnologias e aí tecnologias sociais, não só tecnologias digitais, mas são pessoas que estão desenvolvendo projetos de inovação, produtos de inovação, serviços de inovação e esses sim têm um impacto e uma importância muito grande na academia. Eu acho que a gente precisa ter essa separação para

que quando a gente fala de vantagens, acho que a gente tem que ter esse cuidado, porque existe uma massa relevante e substancial de pessoas que estão nesse universo por uma questão de vivência e manutenção da vida e a gente não pode romantizar essa condição.⁵

Entrevista 26, SP, M: *A MEI é a uberização da força de trabalho, então é o pequeno, é o empreendedor de si mesmo. Então se a gente estava conversando naquela outra chave do empreendimento que empodera, esse é o momento do empreendedor de si mesmo que precariza, precariza a vida da pessoa.*

As posições anteriores diluem-se em diferentes combinações quando ativistas veem os negócios como um tipo de intervenção socioeconômica relevante para o fortalecimento de alguma agenda política. Assim, ainda que o negócio não tenha sido originalmente criado como uma iniciativa antirracista ou de promoção de identidade étnica, feminista ou de promoção aos vínculos entre mães, por exemplo, ele é localizado pelo ativismo e por ele estimulado a participar de uma dessas redes, que têm o trabalho como denominador comum. Identificamos cinco eixos de mobilização, ligados a: raça, gênero, participação em uma comunidade, engajamento político em temas da cidade (com apelo especial entre jovens) e conexões religiosas.

a gente entender melhor esses universos, porque de um lado a gente tem um cara que, se ele tiver uma oportunidade de trabalho formal, ele volta. [...] Então eu acho que a gente precisa ter esse olhar qualitativo para entender qual é a massa de pessoas que tá dentro desse universo por uma questão de falta de opção e necessidade, por sobrevivência, e qual é o universo que tá ali de fato fazendo e promovendo inovação. [...] Então eu acho que é preciso muito cuidado com esse romantismo, porque ‘ah, agenda liberal vai falar’, vai colocar na conta do empreendedorismo resolver problemas que são de ordem da macroeconomia e da estrutura produtiva brasileira. Sabe, então para a gente sair dessa exceção depende muito mais do que o Paulo Guedes está fazendo, do que empreendedores periféricos.”

⁵ “Assim, eu acho que depende nomear para quem, em que circunstância, né?! Porque para eu falar com esse cara, se ele se identifica como um empreendedor, eu respeito o nome social dele. Eu respeito a forma como a pessoa se enxerga, né?! [...] Então eu acho que tem muita coisa que as nomenclaturas novas, que as definições não estão estabelecidas, colocadas. Ainda tem uma fluidez muito grande em como esses termos são utilizados, entendeu? [...] para mim são pessoas precarizadas, superexploradas. [...] eu não consigo falar pelo outro nesse lugar assim [...] então eu posso falar só de mim. Eu sou uma operária ainda.”

Raça:

Entrevista 27, SP, F: *Tem, vários tem. Seja na sua comunidade [...] As meninas que trabalham com boneca, dão aula sobre contos africanos, uma delas, inclusive, dá aula na faculdade de professores [...] falando sobre relações étnico-raciais. A que faz comida, ela leva aquele prato daquele país, fala o país que é e fala sobre o país. [...] Movimento negro, algumas a gente encontra em alguns eventos partidários e quase todos no Fora Bolsonaro, e aí a independente de partido.*

Gênero:

Entrevista 17, RR, M: *Eu acho que elas pensam assim, por exemplo a moça da associação, ela sente muito quando alguém não tem o que comer, quando alguém não tem acesso ao seu direito, então ela pensa assim: eu vou ajudar. Ela pensa em contribuir com o próximo, as mulheres da cooperativa, o que que pensa? A gente juntas consegue ganhar dinheiro e a gente vai conseguir ter uma independência financeira, por exemplo. Eu acho que elas pensam dessa forma.*

Entrevista 17, RR, M: *Eu acho até que me sinto incapaz de classificá-las, mas eu considero que são mulheres muito guerreiras, que estão em busca de sobreviver, que veem no próprio negócio, na cooperativa, essa oportunidade dessa dignidade, digamos assim, porque eu tenho outros exemplos. Então são vários exemplos de mulheres que a gente conhece que começaram a ser essas empreendedoras.*

Entrevista 6, DF, F: *Total. Uma parte é ativista do movimento de mulheres, ativistas do movimento LGBT, líderes comunitárias. Nenhuma tem um trabalho individual, todas no coletivo, no grupo.*

Entrevista 10, PI, F: *Sim, são mulheres guerreiras, bem empoderadas, que lutam pelas suas organizações, lutam muito pelo coletivo e foram capacitados para isso. Mas sempre é um processo e elas ainda precisam de fortalecer esse empoderamento, acho que a gente ainda pode fortalecer muito mais. Mas elas já estão bem engajadas e conhecem um pouco de toda uma política pública e sabem como cobrar, sabem como sempre manter os seus espaços como representante dessas organizações produtivas.*

Organização comunitária:

Entrevista 18, RS, M: *Os que acabam se aproximando de nós têm uma visão mais idealista. Eu acho que existe um confronto, uma certa tensão entre aqueles que querem*

só montar alguma coisa para ter algum tipo de subsistência ou algum tipo de sustentação econômica e daqueles que querem uma transformação social e mais coletiva, que têm um sonho maior. Existe uma certa tensão entre esses dois quando a gente vê alguns diálogos, porque acho que aí acabam não frequentando os mesmos espaços.

Engajamento político em temas da cidade (com apelo especial entre jovens):

Entrevista 17, RR, M: *acho que elas têm sim, engajamento social e político. Por exemplo, quando elas preenchem papelada, elas vão lá na Mesa Brasil para buscar comida, para distribuir na comunidade, para mim é um engajamento social e político muito grande. A moça da associação da pessoa com deficiência, a gente tem uma relação muito próxima, então eu consigo levar ela para os debates do partido, por exemplo. As da cooperativa não, quanto à questão política, elas têm uma relação cooperativa muito boa, mas tem muitas pessoas que querem criminalizar a política, não querem discutir a política, sendo que tudo passa pelas questões políticas.*

Entrevista 24, SP, M: *A maioria tem, é impossível se envolver nesses negócios sem ter engajamento político.*

Entrevista 14, RJ, F: *Realmente, eles têm que estar engajados e perceber a importância do trabalho deles, da energia deles, o quanto eles podem fazer diferença. Realmente é um aspecto importante para os jovens.*

Entrevista 9, BH, F: *Sim, a maioria dessas pessoas que estão à frente ou de cooperativas, ou de redes de artesanato, de costura, de alimentos, elas têm uma incidência política na cidade, uma incidência inclusive no território, de pensar de quem que é essa cidade, para quem ela é, e inclusive, representações e de alguma forma se articulam com representações de política institucional.*

Entrevista 19, RS, M: *Empreendedores sociais, e a gente usa muito visionários. É um visionário, é um visionário da cidade, a gente usa muito esse conceito, esse nome, fala muito do projeto que a gente tem, mas a gente sempre trata as pessoas dessa forma.*

Conexões religiosas:

Entrevista 15, RJ, F: *Eles são muito ligados à igreja, eles têm um engajamento religioso bem forte, a maioria deles não só frequenta a igreja, mas possuem grupos de desenvolvimento e de aprofundamento na religião, mas político e social, assim, nesse recorte específico eu já tive alguns sim, mas no Cantagalo, no Cantagalo as pessoas tinham engajamento político maior.*

Em algumas dessas narrativas, conduzir um negócio próprio é visto como uma atividade de resistência.

Entrevista 9, BH, F: *Eu acho que diz sobre se colocar mesmo, de alguma forma fazer parte desse contexto social, dessa história toda, então acho que diz sobre identidade nesse sentido... Eu acho que é isso, diz sobre resistir, essa consciência né, de que é muito difícil, de que às vezes vai ser muito ruim, mas que é uma atividade de resistir.*

Entrevista 5, CE, F: *Tem, não é tanto mas tem. Temos algumas pessoas da igreja, nós temos, vamos dizer assim, não sei se elas são tão engajadas, mas elas tem algumas, poucas, tem umas percepção do que é a realidade que elas atravessam, a realidade política que ela tem, e mesmo porque nós temos alunas que tem uma professora, ela é funcionária pública, então ela sempre tá ali falando e essas pessoas dão um norte para elas, quem sabe. Mas nem todo mundo porque às vezes elas fazem uma coisa, outro dia ela já volta: ah, mas isso não adianta, isso para gente não chega, isso não acontece [...] Desacreditados, elas ao mesmo tempo que são lutadoras, mas só individual, não acreditam no poder público, não acreditam em melhorias que elas possam com a força delas conseguiu chegar até lá. Porque é difícil mesmo, não é fácil, a situação não está fácil, então desestimula qualquer um e atravessamos um período contraditório, um período muito difícil.*

Entrevista 6, DF, F: *Dei oficina de turbantes dentro de um núcleo de meninos que estavam em privação de liberdade, presos abaixo de 18 anos, e foi um grande desafio porque meu trabalho é muito mais voltado para mulheres, aí eu fui dentro do núcleo com toda aquela vigilância policial, o recebimento foi bem hostil da parte deles. Então eu tive que ter toda uma fala para fazer uma comunhão no espaço entre eu e eles, do respeito, que temos um código de respeito, porque que eu estava ali, a importância de estar ali, a importância de levar e falar sobre a ancestralidade deles porque a maior*

parte dos meninos são negros, descendente de nordestino. Então aí foi todo um processo, consegui fazer oficina, coloquei turbante neles, só não pude registrar porque lá não pode registrar a imagem de nenhum menino naquela situação, mas então é isso, já fiz em terreiro de candomblé, associação de moradores e grupos culturais, já fiz em eventos em praça, me chamam lá vai ter tal data você pode ir? Muito também em novembro por conta do mês da consciência negra.

A mistura entre empreendedorismo e ativismos contribuiu para alargar o alcance da primeira expressão, criando novos problemas: carregado de valores neoliberais, o discurso hegemônico do empreendedorismo é dissonante em relação a valores defendidos pelos ativistas ou partilhados por comunidades, e também em relação às próprias condições de existência dos negócios conduzidos por pessoas pobres e negras.

Entrevista 4, BA, F: Porque ó, a parte ruim logo. Coloca todo mundo no mesmo barco, sabe? Assim, níveis diferentes, necessidades diferentes, enfim. E como o empreendedorismo [...] virou gourmet e as pessoas não entendem que isso é precarização também, dificulta a gente conversar sobre isso que a gente tá falando agora. Agora, em 2020, mais ou menos sete milhões de mulheres saem do mercado de trabalho e vão empreender; não é pra comemorar: isso é precarização. A diferença é que, sim, as pessoas se viram, mas existe agora, de uns três anos pra cá, 2017 pra cá, eu sinto que teve um boom de galera fazendo formações, e criando iniciativas de fomento e educação para a galera periférica. Isso é visível, sobretudo nossa geração dos vinte e poucos. Eu sempre falo que a geração anterior, até Sueli Carneiro, que eu amo, ela falou uma frase pra mim assim: “ainda bem que sua geração consegue falar de dinheiro mais fácil que a nossa”. [...] Então, esse se virar, algumas pessoas começaram a entender que são microempreendedores e, por isso, precisam... Entre mudar o mundo e ganhar dinheiro ficam com os dois e tá tudo bem, mas, quando a gente vai pra outro universo, TED, festivais, colocam a gente no mesmo lugar, só que as oportunidades não são as mesmas. Então isso atrapalha porque gourmetizou num lugar que não vão falar das tragédias do empreendedorismo. Não é legal no final do mês não saber se vai ter dinheiro ou não, não é legal você, com cinco filhos, decidir se vai largar tudo ou não.⁶

⁶ “Então assim, tem esse lugar do não debate... Inclusive, esse lugar da meritocracia, engraçado e trágico ao mesmo tempo. Eu sempre falo que, a gente sim discute esse lugar da meritocracia, mas sempre no lugar do, tipo assim, você não pode falar isso até porque, né, a

Esta ativista propõe explicitamente a ressignificação da ideia de empreendedorismo, a partir de um movimento de apropriação da palavra:

Entrevista 4, BA, F: *Então tem, eu acredito sim que a gente tem que pensar, ressignificar os termos, se apropriar dos termos pra ressignificar de acordo com o que a gente acredita. É que nem a palavra negro, preto, sabe? Não é um consenso, mas o Movimento Negro Unificado utilizou a palavra negro, ressignificou, entendeu que negro é um grupo de pretos e pardos e etc., enfim. Mas tem o lugar que talvez seja ressignificar ou não criar outro porque assim, esse lugar de ficar criando o tempo todo também vai pulverizar qualquer tipo de entendimento. Então talvez essa abordagem de pegar pra gente um termo e ter que reafirmar até se tornar nossa verdade e pública, pra mais gente entender, faça sentido assim. Até porque o empreendedorismo trabalha com exceção, ponto. E a exceção confirma a regra, é pegar um único periférico, é Eduardo Lira. [...] Então assim, é a exceção, essa lógica do empreendedorismo do asfalto só funciona porque trabalha com a exceção, diferente do periférico que trabalha com o geral, pra fazer com que não vire uma regra trágica, apesar de ser a realidade. Mas é uma tentativa de, tipo assim, não vamos confirmar regra gente, vamos mudar essa realidade. Então acho que é mais de ressignificar coisas, sabe?*

Chegamos ao momento de propor um balanço dessa reflexão sobre esse tema.

Como vimos, depois de deixar de ser conceito para se tornar significante vazio útil à preservação do neoliberalismo como razão de mundo, o empreendedorismo passou a circular e ressignificar o universo dos negócios na periferia e do trabalho por conta própria, num movimento pleno de contradições. Os fatores que impulsionaram o empreendedorismo, examinados em momentos anteriores deste estudo, podem ser divididos em duas abordagens – uma coerente com o neoliberalismo, outra crítica a ele.

peessoa é periférica, porque não tem as mesmas ferramentas e tal, mas a gente não vê o lugar da pessoa que tem o discurso meritocrático. Geralmente quem tem o discurso meritocrático, provavelmente existe algum benefício, sei lá, possibilidade de sonegar imposto porque acredita que venceu por conta própria, então não vai pagar o imposto do Estado na nota fiscal, por exemplo.”

Quadro 3 - Fatores que impulsionaram o empreendedorismo no Brasil em suas vertentes neoliberal e crítica (2000-2020)

Abordagem neoliberal	Abordagem crítica
Ampliação do acesso ao ensino superior (voltado ao empreendedorismo)	Políticas de cotas no ensino superior público
Atuação de organizações destinadas ao fomento da atividade empresarial	Atuação de organizações destinadas ao combate às desigualdades racial e de gênero
Atuação de <i>think tanks</i> e igrejas (“teologia da prosperidade”) voltada à promoção de neoliberalismo na periferia	Formulação de alternativas ao capitalismo compatíveis com a existência de empresas, como a economia solidária
Desenvolvimento de tecnologias para o mercado tradicional, Indústria 4.0 e criação de <i>start-ups</i>	Desenvolvimento de tecnologias voltadas às demandas sociais e ambientais, criação de soluções inclusivas
Atuação de associações comunitárias interessadas na valorização do potencial socioeconômico das favelas ou outras comunidades periféricas	
Criação do MEI - Microempreendedor Individual	

O primeiro feixe de contradições opõe os dispositivos morais do empreendedorismo a valores e condições de vida de negros e pobres. Valorização de mérito baseado em desempenho individual e na habilidade para mobilizar diferentes tipos de capital não são coerentes com espaços sociais marcados pela escassez de capital e pela necessidade de práticas colaborativas para a redução das vulnerabilidades. No mundo dos mais ricos, empreendedorismo está associado à inovação, performance individual, concorrência, alavancagem e crédito; no mundo dos mais pobres, a mesma expressão se destina a promover a continuidade de atividades bastante tradicionais, por meio da cooperação e da solidariedade, em negócios quase nunca caracterizados por escalabilidade e jamais por acesso a financiamento.

Mesma palavra, sentidos muito diferentes. Esse deslocamento tem uma razão: “empreendedorismo” favorece a resignificação de atividades antes descritas por um léxico hostil (“informais”, “marginais”, “ilegais”, “periféricas”, “inferiores”, “precárias”, “subvalorizadas” etc.). Trabalho por conta própria e pequenos negócios são hoje, como no passado, astúcias de sobrevivência da parcela mais pobre da sociedade, excluída de contratos formais de emprego e seguridade social. Mas o informal de ontem é o MEI de hoje – e esse CNPJ faz diferença não apenas por dar acesso à previdência, mas por seus efeitos simbó-

licos e práticos, ao criar uma nova posição hierarquizada na divisão social do trabalho no Brasil.

Indivíduos e organizações se deram conta disso e passaram a referir-se ao empreendedorismo em suas estratégias para dar visibilidade e, em seguida, valorizar as atividades produtivas dos mais pobres, antes sempre marginalizadas. Assim ressignificada, a vida econômica das periferias virou notícia não mais como o lado avesso do capitalismo brasileiro, mas como um manancial de potenciais:

- a) a cabeleireira que inventou produtos para os cabelos de pessoas negras, criou uma rede de salões de beleza e agora tem lojas no exterior;
- b) a cozinheira que montou um serviço de *buffet* para eventos com culinária afro-brasileira;
- c) o jovem que criou um megafestival de cultura na favela, para divulgar produtos e serviços produzidos na própria comunidade;
- d) a liderança que inventou uma feira anual com centenas de pequenos empresários negros e mobiliza dezenas de milhares de visitantes;
- e) o grupo de universitários que adaptou serviços financeiros a necessidades da população negra e decidiu promover o *black money*; ou ainda
- f) a rede de lideranças de favelas que obteve doações de grandes empresas para capacitar donos e donas de negócio em algumas das comunidades mais pobres do país.

Fazer o que já faziam ganhou outro nome: empreender. E, graças ao rótulo de empreendedores, passaram por algum tempo a ter acesso a recursos de que até então não dispunham: crédito, políticas públicas, capital semente, angulação positiva na cobertura das mídias, atenção do mundo acadêmico, entre outras conquistas. “Empreendedorismo” foi uma expressão útil para ativistas e donos de negócio, além de promover a autoestima e tornar plausíveis projetos de vida vinculados à iniciativa de desenvolver atividades econômicas.

Como a polissemia de “empreendedorismo” trouxe muitos problemas, indivíduos e organizações recorreram a um dicionário de *qualificativos de distinção* para, ao mesmo tempo, firmar os laços entre as atividades que se identificam com os novos rótulos e anotar a diferença entre elas e as empresas do asfalto. Assim surgiram o afroempreendedorismo e os empreendedorismos

feminino, negro, materno, solidário, da quebrada, da periferia, comunitário, entre outros. Qualificativos, contudo, não mitigam as consequências do uso de uma mesma palavra com múltiplos sentidos, e às vezes agravam as contradições. Por exemplo: a existência da noção de “empreendedorismo solidário”, em si, não cria ou sustenta a solidariedade entre as atividades a que faz menção, trabalho muito laborioso e, às vezes, frustrado. Outro exemplo de ambivalências vem do depoimento de uma entrevistada:

Entrevista 30, SP, F: *O que que é o empreendedor negro? É uma pessoa negra que empreende? É uma pessoa negra que empreende com uma temática negra? Se eu sou uma pessoa preta que empreende, sei lá, vendendo bolo, eu sou uma afroempreendedora?*

A universalização do “empreendedorismo” e a aceitação disseminada dessa expressão para nomear experiências muito distintas umas das outras criam desafios tanto para pesquisadores interessados nas economias populares como para a formulação de políticas públicas.

Em termos teóricos, a polissemia convida ao abandono de “empreendedorismo” e suas variantes, em nome de esforços de classificação mais precisos, aplicados a fenômenos bastante complexos e fluidos. Na análise da economia popular boliviana, Silvia Rivera Cusicanqui (2014) chama de *ch'ixi* ou *abigarrado* o universo composto de inúmeros elementos muito diversos, que não guardam ordem ou conexão entre eles. Verónica Gago (2018a), ao estudar em detalhes uma feira popular gigantesca em Buenos Aires, viu os elementos do barroco naquele *abigarrado*. Não há palavra equivalente na língua portuguesa (“manchado” ou “mesclado” são imprecisos, “híbrido” comporta uma coesão que não existe no original), razão pela qual os tradutores de Gago decidiram incorporar *abigarrado* e suas variantes ao nosso idioma. Esse esforço nos desloca de um léxico conhecido e vago – o do empreendedorismo – a um desconhecido e vago, à sua própria maneira, quanto à tipologia da economia popular.

Para ativistas e trabalhadores por conta própria ou donos de negócio nas periferias brasileiras que utilizam a definição “empreendedor” com vistas a obter algum apoio a suas iniciativas, o debate conceitual é obviamente menos importante do que continuar a luta diária pela sobrevivência pessoal, da família e da atividade produtiva. Ninguém terá a força de lhes impor outra classificação enquanto “empreendedorismo” for útil.

Chamemos ou não de “empreendedorismo” as atividades produtivas dos pobres, elas continuarão por longo tempo a compor a economia desigual do Brasil (como o fazem desde o século XIX). O elemento novo é que, com a chegada do “empreendedor” à periferia, atividades econômicas populares que eram até então ignoradas como relevantes – econômica, política ou socialmente – passam a compor o debate público e têm a chance de apresentar uma agenda de reivindicações ao Estado, ao mercado e à sociedade civil. Que elas tenham de admitir (conscientemente ou não) o vínculo entre empreendedorismo e neoliberalismo por algum tempo é um mal menor: a alternativa, até então, era a de permanecer inteiramente ignoradas.

Nos próximos capítulos, vamos observar como se constitui a agenda de demandas de políticas públicas por parte dos trabalhadores por conta própria e donos de pequenos negócios na metade mais pobre da sociedade brasileira. Vamos observar, em sequência: a) como as atividades da economia popular se diferenciam daquelas desenvolvidas pela parcela mais rica da sociedade e como se dão as dinâmicas de cooperação entre os negócios populares (Capítulo 7); e b) que eixos de políticas públicas podem responder às necessidades desses trabalhadores-negociantes-empreendedores: sobreviventes (Capítulo 8).

Capítulo 7

Negócios do morro e negócios do asfalto

Trabalhar por conta própria ou ter um pequeno negócio na metade mais pobre do país se distingue bastante da maneira de fazer as mesmas atividades na metade mais rica. Desigualdades de classe, raça, gênero e regionais multiplicam os obstáculos enfrentados cotidianamente por milhões de trabalhadores em seus empreendimentos.

Neste capítulo, detalhamos como a falta de vários tipos de capital e os efeitos de todos os tipos de preconceito afetam as atividades produtivas nas periferias. Em seguida, descrevemos como esses trabalhadores constituem redes de solidariedade e cooperação entre si, desenvolvendo estratégias de ajuda mútua para, ao mesmo tempo, manter vivas as atividades produtivas e resistir às discriminações. Por fim, os negócios de periferia são situados na rede de organizações que visam fortalecê-los, para compreender as dinâmicas de apoio e as expectativas de engajamento dos trabalhadores em projetos políticos por parte de alguns ativistas.

Como nos capítulos anteriores, o material em análise é formado por entrevistas em profundidade com 33 ativistas, de todas as regiões brasileiras, que se dedicam a apoiar negócios na periferia. A maior parte das pessoas entrevistadas também tem ou teve empreendimentos, por isso os depoimentos ora se referem a atividades desenvolvidas por quem fala, ora por terceiros.

7.1 Recursos de menos, obstáculos de sobra

As pessoas entrevistadas nesta pesquisa observam dois tipos principais de diferença entre negócios do morro e negócios do asfalto: aos conta própria e donos de atividades econômicas nas periferias faltam todos os tipos de capital e de apoio, abundantes para as classes médias e altas – enquanto sobram obstáculos impostos por preconceitos de raça, gênero e território.

O inventário de ausências começa pela evidente falta de capital econômico para capital de giro, investimento ou para fazer frente a situações de vulnerabilidade pessoal ou da atividade econômica:

Entrevista 3, AP, F: *Eu vou executar uma política de empreendedorismo e não posso pensar naquela mulher em que o marido bancou o negócio dela com 10 mil reais, 15 mil reais, 20 mil reais. Eu tenho que pensar naquela mulher [que] está dividindo o [dinheiro] do ovo pra comprar material pra fazer o negócio dela. Porque muitas vezes aqui no meu negócio teve dias [...] de eu vender turbante de 10 reais e ficar em dúvida: eu compro mais material para preparar ou eu vou comprar o almoço, comprar um pedaço de mortadela grande?*

Nem sempre a falta de capital é vista apenas por seu lado negativo, contudo. Não raro, a habilidade dos pobres em administrar a escassez é apontada com orgulho, como um tipo de virtude e sabedoria:

Entrevista 31, SP e outros, F: *Eu acho que a grande vantagem é quando você começa fazendo e não planejando [...] Você já vai fazendo o produto, já vai vendo se o cliente gosta, já vai vendo se tem quem compra, se não tem você já muda, você já vai aprendendo na prática. Então eu vejo como uma grande vantagem, sem muita burocracia, sem ficar pensando muito. É difícil o começo porque geralmente elas não tem muito dinheiro? É difícil, mas também não tem que ficar dando muita satisfação para ninguém, para o investidor nem nada. Então é muito com a cara delas, no tempo delas, dá para conciliar negócio e família, enfim, eu acho que essas são grandes vantagens. Se não começa com uma dívida ou começa com alguém que você precisa prestar conta, não começa formal, então você também não começa tendo que se preocupar com impostos e burocracias.*

Entrevista 3, AP, F: *É pouquinho? É. Depois de 4 anos eu consegui ter um ateliê como eu queria. Que é ter uma mesa bonitinha, com prateleira, tudo bonitinho arrumadi-*

nho no seu lugar, a estante com material - não é muito, mas ter um pequeno estoque de tecido (eu acho que tenho mais de 30 metros de tecido em casa). ISSO É IN-CRÍ-VEL! Dia 11 agora eu vou inaugurar minha lojinha. Na sala da minha casa? É na sala da minha casa, mas é o meu negócio. Sabe? E isso está me dando uma felicidade imensa e digo assim: nossa, estou quebrando o gesso, é uma lojinha na minha sala, mas ela é minha e eu sei que outras mulheres vendo dirão assim: “se ela pode eu também posso”. Então há uma esperança? Eu acho que 100%, porque a gente vai vindo mesmo com dificuldade, a mulher quando ela quer, mesmo quando ela decide acreditar nela, ela vai embora, não tem quem pare ela.

A falta de recursos é agravada pelas baixas taxas de escolaridade em geral, e em particular pela ausência de educação financeira, que favorece inclusive usos imperfeitos de dinheiro obtido por operações de crédito (quando existem):

Entrevista 4, BA, F: Infelizmente, nossa galera não tem esse entendimento porque é estrutural, é histórico, a gente não foi ensinado, educado, a usar o dinheiro, porque a culpa cristã diz que o dinheiro não tem que ser nosso. Vai pra igreja, dá o dízimo, e assim a gente chegou até aqui. Então a gente teve que dar dois passos antes pra, literalmente, fazer três semanas de intensivo de educação financeira antes da gente entregar o capital semente, que a gente vai fazer, que é de dois mil, porque, literalmente, não sabe o que fazer com o dinheiro. [...] Mas tem um ponto, também, de o dinheiro que chega nas mãos das pessoas periféricas, dos microempreendedores periféricos, por não saberem o que fazer com isso, está mais relacionado pra consumo do que pra fomento e melhorias do próprio negócio. Isso é uma realidade. Claro, estamos na pandemia agora, as pessoas vão pegar o dinheiro e vão tentar sobreviver, beleza. Mas tem um lugar que todo dinheiro, assim, de dez microempreendedores, oito que a gente já fez coisas assim, foram para o consumo. (...)¹ Então, talvez uma política que auxilie nessa inversão de lógica, do dinheiro para o consumo, mas o dinheiro pra investimento do próprio negócio, porque quando você cresce todo mundo cresce, vai empregar mais pessoas, vai

¹ “Até porque, pensando em outros governos que tivemos, por mais que tivéssemos ascensão da classe D e E pra classe C, foi pautada em consumir, não foi pra construir cidadãos que pensam o que vão fazer e participar, entender a importância do controle social e utilizar o dinheiro pra inovar dentro do seu micronegócio. Não foi sobre isso. A gente teve uma época que sim, teve uma ascensão social no Brasil, pautada no consumo, e hoje o poder periférico e preto sempre está relacionado ao consumo. É o único lugar que a gente aparece, consumindo.”

distribuir mais renda e é aquilo que a gente sabe. Mas é visivelmente complexo entender que o dinheiro vai pra gastar com outras coisas.

Entrevista 11, RJ, M: *Gestão do dinheiro na favela e pro pobre, de uma maneira geral, se relaciona muito com o emocional. O dinheiro e a emoção estão muito conectados na hora de gastar e na hora de gerir, é muito mesmo, dá um assunto à parte, como a questão emocional, afetiva, se relaciona com a posse e uso do recurso financeiro [...] nós não fomos, as pessoas de favela não fomos programados e ensinados a lidar com dinheiro. E tem toda essa questão da publicidade e como o dinheiro afeta a nossa aceitação, questão de felicidade. Então há esse pano de fundo, que é de se entender no background das pessoas, sobre você ter a capacidade de fazer dinheiro, e nas comunidades se faz dinheiro, é um centro de troca comercial muito grande só que, em contrapartida, como bem a palavra diz, é um centro de troca, não o centro de você poupar. Por que você faz o dinheiro aqui no meio-dia e até as 10 horas da noite você já gastou esse dinheiro, porque você oferta um produto ou um serviço e até meia-noite você passou por mais mil ofertas de produtos e serviços. Você é sempre e constantemente pressionado por essa questão do consumo e de felicidade.*

Entrevista 10, PI, F: *Pude verificar a fragilidade da gestão em alguns grupos já formalizados há alguns anos. Você quando inicia um trabalho, você nota que nem mesmo a formação de preço justo do seu produto o artesão sabe, quer dizer, seria a base para ele ter essa gestão fortalecida, e vejo também a falta de valorização. Acho que por conta do produto artesanal não ser tão valorizado dentro do Estado, o próprio artesão, o próprio artista passa a não valorizar como deveria o seu produto. Então acho que isso é uma grande fragilidade desses empreendedores.*

Sem recursos próprios para *investir*, os donos de negócios nas periferias se ressentem não apenas da ausência de políticas de crédito, mas de capital para investimento inicial (*start-up funding*).

Entrevista 27, SP, F: *Tem muitas entidades que trabalham com microempreendedores, pequenos empreendedores, mas a maioria delas foram pra questão de start-ups, uma grande maioria, que é o que as empresas que querem ser “investidor anjo” querem investir, elas querem isso, inovação e startup. [...] Então a gente trabalha com aquele pequeno empresário, aquele microempresário que é o que faz a boneca preta, que faz roupa para estudante, faz brinco, tem um empreendimento com relação à comida ou doce. E esses*

quase sempre nunca são lembrados, a molecada da startup são sempre [...]. [São] invisibilizadas para hora de um microcrédito, para hora de ter um edital que possa inseri-los em alguma coisa, numa aceleração. Então dificilmente você vê aceleração para quem costura, você vê a aceleração para quem está na área de startup mesmo, de inovação.

Dada a precariedade das condições de vida, das trajetórias e dos negócios, o acesso a financiamento externo (como crédito ou *venture capital*) é uma demanda imensa, não atendida, reiterada por inúmeros entrevistados.

Entrevista 6, DF, F: *Então até hoje eu nunca tive nenhum apoio de recursos de banco, de nenhum empréstimo bancário, nunca tive, por vários motivos: a gente tem muito receio de lidar com essa questão financeira, com banco, com juros, aí depois na outra fase da vida de repente seu nome está sujo, aí quando você vai no banco eles pedem uma série de documentos e de situações em que você não se encaixa. Então o afroempreendedorismo no Brasil ele é feito nós por nós mesmos, a gente não tem apoio, o apoio é mínimo.*

Entrevista 23, SP, M: *[...] um empreendedor que nasceu nas classes A e B não tem dificuldade de acesso a crédito, se precisa de crédito, às vezes a própria família investe no negócio. Então isso é dificultoso porque aqui a gente não tem essa herança, vamos se dizer assim, acessar o microcrédito é super difícil, quando a gente acessa são juros astronômicos. Então isso é muito complicado, essa desigualdade de na hora de empreender é difícil, com certeza, pra um empreendedor negro e para uma empreendedora negra aqui da periferia de São Paulo [...].*

Entrevista 20, SC, F: *Por se tratar de um negócio que surge de uma necessidade, além da falta de planejamento, existe a falta de capital de giro. Muitas vezes esses empreendedores têm um rendimento na saída de um trabalho ou até mesmo um rendimento de alguma reserva que eles possam utilizar para fazer a compra inicial e só vai se pagando, eles não têm um controle de fluxo de caixa, que a gente fez até uma conversa com um empreendedor da área da contabilidade e ele disse que é um dos grandes problemas, a educação financeira. Então, a falta de planejamento, de saber diferenciar o dinheiro que é da empresa e o que é da pessoa e também a falta de acesso ao crédito. Existe muitos questionamentos em todas as conversas com grupo de empreendedores que a gente fez é a dificuldade de acessar os créditos pra iniciar ou dar continuidade ao trabalho. O grande problema no acesso ao crédito é que é muito burocrático.*

As pessoas entrevistadas observam que algumas instituições tradicionais de apoio a empresas ainda não entenderam as diferenças que singularizam as atividades econômicas das periferias. O SEBRAE é alvo de inúmeras críticas por adotar um modelo de formação de empreendedores que até hoje ignora as particularidades da vida econômica dos mais pobres:

Entrevista 3, AP, F: *Eu tenho noção de capital de giro? Tenho. Tenho noção de gestão? Tenho. Mas eu tenho uma realidade que não me deixa executar do jeitinho que está lá como na apostila do SEBRAE. O SEBRAE fica puto comigo porque quando eu vou pros eventos deles eu falo exatamente isso: vocês ainda não entenderam o que é empreendedorismo feminino. Vocês ainda estão acostumados a lidar com empresárias onde tem marido, onde tem pai. A filha do desembargador, a filha do juiz, a mulher do médico, a mulher do deputado que paga um aluguel da loja dela no shopping, ela vai lá botar as sapatilhas da boutique dela, entendeu? Ela não precisa nem sequer produzir. Quando as grandes dificuldades do artesão que trabalha com a parte de produção é produzir e vender. Então, é um cenário que as pessoas pincelam por cima “ah, vamos apoiar o empreendedorismo. ok, vamos fazer um seminário!”. Aí chega no seminário todo mundo fala, todo mundo dá dica. As mulheres entram e saem do mesmo jeito. Só passaram um dia fora de casa, viram as amigas, curtiram o lanche que eles pagam bacana, caríssimo... mas elas voltam pra casa do jeito que saiu, as ideias que ela tem lá no seminário, quando chega em casa vai morrer. Ela vai dizer assim: “putz, eu não tenho tecido pra tal coisa. Cara, não comprei a manteiga pra fazer tapioca. Hoje eu não tenho leite condensado pro meu brigadeiro”. Entendeu? Eles não conseguiram ainda entender isso. Então nós falamos e eles não escutam. Porque pra eles isso é mimimi.*

Entrevista 4, BA, F: *Até o capitalismo é muito bobo, entendeu? Porque até pra ganhar dinheiro, fazer o dinheiro que investiu se multiplicar, coloca em lugares errados pelo simples fato de ser racista, acho que é isso. Não é de achar nada não, por ser racista, por ser machista, por ser LGBTfóbico e tudo mais, faz com que o dinheiro não multiplique [...]. Colocar dinheiro no Grajaú ao invés de colocar dinheiro na Vila Madalena. As perguntas são criadas e são feitas pra fazer a manutenção sim daquilo que já existe, porque é um debate mesmo, já conversando com várias pessoas de aceleradora e incubadora não muda. E mesmo convocando outras pessoas pra puxarem esse assunto, e as pessoas fazendo, é uma estrutura que estão confortáveis pra utilizar apenas como case*

de sucesso, um case que não funciona, não paga conta, não fica de pé, é só ter mais uma crise e todas vão fechar, vão demitir pessoas, enquanto o outro lado, que no caso somos nós, faz de tudo pras coisas continuarem de pé, pagando todo mundo. E eu falo por mim, inclusive, tenho muita gente trabalhando hoje, e a preocupação é o que que a gente faz pra não demitir pessoas, no mesmo dia que milhares de unicórnios demitem todo mundo. É o pensamento da coletividade, sabe?

Do mesmo modo, o Estado e suas pautas econômicas são alvo de crítica constante, apesar da existência de políticas pontuais levadas adiante atualmente por governos estaduais ou municipais.

Entrevista 26, SP, M: *Quer dizer, existe essa dimensão da informalidade do trabalho que é o desassalariamento, isso como um projeto contra os direitos, um projeto do grande capital e do Estado, neste momento, particularmente, de informalização, de desassalariamento daqueles setores que tinham uma relação mais direta com a indústria, com as empresas de serviços de comércio. Eles passam a ser, agora, demitidos e recontratados como MEI. É a uberização da força de trabalho, então é o pequeno, é o empreendedor de si mesmo. Então se a gente estava conversando naquela outra chave do empreendimento que empodera, esse é o momento do empreendedor de si mesmo que precariza, precariza a vida da pessoa [...] Sim, essa contradição. Eu acho que nós vamos passar por um período, agora, de grande precarização, através dessa informalização, e talvez lá na frente esse contingente vai redescobrir, de uma maneira mais ampla, um contingente mais amplo de trabalhadores, a importância do empreendimento que empodera, do empreendimento solidário.*

Negócios nas periferias, operados sobretudo por pessoas negras, enfrentam discriminação racial e, no caso das mulheres, também de gênero. “A gente precisa parar de normalizar o absurdo”, afirma a seguir um ativista, cuja entrevista evidencia o quanto a questão racial impacta a saúde mental das pessoas negras. Não sofrer racismo é um dos diferenciais absurdos dos empreendimentos liderados por brancos no Brasil. Esse, digamos, privilégio, dá a esses negócios outra vantagem, ao impor carga de sofrimento psíquico sobre seus concorrentes, pessoas negras.

Entrevista 24, SP, M: *O racismo no Brasil ele é tão brutal... Por que que ele é brutal? Porque ele invisibiliza. Nós estamos fazendo um esforço muito grande de entrar nos*

meios de comunicação, ou seja, há várias ações empreendedoras na área de comunicação: sites, blogs; a mídia negra tá se autorizando nisso, falando também da área de comunicação como um movimento que é importante se fazer no cinema, no sentido de enfrentamento, de superação dessas barreiras e que dá visibilidade para essas ações.

Entrevista 28, SP, M: *Nós somos uma fábrica de pensar, só que uma fábrica de pensar afrocentrada. Eu diria que os meus professores: Racionais Mc, Sabotage, falecido Sabotage, MV Bill. Exatamente porque se você for pensar na realidade do cidadão marginalizado o rap sempre foi uma fábrica de [...] tô até me emocionando aqui [...] de transformação [...] porque ver seus amigos morrendo não é normal, não é normal ver famílias fazendo sopa de papelão. A gente precisa parar de normalizar o absurdo. Mas isso foi a dor, foi aprender com a dor do outro e a um custo de não morrer impotente.*

O entrevistado cita a afrocentricidade como um conceito norteador (formulado principalmente por Molefi Assante, professor da Temple University, em 1980) e relaciona personalidades negras como Marcus Garvey, Mike Tyson e Nelson Mandela ao lado das referências do rap brasileiro. Isso resulta numa análise incisiva, na qual o discurso do empreendedorismo é uma falseação da realidade, ao converter uma “vítima das circunstâncias” em “empresária”. A ausência de educação financeira e empresarial reforça um dos aspectos do racismo sistêmico: a invisibilidade étnica e de gênero em atividades e grupos de ocupações, como as costureiras (como vimos na etapa estatística desta pesquisa). Além disso, a invisibilidade do empreendedor negro também é fruto da falsa equiparação entre todos os tipos de negócio, que organizações como o SEBRAE produzem.

Nesse contexto, identidades de gênero e raça são mobilizadas para colaboração, em detrimento da concorrência: “trabalhar o mercado menos selvagem”, como afirmou uma entrevistada, referindo-se aos “militantes da questão empreendedora, do desenvolvimento econômico da comunidade negra”, não separando economia de política racial. A resignificação afeta todo o processo de produção, convertendo o que inicialmente era apenas a venda de um produto ou serviço num elaborado processo de formulação de uma história heroica, que pode ter origem numa ancestralidade étnica, mas também em experiências dramáticas de mulheres discriminadas ou de maternidades solitárias. Os objetos carregam histórias. Tais narrativas reforçam as identidades que

deram origem a elas e resultam em outras experiências de cooperação, como feiras – e a mais icônica é a Feira Preta.

Entrevista 29, SP, F: *A diferença é que o modelo da Feira Preta, ele pega um perfil de empreendedores que têm produtos mais engajados com a questão racial, ou seja, são empreendedores negros, em sua maioria, que empreendem para atender a demanda de consumo da população negra. A questão da identidade é pilar, é premissa. [...] Então o Brasil, ele consegue avançar por conta desse fortalecimento identitário, sabe? E assim, o Brasil ele tem 70% de negros, é a segunda maior população negra do mundo, só perde para Nigéria que é um país Africano, e a gente só chega a 56% por um processo de autodeclaração. E eu passo a me declarar quando IBGE bate na minha porta. Quando isso acontece, passa a ser maioria, os primeiros a criar soluções para atender essa demanda de público é a população negra, os empreendedores negros, e aí muda várias dinâmicas do mercado, entendeu? [...] Quando isso acontece, ocorre um efeito cascata, sistêmico, de se construir um mercado para atender esse fortalecimento identitário e aí a questão do surgimento dos empreendedorismos, relacionado com a questão racial. De um mercado voltado para circulação, de consumo e de empreendedorismo entre a população negra.*

O empreendedorismo das mulheres negras é uma forma de organização e ativismo até então não contemplada pelos movimentos sociais negro ou de mulheres². É uma outra maneira de politizar classe, gênero e raça. No contexto desses ativismos, ter um negócio é uma alternativa para as formas tradicionais de submissão ao patriarcado, à reprodução da dominação do trabalho doméstico, e favorece a construção de uma nova narrativa identitária. O discurso do empreendedorismo tradicional pratica violência simbólica ao não distinguir as vantagens de classe e homogeneizar pobres e ricos em uma narrativa ideológica. A fuga das opressões correlatas (machismo, racismo, classismo) é um estímulo para as mulheres negras se tornarem conta-própria ao invés de reproduzirem formas tradicionais de dominação, como trabalhar na “casa de família” ou “ganhar um dinheiro pra ficar em casa”.

² López (2009) chamará isso de descentralização dos movimentos sociais de mulheres negras, uma característica do campo (Laura C. López, “*Que America Latina se sincere*” – Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul).

Entrevista 9, BH, F: *Definitivamente o que aparece para nós, o maior problema, a maior questão é sobre a mulher preta periférica. Muitas trabalhadoras domésticas foram dispensadas do seu trabalho. São dois grandes problemas, ou foram dispensadas dos seus trabalhos sem nenhum direito respeitado, ou continuam indo trabalhar e sendo infectadas nas casas onde trabalham. Essa primeira opção, desde o começo, tem coletivos que fazem parte da nossa. [...] a gente percebia que o problema maior em relação a esse acesso a esses direitos dessas mulheres não era nem assim, o direito não foi respeitado, a gente precisa entrar com uma ação judicial contra aquela família, não era isso, era que para ela a relação é de afeto, não era uma relação trabalhista por ser uma relação de afeto, ela não pode nem sequer pensar em recorrer.*

Na periferia, o matriarcado funciona pela ausência física e social dos homens (ou mortos pela violência, ou na cadeia, ou na subcidadania), mas também por razões culturais e históricas. Ruth Landes (2002) chamou Salvador de “Cidade das Mulheres” em razão do Candomblé Nagô. Esse tema também é central no livro *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-BA* de Maria Gabriela Hita (2014). A autora “recupera o conceito de matriarcado, não buscando uma realidade trans-histórica ou a-histórica como fizeram muitas feministas, mas fundamentando tal conceito na experiência vivida de mulheres no contexto de pobreza, em um bairro popular de Salvador denominado Nordeste de Amaralina” (RIBEIRO, 2014, p. 621). Em ensaio sobre as bases históricas da identidade contraditória da mulher negra brasileira, destaca-se “a pertinência da articulação entre as categorias sociais raça e gênero na análise das desigualdades sociais, assumindo a implicação do racismo e do sexismo como ‘formas de consciência históricas’. Intimamente interligadas no curso da história, essas consciências históricas vêm produzindo múltiplas espécies de exclusões, hegemonias, subalternizações e resistências” (BONFIM, 2009, p. 19).

Para muitos entrevistados, o empreendedorismo branco preserva o *status quo* pela concentração de renda, enquanto o empreendedorismo periférico leva à redistribuição de renda. O poder público reproduz racismo estrutural ao não assegurar aos negócios na periferia acesso a linhas de crédito e políticas de educação financeira. Os governos liderados pelo PT, observam, fomentaram o consumo dos periféricos sem estimular em igual escala a sua capacidade

produtiva. Empreendedorismo branco é ser milionário; empreendedorismo periférico é prosperar, independente do valor. Antes de a mulher negra ser considerada empreendedora, o sistema usará as lentes da racialização e do patriarcado, em vez da ótica estrita da racionalidade econômica. Assim opera uma lógica *necroeconômica*, que mata simbolicamente o potencial dos periféricos nos pequenos negócios ou no trabalho por conta própria: “são tantas mortes que não temos como sonhar ou planejar”, como disse uma ativista.

Entrevista 4, BA, F: *Tem um lugar que toda política tem que ser integrada, né? Tipo, a do racismo tá aí, tem várias, só não funcionam, sabe? Então tem coisas que, um passo antes, tem que fazer funcionar o que já existe e o segundo é o lugar da prosperidade, né? Porque quando a gente fala de empreendedorismo, querendo ou não, não é sobre ser milionário, é sobre prosperar dentro daquilo que você faz. E prosperar, às vezes, dependendo da realidade da pessoa, é mil, é dois mil é sei lá, mas tem um lugar desses desafios. [...] Então assim, a gente sempre pensa o racismo já como ideologia mesmo, ideologia isso ou ideologia aquilo, e [...] políticas públicas, ações, qualquer coisa, tem a ver com estrutura, e como é que a gente muda estrutura sendo sociedade, governo, poder público e poder privado, sendo que um desses lados, ou todos esses lados, em algum momento, não vai querer mudar essa estrutura? Não à toa fica utilizando a merda desse termo “o novo normal”. O normal não era bom gente, pra gente, sabe? Então esse lugar da manutenção das coisas, a manutenção do que já existe com nova roupagem dos termos. Por isso que eu falei: é mais fácil a gente pegar e ressignificar [o empreendedorismo] porque a branquitude já vai criando outros termos, ressignificando do jeito deles e fazendo a manutenção do que já existe, entende? Então assim, existe uma barreira racial sim, forte, de gênero também forte, que não vai ser uma política relacionada ao empreendedorismo que vai resolver. Não é sendo pessimista: é vendo o cenário, o contexto, tem que tá alinhado à política relacionada a raça, gênero e tudo mais. E, também, econômica, no caso aí dos microempreendedores periféricos, como você bem trouxe já. Mas não consigo ver se não for integrado, porque assim, o banco vai me parar na catraca giratória ou vai negar meu crédito – ou seja, raça vem primeiro e depois vem gênero e depois vem se eu sou empreendedora ou não. Tipo assim, tanto faz. A categoria empreendedor não significa que você terá acesso a algumas coisas necessárias pro crescimento do seu negócio. Não vou conseguir o PPT junto com o investidor pra virar unicórnio, porque a raça*

chegou primeiro. Então, se raça chegou primeiro vai travar qualquer outro tipo de coisas que poderiam vir a acontecer por fim.

No trecho a seguir, a ativista detecta que as barreiras de acesso dos negócios de periferia a oportunidades de crédito ou capacitação oferecidas no asfalto não surgem apenas durante o percurso, mas já no início “as perguntas são criadas e são feitas para manutenção do que já existe”. No entanto, analisando a crise, a ativista percebe que o espírito de coletividade se reflete na luta pela manutenção dos empregos, mesmo precários, enquanto o empreendedorismo branco pratica demissões em massa. Ela reconhece que não se pode uniformizar as periferias em uma história única, pois são lugares da diversidade e de diferentes níveis de exclusão – não apenas formal, mas digital. Além do mais, o que diferencia os empreendedores periféricos é a ânsia de mudar o mundo: para a entrevistada, o empreendedorismo da quebrada nasce mais do ativismo do que da mera necessidade. O grande desafio seria romper com a demonização de ganhar dinheiro com o trabalho por conta própria.

Entrevista 4, BA, F: [...] as aceleradoras e incubadoras surgiram inclusive pra deixar a gente de fora de novo. Porque historicamente já estamos de fora de muita coisa. Então por isso que eu falei, nova roupagem, novo nome, mais cool, divertido fazer parte disso e muitas aceleradoras a gente sabe que são pagas né, gente. Tem esse universo assim, você paga durante não sei quanto período pra acelerar uma coisa que você nem sabe se vai ter retorno e nós, enquanto periféricos, já não tem retorno do mínimo que a gente faz, imagina pagar. Pensando longevidade né, porque a gente morre o tempo todo, fica difícil sonhar, por isso que é difícil pensar a longo prazo, por isso que é difícil fazer planejamento. Porque tantas mortes simbólicas, letais mesmo, ainda mais pra quem mora na periferia, ter que enterrar todo mundo. Agora o COVID não pode nem enterrar, não sabe quem morreu, que a gente não consegue planejar, isso é uma realidade triste e trágica também. É um caminho possível, é o mesmo da gente atuar, sei lá, na linha de diversidade dentro das empresas que querem recrutar pessoas, sabe? [...] Tem um problema com os investidores que conseguem atirar no escuro, colocar bilhões de dólares numa empresa que nem provou que dá certo, por isso que todos esses unicórnios, a primeira crise que é essa né, demitiram mais de cinquenta por cento das pessoas, enquanto muitos microempreendimentos, pequenos negócios na quebrada, estão lutando pra não demitir pessoas.

7.2 Dedicção, colaboração, solidariedade

Sem apoio do Estado ou de organizações especializadas em pequenas empresas, como o SEBRAE, trabalhadores por conta própria e donos de negócios nas periferias têm de criar e desenvolver estratégias para dar longevidade a suas atividades econômicas, inclusive quando isso exige a defesa contra preconceitos. Essas estratégias de “pensamento da coletividade” envolvem:

- a) otimizar os recursos escassos de que dispõem, sobretudo o capital social;
- b) articular-se em redes com outros empreendimentos ou com outros trabalhadores (sobretudo na família);
- c) adotar atitude predominantemente colaborativa (ou cooperativa), não individualista; e
- d) integrar redes que, tendo ou não como eixo o suporte a atividades econômicas, fortalecem a organização coletiva em torno do combate a desigualdades de gênero, raça ou à desigualdade social, entre outros tópicos de ação política.

A ausência do Estado e de outros agentes de suporte é compensada por dedicação e adaptabilidade a situações difíceis, duas habilidades sociais ressaltadas por ativistas:

Entrevista 11, RJ, M: É muito complexo, mas eu tenho uma luz no fim do túnel, não de resolução da complexidade, mas de entender que a gente não precisa tentar entender ela toda num documento, porque estamos falando de pessoas, e como organismo vivo, é impressionante a capacidade que as pessoas têm de se virar, por exemplo. Então, por exemplo, quando você fala na época do Governo Lula, especialmente, que a gente fruiu de um pouco mais de bonança econômica, vou chamar assim, apesar de ter sido também um momento concentrador de renda, mas foi um momento em que teve mais emprego. As pessoas se viram e negócios aconteceram, a gente não teve que pensar esse negócio, esse negócio aconteceram porque é o que as pessoas são, entende? As pessoas nas comunidades estão acostumadas, desde sempre, a se virar. Desde muito tempo, a única política pública efetiva na favela é a política de violência policial. Então assim, se as pessoas não estão morrendo de fome na sua totalidade na favela hoje, não é prêmio do governo ou de uma política pública, é delas mesmas que se viraram enquanto organismo. E se viram.

Resiliência e plasticidade na adaptação a situações difíceis são atributos reconhecidos com maior nitidez entre mulheres negras.

Entrevista 3, AP, F: A maioria são mulheres que não vivenciam questões políticas, não vivenciam questões de ativismo. Quando sai do movimento [negro], a ideia era de que a gente conseguisse chegar em mulheres que nunca teriam acesso a essas coisas que a gente tem com o movimento. E aí por isso que eu disse se descentraliza³. Eu moro nos bairros da Zona Sul aqui central, mas periferia e aí a gente sai daqui pra ir pra outras áreas, porque a gente sabe que essa mulher não vai poder vir pra cá. Que muitas vezes vem da Zona Norte e aí são dois ônibus, tu não vai tirar 4 passagens duas de vinda e duas de ida pra ti fazer uma oficina e participar, mas se eu for pra uma quadra de escola perto da tua casa, se eu for pra uma praça, se eu for pra uma festa na escola e lá deixar uma sala disponível pra fazer a oficina de turbante, eu sei que tu vai. Então, a gente faz essa diversificação porque essa mulher não tem esse engajamento político como tu falou que essa questão de se reunir como empreendedora não deixa de ser uma espécie de questão política também.

Diferenças históricas e simbólicas entre homens e mulheres colaboram para que elas tenham práticas mais colaborativas que eles, nos negócios apoiados pelos ativistas entrevistados nesta pesquisa.

Entrevista 11, RJ, M: Para uma pessoa eu posso falar pau, para outra eu posso falar pedra e nunca vou ter certeza de que eu dei a direção certa, porque tem muitas outras questões que atravessam a pessoa, especialmente quando a gente fala de uma mulher negra, que permeiam a fragilidade emocional, o histórico de fragilidade e de violência, isso afeta a forma direta com a qual ela lida com o trabalho dela. [...] Porque as pessoas não têm dinheiro e a gente ensina que o dinheiro é mais uma das possibilidades de troca. Então, por exemplo, ali tem a pessoa que cozinha mas não sabe mexer no Instagram, e aí tem do lado a pessoa que sabe fazer um social media no Instagram mas não sabe, tá precisando de costureira, entendeu? de alguma forma. As trocas ali acontecem, entre elas, especialmente mulheres, a gente é muito mais isolado nisso. E eu consigo traçar um marco [...], uma linha entre mulheres e homens. As mulheres elas se unem para fazer coisas, porque há muitas outras afinidades, para além de “queremos ter

³ Atentar ao debate de López (2009, p.180) sobre as mulheres negras terem a descentralização como característica de seus movimentos.

um negócio”, tem mil outras afinidades, que, primeiro que o homem negro não busca acesso à educação. Esse é um ponto. Dificilmente, é muito difícil um homem negro, por exemplo, que tem um pequeno negócio, ele admitir que ele não sabe suficiente para ele ter que buscar conhecimento. Realmente, é diverso porque somos plurais né? Tem essa lógica da autoestima, mas essa autoestima, a gente precisa entender que ela vem também a rebote da ideia de exploração e da ideia de que o homem negro precisa seguir, não pode se mostrar frágil. Mostrar fragilidade para um homem negro é uma coisa que lhe requer muita intimidade porque ele não tá acostumado a mostrar a fragilidade de forma nenhuma. E a fragilidade educacional é uma delas. Então assim, essa ideia de que aí eu consigo por conta própria é, inclusive, a reafirmação do “eu não sou frágil pôrra nenhuma”, entende? Porque ao ele falar que não, ele precisa buscar porque ele não domina tal coisa, ele se mostra frágil numa coisa e com isso vulnerável e é difícil para um homem negro suportar estar na posição de vulnerável porque ele sabe muito bem o que acontece quando ele tá vulnerável. Mas, as mulheres negras cooperam muito mais, inclusive, porque a gente vai montar um grupo de WhatsApp nós dois aqui, a gente vai falar dois dias sobre isso aqui a gente vai mandar um gol do Flamengo, e é isso, a gente vai trocar figurinha, vai mostrar meia dúzia de sacanagem um para o outro e essa relação acaba. Geralmente é assim a curva. As mulheres não: têm um suporte emocional muito grande, a gente tem que aprender muita coisa né, enquanto homem, tem que aprender muita coisa. Essa ideia do suporte emocional, inclusive, porque muitas quando chegam ali vêm de históricos de ambientes de violência, violência familiar, ou estão enfrentando divórcio, ou têm os filhos.

A cooperação se dá em dois tipos de rede: uma envolvendo apenas negócios que colaboram entre si e outra que associa negócios à atuação de organizações políticas, econômicas ou mistas (incluindo neste grupo as igrejas). Chamaremos ao primeiro tipo de redes de cooperação e ao segundo, de redes de mobilização.

As redes de cooperação entre negócios são informais e focadas em indivíduos cujas identidades se misturam às dos empreendimentos. Conectam diferentes unidades econômicas familiares, em que os serviços oferecidos por uma suprem necessidades do produto elaborado por outra.

As redes de mobilização se dividem em dois tipos principais: as redes locais, comunitárias, que associam moradores a associações de bairro, escolas,

igrejas de atuação focada naquele território; e redes abertas, que conectam as comunidades a grupos da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs e, quando existem, políticas desenvolvidas por instituições públicas (secretarias municipais ou de estado) ou entes de cooperação (como o SEBRAE).

As redes de cooperação conectam atividades que são, em geral, individualizadas ou empregam poucas pessoas, sobretudo integrantes da mesma família. Elementos simbólicos suscitados pelas redes de mobilização alimentam as redes de cooperação, sem que estas estejam subordinadas àquelas.

Entrevista 11, RJ, M: *Existe uma diversidade muito maior de problemas para as mulheres, que elas podem enfrentar, do que para o homem. Então uma tem a roupa, outra tem a fotografia, a outra tira foto, a outra sabe divulgar no Instagram, e essa troca ali entre elas, tendo retorno, uma contrapartida ou não, acontece muito e é assim. O grupo das mulheres que passaram pela [anonimizado], para além de ser o organismo vivo que é entre elas, então elas têm grupos entre elas, elas conversam entre elas, elas organizam feiras entre elas, usando o nome da [anonimizado]. Só que assim, eu nem sei o que elas fazem, só me pergunta alguma coisa se for alguma autorização legal que tem que dar porque aí tem pessoas que assinam e tal, mas fora isso é um corpo, um organismo vivo, que existe independente da gente.*

Entrevista 9, BH, F: *Sim. A cooperação, eu acho que ela se dá, e é aquilo que a gente falou sobre o afeto passar para o trabalho, então elas cooperam tanto com produtos, aprendizados, trocas, quanto quando eu olho seu filho hoje para você ir lá na feira me representar, e amanhã né, assim. Então não tem essa separação tão grande entre trabalho e família, e aí eu acho que a cooperação mais forte se dá nesse sentido. Então o arroz acabou, te pago em tecido e as coisas vão acontecendo.*

Entrevista 15, RJ, F: *Cooperam demais e um impulsiona o outro, eu tenho quatro negócios, ou cinco, que estão no ramo alimentício, um vende brownie, o outro bolo, a outra pudim e outro frango assado e um deles, que é o do brownie, já é mais estruturado e vende para estabelecimentos, ele já tinha loja no iFood e UberEats, e ofereço para todos eles colocarem o produto lá sem ganhar margem, sem nada disso, e assim, orientação dá e pede.*

Entrevista 24, SP, M: *Sim, interação o tempo todo, em todas as áreas porque existem várias ações afroempreendedoras, e as ações afroempreendedoras elas têm uma caracterís-*

tica interessante: elas tem esse lado de cooperação, de troca de experiências, e é interessante; tem um valor que eu acho que é um valor quase que atávico, as pessoas tinham seus próprios negócios e a fala dela elas falavam o tempo todo e de solidariedade⁴.

Algumas pessoas entrevistadas, contudo, enfatizam o caráter eminentemente individual de certas atividades, sobretudo aquelas que envolvem produção e comercialização:

Entrevista 31, SP e outros, F: Não, cada uma por si. Elas geralmente se agrupam depois que começa o projeto [anonimizado] aí, dentro das formações do [anonimizado] criamos os grupos de whatsapp para trocar experiências, trocam demandas, enfim, mas geralmente a cada um por si até antes de começar. [...] eu já vi alguns casos delas, por exemplo, eu faço salgado e eu tenho uma demanda de festa então eu chamo alguém, alguma outra empreendedora do meu grupo aqui [anonimizado], que faça bolo e o docinho para ela fazer e a gente fecha a festa juntas sabe. então rola umas trocas de demandas assim também⁵.

Nas redes de mobilização, diferentes tipos de agentes sociais interagem com donos de negócio nas periferias com vistas a engajá-los em dinâmicas de prestação de serviços, cooperação, solidariedade ou projetos políticos.

Entrevista 10, PI, F: Normalmente eles têm o apoio público como também recebem parceria do SEBRAE. [...] Em relação à Prefeitura [...], existe toda uma preocupação de vários órgãos, não só da economia solidária, [...] temos parceria com o SEBRAE na abertura de novos mercados, capacitação desses empreendedores, temos uma feira de cooperação técnica com a Universidade [anonimizado] através do curso de moda. Hoje nós temos mais de 15 alunos distribuídos por todos esses grupos produtivos no município de [anonimizado] trabalhando o desenvolvimento de novos produtos, tendências, o que que o mercado tá querendo, quais as tendências. Não, há uma cooperação, sempre

⁴ E ainda os seguintes depoimentos: Entrevista 10, PI, J: “Sempre tem uma rede de suporte para a comercialização, principalmente.” Entrevista 5, CE, L: Há cooperação entre os grupos com os quais trabalho”. Entrevista 8, DF, M: “Eu acho. É assim: eu tenho que entregar não sei o quê. Aí vai lá, senta na máquina ou, é uma grana, não, meu marido leva. Nada formal.”

⁵ Outros exemplos: Entrevista 26, SP, M: “Produção e comercialização predominantemente individual”. Entrevista 26, SP, M: “Marcadamente, é individual, não só enquanto indivíduo atomizado, mas enquanto o grupo familiar, comunidade familiar.”

há um apoio a essas comunidades, periferia, eles sempre apoiam. Não só trabalham abertura de mercado, mas sempre trabalham também na melhoria do produto e do processo produtivo.

Entrevista 5, CE, F: *Uma associação de mulheres, tanto a associação busca resolver pequenos problemas, algumas situações. Como também ela faz trabalhos com essas mulheres, elas tinham uma rede de confecções que era de facções a associação conseguiu máquinas para essas mulheres produtoras, para fazer facções. Elas viviam mais disso, de facção, trabalhando para as grandes confecções, mas também tá um tempo desativada. Mas a pessoa que preside ela é uma danada, ela faz tudo, ela continua aos poucos. Muitas das meninas que são bordadeiras elas também eram da associação.*

Entrevista 6, DF, F: *O público que eu atinjo não é o público que uma mana que mora numa periferia diferente da outra, e que tem espaço para todo mundo. A gente também se fortalece muito né, a gente aprende muito, se sente assim, colaborando da rede, participando.*

Entrevista 27, SP, F: *a gente não acha que o empreendedor negro é igual o empregador branco, inclusive, na forma como trata o outro, o outro que seria seu concorrente. A gente dissemina uma cultura de que este outro negro, que também empreende, não é seu concorrente, ele agrega, ele te ajuda, você tem coisas para ensinar, vocês juntos podem fazer coisas, não aquele que é seu concorrente. Então a cultura que ele tem é de trabalhar o mercado menos selvagem.*

Entrevista 31, SP e outros, F: *Do que a gente percebeu até hoje, do público que a gente atende, tem no máximo ali uns 10% que tem o perfil, que teria recurso ou que se sentiria à vontade, por exemplo, de participar na rede mulher empreendedora. Uma rede assim para mulheres com menos escolaridade e mais de comunidade eu não conheço, não sei se tem.*

Há atuação de igrejas nesse contexto. Embora não tenha sido observada como um fenômeno central pelas pessoas entrevistadas, as igrejas são, contudo, um agente secundário muito relevante. Na ausência do Estado, elas cumprem funções de acolhimento, segurança e redução de vulnerabilidade. Como espaços de sociabilidade, favorecem relações de compra-e-venda, aproximação entre parceiros de produção ou prestação de serviços.

Entrevista 23, SP, M: [...] *acho que quando a pessoa vai empreender, acho que é uma das primeiras coisas que ela se apega é com Deus, né com o Orixá dela, com o que for. Mas eu acho que deve ter um apoio mais deles, da vivência deles, eu não saberia porque eu não vou tanto, mas eles devem ter, uma boa pergunta, acho que eles ajuda, eles têm contra né, lembro que tinha igreja que eles faziam encontro de empresários, encontro de pessoas que é empresária, aí eles ora junto, tá ligado?*

Entrevista 15, RJ, F: *Eles são muito ligados a associação de moradores na comunidade, com relação ao projeto [...], que é a nossa atuação junto com eles, a gente tem um grupo no WhatsApp que tem não só eu, a coordenadora do projeto e o responsável pelos workshop, mas os membros da igreja.*

Entrevista 26, Santos, M: *Acho que sobretudo, o apoio das igrejas é nesse sentido, oferece espaço, oferece um espaço de sociabilidade, permitindo essa frota, como eu falei, oferece nas quermesses o mercado consumidor, o contato com o consumidor mais direto. Mas eu não tenho conhecimento de apoio no que tange ao financiamento, isso eu não tenho conhecimento. Nós temos agora discutindo, no âmbito do grito dos excluídos, a questão da horta comunitária. Nesse caso específico, tá tendo apoio da igreja, um oferecimento do terreno, lá no Quarentenário em São Vicente, nós conseguimos um terreno.*

Entrevista 31, SP e outros, F: *Têm muitas que são super religiosas e acabam fazendo as comercializações quase que só dentro da igreja, para os amigos da igreja, mas eu acho que uma coisa oficial das igrejas para ajudar o negócio delas eu nunca vi.*

A presença religiosa é relevante, contudo, nas organizações que envolvem o movimento negro e a valorização da identidade étnica. Como vetores de configuração de identidades, religiões de matriz africana entram em relação com processos produtivos que têm etnia como eixo. Uma entrevistada diz, a respeito das religiões de matriz africanas nos quilombos, que “tudo se funde lá”.

Entrevista 9, BH, F: *Sim, as religiões de matriz africanas estão necessariamente ligadas às Organizações quilombolas urbanas aqui em BH. Então muito do artesanato, da cultura produzida e comercializada, ela vem desse espaço de apoio, não dá nem para separar a comunidade quilombola da matriz religiosa, porque tudo se funde lá nos quilombos. Na igreja católica, isso vem muito mais de um viés assistencialista do que de*

fomento ao empreendedorismo, é mais de doação, a gente não tem nenhum movimento no pensar. As igrejas evangélicas, eu acho que têm um contato mais presente por estar mais no território, a gente tem, eu acho que a Universal tem muitas pequenas igrejas dentro dos territórios e acabam fazendo parte de alguma forma, mas eu não sinto que é um apoio, ela é uma presença. Por exemplo, alguns pastores compraram máscaras, então incentiva através da compra mesmo.

Entrevista 10, PI, F: *Não, não tenho conhecimento de nenhuma ação da igreja nessa área, e olha que eu tenho mais de 30 anos trabalhando nessa área. A única experiência que eu conheço é aqui no sul do estado, no município de Boa Inocência, onde o padre [áudio travado] comercialização de todos os grupos produtivos do Brasil. E as redes também que conheço e que tive a experiência de trabalhar, rede da área de matrizes africanas, onde nós trabalhamos o projeto de sustentabilidade dos terreiros. Eles trabalham muito as ações no fomento, no apoio, no respeito da questão racial.*

Entrevista 24, SP, M: *As igrejas de forma organizada não, mas você tem no afroempreendedorismo toda a diversidade, toda a pluralidade religiosa, isso é concreto, você tem evangélicos, tem gente de matriz africana, tem cristãos, você tem das coisas orientais. Tem um dado interessante é que você tem algo no Brasil, e isso perpassa pelo movimento negro, de uma presença muito grande de afroempreendedores ligados às religiões de matriz africana, isso é uma coisa muito forte, você tem isso.*

7.3 Um balanço

O apoio à economia popular configura uma política de afetos. O ponto de partida é a disposição empática de acreditar na capacidade das pessoas pobres de se virar, sob as condições mais adversas. Mas a política de afetos se desdobra em outras dimensões, com implicações profundas nas comunidades, nos indivíduos e nas organizações.

Em primeiro lugar, há as conexões entre dinheiro e afetividade. A ausência de educação financeira combinada à precariedade social não cria distanciamento entre trabalho, investimento e consumo. Enfrenta-se, para fortalecer os negócios, a influência da identidade de consumidor: há a mentalidade de que se deve ganhar dinheiro para ser um consumidor e não um poupador-investidor no próprio negócio (tema recorrente em várias entrevistas).

Há constantes tensões/ambiguidades em relação ao afeto. Por um lado, a incapacidade de lidar com o dinheiro de forma distanciada; por outro, a formação de rede de afetos (organismo coletivo de trabalho) é um diferencial fortalecedor nas mulheres negras faveladas, principalmente. A periferia possui seu próprio conceito de meritocracia: sobreviver na ausência de políticas públicas e sujeita à sistemática violência policial. Por isso, há estreita ligação entre autoestima e valorização do próprio negócio, assim como valorização da história de vida das mulheres.

Para algumas pessoas entrevistadas, a ausência de planejamento e burocracia é uma vantagem de pequenos negócios: o aspecto pragmático imediatista, de aprender fazendo, é louvado em detrimento do excesso de normas. Para outras, prevalece a crítica à ausência de inovação, identificada na resistência por parte de empreendedoras estabelecidas em aprimorar o processo de produção ou a oferta de serviços. Essa tensão cultural é uma constante nas entrevistas e na prática dos ativistas, pois formalização e inovação são importantes entraves para o crescimento dos pequenos negócios.

Há também ambiguidade em relação ao sistema capitalista. Na disputa sobre o termo empreendedorismo como narrativa de exploração, os termos “filtro racial/ lugar racial” são importantes na narrativa dos entrevistados como recorte da realidade – capacidade de criticar os termos exógenos à periferia. Há o reforço à ideia de que os espaços de empreendedorismo periférico são espaços de construção de uma solidariedade que a violência doméstica não permite: não se torna apenas um trabalho, mas também funciona como uma “terapia em grupo para mulheres pobres”. As mulheres conseguem criar redes de autoestima, enquanto a cultura patriarcal sufoca os homens negros em narrativas de superação e acomodação (não precisam buscar inovar e se aperfeiçoar, ser empreendedor torna-se apenas vencer financeiramente, mas não tecnologicamente, o que é uma limitação incontornável etc.).

“As mulheres tomam conta da realidade”, diz um entrevistado cujo trabalho com turismo comunitário o colocou em contato com vários territórios quilombolas. O empoderamento feminino que ocorre pela inserção de renda (como no caso do turismo comunitário) é um traço forte em defesa do empreendedorismo. O mesmo entrevistado lança uma questão interessante: a demanda por identidade é uma invenção dos intelectuais ou das comunidades?

Ele ressalta que as noções crono-cosmológicas dos Quilombolas, dos indígenas, não são as noções do “*time is money*” capitalista. Sendo assim, há inclusive uma discussão anterior sobre o que significa recurso, se se deve concentrá-lo ou distribuí-lo etc. São questões de etnoeconomia.

“A solidariedade negra é histórica”, diz um entrevistado. Mas é também uma experiência imposta pela escassez. A solidariedade compulsória dos pobres é relação favorável à valorização de vínculos sociais, mas não configura práticas intocadas pelo individualismo. Pelo contrário: tensões entre cooperação e individualismo são constantes e se refletem nas diferentes estratégias das organizações sociais que procuram se aproximar dos (ou capturar) negócios da periferia.

Apesar disso, o afroempreendedorismo ou o empreendedorismo feminino são tecnologias sociais de sobrevivência no “mundo dos brancos”. “Dona Esperança ainda é uma mestra”, afirma um entrevistado. O poder dessa frase está além de qualquer ambiguidade.

Capítulo 8

As demandas de políticas públicas

As etapas anteriores desta pesquisa indicaram que as atividades econômicas nas periferias enfrentam as precariedades derivadas da pobreza, combinadas aos efeitos cruzados das desigualdades de gênero, raça e território. Neste capítulo, vamos sintetizar as demandas de políticas de apoio apresentadas pelos 31 ativistas entrevistados na segunda fase do estudo – a maioria deles, relembramos, também tem negócios. O desafio principal dessa agenda é a de combinar políticas de fortalecimento econômico a ações de promoção de igualdade e combate às discriminações, sem as quais as primeiras serão pouco eficientes.

Antes de políticas específicas de fortalecimento econômico, os ativistas observam que a economia popular se beneficiaria da melhoria geral das condições de vida nas comunidades. Acesso a creche e ensino básico em tempo integral, por exemplo, viabiliza os negócios das famílias que têm filhos. Medidas públicas para a redução de vulnerabilidade e promoção de segurança também têm impacto positivo na economia popular.

Entrevista 31, SP e outros, F: começar com um pouquinho dinheiro, com o que tem naquele momento. Tem muita história de tipo: eu peguei o dinheiro do Bolsa Família fui lá e comprei matéria-prima e fiz e aí voltou mais e aí a partir daí eu comecei, sabe? E dois: é apoio familiar, porque aí quando você faz uma, duas encomendas por mês,

por semana, tudo bem, mas uma hora começa mais gente pedir, e aí isso começa a te tomar mais tempo e o filho te demanda, cobra, o marido te demanda, cobra, a mãe te demanda e elas vivem sempre muito divididas entre família e negócio. E elas estão no negócio né, elas não têm funcionários, elas não têm alguém que pode fazer por elas, então se o filho fica doente ou os pais ficam doentes elas têm que parar. Então eu acho que essa coisa do apoio da família é uma coisa bem pesada.

Entrevista 31, SP e outros, F: *Essa parte da família eu colocaria até como principal desafio porque isso realmente faz com que o negócio pare em vários momentos. E aí elas também, outro grande desafio é que, no geral, elas estão inseridas em locais ou em contextos onde a coisa do mercado como a gente imagina também no sentido de que olhar para lojas, olhar para shopping, olhar pro concorrente e tal, é muito diferente. Por exemplo, elas têm muita dificuldade em inovar os produtos, realmente, depois que a gente chega elas tipo: ah, olha no Instagram, vamos juntas olhar uma loja, elas começam a abrir um pouquinho o olhar mas no começo elas tendem a ter muita dificuldade de olhar e começar a fazer qualquer coisa diferente do que tão acostumadas.*

Algumas demandas valem para o conjunto de políticas específicas, como condição para que sejam bem-sucedidas. A mais frequente é a mudança na linguagem. As metodologias adotadas pelos ativistas se baseiam fortemente em oralidade, no uso de exemplos próximos da realidade do público e no envolvimento de pessoas da própria comunidade na condição de formadores ou de multiplicadores das práticas. A ampliação do acesso ao ensino superior favoreceu a presença de estudantes desse nível na periferia e, em vários dos casos alcançados por esta pesquisa, atividades de capacitação eram desenvolvidas por universitários.

Entrevista 8, DF, M: *Essa dificuldade se for pensar do universo que estamos falando, estamos na periferia tinha até oportunidade de fazer algum tipo de ampliação, de gambiarra que pudesse ser o seu ateliê, o seu, não existe política, mas... são absurdos, nem organizações, é tudo por edital, por isso, por aquilo e aí é um edital... não é política concreta, sabe? De crédito diferenciado. E não essa assessoria, eu vou dizer SEBRAE porque hoje é o que resta, quadrada. Nenhum consultor chega pra trabalhar com essa pessoa no contexto de vida dela, ela tem que se deslocar para um escritório pra poder ouvir e dialogar, cara, mas não atende ao lugar em que ela vive e nem o espaço que ela*

vive e nem a necessidade dela. Tem umas coisas que têm os mistérios, mas com isso, eu acho que há uma demanda de facilitação de crédito, que é necessário.

Entrevista 15, RJ, F: *É super difícil trabalhar porque eles são assim. Não é, é uma percepção que eu levaria mais pro desafio, que para melhorar seria isso, mas sinceramente, não acho que a dificuldade para mim, assim, que é um atendimento pessoal, os atendimentos são individuais, então eu entro muito e tenho que entender muito sobre o contexto familiar e histórico deles, não é só um negócio em si, então tem uma relação muito mais pessoal e isso é bem complexo de nível de energia que tem que ser colocado ali para entender, acolher e, mesmo assim, direcionar para o negócio.*

Ainda neste aspecto, as pessoas entrevistadas observam que práticas racistas ou sexistas são comuns também no sistema financeiro e na rede de apoio (pública ou privada) ao mundo dos negócios dos mais pobres. Assim, a capacitação para o combate ao racismo estrutural e à discriminação das mulheres deve ser uma condição para a formação de equipes de fortalecimento da economia popular.

Entrevista 27, SP, F: *Na verdade, como é que eu vou te dizer, o Estado, de modo geral, seja ele municipal, estadual ou federal, ele sempre invisibilizou empreendedor negro. O SEBRAE tem esse mesmo discurso, o empreendedor é empreendedor, não importa se ele é branco, se ele é negro, se é japonês. E a gente sabe que não é verdade, porque a gente fez pesquisa dentro do projeto falando se ele enquanto empreendedor sofria discriminação, e sofria discriminação, inclusive, do seu cliente. Muitos negócios fechados por telefone, quando vai pessoalmente “eu imaginava uma pessoa completamente diferente”, sabe? [...] Não via um negro ou uma negra como empresária, como dona daquele negócio que ela tava comprando.*

Por fim, os ativistas também observam a importância de substituir a política de editais e chamadas públicas para apoio a negócios selecionados por políticas permanentes e de alcance universal.

Dito isso, a agenda de políticas para o fortalecimento da economia popular extraída do conjunto de entrevistas comporta sete tipos diferentes de programas para:

- a) educação financeira;
- b) capacitação em geral (gestão, precificação, melhoria de produto ou serviço);

- c) apoio à divulgação;
- d) aperfeiçoamento de competências de uso e melhoria do acesso a internet;
- e) acesso a crédito;
- f) organização de redes colaborativas; e
- g) promoção de espaços de comercialização e convivência que coloquem em contato o morro e o asfalto.

As ações de educação financeira são vistas como uma condição para todo o restante, diante de dificuldades culturais de lidar com dívida, consumo, dinheiro, dada a tensão permanente entre a experiência de escassez e a abundante oferta de itens para consumo, com suas promessas de compensação simbólica.

Entrevista 27, SP, F: Acesso crédito, educação financeira, cultura empreendedora mesmo. Digo cultura empreendedora no sentido assim, de... a gente percebe que eles têm a dificuldade, eles sabem que tem a dificuldade financeira, mas parar para fazer um curso, parar pra fazer uma oficina, aquilo ele pensa que vai deixar de produzir ou de vender, e isso é uma dificuldade, que ele entenda que aquele tempo que ele tá parado é um investimento e não que ele está perdendo hora de trabalho, hora de venda, nada disso. Isso é uma dificuldade que a gente sempre, eu sempre percebi. Ai você tenta fazer uma oficina de noite, durante a semana, ou sábado de manhã, na véspera de um feriado, sei lá eu quando, mas sempre tem aquele que não pode porque tem feira, tem que trabalhar, tem que produzir, porque isso, porque aquilo. A defasagem da educação para o seu negócio. É um problema que eu vejo, não sei se eles veem.

Os programas de capacitação são bastante desenvolvidos e ofertados regularmente por organizações como o SEBRAE ou outras unidades públicas, como secretarias municipais ou estaduais de emprego ou desenvolvimento. Além dos desafios de linguagem apontados acima, a profusão de metodologias raramente leva em conta as particularidades de pequenos negócios na periferia. Várias das organizações mapeadas nesta pesquisa desenvolveram metodologias próprias, o que sugere a relevância de um estudo sistemático das diferenças e semelhanças entre elas.

Num mundo atravessado por redes *on-line*, medidas de apoio à divulgação são inseparáveis do aperfeiçoamento de competências de uso dos recursos da internet (combinada a conexões de melhor qualidade).

Entrevista 9, BH, F: *Eu acho que a exclusão digital é definitivamente o maior fator. Então, é preciso criar uma fantasia identitária para falar e para vender seus produtos para esses outros públicos, eu acho que esse é um desafio muito grande: a falta de acesso a essas ferramentas e coisas que a elite, enfim os brancos, criaram para se comunicar, exclui esses empreendedores desse lugar, para que rompam essas bolhas, essas bolhas muitas vezes não são pelo produto, são sobre como eles comunicam os seus produtos, principalmente em redes hoje sociais.*

Entrevista 10, PI, F: *Eu acho que a grande dificuldade é a questão também da gestão, isso também nós temos que levar em conta o nível de escolaridade desse público. Porque quando você fala do pequeno negócio, nós sempre nos deparamos no que se refere às consultorias e durante as capacitações realizadas, que nós temos até que mudar a forma durante uma oficina, de como nos referir, eu peço sempre aos consultores, vamos falar desenho, nunca designer, para trazer essa fala, para chegar de uma forma melhor, de uma compreensão melhor para esse público, que é o público dos empreendedores dentro desse setor do pequeno negócio. Então isso dificulta muito, você conseguir capacitar um semianalfabeto para ele formar o preço do seu produto, muitas vezes nós temos que usar dinâmicas, brincadeiras, então sempre usar uma metodologia para poder chegar a esse resultado, e muitas vezes a gente não consegue capacitar todo um grupo, dentro de uma organização. Quando tem esse nível muito baixo de escolaridade, se escolhe um integrante do grupo e se capacita para que aquele integrante fique responsável pela gestão, quando você não consegue capacitar todos, que é uma dificuldade muito grande essa questão. Mas vejo aí, vejo nessa área as maiores dificuldades e a maior dificuldade também, para o pequeno produtor, é a comercialização dos seus produtos.*

Racismo institucional e discriminação de gênero são apontados como obstáculos para o acesso a crédito na economia popular. A proliferação de cartões de crédito leva a formas de autofinanciamento que jogam com os prazos de vencimento das faturas.

Entrevista 27, SP, F: *O acesso ao crédito que eu falo que é a grande dificuldade porque um empreendedor negro quase nunca consegue crédito para o seu negócio no banco. Aí todos os gestores do estado, mesmo os técnicos do SEBRAE falam “Ah o dinheiro não vê cor”. O dinheiro não vê cor, mas quem tem dinheiro na mão vê, entendeu? Alguns*

governos só passam a falar sobre isso por conta dos militantes dessa questão empreendedora, do desenvolvimento econômico da comunidade negra.

Entrevista 18, RS, M: *Principal desafio, olha, não é muito diferente, fora as questões que a gente já falou, mas o capital inicial, o recurso inicial de giro é muito desafiador. Você pode pegar um empréstimo, mas é muito difícil conseguir e às vezes o crédito que você consegue, nas condições que você consegue, ele é mais prejudicial do que benéfico. Então eu diria que é um desafio comum ao empreender e não é diferente para eles, entre vários outros do contexto específico, mas dentro daquela ideia da gente não diferenciar tanto, porque não é falta de capacidade intelectual, cognitiva, são outros fatores.*

Entrevista 24, SP, M: *Políticas públicas para os afroempreendedores, políticas de fomento e crédito.*

Entrevista 24, SP, M: *Sempre o gargalo que existe é a questão do capital de giro, sempre esse problema e nós sabíamos que para que nós tivéssemos êxito nós tínhamos que pressionar o estado para que desenvolvesse políticas de fomento específico.*

Entrevista 26, Santos, M: *Financiamento capital de giro, falta de capital de giro. Percebo, assim, falta de um conhecimento mais específico relacionado ao mercado, relacionado a como otimizar, justamente porque durante muito tempo se adaptaram a essa relação de intermediação, produz e passa para o intermediador. Então quando ela se vê diretamente relacionada, de frente com o seu consumidor, com o consumidor do seu serviço, do seu produto, ela muitas vezes tem dificuldade de entender a lógica do preço, a lógica de como fazer um capital de giro, de como preencher etapas da produção, de estoque. Esses detalhes, eu vejo que são outras dificuldades de conhecimento nessa área.*

A organização de redes colaborativas é um desafio tão grande quanto sua manutenção. Parte das redes se desfaz depois de instituída, na ausência de mediadores permanentes.

Entrevista 17, RR, M: *Eu acho que esse é o maior desafio, essa compreensão de classe, de categoria, de trabalhador, e como solucionar isso. Eu só soluciono se eu tiver representantes engajados e comprometidos. Não adianta dizer, ah elegi um aqui da cooperativa, mas ele sumiu. Põe outro, porque a cooperativa não parou, porque sempre aparece uma liderança para continuar. Então esse discurso simplista que não ajuda, eu acho que esse é o maior desafio.*

A divulgação é relevante, mas raramente suficiente para ampliar os espaços de comercialização de produtos e serviços da economia popular, que em parte acabam restritos às fronteiras da própria comunidade (à exceção dos serviços pessoais prestados para classes médias e altas, cuja natureza se ampara na conexão entre morro e asfalto). A criação de espaços de comercialização e convivência, como feiras, é vista como oportunidade importante para borrar o *apartheid* que separa pobres e ricos.

Entrevista 17, RR, M: *Mas para mim, hoje, o poder público, ele tem uma grande responsabilidade e poderia cooperar muito mais. E a gente fala tanto das mulheres da economia solidária, quanto da Agricultura Familiar, desses setores que produzem, e produzem muito bem, mas que não têm condições de escoar da forma que poderiam escoar, porque não tem esse apoio mesmo, porque eu acho que a questão do apoio institucional. Então eu acho que essa hoje é uma das maiores dificuldades. Você tem uma produção, mas você ter que vender para comunidade, você vai vendendo pouco né, porque a comunidade ali que tu faz parte não consegue enxergar numa loja no shopping, não tem nenhuma loja no shopping, porque é muito caro tudo lá, então não tem como tá lá expondo para vender. E aí limita tua condição de vender mais, então tem esse lado que acha cooperativa, individual, é sempre trabalho em detrimento dos grandes lucros, e que nesse raio de grandes lucros, não estão as empreendedoras individuais nem cooperativados.*

Entrevista 3, AP, F: *É caro pra caramba ter uma loja no Shopping. Aí o artesão não consegue ter grana pra montar uma loja no Shopping e isso é notório. [...] E aí, como é que a gente vende? Não vem pro Shopping, vai pra frente da praça que não paga nada, que a gente organiza com as amigas aqui e faz uma feira na praça. Então, a gente vai pras alternativas [...].*

Entrevista 5, CE, F: *Bem, eu acho que a comercialização é um grande desafio. Quem produz geralmente ela não sabe vender. A gente fez essas formações por isso, para você saber avaliar e vender o seu produto em um preço mais justo. Lá não tem nenhum atravessador, geralmente elas vendem direto, mas mesmo assim cobra um preço que ainda não é um preço justo, vendem bem barato o produto dela, ganham muito pouco. E também de se colocar no espaço que valorize mais, que tenha um espaço.*

Entrevista 10, PI, F: *É um grande desafio, até porque nós vivemos num estado que nós não temos o turismo, o turismo não é tão forte na nossa capital, o artesanato cami-*

nha muito próximo do Turismo, então nós temos que sair muitas vezes do estado para conseguir desovar uma parte do estoque. Então vou dizer, nosso estado não absorve a nossa produção artesanal, por isso que os órgãos públicos, as instituições como o SEBRAE, têm apoiado de forma efetiva a participação dos grupos, das organizações em feiras e eventos nacionais, porque é uma forma realmente de mudar oportunidades que eles têm, tanto daquela venda direta, como realizar negócios. Então é uma oportunidade única e é um apoio muito significativo, porque nós estamos apoiando dentro de uma fragilidade, que a maior fragilidade é a comercialização.

Atravessando esse conjunto de políticas, os ativistas observam a relevância de reconhecimento e promoção de autoestima. A “deseducação” do negro ou da mulher consiste na autodepreciação do que fazem, aceitando como real a classificação externa de seu trabalho como “menor”.

Entrevista 10, PI, F: Essa desigualdade é muito evidente, ainda há um espaço muito considerado entre o branco e o negro, principalmente agora na nossa oportunidade de trabalhar com os grupos de matriz africana, nos terreiros de umbanda aqui da capital, eu tive a oportunidade de ver que o acesso ao mercado de trabalho do povo negro, ele é muito mais dificultado e assim, eles não têm as possibilidades que o branco tem. Então eu pude conviver com eles, sentir as dores e assim, a questão racial também, a gente ainda vive num país que se fala: “não tem mais essa questão racial”. Quem foi que disse que não tem? Nós nos declaramos quase todos os dias aí casos que fica muito evidente a questão racial. Então eu acho que o Brasil ele tem que trabalhar muito numa política pública que chegue de forma mais efetiva para esse povo de matriz africana, porque ao longo dos anos nosso país e o próprio estado deixa muito a desejar em termos de apoio a esse segmento. As maiores dificuldades: gestão, precificação, comercialização, desenvolvimento de novos produtos, acesso a crédito e realização de capacitações específicas, com metodologias adaptadas às necessidades do público-alvo – em geral, com baixa escolaridade.

Entrevista 18, RS, M: Eu tinha falado alguma coisa de autoestima, mas é uma autoestima não é do empreendedor, mas às vezes é uma autoestima coletiva da comunidade. Eu ainda sinto muita, é como se a comunidade não acreditasse no seu potencial e em algum momento algo acontece que fragiliza, o contexto já é muito difícil, então estamos falando de um contexto que já é bastante precário e você tá conseguindo conectar

e organizar esse castelinho de cartas, pensando nessa metáfora, é uma estrutura frágil e alguma coisa acontece que desestrutura tudo e tem que recomeçar do zero e isso é muito frustrante. [...] Às vezes é uma liderança que morre e não tem outra pra ficar, às vezes é algum tipo de não consegue articular a comunidade para fomentar aquele negócio, tem algum tipo de briga interna. Não é em todas as comunidades, obviamente, mas acho que é uma característica bem comum de você tem pessoas que tem uma energia muito forte, mas que às vezes ela não consegue ativar na comunidade como um todo, ou consegue por pouco tempo, não por tempo suficiente, porque alguma coisa acontece, algum evento externo desarticula. A violência eu acho que é um efeito bem forte.

Capítulo 9

Conclusões da parte 2

“Quem empreende, de fato, é a classe trabalhadora”.

Nesse projeto de pesquisa, realizamos uma sociologia da sobrevivência nas periferias brasileiras. Tomamos periferia como metáfora para toda a metade mais pobre da população (em oposição ao centro ou ao asfalto, onde vive a metade mais rica). E decidimos olhar para as atividades econômicas que ali se dão fora de uma lógica que as exclui de consideração previamente, por serem informais, inferiores ou qualquer desses qualificativos que servem, ao mesmo tempo, para dispor numa hierarquia e tirar do centro da atenção. A invisibilidade da economia popular é a invisibilidade de pobres, de negros e negras e justo por isso ela está bem ali, ao alcance do olhar, em tudo o que pobres, negros e negras fazem para sobreviver. Que a economia popular, um fenômeno de séculos, somente há pouco tempo tenha começado a receber atenção sistemática em seus próprios termos – não como anomalia ou subproduto nefasto do capitalismo – é um sintoma da violência epistêmica imposta aos mais pobres pelos vários elitismos que se cruzam na vida intelectual e política brasileira. Não é um acaso que olhares íntimos e empáticos ao trabalho dos mais pobres tenham surgido em paralelo à expansão do acesso de negros e negras às universidades brasileiras: a presença em sala de aula de um pintor, uma empregada doméstica, um(a) artesão(ã), um(a) ambulante ou um(a) vendedor(a) em comércio ilegal tensiona as interpretações dominantes,

focadas no mundo de carteira assinada, dos profissionais liberais, das empresas e do serviço público.

No início do século XXI, trabalhadores por conta própria e donos de pequenos negócios nas comunidades mais pobres do país passaram a ser incluídos na categoria elástica de “empreendedores”, refletindo escolhas de operadores como o SEBRAE, em coerência com a expansão do neoliberalismo como razão de mundo. Isso se deu em paralelo ao ciclo de desenvolvimento econômico com distribuição moderada de renda entre 2004 e 2014 no Brasil, o que gerou uma situação nova: atividades produtivas até então pouco valorizadas socialmente, invisibilizadas porque conduzidas por pobres, mulheres ou pessoas negras, foram ressignificadas como “empresas” ou “empreendimentos”.

Os muitos estranhamentos relacionados a essa mutação foram objeto desta pesquisa. O trabalho por conta própria é um fenômeno heterogêneo. Ao contrário de abordagens simplificadas que o veem apenas como um recurso transitório para pessoas sem emprego assalariado (o que decerto é verdade para uma parcela do segmento), a maior parte dos contapropriistas é formada por indivíduos que valorizam as características dessa forma de trabalho e permanecem nela por longo tempo. Políticas bem-sucedidas de geração de emprego podem beneficiar uma parcela dos e das conta própria, mas outro grupo precisa é de apoio para aperfeiçoar e expandir as atividades que já desenvolvem. Elas são adequadas por muitos motivos: por permitirem o trabalho junto à família ou à comunidade; por admitirem horários flexíveis; por representarem várias formas de autonomia e autoestima para quem trabalha, entre outras razões que dificilmente serão atendidas em regimes de assalariamento.

O alargamento do uso da expressão “empreendedorismo” baseia-se num distanciamento da palavra em relação à sua conceituação original, de aplicação bem mais restrita. Ao passar a ser usada a realidades tão diferentes do universo empresarial, como as comunidades periféricas, contudo, a expressão produziu de imediato dois efeitos contraditórios. O primeiro foi o de inadequação: nas condições adversas da pobreza, não caberia falar em empreendedorismo. O segundo foi o de satisfação: afinal, atividades por longo tempo tratadas como marginais, inferiores, informais, precárias, secundárias, associadas a “se virar” e a “sobreviver” passaram a ser lidas sob uma chave positiva. Quando “empreen-

der” integrou-se ao léxico do trabalho nas periferias, isso acabou por favorecer a disseminação de autoestima. E trouxe novas complexidades ao tema.

A maior parcela do trabalho por conta própria é formada por empreendimentos familiares ou individuais da população pobre, que enfrentam toda sorte de adversidades para persistir – e a despeito disso, sobrevivem. Eles o conseguem porque revivem dia a dia a longa série de astúcias desenvolvidas pelos mais pobres para seguirem adiante numa sociedade dramaticamente desigual e excludente.

O capitalismo produz sistematicamente individualização, deterioração ambiental e a mercadorização de todo tipo de relação, mas os empreendimentos dos mais pobres têm com essas consequências uma relação contraditória: dadas as condições precárias em que se encontram, podem prevalecer neles a colaboração, o compartilhamento de recursos e a solidariedade. Políticas de apoio a esses empreendimentos baseados no estímulo à cooperação e à ajuda mútua, portanto, favoreceriam o fortalecimento e a extensão de sociabilidades não capitalistas.

Na periferia, os conta própria raramente estão sozinhos, a começar pelo fato de que dois terços deles trabalham dentro de casa ou, a partir dela, na rua. Um aumento de demanda por produto ou serviço é compensado pelo engajamento de um familiar ou de outra pessoa daquele contexto. Vivencia-se uma economia de vínculos sociais baseados em reciprocidade, doação e dádiva (GAIGER, 2016), em relação conflituosa com um entorno concorrencial e individualista. Num contexto de todo tipo de escassez, o verso de Emicida faz todo sentido: “tudo, tudo, tudo que nóiz tem é nóiz”.¹

Na primeira etapa desta pesquisa, constatamos que as atividades e ocupações por conta própria são fortemente marcadas por desigualdades regionais, de gênero, classe e raça. Tais desigualdades, como observou Krein (2017), não foram mitigadas pelo crescimento econômico, nem pelas políticas de promoção de igualdade voltadas a mulheres e pessoas negras. Nosso estudo reforça

¹ A proposta de Gaiger e as descobertas de nossa pesquisa são coerentes com o estudo de Tommasi e Corrochano (2020), para quem “as redes de solidariedade e apoio mútuo que hoje estão sendo organizadas nas periferias das grandes cidades, com a participação significativa de coletivos juvenis para garantir a sobrevivência das famílias nesse tempo de necessário distanciamento social, mostram que o saber-fazer empreendedor pode ser utilizado para superar o individualismo e a fragmentação”.

a descoberta de Krein, ao apontar a força e a regularidade das desigualdades entrecruzadas que resultam em posição dominante de homens brancos nas faixas de renda mais altas em todos os tipos de atividade mapeados. A distribuição contemporânea apenas atualiza a longa história de apartações produzidas pela concentração de renda combinada às discriminações de gênero, condição étnico-racial ou região (território).

A despeito da ampla consciência sobre essas adversidades, a força da associação entre certa ideia de empreendedorismo e a autoestima de trabalhadores e trabalhadoras por conta própria produziu outras consequências. Num movimento de contraposição à lógica neoliberal subjacente ao uso desse conceito, forças sociais variadas – associações, movimentos, organizações, alianças, redes – passaram a recorrer a “empreendedorismo” como eixo de ação política para favorecer vínculos identitários. Surgiu o empreendedorismo com qualificativos: negro (ou afro-brasileiro), feminino, materno, de periferia, da quebrada etc.

A deterioração da atividade econômica a partir de 2015 (aprofundada com o golpe de 2016) intensificou a percepção das desigualdades e dos obstáculos que afetam negócios na periferia, em contraste com a economia do asfalto, beneficiária das crises. Nesse contexto, a disputa de sentidos sobre o empreendedorismo nas periferias só se aprofundou. Agrupando-a em dois tipos ideais, estão em confronto:

- a) o empreendedorismo neoliberal, de mentalidade individualista e competitiva, operado por empresas, universidades e *think tanks* de orientação liberal, apoiado por igrejas neopentecostais adeptas da teologia da prosperidade;
- b) o empreendedorismo social ou solidário, de mentalidade coletiva e colaborativa, operado por movimentos sociais, agentes públicos, universidades com orientação progressista e lideranças comunitárias.

A segunda etapa desta pesquisa analisou uma parte do trabalho da rede de ativistas que, em todas as metrópoles brasileiras, apoia o fortalecimento da economia popular. A diversidade dos entrevistados espelha a variedade das organizações a que se vinculam e as diferentes concepções (umas mais críticas que outras) em relação ao conceito de empreendedorismo. Não é apenas uma batalha conceitual, mas um conjunto de diferentes forças que agem em

projetos distintos. Um quer ampliar a extensão do capitalismo e das lógicas neoliberais à periferia; outro quer valorizar o que a economia popular tem de mais autêntico – justamente o que a distancia do capitalismo.

Não é casual que o trabalho esteja no coração desse conflito. “O centro da revolução anticapitalista é simplesmente o fazer. Façamos diferente, façamos de maneira muito diferente, ou não há futuro para a humanidade”, disse John Holloway (2013, p. 250). “Uma revolução que não esteja fundada na transformação da atividade humana não é de forma alguma uma revolução”.

Uma parte das estratégias que disseminam o empreendedorismo quer levar mais capitalismo à periferia; outra parte quer fissurar o capitalismo por dentro. Em ambos os casos, a propulsão vem do incremento de autoestima, a partir do momento em que o trabalho antes invisível da “sevirologia”² vira outra coisa: uma empresa ou, noutra chave interpretativa, a tradução criativa de uma ancestralidade (ou de outro pertencimento) em um produto ou serviço. As diferenças entre um projeto e outro não terminam na distância entre uma abordagem individualista e uma que enfatiza a comunidade e a rede; os discursos progressistas sobre o empreendedorismo nas periferias promovem uma conciliação entre um olhar solidário sobre o mundo e a longa história de silêncios a que o trabalho dos pobres e das pessoas negras foi segregado durante dois séculos³.

² A expressão é de Adriana Barbosa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/adriana-barbosa/2020/11/03/da-escassez-a-abundancia-empendedorismo-na-periferia.htm>.

³ Há aqui outra convergência com o estudo de Tommasi e Corrochano (2020). Para elas, “o empreendedorismo valoriza as atividades informais, os excluídos do mundo empresarial e do emprego formal. Os que sempre viveram ‘à margem’ do sistema. Aliás, são justamente eles que, acostumados a se virar, a fazer da necessidade virtude, usando a criatividade para sobreviver na adversidade, são considerados potencialmente mais criativos, inovadores, ousados; ou seja, empreendedores. Mesmo se as condições objetivas dessas camadas sociais não se alterem profundamente, muda-se a forma como são vistas socialmente; ou, ao menos, esta possibilidade está ao alcance de qualquer um que se responsabilize pela sua própria mudança [...]. Esses fatores promovem a adesão ao empreendedorismo mesmo de segmentos sociais críticos com respeito à ordem dominante, como os jovens envolvidos em coletivos culturais periféricos (Campos, 2019; Silva, 2018; Tommasi, 2018) e as mulheres negras (Silva, 2017). Problematicar as consequências dessa disseminação, em particular entre jovens, significa pensar seus efeitos não somente em termos de difusão e aceitação das leis do mercado, mas também com relação à gestão do conflito social, num presente marcado pelo acirramento das desigualdades e a crise da democracia”.

A observação do trabalho por conta própria ao longo das duas etapas deste projeto de pesquisa nos leva a sugerir que políticas destinadas a apoiar as pessoas que têm pequenos negócios nas periferias brasileiras podem ter impacto relevante não apenas na redução da pobreza e na distribuição de renda, mas na redução de desigualdades estruturais, na promoção da autonomia de trabalhadoras e trabalhadores e na estruturação das formas solidárias e cooperativas próprias às economias populares – espaços para a vivência de sociabilidades não capitalistas. Reforçamos a crítica de Kraychete Sobrinho (2018, p. 210), para quem, “numa realidade como a brasileira, as políticas de inserção pelo trabalho, predominantemente baseadas no trabalho assalariado regular, mantêm na penumbra, ou como uma face oculta e indefinida desse nosso capitalismo, o trabalho e a vida cotidiana de milhões de pessoas, que parecem compelidas, do ponto de vista analítico, ao limbo das relações sociais, sobretudo nos espaços urbanos”.

Sem esse tipo de política, o trabalho de Bernardo sempre será visto como mais relevante que o de Benedita, ainda que ambas as personagens da Introdução deste livro façam produtos idênticos. Nem Bernardo precisa ser tratado como um empreendedor visionário, nem Benedita deve ter seu trabalho desprezado: uma diferença que traduz em linguagem nossa matriz de desigualdades. Numa sociedade igualitária, ambos merecem apoio ao trabalho que reconhecem e valorizam como autônomo – e Benedita precisa de mais apoio, porque ela enfrenta dificuldades que Bernardo nem sabe que existem.

Parte 3
Uma agenda para apoiar as
economias populares

Introdução e metodologia

A metade negra dos brasileiros que têm micro e pequenos negócios não convive em condições de igualdade com a metade branca: racismo, séculos de discriminação social, escassez de oportunidades de acesso à educação, ao crédito e à capacitação, inadequação de programas de capacitação às demandas e especificidades desses negócios, entre outros fatores, impõem uma pista interminável de obstáculos aos afro-brasileiros que decidem criar ou continuar negócios. Juntar-se para enfrentar as adversidades no mercado de trabalho e no mundo da produção e tentar construir relações sociais de outro tipo – solidárias, respeitadas ao meio ambiente e às raízes étnicas – tem sido o objetivo de dezenas de organizações da população negra desde os anos 1980.¹

O racismo, como as discriminações de gênero, idade e origem territorial, perturba o ambiente de negócios no Brasil. Enfrentar as desigualdades entrecruzadas é condição básica para a promoção de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores sem patrão (brancos e negros, homens e mulheres). A

¹ O universo do trabalho precarizado inclui também os motoristas e os entregadores por aplicativos, absorvendo contingente majoritariamente negro para homens (Leite; Lindoso, 2021) e das trabalhadoras domésticas como majoritariamente negro para as mulheres (DIEESE, 2022). Ainda que estas, como se dirá mais adiante, não façam parte dos “trabalhadores sem patrão”.

capacidade produtiva de mulheres e pessoas negras é estruturalmente afetada por dois fatores combinados: as manifestações cotidianas de preconceito e a longa história de exclusão em relação a oportunidades de trabalho e, especialmente para negras e negros, formação escolar. A divisão sexual do trabalho também impõe a mulheres responsabilidades quase exclusivas com a esfera reprodutiva da vida social, que se combinam de modo complexo com a esfera produtiva. As mulheres negras são triplamente afetadas pelo contexto: como mulheres, como negras e como pobres.

Tais fatores conformaram um *habitus* próprio desses trabalhadores e trabalhadoras, cujas ambições são limitadas pelo modo como percebem suas próprias possibilidades ou potencialidades, mesmo entre aqueles(as) com formação superior. A transformação desse *habitus* demandará ações combinadas, por longo tempo, em vários níveis, nos setores público e privado. O acesso à educação é um vetor importante para minimizar as desigualdades, mas está longe de ser uma solução para tudo: no Brasil, por exemplo, as mulheres possuem mais escolaridade do que os homens, e isso não se reflete em igualdade ou melhores condições no mercado de trabalho.

Programas de transferência de renda, crescimento econômico e políticas de democratização do acesso ao ensino superior aumentaram a presença de pessoas negras nos setores médios da sociedade brasileira. Os resultados, para além do mundo dos negócios, se refletem em empoderamento dos agentes, fortalecimento de múltiplas identidades negras, surgimento de mercado para produtos de corte étnico, criatividade de donos e donas de negócios negros na concepção de produtos e serviços, entre outros fenômenos relacionados à sociedade brasileira contemporânea.

A resposta de trabalhadores(as) às adversidades próprias à sua atuação no mundo dos negócios reside numa resiliência extraordinária: 60% dos negócios que conduzem têm mais de cinco anos de existência. Além da capacidade de superar adversidades que as pessoas brancas não enfrentam, as iniciativas produtivas lideradas por pessoas negras têm forte potencial para distribuir riqueza nas comunidades mais pobres do país, onde predominantemente se situam².

² O documentário *Do quilombo pra favela – alimento para a resistência negra* retrata a história da cooperativa de agricultoras e agricultores quilombolas que uniu esforços para minimizar o impacto da pandemia da COVID-19. A cooperativa se engajou na segurança alimentar de

Por fim, boa parte desses empreendimentos é liderada por mulheres, e estudos internacionais indicam que negócios femininos, quando crescem, tendem a produzir resultados mais rápidos na melhoria da qualidade de vida no domicílio, em saúde e educação da família (cf. ROBINSON, 2001).

Por todas essas razões, o combate às desigualdades entrecruzadas de gênero, raça-etnia, idade, classe e território é fator-chave para a promoção do desenvolvimento e de acesso a oportunidades, assim como para a promoção de um país mais justo. Desigualmente inseridos numa economia capitalista fortemente excludente (em especial, por vetores de raça, classe e gênero, todos eles com incidência expressiva sobre a população negra), os donos de negócio na economia popular terão suas atividades e iniciativas fortalecidas se operarem em redes solidárias, alimentadas pela disposição de constituir vivências alternativas nas três frentes em que o capitalismo produz seus efeitos mais perversos: o individualismo, o consumismo e a deterioração ambiental.

Apresentamos os contornos conceituais do trabalho sem patrão no capítulo 10. Depois, demonstramos como ideias dessa natureza exigem ambiente político favorável, democrático e participativo, como sugerem experiências internacionais, especialmente na África do Sul e nos Estados Unidos. As propostas de políticas que se apresentarão em seguida têm em comum a ambição de estimular a cooperação e a sustentabilidade, ao tempo em que combatam as desigualdades entrecruzadas. Na seção seguinte, refletimos sobre os agentes sociais que, na intersecção com o Estado, podem contribuir com o desenvolvimento dessas políticas. Na seção final, refletimos sobre potenciais impactos extraeconômicos da agenda aqui apresentada.

uma periferia de São Paulo, na qual, além das trocas de produtos alimentares, havia oficinas de cozinha dos alimentos produzidos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QgQkqt2auXc>.

Capítulo 10

Definindo o “trabalho sem patrão” nas “economias populares comunitárias”

Trabalho sem patrão é aquela parcela do trabalho por conta própria – formal (MEI) ou informal – composta por pessoas que detêm suas próprias unidades de produção ou prestação de serviços, eventualmente apoiadas por familiares ou outros(as) trabalhadores(as) remunerados(as). Estão excluídas da definição as atividades ilícitas, as que implicam prestação de serviço a apenas um contratante (pejotização ou emprego informal) e as que são realizadas por intermediação de aplicativos (plataformização)¹. Por economia solidária, define-se como as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, pautando princípios como da autogestão, do comércio justo e solidário e a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente².

¹ Vale destacar aqui o trabalho de Lima e Oliveira (2021) sobre o que chamam de “projeto empreendedorista”. Para esses autores, mesmo setores da Economia Solidária incorporariam esse discurso ao se falar de “empreendedorismo social”. No caso específico, os autores chamam as plataformas de “via de expansão da informalização empreendedora”. Ludmila Abílio (2021) usará o conceito de “trabalho uberizado” para destacar o itinerário do “autoengano para o autogerenciamento subordinado” nos trabalhos em plataformas.

² Essa é a definição de economia solidária do PL 4.685/12 (atual PL 6.606/13) que cria a Política Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1615183.

O(A) trabalhador(a) sem patrão está domiciliado(a) principalmente nas regiões periféricas das metrópoles brasileiras, mas não necessariamente vende produtos ou serviços nas comunidades de residência. Focados dentro ou fora das comunidades de origem, os(as) “sem patrão” compõem as economias populares – definidas em função do entrelaçamento, nas comunidades pobres, de unidades e processos de produção e circulação de mercadorias e serviços de racionalidade orientada para o trabalho, não para o capital, sobre os quais operam princípios de reciprocidade, domesticidade, redistribuição³. A economia popular combina cooperação e exploração em misturas que envolvem laços de confiança, trabalho de imigrantes, redes de mercado, oficinas familiares e tarefas reprodutivas remuneradas, vinculadas a rendimentos provenientes de atividades ilegais e “subterrâneas” (GAGO, 2018a; 2018b).

O(a) trabalhador(a) sem patrão é cotidianamente convidado a se identificar com a noção de “empreendedorismo”, fetiche do neoliberalismo. Contudo, apenas esporadicamente trabalhadores(as) sem patrão se identificam com essa noção. Prevaecem nesse grupo dois outros tipos de referência ao próprio trabalho: a ausência de definição (é um trabalho que simplesmente se faz, às vezes transmitido de geração em geração na família, sequer visto como um negócio) e a definição pejorativa (como bico ou extra, ainda que não seja eventual).

Em qualquer dos padrões de relação com clientes, a expansão da renda no trabalho sem patrão possivelmente reverterá em maiores ganhos e novos empregos para as regiões mais pobres das cidades brasileiras. Além disso, a vivência do trabalho sem patrão potencialmente alastra percepções críticas a respeito das relações tradicionais de emprego, marcadas por exploração, e constitui um ethos baseado na valorização da força de trabalho. O significado de “sem patrão” é, portanto, duplo: nem existe patrão capaz de impor exploração, nem há disposição de reproduzir relações exploratórias na contratação de força de trabalho, quando necessária. Não ter patrão tem um caráter contraditório no sentido de que é também não contar com a proteção do

³ Essa definição foi elaborada a partir de Diniz (2019), a qual baseou-se em premissas de Coraggio (2003) e Polanyi (2011); para discussões sobre o conceito, ver Kraychete Sobrinho (2018) e Maldovan Bonelli (2018).

trabalho assalariado, ainda que o trabalho assalariado esteja atravessando um momento agudo de perda de direitos.⁴

10.1 Políticas de combate à pobreza e à discriminação: EUA, África do Sul, Chile e México

Com o objetivo de elaborar uma agenda de políticas públicas para apoio ao trabalho sem patrão e fortalecimento da economia popular comunitária, estudamos experiências internacionais de políticas que obtiveram sucesso na redução da pobreza, de desigualdades entrecruzadas ou no aumento da participação das populações periféricas no mercado de trabalho. Também foram levadas em consideração aquelas experiências de insucessos, que igualmente trazem pontos de aprendizado e reflexão sobre a efetividade da abordagem de certas políticas.

A atenção foi preferencialmente voltada a contextos que fossem compatíveis com a realidade brasileira. Sendo o Brasil um país latino-americano de população majoritariamente negra, costurado por uma profunda desigualdade racial, buscamos nesses outros países realidades que contemplassem tais características tão estruturantes do país. Priorizamos a África do Sul no período pós-*apartheid* e os Estados Unidos. Essa atenção inicial se baseia na relevância das similaridades das relações desiguais de raça que esses três países compartilham, cada um tendo aspectos específicos na forma de segregação e discriminação racial. Em seguida, analisamos dois contextos latino-americanos: o caso bem-sucedido do programa de políticas públicas de redução da pobreza no México e o caso limitado do programa de redução da pobreza no Chile.

10.2 Estados Unidos e África do Sul

Derenoncourt e Montialoux (2020) analisaram a significativa redução da desigualdade de renda das populações branca e negra nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970, período de fortalecimento dos direitos civis no

⁴ É nesse sentido que a situação do trabalho sem patrão é análoga ao trabalho livre de que falava Marx – o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, mas é livre também dos seus meios de produção.

país. As autoras atribuem a aproximação dos ganhos desses dois grupos ao alargamento da política de salários mínimos com a aprovação de uma emenda constitucional em 1966. A lei original, que havia sido criada em 1938 e cobria pouco mais da metade da força de trabalho do país, foi expandida em 1966 para setores da economia cuja presença negra era muito representativa, o que, para as autoras, é fator diretamente relacionado com a redução da desigualdade de renda entre trabalhadores brancos e negros.

Outros fatores, como as leis antidiscriminatórias criadas no mesmo período e as melhorias no sistema educacional do país, já foram considerados como possíveis causas da redução. Entretanto, apesar de reconhecer a relevância desses aspectos de efeitos graduais, as autoras enfatizam a clara associação que pode ser feita entre “*The Fair Labor Standards Act of 1966*” e a brusca redução da desigualdade de renda entre brancos e negros. A argumentação se baseia no fato de os setores contemplados na expansão de 1966 – agricultura, hotéis, restaurantes, escolas, hospitais, asilos etc. – empregarem quase um terço dos trabalhadores negros dos Estados Unidos. Mais precisamente, as estimativas das autoras sugerem que a inclusão desses setores na política de salário mínimo garantiu 20% da redução da diferença salarial entre brancos e negros no período de 1965 a 1980 (DERENONCOURT; MONTIALOUX, 2020). Políticas públicas de salário mínimo reduzem desigualdades raciais de renda e foram e são subestimadas como ferramenta de fomento à igualdade racial.

Voltando a leitura para o contexto sul-africano, Plageron e suas colegas (2019) enfatizam a necessidade de pensar em abordagens específicas que contemplem aspectos de gênero, raça, idade e geografia, pois estes fatores são determinantes no acesso ao trabalho na África do Sul (assim como no Brasil). Outra similaridade à conjuntura brasileira encontrada como destaque dado pelas autoras com enfoque na África do Sul e na elaboração de políticas públicas é a pluralidade ideológica do ambiente político desse país. Na recente democracia sul africana pós-*apartheid*, o enfoque transformativo através de políticas públicas e intervenção estatal com objetivos de alcançar uma sociedade igualitária e inclusiva, com a redução de desigualdade e pobreza como objetivos centrais, é confrontado por uma ideologia neoliberal baseada na responsabilização individual, supremacia das políticas econômicas sobre as sociais e Estado mínimo (PLAGERON; PATEL; HOCHFELD; ULRIKSEN, 2019).

Antes de adentrar em políticas ou programas pontuais, as autoras relatam a Constituição de 1996 como símbolo e ação mais relevante dessa abordagem transformativa, especialmente por se dar em um contexto de tendência internacional exatamente oposta. Tendo como objetivo reverter as políticas discriminatórias do *apartheid*, o enfoque nos princípios de justiça e igualdade garantiu atenção e investimento maior aos setores vulneráveis da população, assegurando direitos essenciais como: moradia, saúde, comida, água, abrigo, seguridade social e educação. Através desses fatores, a Constituição de 1996 garante um padrão de vida mínimo para sua população, tendo impacto substancial na profundidade da pobreza e desigualdade do país. (PLAGERSON; PATEL; HOCHFELD; ULRIKSEN, 2019)

Em outro argumento que podemos associar à condição brasileira, as autoras demonstram como, para obter efeitos reais e significativos, as políticas públicas devem ir além do emprego formal em idades ativas. Defendem como o enfoque total nos direitos trabalhistas torna as políticas inacessíveis àquelas amplas parcelas da população que trabalham em funções informais ou que estão desempregadas. (PLAGERSON; PATEL; HOCHFELD; ULRIKSEN, 2019). Convergindo sua análise a uma perspectiva baseada em gênero, as autoras ressaltam como a pouca compreensão da relação entre o setor produtivo e reprodutivo do trabalho é causa direta da falha das políticas de igualdade em se tratando das mulheres. Essa falta de atenção e compreensão acaba por permitir a continuidade da desigualdade de gênero no país. Sugerem como exemplo bem-sucedido de política pública condicionada indiretamente por um viés de gênero o *Child Support Grant* (CSG), que forneceria auxílios financeiros aos responsáveis pelos cuidados de crianças que vivem na pobreza. Como falhas do programa, criado em 1998, apontam a sua incapacidade tanto de apoiar o trabalho produtivo das mulheres como de reduzir a sua desproporcional percentagem no trabalho do cuidado. Outro programa a princípio positivo, mas falho às mulheres, seria o Unemployment Insurance Fund (UIF), implementado em 2002, uma espécie de seguro desemprego voltado apenas ao trabalho formal, que não alcança as mulheres por estas ocuparem posições majoritariamente informais e temporárias (PLAGERSON; PATEL; HOCHFELD; ULRIKSEN, 2019).

Apreende-se com as conclusões das autoras que, apesar da Constituição ter alcançado perspectivas gerais de redução da desigualdade de renda e pobreza,

quando se trata da complexidade das necessidades interligadas que as mulheres trabalhadoras enfrentam, há falha significativa das políticas públicas implementadas na África do Sul pós-*apartheid*. Tanto para a África do Sul quanto para outros contextos nacionais, muito do que foi posto em teoria acabou sendo limitado pela oposição política e tendências globais neoliberalizantes.

10.3 América Latina: Chile e México

Na bibliografia sobre políticas públicas em países latino-americanos estudada, a perspectiva de análise se baseia em “transferências condicionais de dinheiro” (*Conditional Cash Transfers*) e na efetividade destas de afetar positivamente a educação, a saúde, o consumo e, sobretudo, a redução da pobreza. Referindo-se aos programas implementados no Chile – mais especificamente o Chile Solidário (2002-2017) – Borzutzky reconhece melhorias nos campos de saúde, educação e consumo, mas aponta uma falha drástica na redução da pobreza. A crítica se resume à abordagem limitada do programa, que segundo a autora, deveria ser multidimensional, justamente pela pobreza ser um fenômeno multifacetado (BORZUTZKY, 2012).

Mencionado anteriormente no contexto sul-africano, um ponto relevante é levantado quando a autora traça a origem dessas políticas na atenção que o problema do aumento da pobreza passa a receber das organizações financeiras internacionais quando estas percebem a pobreza como limitadora do crescimento econômico. A perspectiva pela qual as políticas de transferência condicional de renda são criadas tem viés essencialmente econômico, fundado na ideologia neoliberal fortemente disseminada no contexto global e firmemente estabelecida no Chile das décadas de 1990 e 2000 (BORZUTZKY, 2012).

O programa mexicano chamado de PROGRESA (1998-2019) é usado como exemplo bem-sucedido pela autora (ao lado do Bolsa Família, 2003-2021), que o compara com as políticas do Chile Solidário. O exemplo é uma política de transferência de renda condicionada à permanência ou inscrição de crianças na escola. O significativo aumento da presença de crianças pobres nas escolas foi tido como um sucesso do programa, assim como o efeito a longo prazo nas rendas das famílias que a educação permitiu, garantindo uma possibilidade mais concreta de sair do estado de pobreza (SCHULTZ, 2004; BORZUTZKY, 2012).

Ressaltando a relevância da transferência de renda, segundo a autora é possível concluir que, mesmo sem a obrigatoriedade da condição vinculada à educação, essa é a decisão tomada em primeira mão pelas famílias que recebiam benefícios. Segundo a autora, isso demonstra que não a condição, mas o incremento de renda por si só já possui efeitos significativos na porcentagem de crianças matriculadas no sistema educacional (BORZUTZKY, 2012).

No caso chileno, além da educação, as decorrências de saúde e consumo trouxeram efeitos importantes na melhoria da condição de vida das famílias que recebem a transferência de renda. Contudo, apesar de o objetivo central dos programas e políticas de transferência condicional de renda ser a quebra do ciclo de pobreza, não há clareza nem evidência de como essas melhorias de fato levariam a realmente diminuir essa condição. Isso se aprofunda pela indicação da autora de que não houve redução na pobreza chilena no período de adoção do programa Chile Solidario. Centrando sua atenção na pobreza feminina, a autora defende a necessidade de reformular programas de assistência que foram predominantemente baseados no modelo do “provedor masculino”, que não é compatível com a realidade (BORZUTZKY, 2012).

A principal contribuição a ser tomada do caso de experiência predominantemente negativa do programa Chile Solidário é a confirmação do caráter essencial de tomar as diferentes dimensões que compõem a pobreza em consideração ao formular uma série de políticas públicas cujo objetivo final seja a redução da pobreza e das desigualdades.

Em seu estudo sobre o programa mexicano PROGRESA⁵ (*Programa de Educacion, Salud y Alimentacion*), implementado em 1998, Schultz atribui a abordagem pela perspectiva de demanda como um dos motivos de sucesso do programa. Ao contrário de outras políticas voltadas para a educação, que introduzem ofertas de recursos à população (como construção e melhoria de escolas, contratação de professores com maiores salários, menos alunos por turma etc.), o PROGRESA teve seu enfoque direto nas localidades e populações rurais onde a pobreza estava concentrada. A diferença chave entre essas duas abordagens reside no fato de a primeira, apesar de trazer aumento da presença escolar em alguns casos, não atender necessariamente somente a população

⁵ Mais tarde rebatizado de *Oportunidades* e ainda *Prospera*.

pobre, enquanto a segunda, utilizada no PROGRESA, por focar nas demandas da população em situação de pobreza, tem maior possibilidade de contribuir para redução da diferença de escolaridade e renda dessas duas grandes classes (SCHULTZ, 2004).

A condição para o recebimento do subsídio é a matrícula e a confirmação pelo professor de 85% de frequência da criança na escola. O subsídio abrange a escola primária e secundária, aumentando conforme os anos e tendo um valor maior para meninas na segunda parte, por estas apresentarem uma frequência escolar significativamente menor a partir do primeiro ano do secundário. Além disso, o subsídio teve seu valor revisado e ajustado semestralmente conforme a inflação (SCHULTZ, 2004).

Mesmo que as escolas das áreas assimiladas no programa (voltado para a zona rural mexicana) sejam majoritariamente públicas, sem tarifa alguma, há custos indiretos em colocar uma criança na escola. Leia-se: a renda que ela deixa de gerar em algum trabalho (seja ele fora de casa ou com as tarefas do ambiente familiar) que estaria fazendo se não frequentasse a escola, e, ainda, materiais, uniformes, transporte etc. Por isso, o efeito objetivado e alcançado pelo programa vai além de aumentar o comparecimento às escolas, mas também incrementa a renda e alivia a pobreza das famílias participantes. Além disso, fatores positivos em outros aspectos também seriam possíveis consequência do programa, como a redução do trabalho infantil (SCHULTZ, 2004).

Resultados diretos do programa são o aumento da presença de crianças na escola, especialmente concentrada no caso de meninas, e, ainda, a redução de desigualdades de renda e escolaridade entre a população pobre e o restante das famílias que não precisam dos benefícios do programa. Em suma, o autor aponta o subsídio como capaz de permitir uma possibilidade de escolha sobre o futuro da criança beneficiada, que poderá encontrar melhores condições de trabalho e assim quebrar o ciclo geracional de pobreza familiar (SCHULTZ, 2004).

10.4 Conclusões

Com base nas bibliografias estudadas, é possível ter como aprendizado pelas experiências internacionais que, primeiro, nenhuma política ou programa é isento de falhas, pois; segundo, (dentro outros motivos) o contexto de tendên-

cia global e pressão interna por políticas e abordagens firmemente neoliberais dificulta e limita a aplicação prática de algumas medidas; e terceiro, podemos confirmar o que propõe a pesquisa aqui estabelecida: é essencial que essas políticas elaboradas sejam multideterminadas e interseccionais para de fato alcançar a redução das desigualdades entrecruzadas.

Mais especificamente, entende-se através do exemplo estadunidense que políticas de salário mínimo, ou outras formas de subsídios e recursos que passem a abranger setores da economia que concentram pessoas afligidas por desigualdades – nesse caso, pessoas negras – têm efeito significativo, mesmo que indiretamente, na redução das diferenças de renda. Mais efetiva ainda é a abordagem que busca diretamente suprir as necessidades de frações específicas da população, como é o caso do PROGRESA, no qual a localização geográfica e o baixo nível de renda são determinantes no acesso ao subsídio, centrando os recursos pontualmente naquelas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade – nesse caso, mães e crianças pobres de áreas rurais do México.

Capítulo 11

Uma agenda de políticas de fortalecimento ao trabalho sem patrão e combate à discriminação para o Brasil

Estamos tratando aqui de encontrar soluções interconectadas para problemas que até então foram interpretados isoladamente como desafios do mercado de trabalho. Os diferentes domínios desse contexto entrelaçam os desafios da formalização; do combate à discriminação (em especial, de classe, raça e gênero); do acesso de jovens e a permanência de idosos no mercado; e da mitigação das desigualdades regionais. Nos últimos anos, prosperou a percepção de que tais problemas devem ser enfrentados conjuntamente, com vistas à expansão sistemática do trabalho decente. Não chegamos ainda, contudo, ao momento histórico em que experiências assim holísticas tenham sido implementadas com sucesso e depois disseminadas. Estamos numa etapa de invenção – mas não se parte do nada, do vazio.

Em 2015, a Recomendação 204 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com vistas a estimular a formalização de atividades produtivas, apresentou repertório de estratégias integradas e coerentes, contemplando amplo conjunto de intervenções em diversas áreas. Seguimos aqui a síntese proposta por Laís Abramo (2021, p. 68), que organiza essas ações em dez eixos, e os reorganizamos em dois grupos, pertinentes às ações mais amplas do Estado com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e às ações focadas especificamente sobre o mercado de trabalho.

Quanto ao primeiro tipo de ações, as políticas de formalização recomendadas pela OIT comportam:

- a) políticas macroeconômicas (comerciais, informais, tributárias, setoriais e de infraestrutura) que fomentem o emprego, elevem a produtividade e facilitem os processos de transformação estrutural da economia;
- b) políticas de fomento a um entorno empresarial e de investimento propício à promoção de todo tipo de empresa, inclusive as cooperativas e unidades de economia social e solidária, garantindo-se acesso a serviços financeiros, aos mercados, a infraestrutura e a tecnologia para as empresas;
- c) um marco legislativo e normativo apropriado;
- d) acesso à educação, à aprendizagem ao longo da vida e ao desenvolvimento de competências laborais adequadas às necessidades mutantes do mercado de trabalho e às novas tecnologias, valorizando-se os conhecimentos informais prévios;
- e) pisos de proteção social e extensão progressiva da cobertura da seguridade social às pessoas ocupadas na economia informal, adaptando, se for necessário, os procedimentos administrativos, os benefícios e as contribuições à sua capacidade contributiva; e
- f) instituição e fortalecimento de sistemas pertinentes, acessíveis e atualizados de informação sobre o mercado de trabalho, incluindo as pessoas ocupadas e as unidades produtivas da economia informal.

Já quanto às ações diretamente voltadas ao mercado de trabalho, as políticas de formalização recomendadas pela OIT comportam:

- a) medidas que facilitem a transição da escola ao trabalho, em particular para os jovens pobres, incluindo mecanismos que garantam seu acesso à capacitação e ao emprego produtivo e contínuo;
- b) medidas para promover a transição do desemprego ou da inatividade para o trabalho, em particular para pessoas desempregadas há longo tempo, pessoas ocupadas na economia informal, mulheres e outros grupos desfavorecidos;
- c) respeito, promoção e prática dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, sobretudo a organização e representação dos empregadores e traba-

lhadores em diálogo social, a promoção da igualdade e eliminação de todas as formas de discriminação e violência nos locais de trabalho, incluindo a violência de gênero, além das políticas de saúde e segurança no trabalho; e d) fortalecimento das políticas e instituições do mercado de trabalho, tais como a fiscalização do trabalho, o salário mínimo e os sistemas públicos de emprego que incluam as pessoas ocupadas na economia informal.

Tais orientações se dão num nível bastante abstrato, mas eventualmente se reportam a políticas objetivas, experimentadas em um ou outro país – isso ocorre sobretudo nos estudos da CEPAL, que coligem casos da América Latina.

No esforço de não deixar nenhuma política relevante de fora, as recomendações da OIT acabam por revelar a principal dificuldade dos esforços que pretendem combater os efeitos das desigualdades estruturais sobre o mercado de trabalho: ações tópicas, voltadas apenas ao mundo do trabalho, certamente não são suficientes para efetivar a igualdade e combater as discriminações (exceto em suas manifestações nas relações comerciais ou de contratação de produtos ou serviços). Ou seja: do mesmo modo que é necessário sugerir políticas macroeconômicas para promoção de desenvolvimento e configuração de um ambiente favorável à distribuição de renda e à geração emprego, é fundamental combinar políticas de combate a todo tipo de discriminação às políticas voltadas aos efeitos das discriminações sobre o mercado de trabalho e às políticas para aperfeiçoar as condições de vida nas periferias.

A persistência de desigualdades entrecruzadas nos mercados de trabalho da América Latina torna urgente o desafio de superar essa disjunção entre a percepção de que as desigualdades são um obstáculo fundamental a superar e a capacidade, até o momento restrita, de enfrentá-las com políticas públicas eficientes e integradas. É tempo de exercitar a criatividade, inclusive no que se refere aos conceitos ou categorias.

Para avançar nessa direção, recolhemos estudos sobre o tema realizados ao longo dos últimos anos e procuramos dar a eles um tipo de unidade, sabendo que suas motivações de origem foram outras, diferentes da formulação de políticas para combate às desigualdades entrecruzadas no mercado de trabalho. O modelo para esta proposta é a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (2011). Articularemos também ideias apresentadas nos estudos anteriores de IAB, CEABRA e SEBRAE (2016) sobre a presença de pessoas ne-

gras entre proprietárias de micro e pequenas empresas, da etapa anterior desta pesquisa (MICK *et al.* 2021a; 2021b) e na coletânea organizada por Nogueira (2014).

Apresentaremos propostas de políticas integradas em quatro domínios:

- a) o contexto de vida dos(as) trabalhadores(as);
- b) o aperfeiçoamento da atividade que realizam;
- c) a expansão das conexões sociais que, refratárias a toda discriminação de classe, raça ou gênero, favoreçam a ampliação e a distribuição da renda; e
- d) uma política econômica favorável aos pequenos negócios.

Organizamos nos quadros 4 a 8 a seguir, conforme essas dimensões de execução, um conjunto de sugestões de políticas. Essa agenda não implica o abandono de outras políticas de geração de emprego decente, de fortalecimento da indústria nacional, de desenvolvimento científico e tecnológico. Ao contrário, os movimentos combinados e articulados das macropolíticas econômicas com forte vetor à promoção da justiça econômica podem garantir, em outra escala, a efetiva sustentabilidade do desenvolvimento com igualdade social.

Quadro 4 - Domínio da vida na periferia

Objetivos:

- garantir a vida ante à violência;
- reduzir as vulnerabilidades.

Políticas:

- expandir a renda mínima;
- promover segurança habitacional, segurança alimentar e nutricional;
- assegurar acesso à creche e escola;
- assegurar acesso a restaurantes populares, lavanderias públicas e demais serviços pelos quais o Estado também responda aos desafios da esfera reprodutiva;
- assegurar acesso à saúde pública;
- assegurar condições adequadas de transporte;
- aperfeiçoar oferta de serviços de internet;
- reduzir a exposição das comunidades à violência, tanto a produzida pelo crime quanto a praticada por agentes de Estado em nome, por exemplo, da “guerra às drogas”

Quadro 5 - Domínio da atividade produtiva

Objetivos:

- qualificar o trabalho sem patrão;
- ampliar a compreensão sobre desenvolvimento e práticas da economia comunitária e popular nos territórios e seus impactos nas economias local e regional;
- ampliar a conexão do trabalho sem patrão nas periferias com outros territórios econômicos;
- promover colaboração, solidariedade, compartilhamento e trocas comunitárias.

Políticas:

- estimular organização em redes colaborativas: diferentes tipos de atividade num mesmo território / tipos semelhantes de atividade em territórios diversos;
- reduzir assimetria de escolaridade em relação a trabalhadores(as) de outros estratos sociais;
- assegurar o letramento digital;
- aperfeiçoamento de competências de uso e melhoria do acesso à internet;
- ampliar a oferta de capacitação e consultoria aos donos e às donas de negócios nas comunidades pobres, desenvolvendo técnicas e metodologias adequadas às características de cada segmento, em linguagem popular:
 - > finanças (educação financeira e o uso do dinheiro)
 - > administração (gestão, precificação)
 - > marketing/comercialização
 - > comunicação/publicidade e divulgação
 - > melhoria de produto ou serviço
- apoiar a divulgação e a ampliação de mercados: feiras, plataformas compartilhadas ou colaborativas de *e-commerce*, aquisição de equipamentos;
- promover espaços de comercialização e convivência que coloquem em contato o morro e o asfalto;
- ampliar o acesso a crédito;
- capacitar trabalhadores(as) na identificação e no combate às desigualdades cruzadas;
- promover a formalização por via da extensão da proteção social (MEI social ou MEF, microempresa familiar);
- integrar donos e donas de negócios nas comunidades pobres nas iniciativas do Estado para o fomento à Economia Criativa.
- retomar as Políticas Públicas que ligam a merenda escolar (principalmente as de escolas em áreas de baixo IDH) com a agricultura familiar;

Quadro 6 - Domínio das conexões sociais igualitárias

Objetivos:

- promover igualdade social, de raça e gênero;
- garantir justiça econômica no desenvolvimento sustentável.

Políticas:

- desenvolver educação antirracista e antipatriarcal;
- estender a trabalhadores oficinas sobre igualdade de gênero, violência contra mulher, direitos reprodutivos e lei 11.645/11 (Ensino da História e Cultura Africana, afro-brasileira e Indígena);
- promover campanhas pela igualdade de direitos;
- valorizar ancestralidade e diversidade;
- aperfeiçoar a operação do Direito contra toda forma de discriminação;
- promover zonas igualitárias de trocas comunitárias: espaços de interação social morro-asfalto, centro-periferias, que praticam sociabilidade e interconectividade, inclusive sob formas não capitalistas (ou anticapitalistas);
- desenvolver, em conjunto com outras políticas de promoção da igualdade racial, ações de combate à discriminação no mundo dos negócios;
- direcionar as políticas de combate à desigualdade entre os gêneros para produzirem efeitos especialmente sobre os donos e as donas de negócios nas comunidades pobres e periféricas;
- retomar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Quadro 7 - Domínio da política econômica

Objetivos:

- promover ambiente econômico favorável ao crescimento do trabalho sem padrão nas periferias, integrado em redes colaborativas;
- promover igualdade nas relações econômicas.

Políticas:

- articular entre órgãos afins para a oferta de linhas de crédito especificamente para donos e donas de negócios nas comunidades pobres;
- Estado-consumidor: propor editais específicos para donos e donas de negócios nas comunidades pobres enquanto fornecedores de produtos para o setor público;
- condicionar a contratação de fornecedores donos e donas de negócios nas comunidades pobres (ou valorizar, no processo de contratação), assim como na oferta de serviços do Estado, aqueles que adotem práticas social e ecologicamente sustentáveis;

- estimular a contratação, por grandes empresas privadas, de insumos, serviços e matérias-primas produzidos por donos e donas de negócios nas comunidades pobres;
- contemplar donos e donas de negócios nas comunidades pobres nas iniciativas de desenvolvimento regional focadas em cadeias produtivas, valorizando em especial as atividades lideradas por empresários negros (em Arranjos Produtivos Locais – APLs, por exemplo);
- fortalecer as iniciativas produtivas da juventude negra (tecnologia, inovação, *start-ups* e outras);
- no âmbito dos legislativos estaduais e municipais, discutir e aprovar Planos de Apoio ao Trabalho sem patrão, a exemplo da Lei 16.335, sancionada em 2015 pela Prefeitura de São Paulo, criando o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor;
- No âmbito do legislativo federal, apoiar o Projeto de Lei 4.057/2015 que institui o Programa Nacional do Afroempreendedorismo (Dep. Vicente Cândido/SP) e apoiar o Projeto de Lei 6.609/2019 que institui a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências;
- estimular a aprovação de um Fundo Nacional de Apoio, voltado também ao trabalho sem patrão, destinado a formação e capacitação, acompanhamento técnico, integração em rede e crédito para donos e donas de negócios nas comunidades pobres.

Capítulo 12

O contexto institucional e extrainstitucional das políticas de apoio ao trabalho sem patrão, combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero e raça

A agenda proposta no capítulo anterior suscita uma série de implicações metódicas e institucionais. Ao sugerir uma articulação inédita entre tipos de políticas até então desenvolvidas sob perspectivas segmentadas, a agenda joga outro tipo de luz sobre perguntas clássicas no debate sobre concepção e avaliação de políticas públicas. Como assegurar que as políticas de fato irão alcançar os públicos prioritários (em vez de serem de algum modo apropriadas pela população masculina e branca)? Como implementar ações de modo a estimular o envolvimento coletivo dos agentes, numa sociedade cada vez mais marcada pelo individualismo? Que instituições públicas serão responsáveis por liderar as ações principais? Que padrões de cooperação entre poder público e sociedade civil devem ser estimulados, nos diferentes níveis de governo? A pesquisa empírica realizada ao longo desse projeto convida a respostas parciais a ao menos algumas dessas questões.

A agenda que apresentamos aqui tem caráter comunitário. Sua implantação se dará em territórios reais, concretos, e dependerá da aliança entre entes federativos e destes com movimentos sociais, já que o Estado brasileiro continua distante dos espaços periféricos. Dadas tais características, a implantação da agenda se beneficiará de projetos-piloto aplicados experimentalmente em comunidades específicas.

Quanto ao desenho interinstitucional das políticas, os seguintes pressupostos podem orientar ações de formuladores e gestores:

- a) a divisão micro-macro de políticas para o mercado de trabalho é bastante complexa nesta agenda, percebendo-se no macro uma distinção e uma inter-relação entre os aspectos sócio-históricos que configuram as discriminações estruturais na vida contemporânea e, noutro plano a isso articulado, o mundo econômico; falamos, portanto, de dois níveis macro, um para o combate a todo tipo de discriminação, outro para a configuração igualitária do sistema econômico;
- b) no nível micro, um projeto desta natureza e com as especificidades históricas, sociais e econômicas, pode ter seu foco principal de gestão e de fomento no âmbito da esfera pública não governamental. As políticas públicas governamentais, apesar da importância no fomento do desenvolvimento econômico e da igualdade, têm um papel relevante, porém não necessariamente de protagonista, no plano micro do trabalho (embora certamente de protagonista nos níveis macro);
- c) as referências aos movimentos sociais, às redes sociais, à dimensão histórica do movimento negro e feminista brasileiro e, particularmente, à constelação de redes de trabalhadores e trabalhadoras sem patrão devem ser variáveis de primeira ordem no fomento, na gestão e na avaliação do movimento; é importante traçar estratégias para as relações entre Estado e donos e donas de pequenos negócios (nos diversos âmbitos federativos), delimitando o papel do Estado e do movimento no seu fomento. O movimento pode e deve tomar a iniciativa em relação ao Estado.

No que diz respeito às instâncias públicas, o aspecto-chave é a ausência atual de políticas públicas para o desenvolvimento dos pequenos negócios nas comunidades pobres no Brasil. Criar divisões especializadas nesse setor no âmbito das agências governamentais (SEBRAE, bancos públicos, ministérios etc.) ou em associações corporativas (Federações, Sindicatos, Associações) é um dilema não somente brasileiro, mas também de outros países. Ainda que tais organizações não transformem sua estrutura, elas se beneficiariam de ampliar a articulação com as diversas iniciativas das redes de apoio, políticas e serviços na sociedade civil, com foco nas temáticas de raça e gênero. Por fim,

a efetivação dessa agenda será facilitada quando se garantir a implementação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) e do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (SINAPOM).

O desafio de combinar agendas econômicas e socioculturais demanda equipes articuladas e multidisciplinares, provenientes das áreas do conhecimento que convergem com os variados aspectos do problema: economia, assistência social, antropologia, sociologia, pedagogia/educação, direito.

Por fim, a superação das desigualdades entrecruzadas no Brasil poderia se beneficiar de ações incisivas do Estado no sentido de capacitar seu funcionalismo público para identificar e combater todo tipo de discriminação. Responsável por contratar importante parcela da força de trabalho brasileira, por meio de programas de formação de servidores(as) o Estado não apenas poderia combater as manifestações institucionais de racismo, sexismo, etarismo e xenofobia, mas alargaria a disseminação da percepção crítica das discriminações a todas as áreas de atuação estatal – com a capilaridade dos sistemas de educação ou saúde públicas, por exemplo.

Quadro 8 – Sugestões de políticas lideradas pela sociedade civil

Dimensão de promoção da igualdade

- Estimular que a mídia e outros produtores simbólicos contemplem narrativas e imagens de donos e donas de negócios nas comunidades pobres entre suas fontes e seus conteúdos;

Dimensão de política econômica

- Desenvolver, tornar disponível e analisar periodicamente o cadastro completo de donos e donas de negócios nas comunidades pobres/periféricas do Brasil, considerando faixas de renda e os impactos do processo de urbanização/metropolização mais acelerado a partir dos anos 1950;
- Desenvolver instrumentos para acompanhamento, monitoramento, pesquisa e análise sobre donos e donas de negócios nas comunidades pobres/periféricas;
- Desenvolver articulação com instituições acadêmicas para o desenvolvimento de pesquisas sobre donos e donas de negócios nas comunidades pobres/periféricas;
- Produzir levantamentos quantitativos periódicos (painéis) sobre as atividades do setor.

Dimensão do mercado de trabalho

- Produzir agendas periódicas sobre os principais eventos de interesse direto ou indireto aos donos e donas de negócios nas comunidades pobres/periféricas;

- Desenvolver um sistema de informações e consultas para o fomento para pequenos negócios sobre oportunidades de mercado (feiras de negócios), formação e aprimoramento profissional e setorial;
- Desenvolver ações de articulação de redes locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Desenvolver um programa de formação específico às necessidades de donos e donas de negócios nas comunidades pobres/periféricas;
- Articular com empresas ações afirmativas voltadas ao fomento de donos e donas de negócios nas comunidades pobres, particularmente quanto à capacitação;
- Estimular, na rede, formas de associação de donos e donas de negócios nas comunidades pobres e periféricas por setor de atividades ou cadeias produtivas (microrredes – câmaras – cooperativas virtuais) com encontros regulares;
- Estimular a integração dos donos e donas de negócios nas comunidades pobres a iniciativas de economia criativa;
- Articular-se com outras redes de cooperação, como aquelas da economia solidária;
- Criação de moeda social para estimular as trocas entre os donos e donas de negócios nas comunidades pobres;
- Fortalecer as iniciativas de Bancos Comunitários e Populares;
- Estimular a adoção de práticas social e ecologicamente sustentáveis pelos donos e donas de negócios nas comunidades pobres;
- Valorizar a identidade étnica tanto dos donos e donas de negócios nas comunidades pobres, quanto de seus produtos.

Considerações finais

Sinergias extraeconômicas do apoio ao trabalho sem patrão sobre as economias populares

A adoção de uma agenda de políticas de fomento às modalidades do trabalho por conta própria que aqui denominamos “trabalho sem patrão” pode ter importantes consequências econômicas e extraeconômicas, em especial nos territórios em que se encontram as economias populares comunitárias.

A geração de mais oportunidades e horizontes para os engajamentos individuais ou coletivos no trabalho é uma possibilidade. O trabalho sem patrão pode ser uma alternativa ao trabalho doméstico, atividade que marca a biografia de muitas mulheres e, em especial, mulheres negras desde a infância. São notórios os casos em que o trabalho doméstico em condições análogas à escravidão se iniciou em um contexto de infância privada de condições de dignidade. A substituição do serviço doméstico pelo trabalho sem patrão como “porta de entrada” no mundo do trabalho para as mulheres as afastaria da condição que ainda privilegia a ausência de fiscalização por parte da justiça do trabalho – uma vez que o lar é protegido por lei. Situação semelhante poderia ocorrer com outras formas de trabalho nas comunidades pobres, tanto as atividades de risco ou precarizadas, como o engajamento em atividades ilegais ou criminosas.

O fomento ao trabalho sem patrão, sob a agenda apresentada na seção 3, favoreceria a conexão dessas atividades com as redes de economia solidária.

Ainda que se configure como atividade individual ou em pequenos grupos, o trabalho sem patrão se insere em conexões colaborativas e de compartilhamento, inclusive em função da solidariedade compulsória típica da vida na pobreza. O estímulo à formação de conexões ou laços entre trabalhadores(as) sem patrão é coerente com os valores cooperativos da economia solidária (cujo foco se dá em atividades produtivas que envolvem maior escala de engajamento da força de trabalho).

O apoio ao trabalho sem patrão poderá ter particular impacto sobre as economias populares que se constituem a partir de laços de pertença étnica e/ou religiosa, como aquelas dos terreiros ou comunidades quilombolas. Por natureza sustentáveis ambientalmente, tais territórios detêm potencialidade de desenvolvimento por conta de seu perfil, sua escala e sua configuração em rede. Numa metrópole como Salvador, há mais de 1.700 terreiros de candomblé¹, autênticos laboratórios para inovações econômicas e institucionais.

Por fim, em termos ideológicos, a categoria “trabalho sem patrão” pode substituir com vantagens o léxico neoliberal associado à noção de “empreendedorismo” aplicada à periferia. Ter um “negócio próprio” para não precisar se subordinar a um patrão é uma aspiração autêntica de parcela notável de brasileiros(as). Num país de herança escravocrata, às vezes essa aspiração corresponde à esperança de alguma abolição – já que, não raro, o gerente é um feitor contemporâneo e o empregador é um senhor pós-moderno.

¹ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/um-passeio-cheio-de-historia-pelos-terreiros-de-candomble-em-salvador/>.

Referências

- ABILIO, Ludmila Costhek. “Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado”. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Relatório final de pesquisa: Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, abr. 2019.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador *just in time* na periferia”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 933-955
- ABRAMO, L. “Políticas para enfrentar los desafíos de las antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina”. *Políticas Sociales*, n. 240 (LC/TS.2021/137), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.
- ABRAMO, L. *et al.* “Jóvenes y familias: políticas para apoyar trayectorias de inclusión”, *Políticas Sociales*, n. 241 (LC/TS.2021/138), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.
- ARCOVERDE, Ana C. B.; SOUZA, Izabel L. de; FRAGOSO, Natacha de Melo. *Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*, “Economia Solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social”. *Revista da ABET*, v. IV, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15716>>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- ARRUDA, Valdivanda Carneiro. *Da informalidade ao Microempreendedor Individual (MEI): uma revisão sistemática*. 31 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.
- BARBOSA, Attila Magno e Silva. “O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 19, 38: 121-140, 2011.

- BARBOSA, Nelson. “Economia dual, versão século 21”. *Folha de S. Paulo*, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2019/12/economia-dual-versao-seculo-21.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- BEDÊ, Marco Aurélio (Coord.). *Os donos de negócio no Brasil: análise por raça/cor* (2003-2013). Brasília: SEBRAE, 2015.
- BORZUTZKY, Silvia. “Conditional Cash Transfers in Latin America and Anti-Poverty Policies in Chile: why is Chile’s market economy unable to reduce poverty and inequality?”. *Poverty & Public Policy*, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 1-23, 21 jan. 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1515/1944-2858.1237>.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.
- CALBINO, Daniel; PAULA, Ana P.P. “Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte”. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 10, n.14, p. 371-397, jul/dez. 2013. Disponível em: <http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>. Acesso: 24 fev. 2020.
- CARDOSO, Adalberto. “Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil”. *Sociologia & Antropologia*, v. 6, p. 321-349, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v6n2/2238-3875-sant-06-02-0321.pdf>. Acesso: 06 fev. 2023.
- CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019. v. 1. 485p.
- CARVALHO, Andreia Ricci da Silva. *Existe relação entre desigualdade social e pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho: uma análise estatística e econométrica para o Brasil*. 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento). Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2018.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *La matriz de la desigualdad social en América Latina*. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2016.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Situación de las personas afrodescendientes en América Latina y desafíos de políticas para la garantía de sus derechos*. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2017.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe: Deudas de igualdad*. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2018.
- CEPAL/OIT (2014), “Formalización del empleo y distribución de los ingresos laborales”, *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, nº 11 (LC/L.3904). Santiago, Publicación de las Naciones Unidas.
- CEPAL/OIT (2015), “Protección social universal en mercados laborales con informalidad”, *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, nº 15. Santiago, Publicación de las Naciones Unidas.
- CHAVEIRO, Eguimar; ANJOS, Antonio F. de. “A Periferia Urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação”. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27, p. 181-197, 2007.
- CHEN, Martha Alter. “Informal Employment: Theory and Reality”. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. *The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment*. London: SAGE, 2016.
- CHUN, Jennifer J.; AGARWALA, Rina. “Global Labour Politics in Informal and Precarious Jobs”. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. *The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment*. SAGE, London: 2016

- DERENONCOURT, Ellora; MONTIALOUX, Claire. “Minimum Wages and Racial Inequality”. *The Quarterly Journal Of Economics*, [S.L.], v. 136, n. 1, p. 169-228, 14 set. 2020. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/qje/qjaa031>.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE, *Trabalho doméstico no Brasil*. Disponível em <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhodomestico.html>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- DINIZ, Sibelle Cornélio. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Economia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- DINIZ, Sibelle Cornélio. “Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos”. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 963-985, Dec. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&cpid=S0103-63512019000300963&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 mar. 2020.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GAGO, Verónica. *A razão neoliberal. Economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018a.
- GAGO, Verónica. “What are popular economies? Some reflections from Argentina”. *Radical philosophy*, n. 2, v. 02, p. 31-38, jun. 2018b.
- GAGO, Verónica. “Neoliberalismo y después: empresarialidad, autogestión y luchas por la reproducción social”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 957-970
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2016.
- GAIGER, Luiz Inácio; CORREIA, Andressa da Silva. “O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo”. *Política & Sociedade (On-line)*, p. 205-230, 2010. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/15678-48202-1-pb.pdf>. Acesso: 20 fev. 2020.
- GALERAND, Elsa; KERGOAT. “Consustancialidade versus interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais”. In: KERGOAT, Danièle. *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo, 2018. p. 145-166.
- GALVÃO, Andreia; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. “Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo”. *Caderno CRH (UFBA)*, v. 32, p. 253-269, 2019
- GALVÃO, Andreia *et al.* “Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, Maio/Ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n86/0103-4979-ccrh-32-86-0253.pdf>. Acesso: 06 fev. 2023.
- GLENN, Evelyn Nakano. “Race, racialization and work”. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. *The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment*. SAGE, London: 2016
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos A. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. *Revista Isis Internacional*, n. 9, 1988. p. 133–141.
- GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira” [1980]. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro. Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

- GRABOIS, Juan. *Capitalismo de exclusión, periferias sociales y movimientos populares*. 2013. Disponível em: www.pas.va/content/dam/accademia/pdf/sv123/sv123-grabois.pdf. Acesso: 9 set. 2020.
- HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; Iuperj, 1992.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1988.
- HEWISON, Kevin. "Precarious jobs". In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. *The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment*. SAGE, London: 2016
- HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso: 01 abr. 2020.
- HITA, Maria Gabriela. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Bahia*. Salvador: Edufba, 2014.
- HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo*. Traduzido por Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- IAB - Instituto Adolpho Bauer; CEABRA - Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Igualdade racial, desenvolvimento, empreendedorismo e solidariedade: desafios para o Brasil Contemporâneo*. (Relatório de pesquisa). Curitiba: Instituto Adolpho Bauer, 2016.
- IBGE. *Empreendedorismo*. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo.html>. Acesso: 21 set. 2020.
- KERGOAT, Danièle. "Da divisão do trabalho entre os sexos". In: HIRATA, Helena (org). *Divisão Capitalista do Trabalho*. Tempo Social, São Paulo, v.1, p. 73-103, 1989.
- KERGOAT, Danièle. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". *Novos estud. - CE-BRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso: 09 fev. 2020.
- KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. *Economia dos setores populares e inserção social pelo trabalho: a reprodução da vida para além da norma salarial*. 252 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania). Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2018,
- KREIN, Andre Eduardo Becker. *Relações formais e informais de trabalho nos governos Lula e Dilma por uma perspectiva de gênero e raça*. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: Universtidade de Campinas, 2017.
- LACLAU, E. "Why do empty signifiers matters on politics?". In: *Emancipations*. Routledge: London, 1994.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. Revisão e notas de Édison Carneiro. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *Introdução à edição inglesa. Conclusão. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 13-34; 377-402.
- LAVILLE, Jean-Louis. "Do Século XIX ao século XXI: permanência e transformações da solidariedade em economia". Tradução Marie-Françoise Gérardin. Revista *Katálises*. Florianópolis, v. 11, n. 1 p. 20-32 jan/jun 2008.

- LEITE, Márcia de Paula; LINDOSO, Raquel Oliveira. “Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia”. In: COSTA, Henrique; LEITE, Márcia de Paula; LINDOSO, Raquel Oliveira. *Dossiê Alternativas Infernais: uma análise sociológica do Empreendedorismo*. Contemporânea v. 11, n. 3 p. 791-820. Set.–Dez. 2021
- LESSA, Carlos. “Prefácio: Os ovos da serpent”. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua - nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 11-18.
- LIMA, Jacob Carlos. “Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p.158-198.
- LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Roberto Veras de. “O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932.
- LÓPEZ, Laura C. “*Que America Latina se sincere*”. *Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul*. Tese (Doutorado em Antropologia social). 2009. 389f. UFRGS, Porto Alegre, 2009
- MALDOVAN BONELLI, Johanna. *La economía popular: debate conceptual de un campo en construcción*. Buenos Aires: Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2018.
- MARQUES, Léa et al. *Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- MICK, Jacques et al. *Nas dobras da precariedade. Desigualdades regionais, de gênero, raça e classe no trabalho “por conta própria” no Brasil – um olhar para a PNAD Contínua*. Florianópolis: Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, 2021a. (Relatório de pesquisa).
- MICK, Jacques et al. *Emancipação, autoestima e confiança na comunidade*. Iniciativas e demandas de políticas para fortalecer as pequenas empresas e o trabalho por conta própria nas periferias. Florianópolis: Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, 2021b. (Relatório de pesquisa).
- MICK, Jacques; NOGUEIRA, João Carlos. “Racismo e trabalho informal no Brasil: quando desigualdades estruturais se reforçam”. In: MARQUES, Léa. *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p. 207-218.
- MUCHIRI, Steve; GAREN, John. “Social Transfer Benefits and Retirement Decisions: evidence from South Africa”. *South African Journal Of Economics*, [S.L.], v. 86, n. 1, p. 23-52, 14 dez. 2017. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/saje.12180>.
- NASCIMENTO, Beatriz. “A mulher negra no mercado de trabalho” [1976]. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro. Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- NERI, Marcelo; FONTES, Adriana. “Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de Políticas Públicas”. *Cadernos Adenauer*, v. XI, n. 2, 2010.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média*. São Paulo: Saraiva, 2011
- NOGUEIRA, J. C. (Org.). *Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileiro: Desafios e Perspectivas para o Século XXI*. Florianópolis: Atilendè, 2014.
- NOGUEIRA, Mauro Oddo. “A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira”. *Textos para discussão* n. 2221. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- NUNES, J. H.; VILLABOAS e SANTOS, N. J. de. “Desigualdade racial e de gênero no Brasil: o trabalho em quadros superiores e de dirigentes”. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 179-195, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/57823/33154>. Acesso: 18 fev 2020.

- OIT. *Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*. Brasília: MTE/SE, 2011.
- OIT. *Formalizando la informalidad juvenil: experiencias innovadoras en América Latina y el Caribe*. Lima: OIT; Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2015b.
- OIT. “Experiencias recientes de formalización en países de América Latina y el Caribe”, *Notas sobre Formalización*. 2014a. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_245613.pdf. Acesso: 01 ago. 2022.
- OIT. *Panorama Laboral Temático. Transición a la Formalidad en América Latina y el Caribe*. Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2014b.
- OIT. *Recomendación sobre la transición de la economía informal a la economía formal*. Ginebra, 2015a.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Taís. *Redes Sociais na Internet e a Economia étnica: um estudo sobre o afroempreendedorismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado). São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, 2019.
- PAULINO, Antonio George Lopes. *Economia Solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. Tese (Doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2008.
- PEREIRA, Rafael Mesquita; GALVÃO, Maria Cristina; MAXIR, Henrique dos Santos. “Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro”. *R. bras. Est. Pop.* 2018; Belo Horizonte, 35 (3): e0047 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v35n3/0102-3098-rbepop-35-03-04-e0047.pdf>. Acesso: 13 fev. 2020.
- PIEDEDE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2018.
- PLAGERSON, Sophie; PATEL, Leila; HOCHFELD, Tessa; ULRIKSEN, Marianne S. “Social policy in South Africa: navigating the route to social development”. *World Development*, [S.L.], v. 113, p. 1-9, jan. 2019. Elsevier BV.
- POCHMANN, Márcio. “Impasses na Inclusão ocupacional da população negra no Brasil”. In: OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra*. Brasília: OIT, 2006, p. 27-41. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf.
- PRONI, Marcelo W.; GOMES, Darcilene C. “Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça”. *Estudos Avançados* 29 (85), pp. 137-152, 2015 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00137.pdf>. Acesso: 16 fev. 2020.
- RIBEIRO, Andressa de Freitas. “Resenha” de: HITA, Maria Gabriela. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Bahia*. Salvador: Edufba, 2014. MANA, 20(3): 621-636, 2014
- RITTER, Carlos; FIRKOWSKI, Olga. “Novo conceitual para as periferias urbanas”. *Revista Geografar* (UFPR), v. 5, p. 22-25, 2009
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- ROBINSON, Marguerite. *The Microfinance Revolution: Sustainable Finance for the Poor*. Washington, D.C.: World Bank, 2001. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28956>. Acesso: 01 ago. 2022.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. São Paulo: Best-Seller (Nova Cultural), 1999. v. 5. 750p

- SANTOS, João B. F. dos; MACIEL, Regina H. M. de O.; SATO, Leny. “Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, p. 325-350-350, 2014.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008
- SCHULTZ, T. Paul. “School subsidies for the poor: evaluating the mexican PROGRESA poverty program”. *Journal of Development Economics*, [S.L.], v. 74, n. 1, p. 199-250, jun. 2004. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jdeveco.2003.12.009>.
- SCHUMPETER, Joseph A. *The theory of economic development*. Cambridge: Harvard University Press. 1934.
- SEBRAE. “Estudo sobre o empreendedorismo informal no Brasil – 2018”. Brasília: SEBRAE, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Empreendedorismo-Formal-x-Informal-2018-v7.pdf>. Acesso: 13 dez. 2019.
- SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. “Notas Etnográficas sobre empreendedorismo em Favelas cariocas”. *Etnográfica*, v. 21, p. 585-598, 2017a Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/5056>. Acesso: 06 fev. 2023.
- SILVA, Marcus Aurelio Soares da. *O microempreendedor individual (MEI) no litoral do Paraná: uma análise da formalização sob a perspectiva do trabalho (2008-2016)*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento territorial sustentável), UFPR, Matinhos, 2017b.
- SILVA, Sandro Pereira. “A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira”. *Texto para discussão 2605*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2020.
- SOARES, Jessica Patricia Rodrigues Silva de Freitas. *O Processo de Significação do Trabalho para revendedoras de Venda Direta: um estudo exploratório*. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Natal, UFRN, 2017.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- THEODORO, Mário. “A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil”. In: THEODORO, Mário. (Org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008, p. 15-43.
- THEODORO, Mário. “As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil”. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 91-126.
- TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. “Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil”. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, 2020, pp. 354-71.
- VASCONCELOS, Kelly Samá Lopes de. *De empresário individual informal a microempreendedor individual (MEI): uma análise dos benefícios da política de formalização*. 65f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2016.
- VEJAR, Dasten Julián. “Precariedad laboral en América Latina: contribuciones a un modelo para armar”. *Rev. colomb. soc.*, Volumen 40, Número 2, p. 27-46, 2017. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/recs/article/view/66382/61000>. Acesso: 01 fev. 2020.

Neste livro, destacamos o trabalho informal por conta própria como um fenômeno histórico e estrutural do desenvolvimento brasileiro, não apenas como a condição natural de “não formalidade”, antagônico ao emprego formal. Em sua constituição, consideramos as desigualdades determinantes de gênero e raça. O desafio é refletir sobre os diversos fenômenos da realidade brasileira que caracterizam nossa economia e sociedade e sobre o próprio papel do Estado, a fim de trazer uma formulação com novas categorias de análise que considerem a dinâmica de inserções no mundo do trabalho. Por fim, como deve ser, temos aqui dados e a escuta de trabalhadores e trabalhadoras informais por conta própria sobre suas condições e formas de organização.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

